

Marxismo Vivo

Revista de Teoria e Política Internacional - Nº 6 - novembro de 2002



Brasil: a Frente Popular chega ao poder



Marxismo Vivo

Revista de Teoria e Política Internacional

NOVEMBRO/2002





EXPEDIENTE

Marxismo Vivo é uma revista do Instituto José Luiz e Rosa Sunderman publicada pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

CGC 73282.907/000-64

Atividade principal 61.81.

Rua Loefgreen, 909

Vila Clementino – São Paulo-SP

Telefone 5084-2982

Impressão

GRAPHBOX CARAN

Fotolito & Gráfica

Rua Cipriano Barata, 1645 Ipiranga

042505-001-São Paulo-SP

Telefone 272-5355

Jornalista responsável

Maria Cecília Garcia

MTb 12.471

Editores

José Welmowicki

Martín Hernández

Capa

Nazareno Godeiro

Diagramação

Mercedes Potyguar

Tradutores

Alejandro Iturbe, Cristina Portela,

Francisco Castro Legazpi, Helena Alegre,

Isabel Teresa Jezierski, Kênia Rosa Cardoso,

Maria Cecília Garcia, Maria Rita Gordin,

Miriam Dolagaray, Nazareno Godeiro,

Priscila Santos, Raymundo Alves,

Roberto Laxe e Salvador Díaz.

ENTRE EM CONTATO COM *Marxismo Vivo*:



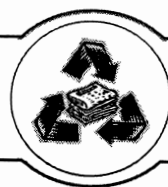
www.marxismalive.org



marxismalive@marxismalive.org



Sumário



APRESENTAÇÃO

ANO 2002

JOSÉ WELMOWICKI

Bush continua a guerra contra os povos 7

BILL HUNTER

O novo despertar da classe operária inglesa 19

LUTA DE CLASSES

AMÉRICO GOMES

Venezuela: uma revolução na encruzilhada 25

PST - COLÔMBIA

Colômbia: o governo Uribe e as tarefas dos socialistas 33

POS - MÉXICO

Sindicato enfrenta multinacional e o governo 38

DOSSIÊ: BRASIL

JAMES PETRAS

Brasil: neoliberalismo, crise e política eleitoral 47

EUCLIDES DE AGRELA

América Latina se une contra a Alca 52


EUCLIDES DE AGRELA

Uma alternativa revolucionária nas eleições brasileiras 54


MARIUCHA FONTANA

O governo Lula e os desafios da esquerda revolucionária 60

 **PONTOS DE VISTA**

 **TOM LEWIS**

O império contra-ataca **75**


 **CRISTIANO MONTEIRO**

Teoria do imperialismo e desnacionalização:
o caso da economia brasileira **91**


 **JAIME VILELA**

Coca: narcotráfico e recolonização **101**

 **EM TEORIA**


 **OLMEDO BELUCHE**

Os Trabalhadores do Estado e a Teoria Marxista
das Classes Sociais **98**


 **VLADISLAV INOZEMTZEV**

A concepção de Marx sobre a formação social e econômica **125**

 **CULTURA**

 **PHIL GASPER**

O Biólogo Dialético Stephen Jay Gould (1941-2002) **137**

 **LIVROS**

O Trotskismo Operário e Internacionalista na Argentina
Ernesto González (coordenador) **146**


Apresentação



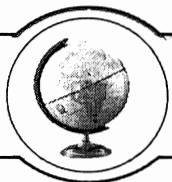
Este número de *Marxismo Vivo* inicia uma nova época. Quando lançamos a revista, ela tinha uma proposta: num momento de crise e reflexão após a queda do muro de Berlim e a sucessão das revoluções do Leste, tomar a tarefa de elaborar um programa revolucionário, mediante o estudo, a pesquisa e a polémica necessária para avançar no debate no campo do marxismo. Acreditamos que essa tarefa era e continua sendo necessária e urgente, porque o debate sobre a existência ou não do imperialismo, o caráter de Cuba, da China e dos países do Leste, a validade da revolução socialista, da luta de classes e do partido revolucionário, continuam no centro da discussão dos movimentos sociais e do ativismo de esquerda gerado pelas mobilizações e processos revolucionários por todo o mundo.


Para isso, a revista se dispunha a “abrir suas páginas às organizações marxistas revolucionárias, aos lutadores contra o capital e aqueles intelectuais que não se conformam apenas em ensinar, mas buscam aprender com o marxismo e a luta de classes”. Ela se vinculou desde o início à proposta de reorganização de uma Internacional revolucionária. Até aqui nossa revista era um órgão do Koorkom (Comitê pela Reconstrução do Partido Operário Internacional). Mas em seu desenvolvimento, o Koorkom cumpriu uma fase de seu projeto, dando origem à fusão entre a LIT-QI e o POI da ex-URSS e deixou de existir enquanto tal.

No entanto, a revista, que surgiu com um duplo objetivo, além de ter contribuído para a fusão do POI e da LIT, também atraiu a colaboração de organizações, dirigentes e intelectuais que se colocam no campo do marxismo revolucionário. Por isso sua tarefa prossegue junto a setores que não são somente do POI ou da LIT.


Este número é particularmente representativo da continuidade dessa proposta, pois temos a colaboração de um dirigente do PST panamenho, um artigo sobre a Colômbia feito a partir de materiais do PST colombiano e um sobre a Venezuela, feito em contato com um série de grupos revolucionários. Cada um desses grupos pertencem a diferentes organizações internacionais. Saudamos em particular a colaboração nestas páginas de militantes com a trajetória de Ernesto Gonzalez, da Argentina, e de intelectuais que, não sendo membros de nenhuma dessas organizações citadas, cumprem um papel importante no campo do marxismo, como James Petras. Destacamos também a participação como colaboradores dos companheiros da *International Socialist Organization* (ISO) dos Estados Unidos, dos quais publicamos artigos saídos em sua revista *International Socialist Review*. A luta contra o imperialismo se dá no mundo inteiro, mas em particular é importante a batalha no coração dos EUA. Na Argentina, na Venezuela, no Oriente Médio, as revoluções colocam a necessidade premente de uma resposta política. A proposta de *Marxismo Vivo* é continuar a serviço desse debate para construir um programa e a organização revolucionária mundial nesta época em que os fatos se sucedem exigindo respostas revolucionárias. 

Ano 2002



 JOSÉ WELMOWICKI

Bush continua a guerra contra os povos 7

 BILL HUNTER

O novo despertar da classe operária inglesa 19



BUSH CONTINUA A GUERRA CONTRA OS POVOS

JOSÉ WELMOWICKI

Professor de Ciências Sociais (Brasil)

O governo George W. Bush pôs em marcha em grande escala uma ofensiva econômica, política e militar para impor ao mundo seu projeto recolonizador, hoje traduzido em uma expressão: “guerra contra o terror”. Nesse projeto estão incluídas, ao mesmo tempo, a lógica da exploração imperialista e da exigência de aceitação pura e simples de seus objetivos e regras, que, segundo governo americano, foram “inspirados por Deus”.

Assim, Bush arrasou primeiro o Afeganistão e instaurou aí um regime títere. Agora se prepara para fazer o mesmo no Oriente Médio, com o anúncio do assalto ao Iraque. A furiosa rapina que o imperialismo já promovia se acentuou. A máscara vem caindo: a sede por petróleo e a postura contra-revolucionária vão aparecendo em toda a sua magnitude.

Para mostrar que não se trata de uma reação episódica, mas de uma redefinição estratégica de longo alcance, Bush apresentou ao Congresso dos EUA novas diretrizes: a “doutrina da guerra preventiva”.

“A estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos se baseia em um internacionalismo americano distinto, que reflete a união de nossos valores e nossos interesses nacionais. O objetivo dessa estratégia é ajudar a criar um mundo mais justo e melhor. Nossas metas no caminho do progresso são claras: liberdade política e econômica, relações pacíficas com os outros países e respeito à dignidade humana. E este caminho não é só americano; ele está aberto a todos”. Os ‘valores universais’ e ‘interesses nacionais’ que os Estados Unidos assumem como sua missão defender incluem o livre comércio e a propriedade privada.

Segundo as novas diretrizes de política externa divulgadas pelo governo Bush, os EUA se arrogam o direito de intervir em todos os pontos do planeta onde, acreditam, seus interesses estão ameaçados. Pode ser desde a garantia das riquezas minerais, como o petróleo ou a água, a segurança do sistema financeiro, a garantia de que os países periféricos continuam a aceitar a abertura comercial, o saque de suas riquezas e/ou a exploração de sua população em benefício de um punhado de multinacionais e megagrupos financeiros de Wall Street.

Embora a luta contra o terrorismo percorra o documento de Bush, pois passou a ser o grande eixo político-ideológico de seu governo, o objetivo real é a dominação política sem contestação. Para isso, usará a força e destruirá os “adversários” reais ou mesmo potenciais. O cheiro de petróleo era forte na



guerra do Golfo, e ainda mais forte na guerra do Afeganistão. Aqui, o objetivo declarado era “punir e extirpar o terror”. Depois de derrubar o regime talibã, os EUA instalaram bases militares no território do afegão e países vizinhos, com um compromisso de longo prazo pela “estabilidade da região”. E, diga-se de passagem, os atentados só aumentaram.

Mas o caminho para o petróleo da área ficou sob controle dos EUA. O objetivo estratégico era dominar regiões com suficiente riqueza em petróleo para que valha a pena uma presença direta das tropas norte-americanas que lhes garantam o acesso e reprimam qualquer tentativa de independência.

Crise econômica aumenta a volúpia do capital

Essa política é uma continuidade do governo anterior, mas com algumas mudanças na forma de se apresentar e agir. A aceleração da sanha por dominar as fontes de riqueza e os mercados reflete a crise da economia norte-americana e mundial e a queda contínua das Bolsas. A ofensiva militarista de Bush chega em um momento em que são fortíssimas as tensões no sistema financeiro norte-americano, depois do furo na bolha especulativa vinculada à “nova economia”, ou seja, as empresas com centro na informática e na tecnologia (a Bolsa *NASDAQ*, em que só se negociam ações desse tipo de empresas, hoje vale menos que em 1996, e não ultrapassa cerca de 27% de seu valor de pico de 2000) e de um retrocesso no índice Dow Jones de 30% somente esse ano, chegando aos níveis de 1997. Neste contexto, as quebras da Enron, WorldCom, Tyco, Adelphia e outras puseram a economia em estado de alerta.

O que as revistas especializadas chamam de crise de confiança, vem abalando totalmente a credibilidade das grandes empresas e inclusive dos bancos, por estarem diretamente implicadas nelas o conjunto das instituições do capital financeiro, bancos, empresas auditoras, analistas financeiros etc. O próprio Alan Greenspan, do FED, antes considerado o “timoneiro seguro” da eco-

nomia, agora é fortemente questionado. Também se questionam as instituições do Estado e o Congresso (que havia votado em 1995 uma lei que dificultava extremamente as ações penais contra os assessores e analistas financeiros). O problema é que funcionários de alto escalão do governo, como o atual Secretário de Comércio, estão envolvidos nas fraudes da Enron, que, além disso, obteve favores na desregulação da eletricidade e energia, usadas para aumentar os lucros de maneira abusiva e prejudicar a população de Estados inteiros, como a Califórnia. Essa empresa tem sede em Houston, Texas, Estado governado até 2000 pelo atual presidente americano.

Pressionado pela dimensão das fraudes, o governo Bush passou a falar em “limpar” o sistema financeiro, propondo leis “mais duras”; mas isso não passa de uma tentativa de fugir do desgaste, pois um governo extremamente vinculado ao capital financeiro não vai atacar os interesses que defende e dos quais depende. Isto poderia gerar a quebra de mais empresas multinacionais dos EUA, e possivelmente de bancos, e poderia desencadear rapidamente a bancarrota de parte do sistema financeiro norte-americano.

Como ficou claro nos casos Enron e Worldcom, as próprias corretoras e bancos que facilitaram as fusões e as aquisições recordes da década de 90 estiveram envolvidas nas fraudes e nas avaliações duvidosas dos patrimônios envolvidos. Já existem processos contra a Meryll Lynch, Credit Suisse-First Boston, CityBank etc. Essas avaliações e a auditoragem dos balanços das auditorias, tipo Arthur Andersen, foram baseadas em práticas contábeis que, embora legais, permitiram maquiar os balanços das empresas e grupos, e inflar a bolha especulativa de Wall Street durante a década de 90. Desvalorizar em massa seus ativos abalaria os fundamentos da economia e, como consequência, os do sistema financeiro. Por isso, passado pouco tempo da aparição dos escândalos, Bush já tratou de dificultar a ação do novo conselho que deveria fazer a supervisão contábil. Paul Krugman denunciou o bloqueio da indicação de John Biggs, considerado demasiado ‘duro’ para seu comando pelo próprio governo; isso teria esvaziado a

comissão e paralisado a 'reforma das corporações' do governo Bush.

Em meio à crise, as ações de guerra de Bush, com o aumento dos gastos militares, têm por objetivo garantir lucros polpidos para suas empresas de energia, com o controle das riquezas minerais de regiões estratégicas, e dar uma saída para setores de peso da indústria de armamentos e tecnologia dos EUA. E tem, obviamente, o patrocínio das empresas de petróleo e suas fornecedoras, ansiosas por tomar conta de parte considerável dessas riquezas minerais.

A imprensa noticiou um relatório do Deutsche Bank sobre as grandes companhias norte-americanas da área, que já estão preparando sua participação no botim do Iraque. A Halliburton, dirigida até pouco tempo por Dick Cheney, e a empresa Schlumberger, estão analisando as condições para investir pós-invasão, pensando ganhar bilhões de dólares com a exploração dos quase 4 milhões de barris diários que poderão ser produzidos pelos campos de petróleo iraquianos.

Mas, para que a invasão seja um êxito para a economia, depende também do resultado concreto da guerra. Jeffrey Sachs, apóstolo e aplicador da receita neoliberal em vários países, como Polônia e Rússia, opina que é um desastre, a não ser que a guerra acabe em ... 15 dias. Uma das características do funcionamento do capitalismo atual é manter a bicicleta financeira pedalando o tempo todo. Uma guerra, se por um lado abre boas perspectivas para as empresas diretamente interessadas em armas e energia, por outro pode precipitar novas crises de empresas importantes e de países inteiros, e acelerar um novo mergulho na recessão.

Gastos militares no topo e redução de impostos: uma bomba de tempo

Na década de 90, os EUA reduziram o peso dos gastos militares em seu orçamento, embora obviamente continuassem como os grandes vendedores de armamentos ao mundo. Mas o peso dos gastos militares internos caiu sucessivamente de 6,3% do PIB entre 1985 e 1989, para 4,9 % entre 1991 e 1994 e para 3,6% em 1997.¹

Em 1999, ainda com Clinton, começou uma reversão dessa tendência. Clinton já havia começado essa mudança no sentido do 'rearmamento' um pouco antes da guerra contra a ex-Iugoslávia. Alguns meses antes dos bombardeios da OTAN contra a Sérvia, em 1998, o governo democrata, sempre pronto a encher a boca com a palavra 'paz', anunciou um aumento de U\$110 bilhões para o período 1999-2003. Durante a campanha para as eleições presidenciais de 2000, ambos os candidatos davam muita importância às necessidades de defesa e aos "especialistas" do sistema militar-industrial que já estimavam um aumento de gastos de entre U\$50 e U\$100 bilhões suplementares no mandato de 2001 a 2005. Embora haja diferença de ênfase e de ajuste fino na política entre democratas e republicanos, não há diferenças essenciais em seus programas políticos, em particular no que se refere ao reforço do armamentismo e da hegemonia norte-americana no terreno militar

É claro que no governo Bush e em particular após o 11 de setembro de 2001 (com apoio democrata) essa tendência teve um grande impulso: o governo e o Congresso decidiram um substancial aumento dos gastos militares. Em 2001, o orçamento militar já chegava a 307 bilhões de dólares. Em 2002 au-



¹ vide artigo "As Armas da Globalização", de José Martins em *Marxismo Vivo* nº.1

mentou para 339 bilhões e em sua mensagem sobre o Estado da União de fevereiro de 2002, o presidente Bush propôs que o orçamento de 2003 subisse para 379 bilhões de dólares. E mais, além de um aumento de 26% entre 2001 e 2003 no orçamento militar a meta é alcançar US\$ 451 bilhões em 2007. Algo semelhante só ocorreu nos EUA nos momentos mais críticos da guerra do Vietnam. Sem falar nos gastos na segurança interna, que estão programados em quase 38 bilhões de dólares para 2003.

Por outro lado, o grau de concentração industrial na área chegou a um nível sem precedentes: a Lockheed Martin, por exemplo, vendeu em 1997 US\$ 18,5 bi em armas, mais que a soma do orçamento de dez economias médias. Empresas como a Boeing, conhecidas por seu domínio na fabricação de aviões de transporte de passageiros de grande porte, têm na aviação militar a saída para as crises atuais da aviação civil. Grupos como a própria General Electric, a Boeing, Monsanto, IBM, não separam suas receitas provenientes da área civil e da militar, não se podendo calcular quanto de seus lucros provém de um ou de outro.²

O aumento dos orçamentos militares a partir de 1999 e, em particular a exacerbação dessa tendência a partir de Bush, cai como uma luva para estes gigantes grupos multinacionais com investimentos na área de armamentos. A crise econômica e a queda da taxa de lucros na 'velha' e na 'nova' economia fazem com que as exigências dos "falcões" por mais investimentos na área militar dos EUA vão de encontro aos pedidos das multinacionais do setor para "estimular" a economia norte-americana frente à recessão que continua a se agravar. Saiu com destaque na mídia a comemoração da assinatura dos contratos de desenvolvimento de aviões e mísseis para as FFAA norte-americanas pela Lockheed Martin em novembro de 2001, festa realizada no Texas, reduto político de Bush.

Agora, apesar das comemorações para esses grupos, fica a questão de se essa aceleração dos gastos militares pode reativar de conjunto a economia e evitar que continue a se 'japanizar' (o termo se refere ao processo da economia ja-

ponesa nos últimos 10 anos, quando passou a sofrer uma recessão crônica com grandes déficits, desemprego em alta e uma dívida pública galopante, sem uma clara saída para reativar a economia). Ao contrário de outros momentos em que se falou de keynesianismo militar, o mais provável é que seus efeitos de reativação econômica se concentrarão essencialmente nos grupos contratantes do Pentágono e nos bancos e fundos de investimentos financeiros que sejam seus principais acionistas. Apesar de muito poderosos, é duvidoso se esses grupos vão permitir reativar a economia como um todo.

Paul Krugman, outro economista prestigiado no *establishment* dos EUA, tem feito uma série de artigos críticos no *New York Times*, um dos quais levava o curioso título de "Bush é um espião comunista tentando minar a economia dos EUA". Publicações especializadas de muito peso como *The Economist* e *Financial Times* já cogitam de que os EUA possam passar por um período de *japanização*.

A outra medida do governo Bush foi cortar impostos em nome da reativação da economia, como já havia feito Reagan. A justificativa era que isso poria dinheiro nas mãos das empresas e dos contribuintes médios, e os incentivariam a investir e abrir novas oportunidades. Mas numa economia já em crise, esses cortes aumentam o déficit orçamentário, o que com o aumento dos gastos com a guerra, aumenta em espiral a dívida interna norte-americana. Num orçamento já altamente deficitário pelas outras medidas de Bush (por exemplo, ajudar as empresas em dificuldades, como a aviação), isso pode detonar uma alta de juros e acirrar as tendências recessivas, e esse justamente é o medo de Krugman.

Contradições no coração do império

Bush acaba de ganhar as eleições interdiárias, mantendo a maioria da Câmara e tomando o controle do Senado. Recebeu uma autorização para implementar suas resoluções e ir à guerra. Esta vitória tem a ver com sua popularidade, que cresceu após os atentados de 11 de setembro, e ainda é grande, na casa dos 65%. E

também com a falta de opção oferecida pelos democratas. Mas é bom lembrar que somente 38% da população apta a votar compareceu às urnas. Embora os partidos republicano e democrata tenham se disciplinado à sua política de guerra (os analistas dizem que o eleitor não via diferenças de fundo entre os dois grandes partidos e muitas vezes definia sua posição por questões locais) nem tudo são flores para Bush em seu próprio país.

Bush enfrenta um momento de crise econômica e embora tenha imposto uma certa unidade agora, isso potencia as divisões no próprio imperialismo nos EUA. Embora haja uma grande acordo na cúpula sobre os objetivos estratégicos, existem dúvidas sobre os resultados de uma operação de guerra no Iraque hoje. Daí uma oposição no Congresso expressa nos pronunciamentos públicos de Albert Gore e Edward Kennedy contra a posição de Bush em relação à guerra. Mais que tudo, fizeram uma demarcação que expressa, evidentemente, não uma postura pela paz, mas uma preocupação com os resultados da invasão, e das conseqüências na economia e de suas mazelas na população.

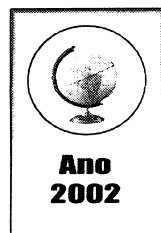
O Congresso afinal aprovou a resolução, com a colaboração dos democratas, mas com sintomas de divisão. Hoje ainda há uma opinião pública majoritária nos EUA que acredita em seu governo e apóia a guerra, este é o maior sustentáculo de Bush e sua política, que se aproveitou do sentimento de medo gerado pelos atentados de 11 de setembro. Baseado nisso, Bush pressionou abertamente e o Congresso aprovou por ampla maioria a autorização para a Guerra contra o Iraque. As eleições confirmaram essa situação. Mas há um processo de crise em curso que afeta cada vez mais a população pobre e os trabalhadores norte-americanos, a través do desemprego e dos cortes ao auxílio na saúde e na previdência que o governo fez junto com o corte de impostos e o aumento das verbas para a guerra. A maioria da população dos EUA já começou a se preocupar mais com a questão econômica que com as “ameaças do terror”, segundo as pesquisas.

Nas pesquisas nacionais de opinião, a maioria diz conhecer pelo menos a um amigo próximo ou familiar que tenha perdido seu trabalho no último ano, e está aumentando a insegurança no emprego. Além disso, trabalhadores que contavam com um fundo de aposentadoria modesto investido na bolsa de valores viram o valor deles desabar em 25 por cento em média durante o último ano.

Por isso, expressando a crise e as dúvidas e a tensão durante o processo, o senador democrata pela Califórnia, Bob Filner declarou, durante a sessão de votação da autorização para a guerra no Iraque: “Há um cheiro de Vietnã no ar”. “Um país dividido em época de guerra significa que não há progresso. Aprendemos isso no Vietnã. Não devemos cometer de novo esse erro”.

Mesmo o líder democrata Tom Daschle que, depois de uma oposição inicial, havia passado a apoiar a resolução a favor da guerra, comentou: “Aprendemos com a história que o apoio público às ações militares pode evaporar rapidamente se o povo americano achar que não lhe são revelados todos os fatos”, em referência aos violentos protestos contra a guerra do Vietnã entre as décadas de 60 e 70. Daschle também pediu a Bush que apresente “honestamente” os riscos da guerra antes de atuar, e advertiu que uma campanha no Iraque poderá acabar sendo algo ruim.

Fazendo eco a essa preocupação de Daschle, o jornal *Washington Post* de 22



² Cifras retiradas de “As Armas da Globalização” de José Martins, *Marxismo Vivo*, no.1, pp. 12-13

de outubro informou em primeira página que as advertências de Bush de que o governo do Iraque conta com aeronaves não tripuladas que poderiam alcançar os Estados Unidos e que Bagdá está “a seis meses de desenvolver” uma arma nuclear carecem de fundamento. Estas e outras afirmações de Bush sobre a ameaça que o Iraque representa foram postas em dúvida pelo jornal.

Bush e o Oriente Médio

Faz tempo que os estrategistas imperialistas vêem problemas sérios na região do Oriente Médio para o domínio seguro da “única superpotência” de hoje. Desde que a revolução iraniana derrubou o Xá, seu controle regional não é inquestionável. Apesar da vitória na guerra do Golfo, com Bush pai, a região continuou instável e ainda tendo que conviver com regimes não confiáveis a seus olhos no Irã e Iraque. Mesmo com a política de sanções e ataques permanentes por mais de dez anos ao Iraque, não foi possível voltar a controlar totalmente a região. E o fato mais importante que desestabilizou a região, se deu com a eclosão da segunda Intifada palestina contra a ocupação israelense que ameaça o bastião, o gendarme da ordem imperialista na região, Israel.

A doutrina da guerra preventiva se une ao discurso da “guerra global contra o terrorismo” para dar o pretexto agora a Bush para impor o ordenamento regional que há dez anos EUA vinha tentando. Com os de atentados de 11 de setembro e premido pela crise econômica, Bush resolveu atacar de frente esse obstáculo à sua dominação e executar o projeto mais ambicioso do imperialismo americano desde o século XX.

Para o orientalista Bernard Lewis, estrela do colóquio do *American Enterprise Institute* sobre os planos para o Iraque depois de Saddam, realizado com a presença de seu dirigente Richard Perle, o segundo homem da Secretaria de Estado: “O tempo que os povos do Oriente Médio têm para superar suas diferenças e aprender a cooperar é contado. Se conseguirem, poderão fazer grandes coisas. Se não, o terrorista suicida vai se tornar a metáfora da região”. O professor Lewis

continuou sua intervenção alertando: “dois pontos de vista predominam. O primeiro é que os árabes seriam incapazes de formar um governo democrático, que é um fenômeno puramente ocidental. Eles são diferentes de nós. Façam o que fizerem, serão governados por tiranos corrompidos, e o objetivo de uma política externa eficaz é assegurar que esses tiranos sejam amigos e não hostis. Esse ponto de vista é comumente visto como o dos setores pró-árabes.” (risos na sala) “O outro ponto de vista quer que seja possível estabelecer democracias, ajudando-as gradativamente. Esse ponto de vista é conhecido como imperialismo.” (mais risos)³.

A proposta do imperialismo hoje passa por modificar todo o mapa político e impor um reordenamento regional que garanta o controle territorial efetivo e dos recursos energéticos de todo o Oriente Médio e da Ásia Central. Por isso, contrariando o discurso de que o problema são ‘as armas de destruição massiva’, mesmo um caso de armamento nuclear, como o da Coreia do Norte não é colocado no centro das preocupações imediatas do governo Bush, já que o Iraque e o Oriente Médio tem mais importância estratégica. Mas se eles conseguirem triunfos nos seus principais objetivos econômicos e militares atuais, outros locais serão atacados.

Por isso, se está alterando a política de Clinton (e antes seguida por Bush pai) de isolamento e desestruturação sistemática do Iraque, expressa nas sanções e a guerra permanente de fustigamento; agora se trata de partir para a invasão, a derrubada do regime de Saddam e o controle direto e incondicional das riquezas da região.

É claro que Saddam Hussein atua como um ditador sobre seu povo e como opressor do povo curdo. Mas são estes povos o que têm o direito de lutar contra Saddam Hussein e decidir seu destino. Uma invasão dos EUA não só não tem nada a ver com a defesa dos direitos dos iraquianos e curdos, como ao contrário, só trará mais morte, miséria e sofrimento para estes povos e todo o Oriente Médio. Haja visto o respaldo dos EUA ao governo turco que reprime selvagemmente os curdos e a Sharon, o “açou-

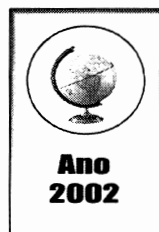
gueiro” comprovado de Sabra e Chatila. Por outro lado, o fato de ser Saddam quem está à cabeça do Iraque nesse momento de enfrentamento é o grande obstáculo e deixa uma interrogação sobre a força da resistência das massas iraquianas e da solidariedade regional.

A intervenção política direta sobre o conflito na Palestina, em particular após a primeira Intifada, já visava uma hegemonia política dos EUA, naquele momento reforçando em nome da paz a hegemonia regional de Israel. Por isso, foi em Washington que se estabeleceram as bases do que depois se tornou conhecido como Acordos de Oslo, de incrível semelhança com as propostas de bantustões da África do Sul do apartheid. Para chegar a tal situação de “paz” era indispensável o processo de *normalização* árabe-israelense, ao qual aderiram, sob pressão ou em troca de generosos subsídios dos EUA, os governos de Egito, Jordânia e Arábia Saudita (os ‘tiranos amigos’).

O governo Bush tratou de aproveitar a conjuntura aberta pelos atentados de 11 de setembro para executar sem mais demora seu plano estratégico anterior, na essência o descrito por Bernard Lewis e já trocando o disfarce “humanitário” e “pela paz” pelo da “guerra contra o terror”. O que não foi possível resolver através dos Planos de paz e da colaboração dos dirigentes corruptos, desta vez deveria ser resolvido diretamente pela guerra contra-revolucionária. Deixa de lado o falso discurso da *paz* promovido na Conferência de Madri e nos Acordos de Oslo de 1993, dando a luz verde ao governo de Ariel Sharon para que ‘resolva’ com repressão e massacres a questão palestina. E o regime de sanções aplicado por 11 anos ao Iraque já não é suficiente para resolver o problema aos olhos do imperialismo made in USA. Agora é necessário passar por cima até mesmo das débeis resistências dos aliados ocidentais e da Rússia para depor militarmente a um governo sequer se importando com o chamado princípio da soberania nacional ou com o tão proclamado direito internacional.

O projeto imperialista para o futuro da região incluem uma nova ordem colonial que garanta o retorno da região a um sistema de protetorado sob o controle unilateral dos EUA.⁴ Pensam em dividir o Iraque em três partes, deixando o centro com Bagdá nas mãos de um general norte-americano (como já fizeram no Japão no pós II Guerra). Uma das hipóteses em estudo é dividir de tal forma o Iraque, que passe o controle de alguns territórios ricos em petróleo à Jordânia e que esta receba em troca boa parte da população da Cisjordânia, aliviando assim a preocupação de Israel quanto à “bomba demográfica” que significa o crescimento vegetativo bem maior da população palestina em comparação com a judia. Para garantir o sucesso da invasão ao Iraque, os militares norte-americanos estão estudando as ‘táticas’ usadas pelo exército israelense na ocupação de Jenin, onde, como diz a própria Anistia Internacional, foram cometidos crimes de guerra.

Essa política criou uma situação explosiva em todo o mundo árabe. Por mais dependentes que sejam dos EUA, governos de países como Arábia Saudita ou Egito tem tentado demover o governo Bush de uma invasão direta contra o Iraque. Temem a resposta que suas populações possam dar a tal imposição imperialista e com os massacres que vão acompanhar a mesma, mais ainda quando Israel descumpra toda e qualquer resolução da ONU sobre os territórios ocupados, sem que sofra o mais mínimo problema. Para piorar ainda mais o



³ Extraído de artigo de Sylvain Ciple do jornal Le Monde, publicado na Folha de São Paulo, 10/11/02

⁴ Vide a nota do Comitê de Solidaridad a la Causa Árabe *CSCAweb*: 11-09-02

tionamento, frente às reticências de seus tradicionais aliados no mundo árabe, os EUA deram carta branca a Israel frente ao povo palestino, e chegaram a elogiar Sharon como “homem de paz”. Chegaram à conclusão que seu único **aliado incondicional** na região está no estado sionista. Tal é a disposição de partir para essa definição, que se deixaram vaziar informes de (ex-) experts da CIA acusando um dos regimes mais próximos de Washington — a Arábia Saudita — como parte do esquema de financiamento do “terror” internacional. É que, coisa inimaginável até poucos meses atrás, a Arábia Saudita declarou publicamente que não aceita que suas bases militares sejam usadas pelas FFAA dos EUA para atacar o Iraque.

Essa postura imperial e pró-sionista do governo Bush se materializa em que a única saída para a ANP dentro da atual política de Washington “se quiser ser ainda relevante”, seria formalizar em áreas da Cisjordânia e Gaza um Estado palestino tutelado, com sua segurança **monitorada pela CIA** e sob controle de Israel, e que não seria mais que um outro protetorado dos EUA.

Para culminar, Bush articula com Sharon a participação aberta de Israel na guerra contra o Iraque, junto à de efetivos dos exércitos regionais árabes que aceitaram participar, como o jordaniano, de Oman e do Kuwait. De fato, como já informou a imprensa - *Washington Post* em sua edição de 18 de outubro - mais de 1.000 tropas de operações especiais de EUA realizaram nas semanas recentes manobras de treinamento em território jordaniano com tropas de Jordânia, Omã e Kuwait. As manobras, denominadas *Vitória Rápida* estavam centradas em missões encobertas dentro da fronteira do inimigo. O incrível é que o governo Bush pretenda com isso evitar os protestos populares quando se produzam os ataques, a invasão e a ocupação do Iraque. Ele está atíçando gasolina ao fogo que já é bem alto.

A ofensiva imperialista e a cumplicidade dos governos corruptos pode estender a instabilidade a outras áreas. A Jordânia já teve um atentado contra um diplomata norte-americano, Lawrence Foley, no primeiro assassinato de um

diplomata ocidental nesse reino, e por isso a monarquia desatou uma repressão contra toda uma cidade, Maan, no sul do país, considerada pelo governo “foco de fundamentalismo islâmico”. Também não se pode esquecer que a exigência de aplicação dos planos neoliberais nos países ‘aliados’ com a imposição dos ajustes estruturais de brutais conseqüências para as populações, e a abertura das economias da região já surtiram efeitos políticos indesejados por Washington e que tornam ainda mais volátil a região. Os efeitos já se estão sentindo na Turquia, com uma aguda crise econômica expressa nas eleições que o governo Ecevit perdeu com 1% dos votos para uma coalizão dirigida por setores islâmicos.

EUA e Europa: um consenso livremente imposto

O governo de Bush, ao decidir-se pela doutrina de guerra preventiva, além de tratar de esmagar a resistência dos países periféricos, busca também recordar aos governos imperialistas europeus quem tem a hegemonia política e militar de fato. A forma em que o governo dos EUA tratou seus aliados para extorquir uma resolução de acordo a seu objetivo no Conselho de Segurança da ONU foi pública e notória. Afinal conseguiu aprovar uma resolução que lhe deixa ampla margem de manobra para preparar a invasão dizendo que “está seguindo um mandato da ONU”. Aliás, os EUA já vinha fazendo o cerco ao Iraque por 10 anos ao bombardear severamente regiões do Iraque ao seu bel-prazer, apoiado nas sanções aprovadas pela ONU. Para todos aqueles que acreditam no papel da ONU como ‘parlamento mundial ou governo mundial democrático’, o comportamento submisso dos membros do Conselho de Segurança foi uma lição prática de que ela continua sendo um instrumento a serviço do imperialismo dominante.

Naturalmente, o governo de Washington se apóia na relação de forças militar para reforçar as posições do capital norte-americano (o que alguns chamam de ‘unilateralismo’). A influência militar mundial e a potência como estado

nacional dos Estados Unidos é ainda mais preponderante do que era em 1948 na fundação dos atuais organismos internacionais. Esta influência se utiliza em primeiro lugar para impor aos povos do “terceiro mundo” e às classes exploradas a aceitação do status quo e as regras do capital financeiro através do FMI, BIRD e OMC.

Mas também serve para colocar na frente dos capitalismo rivais os interesses do capital norte-americano. Lembremos das atitudes de Bush antes dos atentados (recusa a Kyoto, ao Tribunal Penal Internacional etc.) e as decisões protecionistas anunciadas alguns meses depois dos atentados tais como as taxas que visam a proteção das indústrias siderúrgicas tomadas pelos Estados Unidos.

A concorrência se acirra em momentos de crise como a atual, daí as medidas protecionistas de parte a parte. Trata-se de saber de quem serão os capitais queimados nesse processo. Entretanto, ainda que a concorrência interimperialista não diminua, fica delimitada pela hegemonia norte-americana. Embora o imperialismo norte-americano não tenha “colonizado” seus sócios europeus e japoneses, os colocou numa posição subalterna de acompanhar, com mais ou menos negociações e reclamações a potência dominante.

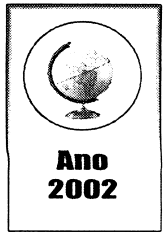
Bush quer aliados como uma espécie de vassalos (na expressão de Ignacio Ramonet). Tony Blair, chamado em forma de piada pela imprensa de “o poodle de Bush”, se uniu a Berlusconi, o magnata da mídia aliado aos fascistas e a Aznar para montar o eixo dos cachorrinhos europeus que seguem seu inspirador Bush onde ele queira ir.

A França e Alemanha ofereceram uma resistência ultralimitada. Schroeder, cuja recondução ao posto de primeiro-ministro foi beneficiada por uma votação em que o sentimento antiguerra e anti-EUA pesou a seu favor, trata agora de retomar as “boas graças” de Bush. Tratou de mandar sinais repetidos a Bush que queria retomar as boas relações após a eleição. A França ainda ofereceu alguma resistência à resolução do Conselho de segurança que autorizaria o governo Bush a invadir quando quiser o Iraque, mas negociou o tempo todo nos bastidores (assim como a Rússia) como ficaria o futuro do petróleo do Iraque em caso de invasão para assegurar seus investimentos no país. No final aceitou a essência do que propunha desde o início o governo dos EUA.

Mas se os governos europeus aceitam uma condição secundária frente à hegemonia dos EUA, seus povos cada vez mais se indignam contra a política abertamente imperialista e as manifestações se sucedem e se ampliam em um ritmo não visto há muitos anos. Aí pode estar a resposta à política militarista e expansionista de Bush.

O antiimperialismo cresce como um rastilho de pólvora

Em todo o mundo as lutas se espalham: na América Latina, quase não há mais país que não esteja passando por convulsões, lutas radicalizadas e em vári-



os casos, revoluções. No Oriente Médio, o outro lado da ofensiva imperialista é a reação de massas e no resto da Ásia, desde a crise de 1998, e a onda de lutas e convulsões sociais que percorreu a região. A instabilidade resultante se expressa em uma série de fatos: desde as crises seguidas na Coreia, as rebeliões na Índia, Filipinas, o processo de Timor. A corda se estica cada vez mais. Uma consciência cada vez mais estendida acompanha essa onda de lutas: que o inimigo dos povos é o governo norte-americano, se gera uma espécie de sentimento anti-USA

Além disso a continuação da ofensiva do governo Bush se desenvolve gerando situações como a mobilização revolucionária do povo argentino, a ampliação da campanha contra a ALCA e a importância que vem assumindo a exigência de desconhecer a dívida externa e a ruptura com o FMI, por trás dos quais estão os mesmos grupos financeiros imperialistas e seus agentes nacionais, representam uma ameaça muito séria para os dirigentes e o capital financeiro norte-americano. Os planos militares na Colômbia, as bases em toda a área amazônica e a atuação tanto no caso venezuelano quanto na Argentina buscam evitar que a rebeldia se espalhe por toda a América do Sul.

Mas a receita não varia. E a grande novidade de Anne Krueger, indicada por Bush para o FMI é a proposta de uma espécie de concordata financeira para os países que não estiverem podendo pagar em dia os juros e amortizações da dívida. Os governos cúmplices dos países latino-americanos fazem de tudo para convencer a Washington de que não se desviarão da liberalização dos mercados. E sua insistência no modelo só aumenta as crises. Na América Latina, as massas estão cada vez mais rebeladas e vários governos e regimes neoliberais como De la Rúa, Fujimori, FHC, vem pagando o preço por querer continuar a aplicar essa política em seu país.

Pois os povos estão fartos dos saques e perdas: na Bolívia, o fenômeno dos cocaleros de Evo Morales e da luta pela água colocou na ordem do dia a luta contra o imperialismo, quando a própria candidatura de Evo se beneficiou da censura e das ameaças do embaixador norte-americano

no contra ele. No Peru, as lutas fizeram retroceder a privatização das elétricas, puseram em cheque Toledo, antes que completasse um ano no poder. Na Argentina, os organismos populares têm um programa de ruptura com o FMI, desconhecimento da dívida externa e expropriação dos bancos. No Brasil, além da campanha vitoriosa contra a ALCA, com mais de 10 milhões de votantes, temos o processo eleitoral expressando o repúdio ao neoliberalismo. No Paraguai, camponeses, estudantes e trabalhadores impuseram um recuo nas privatizações. Na Venezuela, as massas, apesar de Chavez, derrotaram o golpe armado pelo imperialismo; no Uruguai, segue um processo que se assemelha à Argentina após a quebra do sistema financeiro.

Em todos esses processos, aparece de forma clara a identificação do inimigo, daquele que está por trás dos ataques às condições de vida e do patrimônio dos povos: o Imperialismo norte-americano. Queimam-se bandeiras dos EUA, se fazem bonecos de Bush, se explica os mecanismos pelos quais a ALCA pretende acabar de colonizar toda a área. A eleição de Lula no Brasil assim como a passagem de Lucio Gutierrez ao segundo turno no Equador, expressam, ainda que de forma distorcida, o esgotamento do neoliberalismo, processo esse que se estende a escala continental. Embora ambos tenham se apressado a dar sinais a Washington de sua boa vontade em relação aos planos econômicos e contratos acordados por seus antecessores, e declarem que não querem rupturas com o mercado financeiro ou com a ALCA, o processo de ascenso tende a se intensificar em seus países e pode se chocar com seus futuros governos.

Ou seja, a ofensiva imperial de Bush, o objetivo de recolonizar a ferro e fogo, vai gerando uma situação insuportável a escala mundial, uma situação cada vez mais contraposta de ascenso e revoluções no continente latino-americano, que exige de Bush mais investimento em repressão para manter seu império.

A disjuntiva entre a saída socialista ou a tutela colonial começa a se colocar na ordem do dia em todo o continente. Bush quer impor a ALCA justamente nesse momento de ebulição e

rebelião. O movimento anti-Alca e suas atividades coordenadas em Quito e as ações contra a dívida e o FMI podem gerar uma grande mobilização antiimperialista que unifique os processos revolucionários como o da Argentina e antes no Equador com os demais países em mobilização. A corda vai se esticando e qualquer ruptura pode precipitar um processo latino-americano e internacional de reação ao imperialismo norte-americano.

O fenômeno do “antiamericanismo”

Um sentimento se espalha pelos países oprimidos, o antiimperialismo, às vezes sob a forma do ‘*antiamericanismo*’. Algumas revistas e órgãos pró-imperialistas ficam alarmados com a rapidez e a intensidade com que se alastra essa indignação contra os “senhores do mundo”. Apareceu com clareza nas manifestações depois dos atentados de 11 de setembro, onde setores de massa, em especial no mundo árabe e muçulmano mas não só, comemoravam a derrubada dos edifícios.

Mas não é somente nas praças e campos do mundo árabe ou da América Latina que esse fenômeno está crescendo. Mesmo na Europa, a indignação com a guerra e as ameaças crescentes de envolver todo o mundo em uma escalada militar por causa da voragem da rapina imperialista estão levando a um deslocamento à esquerda na juventude e em amplos setores dos trabalhadores.

Os cartazes ligando Bush e Blair em Londres, os que mostram Bush como um cão raivoso ou um fanático religioso na Itália, e mesmo no interior dos EUA, ainda que, por enquanto, num setor mais de vanguarda, apontam esse caminho. Desde o fim da guerra do Vietnã não se via uma corrente ant imperialista tão disseminada em escala internacional. E a situação econômica é bem pior, tendendo a fazer combinar as duas questões. Na recente greve nacional italiana contra as leis de Berlusconi, em que dez milhões pararam e dois milhões saíram às ruas em toda a Itália, as ações de rua tiveram como uma das consignas centrais o repúdio à política imperialista de Bush e a sua anunciada invasão ao Iraque.

A mobilização contra a guerra

Uma sucessão de marchas e mobilizações já começou a tomar conta das ruas, em particular da Europa, se colocando contra a guerra. Chama a atenção nesta luta atual um elemento que a diferencia de lutas contra a guerra em movimentos como na época do Vietnã: dessa vez a organização de comitês e atos de protesto está sendo forte antes mesmo da anunciada invasão se consumar. Em particular na Europa e mesmo nos EUA importantes manifestações começaram a se multiplicar durante a própria preparação da guerra.

O escritor Tariq Ali contou em um artigo o ambiente da manifestação de 28 de setembro em Londres, considerada a maior desde a II Guerra Mundial: “Não à guerra contra o Iraque, Justiça para a Palestina, foram os temas que uniram a todos os presentes no sábado 28 de setembro. A rede de TV Sky de Murdoch disse que houve 400.000. A rádio irlandesa insistiu em que foi meio



milhão. Channel Five News disse ‘mais de um quarto de milhão’. Só a BBC TV deu a ‘cifra policial’ de 150.000. Sejam modestos. Aceitemos que houve mais de 350.000 pessoas que vieram de todas as partes do país para mostrar seu desprezo em relação a Tony Blair e seu apoio à guerra que Bush prepara contra o Iraque”. Nesse mesmo dia houve uma forte manifestação de mais de 50.000 contra a guerra em Roma.

Mesmo nos EUA, onde por motivos óbvios a pressão militarista patriótica e antiterror são mais acentuadas, se publicou um manifesto de 4.000 intelectuais e artistas no *NY Times* no aniversário dos atentados, entre os quais Susan Sarandon, Robert Altman, e muitos outros, chamando a rechaçar a repressão desatada pelo 11 de setembro, e à resistência contra a guerra.

No dia 26 de outubro, uma grande manifestação em Washington marcou um desafio a Bush. Segundo os organizadores, cerca de 100 mil pessoas tomaram as ruas para fazer a “maior demonstração antibelicista desde a guerra do Vietnã” e dizer entre outras coisas: “dinheiro para empregos, não para a guerra”, “parem a guerra contra o Iraque”. No mesmo dia, em Berlim se reuniram cerca de 30 mil pessoas e houve manifestações em San Francisco, Chicago e no México, Japão, Coréia do Sul.

E o grande fato foi a manifestação europeia de 9 de outubro, por ocasião do Fórum Social de Florença com mais de 400 mil pessoas, logo após a resolução da ONU aceitando a posição dos EUA. Enquanto os governos europeus, russo e chinês se curvavam à vontade imperial, a massiva participação da juventude e de trabalhadores de todo o continente demonstrou que o fenômeno é pan-europeu e cada vez mais coordenado, segundo a descrição da própria CNN: “uma passeata com a participação de pelo menos 400 mil pessoas nas ruas da cidade de Florença, segundo números da Polícia e dos organizadores. A manifestação já estava programada como um dos eventos do Fórum Social Europeu – uma reunião de grupos contrários à globalização -, mas ganhou um objetivo novo e maior depois da votação na ONU. Desde a madrugada, centenas de ônibus especiais e cerca de 20 trens começaram a chegar a

Florença, trazendo manifestantes de toda a Europa. A Polícia reforçou a segurança na cidade renascentista, montando bloqueios. No centro, lojas amanheceram com as portas fechadas. ‘Este é o primeiro protesto continental contra a Guerra e acho que é vital, por ter um impacto real’, comentou Guy Taylor, um ativista do grupo britânico Globalise Resistance. ‘Há tanta oposição – e forte – contra a guerra que acho que poderemos impedi-la’, acrescentou. Ao longo da passeata, manifestantes expressavam revolta com a resolução que exige do Iraque o acesso total aos inspetores de armas da ONU, sob pena de, em caso de descumprimento, o país enfrentar ‘conseqüências sérias.’” (CNN.com.br, 10/11/02)

Diferente do que ocorreu na guerra contra o Afeganistão, a combinação de crise econômica, o ascenso estendido a escala mundial e a violência da ofensiva de Bush que o faz aparecer claramente não como defensor da “liberdade” ou da “intervenção humanitária”, mas como o responsável direto por uma guerra de conquista colonial sem muitos disfarces, está colocando a possibilidade de um movimento muito amplo e estendido internacionalmente que pode fazer Bush recuar e seus aliados pagarem caro o preço de uma invasão ao Iraque e da opção da guerra sem quartel contra os povos. Está colocada a possibilidade de impor uma importante derrota à ofensiva imperial. 🌐



O NOVO DESPERTAR DA CLASSE OPERÁRIA INGLESA

BILL HUNTER

Dirigente da International Socialist League - ISL (Inglaterra)

Na segunda semana de setembro, o Congresso dos Sindicatos Britânicos refletia um profundo descontentamento que tomou conta dos trabalhadores e setores da baixa classe média na Grã-Bretanha. Estima-se que 80% da população está contra as políticas de privatização do governo do Novo Trabalho. Há também ampla oposição ao governo Bush e a seus planos contra o Iraque.

Durante o primeiro dia do Congresso, os líderes sindicais, particularmente dos sindicatos de servidores públicos, faziam freqüentes referências a estes sentimentos entre seus militantes de base. Esse primeiro dia aprovou, sem nenhum voto contrário, uma resolução pela luta para incrementar a contribuição dos assalariados às pensões e pela resistência contra sua deterioração mediante políticas do governo e das grandes empresas, que as põem no cassino da Bolsa de Valores.

Enquanto o Congresso estava reunido, o Sindicato dos Bombeiros organizou uma votação entre seus membros por uma greve nacional pelo salário, com o resultado quase seguro de uma imensa maioria dos votos a favor.

Faz 25 anos desde a última greve nacional do Sindicato dos Bombeiros. Por medida de segurança, a greve fará com que se feche o Metrô de Londres e o Túnel do Canal da Mancha; no caso deste último, os bombeiros franceses recusaram-se a assumir as tarefas de segurança dos bombeiros britânicos nesse dia.

Nos últimos dois anos, novos líderes sindicais foram eleitos com programas de esquerda em vários sindicatos britânicos, mostrando a força do sentimento contra o governo do Novo Trabalho e suas políticas.

No Sindicato de Serviços Públicos e Cíveis (PCS), em 2000, Mark Serwotka, membro de um dos grupos trotskistas da Aliança Socialista Escocesa, foi votado secretário nacional do sindicato por 60% dos militantes. A maioria executiva, de direita, do sindicato recusou-se a trabalhar com ele, mas foram derrotados depois de algumas reuniões tempestuosas da militância e depois de levar a cabo ações legais.

Este sindicato tem 280.000 membros e inclui mais da metade dos funcionários britânicos. *The Economist* de 13 de abril conclui que a batalha “no maior sindicato de serviços públicos (...) pode decidir se Tony Blair tem êxito ou fracasso em seu plano de reforma dos serviços públicos”. Mais ainda, acrescentou: “o que preocupa em Downing Street (endereço do Governo Britânico) é que Serwotka, que deve tornar-se o secretário geral do sindicato em junho, descreve-se a si mesmo como de extrema esquerda e membro da Aliança Socialista Escocesa”.

The Economist viu os processos dentro do PCS como um problema cada vez maior para os governantes do Novo Trabalhismo e da Grã Bretanha, acrescentava que o ocorrido no PCS era parte de um processo em que estava se elegendo líderes de esquerda: “Mick Rix, o secretário geral do ASLEF, o sindicato dos maquinistas de trem, é agora membro do Partido Trabalhista, depois de uns quantos anos no mais esquerdista Partido Socialista Trabalhista. Bob Crow foi respaldado pela trotskista Aliança Escocesa quando se converteu em secretário do RMT, outro importante sindicato dos trabalhadores ferroviários. Nos últimos meses os sindicatos têm feito greves de um ou dois dias que tem golpeado (...) o sudeste e o norte da Inglaterra, o norte do País de Gales e a Escócia”.

Agora, dois dos maiores sindicatos – o Sindicato Geral e Municipal dos Caldeireiros e a Unison – levaram resoluções à Conferência do Partido Trabalhista no final de setembro, reivindicando que o governo termine com seus sócios do capitalismo financeiro nas indústrias que antes eram nacionais.

A classe trabalhadora britânica está no começo de um grande incremento da luta que chega depois de décadas de mudanças históricas na organização da força da classe trabalhadora. Durante um século e meio, a vanguarda dos sindicatos foram os mineiros, trabalhadores do aço, os trabalhadores portuários, os operários da construção e os operários das fábricas de manufatura.

Um milhão de mineiros antes da Segunda Guerra Mundial podiam agitar o país com suas lutas. Em sua defesa a classe trabalhadora fez uma greve geral de nove dias em 1926 que levou o país à borda de uma revolução, em 1972 e 1974, as lutas mineiras sacudiram o governo.

Esse velhos e grandes batalhões da classe trabalhadora debilitaram-se decisivamente nos sindicatos. Perderam todas as minas de carvão e só há umas poucas centenas de mineiros em todo o país. Os trabalhadores do aço reduziram-se drasticamente. No entanto, a pesar do que os historiadores e os ex-marxistas arrependidos possam dizer, quando nos falamos de que nos anos 70 vi-

mos o final da classe operária como força poderosa na era pós-industrial, um novo período da luta de classes, política e econômica, está chegando à Grã-Bretanha. As velhas tradições agora serão recuperadas pelas novas gerações, principalmente nos sindicatos de serviços e transportes.

A conclusão impressionista que o SWP – Partido Socialista dos Trabalhadores – o maior dos grupos de esquerda da Aliança Escocesa – repete à boca pequena, é que na última metade do século XX houve um descenso nas lutas na Grã Bretanha e Europa. Na verdade, esse período é caracterizado por grandes lutas da classe trabalhadora. As contradições (e o SWP, um grupo sectário de propaganda que desenvolveu a teoria de que a URSS era um “capitalismo de estado”, encontra sempre dificuldades com as contradições) neste período foram as retiradas e traições pela direita de seus líderes. Isto faz com que a história real seja muito importante para os trabalhadores britânicos na atualidade, quando estão surgindo novos líderes.

Nos anos 70 preparou-se uma séria ofensiva contra a classe trabalhadora, e Thatcher liderou um governo Tory (conservador) sob a bandeira de esmagar o poderoso poder sindical. O Estado e o governo se esforçaram por destruir os setores mais fortes dos trabalhadores, inclusive às custas da indústria manufatureira e outras indústrias básicas, nas quais o capitalismo britânico havia baseado sua expansão no passado.

A ofensiva tentava alterar a relação de forças entre o capitalismo e a classe operária organizada, e com a capitulação dos líderes sindicais, conseguiu alguns êxitos aparentes, particularmente nos anos 80. Nas últimas três décadas do século XX, os ataques à organização sindical, às condições de trabalho e aos salários foram, com o tempo, mais fortes na Grã Bretanha que em outros países europeus.

De qualquer forma, novos setores e novas gerações entraram na luta nos anos 70 e o amplo desenvolvimento do sentimento anticapitalista, que existe hoje na Grã Bretanha (e, supomos, no mundo) era evidente.

A resposta à ofensiva do governo contra a classe trabalhadora foi um constante incremen-

to da militância sindical. Nos anos 70, os sindicatos tiveram seu maior incremento de militância desde o século XIX, enquanto os trabalhadores buscavam a luta organizada contra a ofensiva econômica e política. Os mineiros derrotaram dois governos Tories, em 1972 e em 1974, que tinham como eixo de sua política o controle dos sindicatos. Quando tentaram introduzir sua Lei de Relações Industriais, as manifestações e greves de protesto os forçaram a se demitir, em 1974, em meio a outra greve mineira.

Outro governo trabalhista foi eleito em 1974, com os trabalhadores sentindo que haviam obtido uma vitória contra os ataques aos sindicatos e esperando que o novo governo protegeria suas organizações. De fato, enquanto os mais claros ataques legislativos sobre os sindicatos foram derrotados, o governo, os líderes sindicais e a patronal se reuniram para acordar um “Pacto Social” para frear os aumentos salariais e ajudar à reorganização da indústria britânica.

O fechamento das fábricas, portos e minas aumentou, junto com as demissões dos mineiros, trabalhadores portuários e outros trabalhadores. O resultado foi um incremento do desemprego e o “pacto social” significou que, durante o período do governo trabalhista, os salários reais dos trabalhadores britânicos baixaram, algo que não havia ocorrido em duas décadas.

Entretanto, o Estado se preparava para a luta com os setores mais fortes da classe trabalhadora. Aprendeu das lições de 72 e 74, e mais tarde, usou-as na greve mineira de 1984/85, utilizando-se da polícia, dos juízes e a propaganda. Jasper Ridley, um líder Tory associado a Margaret Thatcher, planejou uma estratégia para negociar com os trabalhadores, especialmente com os mineiros.

Houve uma expansão dos sindicatos de trabalhadores do setor de serviços, e eles entraram no chamado “inverno do descontentamento” em 1979, resultado direto do governo trabalhista em 1976, que levou adiante as condições impostas pelo FMI quando este fez um empréstimo à Grã-Bretanha. Estas medidas significaram o corte em gastos na saúde e nos serviços públicos. No final de 79, as reivindicações salariais explodiram em numerosas greves, e os políticos Tories, ajudados pelos meios de comunicação, exageraram os efeitos, tentando assustar a classe média com medo do “poder dos sindicatos”.

O governo trabalhista chamou eleições gerais e Thatcher venceu. Seu governo estava preparado para destruir a indústria manufatureira britânica, como meio para destruir as organizações da classe operária que haviam sido, historicamente, a vanguarda da classe: os mineiros, os trabalhadores dos estaleiros, portuários e trabalhadores dos transportes. O governo impôs seu programa até chegar à criminalização da atividade sindical, mas não sem que houvesse ações operárias contrárias. Desde o momento em que assumiu o poder, o governo Thatcher começou conscientemente a levar adiante o que pensaram seria o estado final da destruição da força da classe operária. O governo Thatcher acelerou o ataque aos sindicatos e aos setores tradicionais da classe trabalhadora como os mineiros e os trabalhadores portuários.

O governo Tory começou imediatamente a introduzir suas leis anti-sindicais que freavam as greves e os direitos sindicais. Em 1981, o TUC e o Partido Trabalhista convocaram manifestações de centenas de milhares de pessoas. Nos primeiros anos do governo Tory, os líderes sindicais declararam que lutariam contra as leis anti-sindicais até o final, e expressaram sua intenção de negar-se a obedecê-las.



Alguns declararam que iriam ao cárcere por defender os direitos sindicais. A história nos mostra que pouco valor havia por trás destas bravatas.

Quando os trabalhadores começaram a desenvolver a unidade de sua luta, a ação destes líderes deixou clara sua oposição e seu medo de um movimento unido da classe.

Houve uma recessão econômica no começo dos anos 80. Anunciaram-se o fechamento de fábricas e demissões em uma escala nunca vista. Os interesses dos trabalhadores ferroviários, os portuários e de outros trabalhadores que estavam perdendo seus empregos estavam claramente inter-relacionados. Todos os trabalhadores estavam ameaçados pela legislação Tory, que derrubou direitos sindicais que haviam sido ganhos depois de muitos anos de luta. A tarefa dos líderes sindicais era a fazer uma campanha por uma luta unificada. Os líderes sindicais se viram obrigados a falar em formar alianças para enfrentar os ataques do governo. No entanto, a “tríplice aliança”, do carvão, do aço e os sindicatos ferroviários, uma vez criada, jamais organizou nada. Na greve dos mineiros, rompeu-se. Quando os trabalhadores do aço começaram a saquear no sul do País de Gales, houve uma ameaça de greve geral e o líderes sindicais imediatamente recuaram.

Em 1980, evitaram uma greve geral, quando houve um poderoso movimento de solidariedade em uma área industrial do sul do País de Gales, que ameaçou estender-se à toda a nação contra os ataques à indústria mineira e do aço, e em apoio aos trabalhadores do aço. O *Daily Mirror* comentou em 29 de junho de 1980: “de repente a cena se fez mais explosiva e perigosa do alguém jamais pudesse pensar há duas semanas”.

O desejo principal do Congresso de Sindicatos foi evitar qualquer confrontação aguda. O *Times* de 30 de janeiro falava da ansiedade dos líderes sindicais, posto que os trabalhadores do sul do País de Gales estavam clamando por uma greve geral, e a possibilidade de que se chamasse a greve se fazia cada vez mais real. Seu principal editorial declarou:

“Uma greve geral é, essencialmente, um gesto revolucionário, e os líderes sindicais da atualida-

de estão, em sua maioria, tão afastados das revoluções como qualquer grupo na Grã-Bretanha. O objetivo de uma ação como essa não será o empresário, mas sim o governo, que tem em suas mãos o destino das três indústrias mais diretamente implicadas [nas lutas] (o aço, as minas e a ferrovia britânicos). Seria uma confrontação política direta com a habilidade do governo de levar a cabo sua política em grande parte do país. Não é de estranhar que os líderes do UTC tenham medo de perder o controle”.

Os líderes sindicais britânicos conseguiram impedir a unidade de ação dos sindicatos do aço, dos ferroviários e das minas, e minimizaram a ação de outros setores da militância de base dos sindicatos que saíram à luta durante a greve do aço.

Durante a greve dos mineiros de 1984/85, houve outros poderosos setores de trabalhadores em conflito com o governo Tory – ferroviários, motoristas de ônibus e portuários. A prefeitura trabalhista de Liverpool também sofreu um áspero conflito com o governo ao negar-se a aumentar os impostos municipais.

O governo derrotou as reivindicações dos mineiros porque, com a ajuda dos Trabalhistas e dos líderes sindicais, isolou os mineiros, fazendo pequenas concessões a estas outras frentes abertas para minar a ação unitária. O TUC não deu nenhum apoio à greve mineira de 1984/85. Ao contrário, minou-a.

A esta derrota seguiu-se a da greve dos trabalhadores portuários de 1989. Mas foi nesta época que começou um movimento que abalou o governo Tory: o protesto contra o *Poll Tax* que terminou com a liderança de Thatcher e do partido Tory. Os trabalhadores, e alguns setores da classe média, recusaram pagar um imposto que afetava aos setores mais baixos da sociedade. Foi parte de um movimento acelerado de crescente descontentamento contra o governo Tory nos anos 80 e 90.

Aumentou a já imensa corrupção, as fortunas criadas pela privatização de indústrias e serviços, e o incremento da polarização da riqueza entre os que mais tinham e os que nada tinham.

Houve um crescente ódio contra os cortes dos gastos com educação e saúde, e o tratamen-

to aos doentes, aos incapacitados e os inválidos, e contra o aumento da riqueza em um extremo da sociedade e a pobreza no outro.


Com os saques da privatização, como vimos nas ferrovias, há uma montanha de questões de saúde, aposentadoria e transportes que afetam a muitas pessoas, indignadas pela corrupção e ambição dos peixes gordos das finanças que fazem suas fortunas. Em 1997, o Novo Trabalhismo era eleito pelos sentimentos anticapitalistas e antitrabalhistas de um amplo setor da classe operária e da classe baixa na Grã-Bretanha. Mas, muito rapidamente, ficou claro para muitos setores de votantes trabalhistas que a política trabalhista era capitalista, diretamente oposta aos sentimentos daqueles que os haviam votado. Essa é a razão para o crescimento da abstenção nas áreas tradicionalmente trabalhista, que não é produto da apatia, como dizem os comentaristas, mas uma oposição positiva aos Trabalhistas por suas políticas conservadoras. Os votantes dos velho Trabalhismo se sentem fraudados.

Há uma lição central, extraída dos anos 70 e 80, que estes trabalhadores que agora chegam à luta têm que aprender: é a lição da necessidade de uma direção que organize as lutas e tome as medidas necessárias para lutar através de um programa de acordo ao interesse da classe trabalhadora. Os trabalhadores devem ter claro os perigos dos líderes que confundem os objetivos.

Há líderes sindicais que parecem estar comprometidos com sua classe e estão comprometidos com o Novo Trabalhismo. No Congresso Sindical, eles desviaram seus objetivos e capitularam à preparação da guerra de Bush e Blair. Reformaram sua posição – claramente a favor da guerra – chamando, covardemente, a que Bush atue através das Nações Unidas.

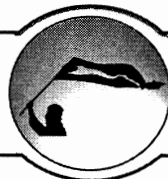
Os crescentes problemas do capitalismo em crise econômica e a guerra demandam princípios de classe claros e agudos e um programa de luta para a classe trabalhadora que se oponha ferozmente ao Novo Trabalhismo, como o esteve frente ao Thatcherismo. O congresso de sindicatos reflete a realidade: que há um amplo apoio entre os trabalhadores contra a privatização, contra as privatizações do Novo Trabalhismo, pelo fim da legislação anti-sindical e contra a guerra no Iraque. A grande necessidade hoje em dia é construir uma direção que organize agressivamente as forças da classe trabalhadora em uma luta unitária em torno deste programa e pelo controle dos trabalhadores – e dos usuários – dos serviços públicos.

Têm havido abundantes provas desde o final da Segunda Guerra Mundial sobre a capacidade de luta das massas trabalhadoras, na Grã-Bretanha e em todo o mundo. A razão para os retrocessos e os erros no avanço dos trabalhadores em sua emancipação e rumo à sociedade socialista, há que buscar naqueles que lideram suas lutas.

A história nos tem mostrado que, na sociedade capitalista, a ideologia dominante do capitalismo, a pressão do estado, a corrupção estatal e dos empresários, exerce uma contínua, insidiosa e implacável pressão sobre os líderes dos trabalhadores. A classe trabalhadora deve desenvolver uma direção conscientemente armada contra isto, e deve preparar-se para enfrentar agressivamente, até o final, pelo programa que foi aclamado pela base. Deve desenvolver uma unidade de luta internacional e nacional. E, sobretudo, deve estudar as lições da crise revolucionária que começou em 1980. 



Luta de Classes




 AMÉRICO GOMES

Venezuela: uma revolução na encruzilhada 25

 PST - COLÔMBIA

Colômbia: o governo Uribe e as tarefas dos socialistas 81

 POS - MÉXICO

Crônica de uma luta exemplar 71



to aos doentes, aos incapacitados e os inválidos, e contra o aumento da riqueza em um extremo da sociedade e a pobreza no outro.


Com os saques da privatização, como vimos nas ferrovias, há uma montanha de questões de saúde, aposentadoria e transportes que afetam a muitas pessoas, indignadas pela corrupção e ambição dos peixes gordos das finanças que fazem suas fortunas. Em 1997, o Novo Trabalhismo era eleito pelos sentimentos anticapitalistas e antitrabalhistas de um amplo setor da classe operária e da classe baixa na Grã-Bretanha. Mas, muito rapidamente, ficou claro para muitos setores de votantes trabalhistas que a política trabalhista era capitalista, diretamente oposta aos sentimentos daqueles que os haviam votado. Essa é a razão para o crescimento da abstenção nas áreas tradicionalmente trabalhista, que não é produto da apatia, como dizem os comentaristas, mas uma oposição positiva aos Trabalhistas por suas políticas conservadoras. Os votantes do velho Trabalhismo se sentem fraudados.

Há uma lição central, extraída dos anos 70 e 80, que estes trabalhadores que agora chegam à luta têm que aprender: é a lição da necessidade de uma direção que organize as lutas e tome as medidas necessárias para lutar através de um programa de acordo ao interesse da classe trabalhadora. Os trabalhadores devem ter claro os perigos dos líderes que confundem os objetivos.

Há líderes sindicais que parecem estar comprometidos com sua classe e estão comprometidos com o Novo Trabalhismo. No Congresso Sindical, eles desviaram seus objetivos e capitularam à preparação da guerra de Bush e Blair. Reformaram sua posição – claramente a favor da guerra – chamando, covardemente, a que Bush atue através das Nações Unidas.

Os crescentes problemas do capitalismo em crise econômica e a guerra demandam princípios de classe claros e agudos e um programa de luta para a classe trabalhadora que se oponha ferozmente ao Novo Trabalhismo, como o esteve frente ao Thatcherismo. O congresso de sindicatos reflete a realidade: que há um amplo apoio entre os trabalhadores contra a privatização, contra as privatizações do Novo Trabalhismo, pelo fim da legislação anti-sindical e contra a guerra no Iraque. A grande necessidade hoje em dia é construir uma direção que organize agressivamente as forças da classe trabalhadora em uma luta unitária em torno deste programa e pelo controle dos trabalhadores – e dos usuários – dos serviços públicos.

Têm havido abundantes provas desde o final da Segunda Guerra Mundial sobre a capacidade de luta das massas trabalhadoras, na Grã-Bretanha e em todo o mundo. A razão para os retrocessos e os erros no avanço dos trabalhadores em sua emancipação e rumo à sociedade socialista, há que buscar naqueles que lideram suas lutas.

A história nos tem mostrado que, na sociedade capitalista, a ideologia dominante do capitalismo, a pressão do estado, a corrupção estatal e dos empresários, exerce uma contínua, insidiosa e implacável pressão sobre os líderes dos trabalhadores. A classe trabalhadora deve desenvolver uma direção conscientemente armada contra isto, e deve preparar-se para enfrentar agressivamente, até o final, pelo programa que foi aclamado pela base. Deve desenvolver uma unidade de luta internacional e nacional. E, sobretudo, deve estudar as lições da crise revolucionária que começou em 1980. 



VENEZUELA: UMA REVOLUÇÃO NA ENCRUZILHADA

AMÉRICO GOMES

Membro da Direção Nacional do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (Brasil)

Entre 11 e 13 de abril de 2002 se encontraram frente a frente nas ruas da Venezuela a revolução e contra-revolução. De um lado, a ferocidade do imperialismo e setores da burguesia nacional, com seus grupos paramilitares e sua polícia, buscando derrotar o processo revolucionário que ocorre no país. Do outro, a disposição revolucionária das massas, com suas características peculiares, suas organizações de base e a solidariedade popular.

Nesse enfrentamento ganhou a insurreição popular, que derrotou o golpe pro-imperialista e trouxe Chavez de volta ao poder.

Mas o enfrentamento não se esgotou, a direita continua a conspirar para derrubar o governo chavista e atacar o processo revolucionário pelas “buenas o pelas malas”.

Por outro lado, as forças da revolução encontram-se organizadas nos Círculos Bolivarianos, Comites de Tierra, Asambleas y Coordinadoras Populares, Redes Sociales y Sindicatos de Lucha, lutando para aprofundar a revolução.

A Venezuela é um país dividido entre revolução e contra-revolução, em um dos pontos altos da polarização de classes latino-americana.

O imperialismo e a burguesia articularam o golpe de Estado

A primeira grande mentira que se tenta passar é que não houve um golpe de estado previamente planejado em 11 de abril, mas “um levante espontâneo do movimento de massas que levou a um vazio de poder, ocupado por um governo civico-militar”.

A verdade é que o golpe vinha sendo articulado e preparado há tempos, com declarações da burguesia e do imperialismo norte-americano, pela imprensa. E por uma aliança espúria que inclui os setores mais reacionários da sociedade venezuelana, tendo à frente Pedro Carmona Estanga, ex-presidente da Federação de Câmaras da Venezuela (Fedecamaras, a FIESP de lá), o arqui-pelego Carlos Ortega, presidente da Central dos Trabalhadores de Venezuela, a alta burocracia da estatal Petroleos de Venezuela (PDVSA); militares ligados a antigas oligarquias; burocratas adecos e copeianos varridos dos aparatos do estado nas últimas eleições; a alta hierarquia da igreja católica, na figura de Monsenhor Baltazar Porrás presidente da Conferência Episcopal da Venezuela; o velho conhecido ex-presidente Carlos Andrés Pérez, responsável por milhares de mortos

no caracazo; e os donos dos grandes meios de comunicação, como Gustavo Cisnero.

Todos devidamente articulados pelo imperialismo norte-americano com seu embaixador Charles Shapiro. Após o golpe, Shapiro se reuniu duas vezes com o ditador Carmona, em menos de 36 horas, dando seqüência às reuniões que havia realizado antes.

Esta articulação convocou uma greve geral para 9 de abril, quando se tentou paralisar a indústria petroléira. Fecharam indústrias e paralisaram o transporte em ações de blecaute. A greve, que deveria durar 24 horas, logo foi transformada em greve por tempo indeterminado.

O segundo ato foi conduzir uma marcha até o Palácio Presidencial de Miraflores, em 11 de abril, com o claro objetivo de provocar um conflito sangrento.

Chegando lá, provocadores paramilitares e membros da Polícia Metropolitana de Caracas (de Alfredo Pena) se enfrentaram com ativistas dos Círculos Bolivarianos. A morte de 17 pessoas nesse conflito foi o estopim para o golpe, acusando-se Chavez de genocídio e de crime contra a humanidade.

Os militares golpistas, tendo à frente o General Lucas Rincón Romero, prenderam Chavez e o levaram para Forte Tiuna. Rincón anunciou que o presidente havia “renunciado”, e que ele e os outros comandantes das Forças Armadas também colocavam seus cargos à disposição. Com a vacância do cargo de presidente, chamaram Carmona para ocupá-lo. De imediato constituíram um novo regime e anunciaram os novos decretos presidenciais: eliminaram o nome “Bolivariana” da Republica; dissolveram a Assembléia Nacional, o Tribunal Superior de Justiça, o Conselho Nacional Eleitoral; destituíram prefeitos e governadores, e anularam o acordo entre Cuba e Venezuela sobre intercâmbio petroléiro, assistência médica e esportiva.

“El árbol de la democracia se riega con sangre”

Deram o golpe e soltaram a repressão na rua. Forças golpistas, como a Polícia Metropolita-

tana de Caracas e a polícia política DISIP, apoiadas por grupos paramilitares, formados por agrupamentos direitistas como o Primeiro Justicia (também chamado de Primeiro Ajusticia), jagunços da Ação Democrática, e de supostas organizações de esquerda como Causa R e Bandera Roja, com escopetas e revólveres caçavam prefeitos, militantes chavistas e dirigentes sindicais e comunitários combativos. Várias mortes ocorreram nessa noite.

O comando da Guarda Nacional anunciou que não iria reprimir, aquartelou-se e deixou o golpe correr. Os prefeitos de Caracas, Chacao e Baruta ordenaram invasões de casas e prenderam ativistas. Manifestantes quebraram a entrada da embaixada cubana e tentaram invadi-la para buscar supostos exilados.

O golpe foi derrotado nas ruas, pelas massas insurgentes

A segunda grande falácia que se conta é que Chavez voltou ao poder por meio de um contragolpe dos militares. Foi a insurreição popular que derrotou o golpe e trouxe o presidente novamente ao poder.

Logo no dia 12 à noite começaram os protestos em Guarenas, na Grande Caracas. No dia 13 se generalizaram por todo o país.

Bolívar, um petroleiro do *Movimento Clássista La Jornada*, nos deu o quadro insurrecional de Caracas: “Quando nos demos conta, eram centenas de pessoas nas ruas e, como sintoma característico, as pessoas começaram a ir até os quartéis, principalmente o quartel de Caçadores que existe na cidade. Iam cantando: “¡Si va a volver, si va a volver. Chavez si va a volver!” Esta pressão sobre os quartéis de todo país, foi decisiva, coisa que o próprio Chavez confirmou dias depois, a **hierarquia estava quebrada**. Os soldados realizavam assembléias para discutir e só reconheciam ao governo de Chavez. Os principais quartéis do país se encontravam tomados em seus arredores pela população, principalmente em Caracas, Maracaibo, Maturín, Maracay e Valência e isto inclinou a balança até a insurreição por parte dos soldados. (...)

A mobilização dos bairros não há pude observar até que cheguei as cidades de Guarenas e

Guatire. Ao princípio quando me acerquei a Guatire, havia uma grande aglomeração de veículos que não podiam seguir. Os mesmos me diziam várias vezes que “não continuasse o caminho, porque a situação era perigosa”. Era um inferno a via para Caracas. Mesmo assim eu continuei o caminho. A primeira barricada passei sem problemas. Depois me agarrei a segunda barricada a qual no pude passar. As pessoas estavam muito alteradas nas barricadas. Esta barricada eu a rodei por umas ruas de Guarenas e saí mais adiante. Porem quando chegamos a terceira barricada ¡Porra! Ali nos fodemos. Tudo estava fechado por completo. Ainda que não havia em quem atirar se ouvia disparos de toda parte. Força policial já não existia em nenhum lado. Tinham fechado a rodovia que leva a Caracas desde as 11:00 da manha e já era meia noite. Nos acercamos das pessoas. Estavam organizadas. Haviam líderes. Tinham um equipamento de som a todo volume onde se escutava as noticias do rádio. Havia um depósito da PTJ (policia civil) de carros roubados, ao lado da via, tocaram fogo em todos os veículos. A fogueira dos carros incendiados era impressionante. Esta mesma situação de barricadas continuas estava sucedendo a nível da via até o estado Vargas. Toda a cidade de Caracas se encontrava isolada do resto do pais pela via terrestre. (...)

Dai fui para o Canal 8 em Caracas. Bom, um gentio. Havia um palanque improvisado com gente fazendo comício. Gente dos bairros. Novamente pude constatar níveis de organização. Daí fomos a Miraflores. Mas havia muita gente alterada celebrando o rápido regresso de Chavez, o qual já haviam confirmado as tropas de Miraflores. Daí me dirigi a base aérea de La Carlota, onde também havia gente concentrada nos arredores da base militar. Em definitivo, Caracas estava nas mãos das pessoas. Os canais de televisão haviam sido cercados pela população que havia retomado o canal do Estado.

E conclui impressionado: “Estivemos frente a uma insurreição clássica. Um exercito quebrado, sem autoridade sobre os soldados e em franca desobediência. Uma população que havia tomado as ruas com o método da mobilização e das barricadas e com um fim político: derrubar o governo militar-patronal e que Chavez regressasse. A isto devemos somar que existia uma direção nos bairros representada pelos lideres comunitários e pelos Círculos Bolivarianos”.

A rodovia que liga o Aeroporto a Caracas havia sido interditada; gente que havia descido das favelas das encostas dos morros fecharam a rodovia com barricadas de madeira e pneus pegando fogo, davam pedradas e até disparos vindos dos morros.

O Forte Tiuna foi cercado de milhares de pessoas que chegaram de noite. Foram ouvidos tiroteios e panelaços na região que foi sobrevoada por helicópteros.

Os militares que apoiavam Chavez se apresentavam e diziam: “aqui estamos”. Entre eles, os pára-quedistas da base “Libertador”, de Maracay, com o Coronel Banuel à frente e os infantes da Marinha de Catia La Mar.

Os golpistas faziam apelos pelos meios de comunicação para que os pára-quedistas e os infantes não viessem a Caracas.



O comando da Guarda de Honra, com um contingente de 3 mil homens, responsável pela segurança do Palácio, tomou o partido de Chavez. Armados com fuzis e pistolas, instalaram-se no despacho e outros setores do Palácio e do Batalhão da Guarda, que ocupa um anexo em Miraflores.

Vendo o chão ruir, Carmona revogou os decretos do dia anterior e anunciou que convocaria a Assembléia Nacional em caráter extraordinário, entre outras coisas para nomear novos ministros para o STJ.

Mas era tarde. Com a população nas ruas e a maioria dos militares com ela, a burguesia não teve outra alternativa para se contrapor às massas insurgentes que não aceitar Chavez de volta, para recompor o Estado burguês.

Às 18 horas do dia 13 o presidente da Assembléia Nacional, Willian Lara, anunciou que o Legislativo daria posse imediata ao vice-presidente constitucional, Diosdado Cabello, até que Chavez fosse libertado e reassumissem o posto.

Carmona tentou fugir para a sede do PDVSA, mas foi encurralado e preso no próprio Palácio presidencial.

Derrotar os golpistas e prosseguir com a revolução

O golpe foi derrotado, mas a conspiração continuou. A direita articulou um ato contra o governo em 10 de outubro (dizem que contou com 1 milhão de pessoas). Chavez respondeu com um ato no dia 14, maior que o dos golpistas.

A seguir foi chamado um Paro Nacional para 21 de outubro para exigir sua renúncia, que foi um retumbante fracasso; somente algumas lojas do centro da cidade fecharam as portas para dar algum impacto televisivo. Mas no dia 22, oficiais que participaram do golpe de abril e que estão soltos se rebelaram na Praça França, no bairro burguês de Altamira, em Caracas, e de lá chamaram a uma insurreição militar.

Dado o pouco apoio que a direita golpista tem nas massas, o povo venezuelano (que sempre teve um excelente humor) chama-os de “escualidos” (fraquinhos)

Mas o fato é que continua a conspiração pró-imperialista. Por isso, o primeiro passo para aprofundar o processo revolucionário é desmontar e derrotar aos “escualidos” de maneira decisiva, com a prisão imediata dos golpistas e conspiradores, pondo um fim na impunidade. Juízo e castigo para Carlos Ortega, Cisneros, Carmona, Alfredo Pena, os Generais Efraín Vásquez Velasco, Alberto Camacho Kairuz e Manuel Rosendo e Almirante Héctor Ramírez Pérez. Imediata libertação dos presos de Puente Llaguno. Expropriação dos grandes meios de comunicação que apoiaram o golpe e sua estatização sob controle dos trabalhadores. (Venevisión, Rádio Caracas e RCTV, Televen entre outros). Expropriação dos meios de produção dos empresários golpistas e que participaram do Paro Nacional, assumindo-se a consigna de “Fabrica cerrada, fabrica ocupada” sob controle dos trabalhadores. Dissolução de Fedecamaras e da CTV. Que os trabalhadores construam sua organização sindical independente. Destituição de toda direção de PDVSA e que esta fique sob controle dos trabalhadores. Demissão de todos os altos funcionários que participaram do golpe. Por uma PDVSA democrática a serviço de todos os venezuelanos. Fechamento da embaixada dos inspiradores do golpe, Estados Unidos e Espanha. Dissolver e “refundar” os corpos policiais implicados na repressão golpista como a Polícia Metropolitana de Caracas, as Polícias de Baruta, Chacao e Carabobo. Nenhuma negociação com os golpistas. Contra a realização referendos ou eleições agora, estas exigências por parte da direita não passa de uma trama com a intenção de neutralizar o processo revolucionário, desmobilizar o povo e os trabalhadores.

E, para consolidar o apoio popular, é fundamental avançar em medidas transicionais que combatam a miséria da maioria da população com um Plano Econômico de Emergência que suspenda imediatamente o pagamento da Dívida Externa; congele os preços dos produtos de primeira necessidade; aumente salários; pague um bônus de emergência para toda a população pobre e de estabilidade no emprego por tempo indeterminado.

É fundamental manter o impulso revolucionário, em seu aspecto político, econômico e organizativo.



Chavez poderá ser o novo Allende da América Latina

Já antes do golpe Chavez cumpria todos os seus compromissos com o imperialismo: a Dívida Externa sempre foi paga pontualmente, e leva 30% do Orçamento nacional; comprometeu-se a combater o terrorismo e a fornecer petróleo de forma ilimitada aos EUA.

Depois do golpe, a bancada do governo aprovou uma lei para desarmar a população e uma nova lei eleitoral reivindicada pela oposição.¹

Ao mesmo tempo quem vem pagando pela crise econômica nacional é o povo venezuelano, pois apesar das altas entradas petrolíferas, por volta de 24 bilhões de dólares por ano, a atividade econômica retraiu em 7,1%; em 2002 o governo pretende prosseguir com o plano de cortar 7% do orçamento, de US\$ 35 bilhões, e poderá até mesmo elevar esse percentual para 20% para evitar uma crise fiscal, como afirmou o ministro de Finanças, o burguês Tobias Nobrega.

A inflação acumulada nos primeiros nove meses do ano é de 26%, a desvalorização do bolívar frente ao dólar é de 90%, isso faz com que 70% da população seja considerada pobre, com um desemprego entre 16 e 20%, e uma economia informal abrangendo 53% da força de trabalho.

O povo venezuelano apoia o governo de Chavez contra a direita mais pelo aspecto político do que por ter conquistas econômicas a defender.

Durante o golpe é verdade que Chavez nunca assinou sua renúncia e nunca existiu vazio de poder. Mas também que não resistiu e nunca fez nenhum chamado a resistência popular ou militar.

Depois de 13 de abril ele segue o caminho inverso aos anseios do povo venezuelano, que quer prender os golpistas e atacar os conspiradores. Em nome da *"paz e da reconciliação nacional"*, permite que a maioria dos militares e civis responsáveis pelo golpe fiquem livres.

Ao chegar a Miraflores logo às cinco da manhã do Domingo, com um crucifixo na mão, disse: *"Calma, todo esta bien, vuelvan a sus casas, todo esta bajo control. Los Círculos Bolivarianos por favor no los quiero con armas, esta es una revolución pacífica"*.

Ainda que confirmou suspeitas da participação norte-americana disse *"Eles são tão sensíveis diplomaticamente que não vale a pena tratá-los dessa maneira, aqui, numa entrevista coletiva."*

Isentou o general Lucas Rincón, e o manteve no cargo de inspetor-geral das Forças Armadas; e acrescentou: *"Não vou fazer com eles o que fizeram comigo"*.

O Supremo Tribunal de Justiça, que tem a maioria dos juizes nomeados por Chavez e que foi dissolvido pelo governo golpista, absolveu os militares alegando que não houve nenhum golpe.

Mesmo depois da insurreição de 13 Abril



ter derrotado o golpe, da marcha pró-governo ter superado a marcha escualida de 10 de Outubro, do Paro Cívico fracassado de 21 de Outubro e do chamado a desobediência militar por parte de 14 oficiais processados pela participação no golpe, a política chavista é de negociar com a oposição.

A ultradireita e o imperialismo seguem apostando na derrubada do governo. Ainda que com duas táticas diferentes: um setor defende diretamente o golpe (Primeiro Justicia, Acion Democrática, Copei, Proyecto Venezuela, Alianza Bravo Pueblo); outro uma saída negociada com a antecipação do referendo (EL Nacional, setores da CTV e de Fedecamaras) pois já convenceram que não tem correlação para derrotar o povo pela força.

Em 1º de novembro, após as negociações entre o secretario general da OEA, César Gaviria, o secretario adjunto dos EUA para o Hemisfério Ocidental, Otto Reich e o vice-presidente José Vicente Rangel, Hugo Chavez em todos os jornais afirmava que apesar da Constituição Bolivariana somente admitir um referendo em Agosto de 2003, ele via a possibilidade de uma emenda ou uma reforma constitucional para fazer modificações *“Es basta conveniente revisar algunas cosas para reformarla”* disse *“en vez de ser a la mitad del periodo podria ser al tercio del mandato, siempre que vaya a consulta y el pueblo diga si”*.²

Toda esta impunidade e negociação com os golpista gera profunda indignação no povo que se pergunta *“¿Hasta cuando?”*

Construir uma alternativa revolucionária e socialista

O governo Chavez é fruto de uma vitória revolucionária do movimento de massas, mas não pretende dar um passo a frente neste processo, ao contrário quer negociar com a direita e o imperialismo.

Para avançar nesta negociação necessita desmontar a revolução, com isso sua política abre mais o caminho para a contra-revolução.

Como Allende que depois do Tacnazo, ao invés de atacar os militares golpista, nomeou Pinochet para seu ministro da Guerra, abrindo

o caminho para a direita sanguinária.

Algumas organizações que se diziam de esquerda, como Causa R, com Andres Velasquez e Pablo Medina e Bandeja Roja, foram de malas e bagagem para oposição golpista-burguesa e pró-imperialista.

A maioria das organizações que permaneceram corretamente do lado do processo revolucionário se negam a criticar de maneira contundente a política do governo e a construir uma organização independente do chavismo.

Com isso, hoje não existe na Venezuela uma organização nacional no campo do proletariado com uma política revolucionária e classista, independente do chavismo, em oposição ao governo pela esquerda, que proponha a derrota definitiva da direita golpista e deixe claro que Chavez não fará isto.

Existem sim organizações regionais que caminham neste sentido. Se apresentaram no 1º de Maio em dezenas de boletins, jornais e faixas, são grupos compostos por uma ampla vanguarda de lutadores e ativistas, formada no combate contra organizações de direita, fascistas e pro-imperialistas, e com desconfianças e até descrença na política do governo de sufocar a contra-revolução e avançar no processo revolucionário.

A tarefa fundamental é construir esta organização nacional, unificando bolivarianos, lutadores, ativistas e militantes das organizações marxistas. Venezuela vive uma encruzilhada onde a sorte da revolução esta lançada. Sem uma organização revolucionária de características bolcheviques os trabalhadores e a população pobre dificilmente conseguirão superar este desafio.

O papel da direção da PDVSA

A Venezuela é o segundo maior produtor do continente e um dos maiores fornecedores de petróleo dos EUA.

A PDVSA (empresa estatal petroleira) é a coluna vertebral da economia nacional, responsável pela metade da arrecadação do governo, com receitas que alcançam 1 bilhão de dólares, emprega perto de 1% da força de trabalho, entre trabalhadores diretos e indiretos.

Os funcionários da “Nomina Maior”, altos executivos, conspiram claramente contra o governo, juntos com a CTV e Fedecamaras convocaram as paralisações nacionais. O objetivo era parar a produção petroleira e com isso estancar as exportações para prejudicar as finanças do país e levar o governo a paralisia ou a suspensão dos pagamentos da dívida.

A paralisação de 21 de outubro foi um fracasso total, mas antes disso em 9 de Abril existia muita divisão na base. Os trabalhadores da “Nomina Maior”, aderiram massivamente, montaram toda a logística necessária, realizaram marchas e caravanas pelas cidades. Enquanto isso, os operários observavam desconfiados e atentos, porque viam estes setores como “patrões” e os odiavam. Eles dirigem a PDVSA como uma empresa privada, tomam as decisões, fixam salários e decidem para onde vão os investimentos. “O trabalhador tem bronca da NM e não esteve disposto a aderir a paralisação, isso observamos em todos os campos seja: Anaco, San Tome, Puerto La Cruz e em geral em quase todas as áreas petroleiras.”¹⁸

Quando viram que os operários não paravam usaram da sabotagem das instalações, quebraram equipamentos e linhas, abandonaram os postos de chefia. Tudo para gerar o caos. Em algumas refinarias quando os chefes mandavam os trabalhadores pararem estes lhes exigiam por escrito a decisão da paralisação. Em outras os trabalhadores invadiam as refinarias a força e colocavam os gerentes para correr. Depois disso assumiam o controle operário das plantas elegiam uma Comissão de Operações para tocar a produção. Neste operativos até trabalhadores anti-chavistas ajudavam.

Um dirigente sindical contava que os petroleiros lhes diziam: “Urdaneta, Chávez es una rata, pero estos carajos son más ratas que cualquiera. Esos coños de madre hay que sacarlos. Esos coños de madre son unos patronos”¹⁴

E isso não ocorreu somente com as petroleira, durante todos os Paros convocados pela patronal a maior Siderúrgica do país, SIDOR, não parou, nem a indústria de alumínio na região industrial de Guayana. O Metro de Caracas não parou, o funcionalismo tampouco, isso é, os trabalhadores dos setores chaves da economia não pararam. Outro dirigente completa: “Vale a pena recordar que os patrões se foram, mas as plantas funcionaram, igual que a segurança industrial. A produtividade foi excelente. Ninguém faltou ao trabalho.” Depois da paralisação ficou uma experiência muito importante, os trabalhadores podem tocar a produção, sem gerência e sem patrões.

“Os trabalhadores do Movimento Classista La Jornada temos uma opinião distinta das colocadas até agora. Nós acreditamos que nem a junta diretiva passada, nem a Junta Diretiva atual, vai resolver os principais problemas da indústria petroleira nacional. Igual que no passado a Junta Diretiva está atada as decisões políticas do atual governo. O problema não se soluciona tirando um patrão e colocando outro. Por isso acreditamos que defender PDVSA é coloca-la realmente a serviço de todos os venezuelanos, é democratizando todas as instancias de decisão da indústria petroleira nacional. É necessário que tanto os trabalhadores, profissionais e técnicos, conheçamos realmente que se faz com o orçamento de PDVSA. Aonde vão e onde se gasta os planos de investimento e, da mesma maneira participemos na decisão de quem deve dirigir nossa principal indústria nacional. Só os trabalhadores, só nós mesmos, ninguém mais, poderemos defender nossos interesses e trabalhar para isso.”



¹ Folha de São Paulo, 25 de Outubro de 2002, A 10, entrevista com José Vicente Rangel.

² El Tiempo, 02 de Novembro.

³ Depoimento de um dirigente sindical petroleiro.

⁴ “Urdaneta Chavez é um rato mas estes caras são mais ratos que qualquer um. Temos que tirar estes filhos da puta. Estes filhos da puta são iguais aos patrões”.

AS VÍTIMAS DO GOLPE CLAMAM POR JUSTIÇA

Edgar Marques é presidente da Associação das Vítimas de 11 de abril, e nos contou no tradicional Gran Café em Sabana Grand, Caracas, os impressionantes fatos deste dia.

Em primeiro lugar nunca houve o conflito entre os “escualidos” e os chavistas na Ponte Llaguna. As massas que vinham com os direitistas ficaram com medo e fugiram, quem avançou foi a Polícia Metropolitana de Alfredo Pena que atirou contra os chavistas que protegiam a ponte.

Junto com isso, franco-atiradores que encontravam-se nos prédios em volta e que previamente haviam sido orientados pela forças golpistas começaram a atirar sobre os manifestantes, indiscriminadamente nos contra e pró-governo.

Do lado chavista foram 17 mortos e 87 feridos a bala, fora os que foram feridos com golpes e surras policiais da Metropolitana e da Polícia Técnica Judicial (PTJ). O próprio Edgar levou um tiro de fuzil que lhe perfurou o braço e o pulmão e lhe saiu pelas costas. Conversamos também com um senhor que levou um tiro na perna e nos mostrou a exata localização dos franco-atiradores.

Juan Acosta foi ajudar um companheiro que estava ferido quando recebeu um tiro que atingiu sua coluna cervical; Diogenes Lopes estava embaixo da ponte, viu os policiais e se virou para ir embora, levou três tiros, dois nas costas e um na cabeça; Yesenia Fuentes levou um tiro no maxilar, Carmem Mendonza na coxa direita, Ramon Munoz na perna direita, Adrian Linares na perna esquerda, todos denunciaram os Policiais Metropolitanos, ao invés destes estarem presos, os feridos estão sendo constantemente intimados e intimidados pela policia. Luis Carvajal identificou que os PM vinham atirando para abrir espaço para a marcha da oposição; ele abriu caminho e foi ferido a bala. Omar

Herrera, levou um tiro no tornozelo e identificou os franco-atiradores no Hotel Ausonia.

A partir do ataque das forças de repressão, vários chavistas começaram a se defender, atirando contra a polícia e os franco-atiradores. Três destes foram identificados através de fitas de vídeo e estão presos, diferente dos sete policiais acusados de atirarem na população, que foram identificados e suas armas deram positivo na prova de balística, e estão soltos.

Entre os presos está Nicolas Rivera, locutor e produtor da Radio Perola, que denunciou que foi torturado, invadiram sua casa, bateram em sua mulher e plantaram um saco de balas em sua casa, e até hoje não mostraram a arma que ele supostamente utilizou.

Alguns foram mortos ao tentar salvar seus companheiros feridos, outros quando estavam observando ou fugindo. E ainda como Tania Rengifo, grávida de 4 meses, que não estava em nenhuma marcha e apenas estava em um telefone na avenida Baralt, atingida possivelmente por um franco-atirador.

As vítimas do golpe fizeram um ato no dia 22 de outubro no Teatro Municipal exigindo: Punição aos assassinos e imediata libertação dos presos!!

COLÔMBIA: O GOVERNO URIBE E AS TAREFAS DOS SOCIALISTAS

EXTRAÍDO DO JORNAL *EL SOCIALISTA* DO PST COLÔMBIA

Estivemos recentemente em Bogotá, e conversamos com os companheiros do Partido Socialista dos Trabalhadores, PST, que pertence ao Centro Internacional do Trotskismo Ortodoxo (CITO).

As discussões políticas com os companheiros demonstram que a situação no país é extremamente complexa e expressa um grau de polarização social da luta de classes diferente do conjunto da América Latina.

Por isso extraímos livremente, com a autorização dos companheiros, trechos de seu jornal *El Socialista* (números 578 e 579) com os quais pretendemos dar uma visão que sirva de base para conhecer melhor e caracterizar a situação política desse país andino com uma longa tradição de lutas operárias e populares.

Na Colômbia é costume que cada governo que assume anuncia, já no primeiro dia, um pacote de medidas econômicas, políticas e sociais contra os trabalhadores.

(...) Mas o governo de Álvaro Uribe Vélez parece decidido a ganhar o campeonato como o mais regressivo no aspecto social, o mais explorador no aspecto econômico, o mais repressivo no aspecto político e o mais abjeto nas relações com o imperialismo americano e mundial.

O vento a favor de Uribe

O panorama nacional e mundial parece favorecer a aplicação dos planos de Uribe. A aguda crise econômica e social do país, somada à crise generalizada da América Latina e as dificuldades da economia norte-americana, é utilizada para justificar seu pacote de medidas econômicas e sociais. O nível de agudização que chegou ao conflito armado lhe proporciona argumentos para apresentar seu reacionário plano de segurança interna. E a paranóia anti-terrorista internacional desatada pelo governo Bush e orquestrada pelo imperialismo mundial, lhe serve de pano de fundo para vender sua decisão de entregar até a última gota de soberania econômica e política ao imperialismo norte-americano.

Todo o retrocesso sofrido pelos trabalhadores, com a queda da URSS e os demais Estados Operários da Europa Oriental e a contra-ofensiva imperialista da última década, se reflete hoje na Colômbia de forma aguda e constitui um cenário particularmente favorável ao avanço dos planos reacionários da bur-

guesia, que Uribe traz na bagagem. Por agora o vento sopra totalmente a seu favor, inflando as velas de sua aparentemente poderosa nave de guerra e de superexploração.

Um governo da grande burguesia

O candidato Uribe foi hábil e falsamente apresentado pelos grandes meios de comunicação como um candidato “independente” das maquinarias dos velhos partidos tradicionais e “autêntico”, sem compromissos com as velhas estruturas do poder político e econômico. Como corolário se quer fazer crer que seu governo é um governo renovador, composto em sua maioria por técnicos altamente capacitados que foram selecionados não por suas relações com os grandes capitalistas ou o imperialismo, mas por seus méritos pessoais que o qualificam como o melhor para enfrentar a crise econômica, política e social.

A realidade é oposta pelo vértice. O governo de Uribe é um governo - com algumas pequenas variações - basicamente dos mesmos setores burgueses e imperialistas que estiveram representados no governo de Pastrana. A diferença está em que agora não puseram em seu centro burocratas de carreira que atuam em seu nome, mas seus representantes diretos. O capital financeiro, a grande burguesia exportadora, a grande burguesia dona do mercado interno, os grandes produtores agrícolas e latifundiários, todos ligados à burguesia imperialista norte-americana e européia serão, durante mais quatro anos, os donos das decisões e dos grandes benefícios econômicos.(...)

Uribe não é um membro das “classes médias”, como ele mesmo trata de se fazer passar, mas o mais refinado da reacionária burguesia agrária e latifundista, que na Colômbia foi uma das principais responsáveis pela violência política crônica contra o campesinato e o proletariado. Sua passagem pelo governo de Antioquia e seu impulso às Convivir, que foram a base do fortalecimento do paramilitarismo em toda a região, são um exemplo da política que esse setor latifundista e grande burguês propõe aplicar nacionalmente.

O vice-presidente Francisco Santos não chegou a esse cargo por ser um representante burguês contra o sequestro, mas por ser membro de uma das famílias mais abastadas do país, dona do jornal El Tiempo. (...)

A nova ministra do Exterior, Carolina Barco, é filha do ex-presidente Virgílio Barco, destacado membro de uma grande família da oligarquia nacional que construiu sua fortuna usufruindo da exploração dos recursos petrolíferos nacionais por meio da famosa e ignominiosa Concesión Barco.

O super-ministro do Interior e da Justicia, Fernando Londoño Hoyos, advogado sem escrúpulos que hoje faz parte do Estado, mas que ontem mesmo era seu oponente como defensor do ex-ministro Fernando Botero contra Ernesto Samper no processo 8000, é filho do grande representante da velha burguesia cafeeira Fernando Londoño y Londoño.

O anti-operário ministro do Trabalho Juan Luis Londoño é representante aberto e direto de toda a grande burguesia que se havia alinhado com a conservadora Noemí Sanín. Era o coordenador nacional de sua fracassada campanha presidencial e funcionário do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Que Uribe é também o defensor dos interesses do imperialismo o atestam os imediatos cumprimentos e felicitações por parte da embaixadora americana Anne Patterson ao novo presidente quando ainda se conheciam apenas os resultados parciais da eleição, e a nomeação de Roberto Junguito, agente direto do Banco Mundial e do FMI, como ministro da Fazenda.(...)

Mas o governo de Uribe não é somente um governo da grande burguesia e do imperialismo. É, de fato, um governo de unidade nacional, que tem por trás, alinhados e submissos, todos os setores da burguesia que saíram derrotados nas eleições, mas que vêem em Uribe a nova tábua de salvação em meio ao naufrágio generalizado, e a reacionária classe média das cidades.(...)

A burguesia e o imperialismo esperam de Uribe que derrote militarmente a guerrilha e crie melhores condições para aumentar a superexploração dos trabalhadores e dos recursos natu-



rais e sociais. A pequena burguesia reacionária aspira a que a derrota da guerrilha, da esquerda e dos trabalhadores, e o freio aos corruptos, traga tranquilidade para desfrutar dos privilégios que acumulou nas décadas anteriores, e que hoje estão ameaçados pelo fantasma da crise econômica e política que atribui à existência dos movimentos guerrilheiros e a voracidade dos sindicatos e dos corruptos encastelados no aparato de Estado.

A burguesia, conscientemente, e a pequena burguesia de forma mais intuitiva, sabem da profundidade da crise e se uniram para enfrentá-la, antes que se rebelem os trabalhadores empobrecidos, os milhões de desempregados, marginalizados e miseráveis e os camponeses perseguidos e atingidos pela violência do latifúndio e dos paramilitares, camponeses estes que, forçados pela fome, a miséria e a falta de oportunidades, estão ficando sem saída.

O panorama de crise econômica, política e social que forma o pano de fundo da América Latina alimenta a convulsionada situação nacional e a torna ainda mais instável, e a burguesia e o imperialismo sabem disso. Por isso, decidiram tomar diretamente as rédeas da situação e impulsionar um plano de choque para frear a deterioração do país. Todos os governos burgueses tendem a exagerar as condições para justificar seus planos, mas há algo de certo na afirmação do ministro do Interior Fernando Londoño ante os parlamentares, no debate sobre o projeto de reforma política, de que se encontram “possivelmente” diante da “última oportunidade” de oferecer saídas efetivas e de fundo à crise.(...)

As intenções do novo governo ficaram evidentes em sua atitude em relação ao problema do conflito militar interno. Uribe ratificou e aprofundou todos os pactos firmados por Pastrana com o imperialismo no marco do Plano Colômbia, para debilitar militarmente a guerrilha e obrigá-la a sentar-se novamente na mesa de negociações em condições de derrota. O Plano Colômbia, que como já vimos, é um plano imperialista contra-insurgente para aprofundar a semicolonização do país e da região de conjunto, significa, no governo de Uribe, uma intensificação das ações militares, e, portanto, a aplicação de uma parte cada vez maior do orçamento nacional na defesa, em detrimento da inversão social, saúde e educação públicas. A burguesia tomou a decisão de enfrentar militarmente a guerrilha e aprovou um imposto, insólito de seu ponto de vista: taxar com 1,2% os patrimônios superiores a 169 milhões de pesos. O imperialismo, por sua vez, ratificou os desembolsos de ajuda militar e os despojou da cobertura ideológica de luta contra o narcotráfico, aceitando abertamente que se empreguem nas operações contra a guerrilha. Como resultado desses pactos, o que veremos no futuro imediato será uma intensificação das ações militares em todo o país, uma crescente presença militar do imperialismo nas zonas de conflito, uma intensificação da repressão sobre os setores operários e camponeses “suspeitos” de serem auxiliares das organizações armadas, e um aumento do número de marginalizados pela guerra que, como bem sabemos, são sempre os setores mais pobres e explorados do campo e os pequenos povoados. O exército ficará a cada dia mais profissional, mercenário e repressivo, movido pelo incentivo dos resultados e cada vez mais imune às pressões da luta de classes sobre os exércitos de regulares. A burguesia quer uma máquina eficiente de guerra e repressão, e está disposta a conseguí-la e aceitá-la, entregando-se ao imperialismo e implementando os planos de Uribe.

Todo esse calculado e perverso plano de repressão, que acentuará os traços

bonapartistas e de força do regime político, tem como objetivo último otimizar as condições políticas e sociais para o saque feito pelas transnacionais e reduzir ao mínimo a capacidade de resistência da classe operária e os trabalhadores. Se conseguem, vão aplicar com impunidade o pacote de medidas econômicas e sociais imposto pelo FMI e o imperialismo: as contra-reformas previdenciária e trabalhista, o fechamento de instituições do Estado, com suas colaterais em milhares de demitidos, a culminação das privatizações das empresas oficiais lucrativas, a eliminação definitiva dos subsídios aos mais pobres, o congelamento salarial e a contra-reforma política.(...)

Com Uribe, a burguesia e o imperialismo estão demonstrando que a única alternativa capitalista à crise dos países semicoloniais é a repressão política e militar aberta e generalizada, o saque irracional dos recursos naturais e sociais e a superexploração econômica da força de trabalho da classe operária e do povo.(...)

Com o acordo bonapartista em torno ao referendo, Uribe conseguiu uma primeira vitória política; utilizando um mecanismo autoritário disfarçado de democracia, pretende impor as medidas mais importantes pactadas com o governo norte-americano e o Fundo Monetário Internacional contra os trabalhadores e o povo colombianos, a saber: o congelamento do gasto público, o que inclui demissões em massa no setor oficial e o corte das transferências às regiões; a supressão de controladorias e departamentos de pessoal, o que facilitará as negociações e a corrupção nos processos de contratação, e a privatização de entidades estatais; o congelamento de salários e pensões, antecipando parte das medidas que espera consolidar com as reformas trabalhista e previdenciária; e a redução do número de membros do Congresso Nacional, uma das supostas medidas “contra a politicagem” prometidas durante a campanha eleitoral, cujo verdadeiro objetivo é restringir o acesso da oposição ao parlamento, controlar ainda mais os partidos políticos e aprofundar a centralização do poder no Executivo. A prova disso foi a maneira como, diante os atritos provocados pela redação do referendo, o próprio Presidente da

República ameaçou revogar o mandato do Congresso mediante uma consulta popular. Essa chantagem foi o que bastou para que a maioria uribista se impusesse sobre a tímida oposição burguesa e pequeno-burguesa representadas na ala serpista do Partido Liberal e no Pólo Democrático. Frente ao temor de perder seus gordos salários e regalias, os parlamentares se ajoelharam aos pés de Uribe.(...)

É de se esperar que a resposta do governo frente a decisão de luta dos trabalhadores seja acentuar a restrição às liberdades democráticas, tal como se começou a fazer em Cali, onde foi proibido todo tipo de manifestação de protesto, para reprimir a luta que travam, há anos, os trabalhadores das Empresas Públicas contra a privatização. Estas medidas, somadas à declaração de Zonas de Reabilitação no sul de Bolívar, Sucre e Arauca, a concessão de poderes judiciais à polícia, a vinculação massiva de reservistas ao Exército, o assalto militar à Comuna 13 de Medellín e a convocatória ao reacionário referendo para modificar a Constituição, buscam impor um regime cada vez mais autoritário e com traços fascistas à população colombiana. Este novo regime será a ferramenta política e militar para impor seu plano de superexploração e semi-colonização do país.(...)

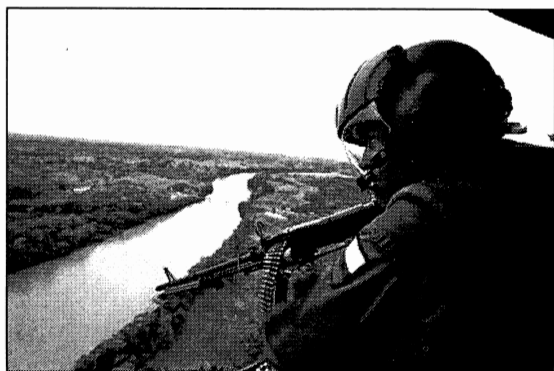
Reorganizar-se para enfrentar Uribe

As direções das centrais operárias chamaram uma paralisação nacional para o 16 de setembro em protesto contra as medidas e os planos do governo. Mas com o argumento de que só vai trazer confusão às fileiras operárias e populares. Héctor Fajardo, da CUT, e Julio Roberto Gómez, da CGTD, declararam publicamente seu desacordo com o pacote de medidas, pelo fato de que o governo não os chamou previamente para discuti-las. Para eles, o mais grave não é que o plano vai liquidar as poucas conquistas que ainda restam aos trabalhadores e pobres, mas que o governo as está aplicando sem consultá-los. As velhas direções das centrais operárias e os grandes sindicatos estão outra vez dispostas a insistir

em sua política traidora de acordo, que é a responsável pelo enorme retrocesso que estamos sofrendo desde o governo de Gaviria. Essas direções, ao insistir no acordo, escondem dos trabalhadores o verdadeiro caráter do governo: um governo burguês, pro-imperialista, repressivo, anti-operário e superexplorador, com o qual não é possível fazer qualquer acordo, porque não está disposto a conceder nada para aliviar as angústias das grandes massas. Essas direções, ao semear a ilusão de que é possível “negociar” o pacote de medidas para suavizá-lo, obrigam os trabalhadores a baixar a guarda, quando a situação impõe justamente o contrário: redobrar a desconfiança no governo e em seus patrões imperialistas, identificá-los como os principais inimigos dos trabalhadores, reorganizar as forças sindicais e políticas dos explorados para enfrentá-los, repolitizar a classe operária, dotando-a de um programa revolucionário e reivindicativo para que atue conscientemente como líder de todos os explorados, e definir um plano progressivo de luta e mobilização para derrotar nas ruas o intervencionismo americano, a repressão política, os assassinatos, a fome, o desemprego e a miséria.

O governo Uribe incorpora elementos ideologicamente bonapartistas e até mesmo fascistas. Chamar o combate a ele pode trazer riscos – mesmo para uma organização como o PST, que atua abertamente na classe operária e entre os trabalhadores, confiando unicamente em sua unidade e sua mobilização independente-, mas não fazê-lo é uma traição ainda maior do que chamar a confiar nele. Por isso, o PST coloca toda sua experiência e capacidade militante a serviço de formular o programa e as táticas que conduzam à unidade e à mobilização de todos os operários, trabalhadores e revolucionários dispostos a derrotar os planos pro-imperialistas e anti-operários do novo governo.(...)

Hoje, a tarefa central dos trabalhadores colombianos é enfrentar, com a mobilização, o pacote de contra-reformas de Uribe, em primeiro lugar as medidas que pretende legalizar por meio do referendo. Em segundo lugar, impedir que esse regime autoritário se consolide, saindo às ruas para defender as escasas liberdades democráticas que ainda se mantêm, exigindo o fim do Estado de Comção Interior e todas as medidas expedidas decorrentes, repudiando o reacionário referendo uribista. E, em terceiro lugar, enfrentar a intervenção do imperialismo, rompendo todos os pactos econômicos, políticos e militares que subordinam nosso país a seus planos, começando pelo Plano Colômbia, e chamando a comunidade árabe em nosso país a mobilizar-se contra a agressão militar ao Iraque e o massacre nazi-sionista do povo palestino.(...) Só uma ação nacional unificada, como uma greve geral que interrompa a produção e ataque os interesses econômicos dos imperialistas e grandes empresários nacionais e estrangeiros pode obrigá-los a retroceder em seus planos.(...)



SINDICATO ENFRENTA MULTINACIONAL E GOVERNO MEXICANO

REDAÇÃO DE *EL SOCIALISTA* - JORNAL DO POS
Seção mexicana da LIT-QI

Em 16 de dezembro do ano passado, os trabalhadores que chegavam para trabalhar no turno da noite na fábrica de pneus Euzkadi, situada no município de El Salto, Jalisco, a cerca de 30 quilômetros de Guadalajara, foram surpreendidos com um comunicado que anunciava a determinação da empresa Continental, de capital alemão, de dar por encerradas suas atividades no país. Um total de 1164 trabalhadores teriam no máximo direito a umas magras indenizações.

Surpresos, os trabalhadores imediatamente entraram em contato com a direção do sindicato e com outros companheiros e, a partir desse momento, decidiram montar guarda do lado de fora da fábrica para impedi-la de tirar a maquinaria, iniciando assim uma luta que, no momento em que escrevemos este artigo, está para completar nove meses. Esta greve foi durante esse tempo a mais importante em seu gênero no México e transcendeu as fronteiras nacionais, porque o sindicato empreendeu em maio um giro pela Europa.

Imediatamente depois de fechar a fábrica, a empresa lançou uma forte ofensiva na mídia, argumentando que o fechamento se devia ao fato de que “havia perdido a confiança nos representantes sindicais e particularmente no secretário-geral do sindicato, Jesús Torres Nuño”, que teria sido renitente em aceitar uma série de mudanças no contrato trabalhista que a empresa exigia. Do mesmo modo, surgiram simultaneamente declarações do ministro do Trabalho e Previdência Social, Carlos Abascal, responsabi-

lizando os operários. Dessa forma, o governo de Fox aderiu à postura da empresa, confirmando seu caráter descaradamente patronal.

A direção do Sindicato Nacional Revolucionário de Trabalhadores de Euzkadi (SNRTE), convocou uma assembléia de emergência. A decisão foi lutar pela reabertura da fábrica, repudiar as indenizações, realizar uma primeira mobilização em Guadalajara e marcar a greve. Cerca de duas mil pessoas participaram da marcha, pois os trabalhadores foram acompanhados de suas famílias, que desde então seriam um apoio fundamental nesta luta.

Ressonante explosão da greve

No dia 22 de janeiro, explode a greve, acompanhada de uma forte mobilização de trabalhadores, familiares, organizações solidárias e da população de El Salto. Mais de 4 mil pessoas acompanharam os operários desde o palácio municipal até a porta da fábrica, num longo trajeto de nove quilômetros, para colocar as bandeiras rubronegras. O SNRTE pretendia garantir esse direito. Além da arma da greve, o sindicato havia decidido realizar uma longa marcha de mais de mil quilômetros, de Guadalajara até a Cidade do México.

Uma semana em marcha

“Em 31 de janeiro – assinalávamos no *El Socialista*, no. 274, jornal do Partido Operário Socialista –, inicia-se a grande marcha dos tra-

balhadores de Euzkadi em direção à Cidade do México. Visitará Aguascalientes, San Luis Potosí, Guanajuato, Hidalgo, Puebla e San Salvador Atenco. Será uma grande marcha operária que visitará os grandes centros industriais situados ao longo do trajeto e que chamará os trabalhadores e os habitantes das cidades para lutarem por emprego, salários dignos e pelo respeito aos direitos trabalhistas, freqüentemente violados pelas empresas com a anuência do governo.”

A marcha durou uma semana e os operários foram transportados em onze ônibus e doze automóveis. De seu sucesso dão conta algumas reportagens de militantes do Partido Operário Socialista, que se somaram a ela: “A reunião realizada na outra fábrica de propriedade da Continental no México, General Tire, localizada em San Luis Potosí, começou com as palavras de um dirigente sindical eletricitista: “ou vocês se somam ou somem”, disse aos operários potosinos. Também falaram um demitido da Ford, um membro da Coordenadora Democrática Intersindical Jalisciense e dois estudantes da UNAM. Todos eles enfatizaram a necessidade de os trabalhadores se unirem para enfrentar os patrões e o governo.

Enquanto isso, um grupo de ativistas distribuía panfletos, adesivos e O Socialista. A resposta dos trabalhadores da General Tire foi extraordinária. Os do segundo turno, que chegavam nesse momento, ouviam atentos os discursos, recebiam toda a propaganda e generosamente davam apoio econômico. Havia todo tipo de demonstração de solidariedade. Uns pegavam o jornal e liam com afeição. Outros, os do primeiro turno, já vinham com o dinheiro nas mãos. Não foram poucos os que davam notas de 20 e de 50 pesos, exclamando: ‘Estamos com vocês! Não fraquejem, companheiros! Aqui está o apoio, mas, não vacilem, seus cabras!’

“Os seguranças da empresa montaram um dispositivo para impedir que os ativistas se aproximassem dos trabalhadores e filmaram todos os detalhes. Perderam a batalha. Os grevistas subiram nos ônibus, que vinham repletos de operários, para distribuir propaganda e garantir o apoio. Iam e vinham entre as fileiras de guardas que, nervosos, só atinavam em vê-los, sem nada poderem fazer.

Os charros\pelegos ou burocratas sindicais da CTM se esconderam atrás dos portões de entrada da fábrica, juntamente com o subsecretário de Governo e rodeados de olheiros do governo do estado de San Luis. Estavam impávidos. Não puderam intimidar ninguém, pois os trabalhadores continuavam ouvindo, cooperando e apoiando.

Apoteótica recepção em León

Os operários em marcha também realizaram atos na enorme fábrica da General Motors em Silao, Guanajuato; na Nissan Mexicana, de Aguascalientes. Em Ciudad Sahagún, Hidalgo, foi realizado um grande ato com os trabalhadores da Diesel Nacional e da National Castings. En Puebla, recebeu o apoio dos trabalhadores da Volkswagen. Em todos os lados suscitou mobilizações, como em Aguascalientes, onde se deu a marcha mais vultosa em muitos anos. Em todas as cidades atraiu o interesse da imprensa, das estações de rádio e dos canais de televisão locais. Os operários em marcha receberam alimentos e comida de sindicatos e de associações de bairros, que também lhes providenciaram lugar para dormir.



“A entrada em León foi apoteótica – registra El Socialista, nº 275. A caravana de veículos avançava em marcha lenta. As buzinas dos ônibus e as sirenes dos carros da polícia que escoltavam o comboio anunciavam a chegada dos trabalhadores, que atravessariam os bairros populares. As famílias saíam de suas casas. Crianças e estudantes secundaristas saudavam os operários.

“As demonstrações de apoio foram muitas e variadas. Algumas pessoas, com o cartaz da marcha levantado, aclamavam a passagem da coluna e faziam coro de suas palavras de ordem. Outras buzonavam nos carros. Um grupo de estudantes nos deu água mineral. A maioria levantava a mão fazendo o V da vitória ou fechando o punho. Dos ônibus, os operários de Euzkadi contemplavam comovidos a recepção. Alguns não puderam conter as lágrimas.”

Facas do mato e punhos cerrados em Atenco

“O ato mais emocionante e combativo foi o de San Salvador Atenco – escreveu Enrique Gómez, assessor do sindicato. Neste lugar o governo pretendia construir um aeroporto e indenizaria os camponeses com 70 centavos de dólar por cada metro de seus terrenos. Os tiros de saudação surpreenderam os operários, num encontro operário e camponês que anuncia os novos tempos de luta revolucionária. Os ejidatarios (lavradores, pequenos agricultores, suas comunidades, se entregaram literalmente aos operários e conseguiram comover às lágrimas a não poucos deles. A partir desse acontecimento, existia entre os grevistas um compromisso de solidariedade com os camponeses e sua luta. A faca do mato presenteada por Nacho, o líder dos atenquenses, a Jesús Torres, já guarda um lugar de honra no SNRTE.

“A maior parte se dirigiu aos presentes em náhuatl¹, fazendo-os ver que essas terras são um legado de seus ancestrais e que agora teriam que dar a vida por elas. A visita dos operários, disse, fortalece a luta pela defesa da terra.” Em julho, o governo de Fox, desistiria de despojá-los. É a primeira grande derrota do governo

foxista, obra de um decidido grupo de camponeses, que fizeram cair por terra o principal projeto de construção durante seu sexênio.

Em 5 de fevereiro, a coluna chegava ao Zócalo da Cidade do México, depois de percorrer mais de mil quilômetros. Acompanhados de aproximadamente 10 mil manifestantes, os trabalhadores de Euzkadi conseguiram uma repercussão nacional de sua luta. O informe apresentado na assembléia geral do SNRTE por seu secretário-geral concluiu: “nossa greve transformou-se num problema para o governo, no qual exigimos que intervisse em nosso favor ou que decretasse a expropriação da fábrica, como fez com as usinas de açúcar. Nossa longa caminhada selou nossa unidade e laços de fraternidade com um grande número de organizações.”

Ardil legalóide para pôr fim à greve

Mas a multinacional preparava uma medida “legal” para romper violentamente com a greve. Antes que explodisse o conflito, substituiu os vigilantes por um grupo de gorilas² norte-americanos. Os modernos rangers³ ex-agentes da CIA, da DEA e ex-marines norte-americanos recrutados pela empresa Intercom, especializada na repressão de greves, matavam cachorros no interior da fábrica e praticavam “tiro ao alvo”. Tentavam provocar e atemorizar os grevistas.

Concomitante a isso, a empresa solicitou que a Junta Federal de Conciliação e Arbitragem (JFCA) declarasse que a greve era “improcedente”. Em 22 de março, a JFCA obedeceu a empresa e qualificou o movimento com esse termo, embora essa figura jurídica nem sequer exista na lei. Com isso deu uma base “legal” à empresa e ao governo para que ela procedesse à violenta repressão do movimento.

Mas os trabalhadores decidiram enfrentá-los, mediante a mobilização e a solidariedade. Uma caravana de apoio à greve partiu da Cidade do México: “Atenderam ao chamado do SNRTE várias organizações: os ejidatários de San Salvador Atenco e a Liga de Trabalhadores pelo Socialismo, a de Unidade Socialista e o Partido

Operário Socialista, que, com cerca de 50 companheiros e companheiras, nos somamos aos combativos trabalhadores de Euzkadi, que estavam decididos a defender sua greve de qualquer maneira. A chegada destas delegações foi um acontecimento que motivou numerosos grevistas, suas famílias e a população de El Salto a se deslocarem para a fábrica, levando comida, cobertores e toldos e barracas de acampamento.



Um Primeiro de Maio unitário

Depois de muitos anos, a União Nacional de Trabalhadores (UNT) e a Frente Sindical Mexicana, duas das principais centrais operárias mexicanas, marcaram um ato unitário na Cidade do México.

As duas organizações concordaram em confiar a mais importante tribuna operária ao representante da principal luta operária do país. Diante de milhares de trabalhadores, Chuy Torres apontou a necessidade de aprofundar a unidade contra o governo e as multinacionais:

“Fox, Castañeda (o ministro das Relações Exteriores) e Abascal estão de joelhos diante do império. O povo do México e os trabalhadores devem-se organizar como os povos da América Latina para derrubar os pró-imperialistas governantes mexicanos. Devemos formar uma grande frente nacional de luta, uma frente proletária que barre o mal governo. Companheiros da UNT, companheiros da Frente Sindical Mexicana: este ato é um grande passo na unidade dos trabalhadores, mas não pode parar aqui, vocês têm a enorme responsabilidade de chamar a formar uma nova central sindical, unitária, democrática e de luta. Nós, trabalhadores mexicanos, precisamos disso para pôr fim ao charrismo/peleguismo sindical e para podermos contar com uma sólida organização que nos respalde nas lutas. O sindicato de Euzkadi, e estamos certos de que milhares e milhares de trabalhadores e suas organizações, nos somaríamos a essa grande organização.

“Se caiu Bucaram no Equador, se caiu De la Rúa na Argentina, se caiu Fujimori no Peru, se caiu a ditadura do PRI, tudo isto foi pela força de nossos povos que disseram: ‘Chega de entrega!, Chega de corrupção!, Chega de superexploração e miséria!, Fora o FMI e o Banco Mundial!’ Na atualidade, nosso povo não deve ser a exceção, porque Fox é ainda mais entreguista que todos eles”.

O SNRTE levou sua luta à Europa

Diante do fato de que todos seus esforços se chocavam contra a dupla formada pela empresa e pelo governo, o SNRTE decidiu empreender uma ação sem precedentes no movimento operário do país: uma viagem de divulgação e de busca de solidariedade na Europa, em particular na matriz da empresa, na Alemanha. Desse modo, enviou uma comissão a esse continente, que coincidiria com a visita do presidente mexicano Vicente Fox a Estrasburgo e a Madrid.

A correspondente em Paris da revista mexicana Processo, Anne Marie Megier, cobriu a atividade da comissão sindical no parlamento europeu: “Foi Mónica Frassoni, co-presidenta do Grupo dos Verdes, quem se manifestou mais veementemente sobre o problema, reiterando a inquietude dos eurodeputados di-

ante das graves violações dos direitos humanos no México. Frassoni instou além disso que os parlamentares estejam muito atentos aos abusos trabalhistas praticados pelas multinacionais européias na América Latina, citando o caso concreto da Continental Tire em Jalisco.

A comissão do SNRTE também participou do Foro Transatlântico, realizado em Madrid. Reuniu-se com representações sindicais, como as Comissões Operárias e a CGT da Espanha; visitou o comitê de empresa da Michellin, em Vitoria; as representações da fábrica de automóveis SEAT; os trabalhadores da Pirelli, em Barcelona, garantindo o compromisso de apoio e divulgação desta causa.

A ação dos militantes da LIT na Europa foi decisiva para o sucesso deste giro internacionalista. Também deram seu apoio dirigentes da LCR, da França, e de Direitos para todas e todos, da Espanha; e ainda hipotecaram sua solidariedade os dirigentes de Socialismo Revolucionário, da Itália, para onde os operários da Euzkadi na última hora não puderam viajar.

Na Alemanha, na assembléia de acionistas

A vitória mais importante se deu na Alemanha, onde o SNRTE entrou com uma reclamação contra a multinacional na OCDE, em Berlim. E, graças à pressão de organizações de defesa dos direitos humanos, como a FIAN Internacional, German Watch e a Coordenadora de Defesa dos Direitos Humanos, no México, conseguiu reunir-se com vários parlamentares alemães e finalmente com a direção da empresa. Com relação à reunião com a multinacional, Enrique Gómez, observou que:

“...a empresa tinha a clara intenção de não receber a comissão do SNRTE. Entretanto, perante a pressão internacional, dos meios de comunicação e dos parlamentares alemães, teve que fazê-lo.

“A atitude do presidente do Conselho de Administração, Manfred Wennemer, foi desde o início sumamente fria, esclarecendo que só tinha meia hora para atender a comissão. Frieza

que se transformou em cólera e num desprante de prepotência e desprezo diante da entrega por parte de Martin Wolpold, da FIAN, de um documento onde se faz um resumo da origem do conflito e das violações dos direitos dos trabalhadores do SNRTE e do direito internacional.

“Jesús Torres se dirigiu ao empresário fazendo-lhe ver a necessidade de reabrir a fábrica de El Salto, pois além de afetar seriamente os trabalhadores e suas famílias, afeta a população de toda uma região de Jalisco. Ainda não havia terminado, quando Wennemer o interrompeu, apontando-lhe com o indicador e dizendo-lhe: “Você e somente você é o único responsável pelo fechamento da fábrica de El Salto, e se seus companheiros e a população se vêm afetados, você é o responsável”.

Torres rechaçou taxativamente suas afirmações. Posteriormente, recuperando um pouco o controle, o diretor alemão disse que estava disposto a estabelecer um diálogo para resolver economicamente o conflito, mas no México. Até aí chegou a reunião. Mas antes de abandonar o edifício, Martin comentou com o diretor de comunicação, que nos veríamos no dia seguinte, durante a assembléia anual de acionistas da Continental, o que surpreendeu os empresários.

Nas entranhas da Continental

Os integrantes da comissão sindical não conseguiam acreditar que estavam se dirigindo à assembléia anual de acionistas da Continental, onde teriam direito de entrar, tomar a palavra e ...votar! Wennemer teria a obrigação de responder às perguntas dos sindicalistas, algo impensável, inaudito no México e em muitos países.

“Quando chegamos ao enorme centro de convenções de Hannover, à sala onde seria a assembléia – relata Enrique Gómez -, a polícia havia colocado uma patrulha numa esquina. O numeroso corpo de segurança se deslocou nervoso em direção à nossa delegação mas a uma prudente distância, porque não houve nenhum problema para entrar nem para fazer nossa identificação. Na entrada nos entregaram um pequeno jogo de crachás que nos credenciava como

acionistas e que continha os formulários para as votações.

“Tudo isto foi possível pelo excelente trabalho do companheiro Manfred Stöter, um operário aposentado da Volkswagen, que havia conseguido que o Grupo de Acionistas Críticos nos cedesse poder para entrar na assembléia da Continental. Este grupo se opõe a toda a injustiça cometida pelas grandes empresas e à destruição da biodiversidade do planeta. E agora estávamos nos dirigindo para o centro do auditório, éramos um pequeno grupo de seis pessoas, mas que atraiu a atenção dos 500 assistentes. Wennemer pronunciava seu informe anual, em que afirmava que a fábrica de Euzkadi havia sido fechada porque os representantes sindicais se recusaram a aceitar as mudanças propostas pela empresa. Nosso objetivo seria desmenti-lo.

“Nosso discurso foi firme e também respeitoso. Com abundância de fatos contestamos o presidente da corporação. Finalmente, Jesús Torres reafirmou perante a assembléia de acionistas que o Comitê Executivo do SNRTE sempre esteve disposto a negociar com a empresa e que mais uma vez ratificava essa disposição.

“Cabe ressaltar que a atual administração da multinacional gastou a “baga-tela” de 470 milhões de euros nos cinco fechamentos de fábricas que realizou desde setembro passado, quando tomou posse, o que dá a Wennemer o recorde de uma fábrica fechada a cada mês e meio.

“Para nossa surpresa, recebemos um aplauso generalizado, ainda que sem entusiasmo, o que poderíamos interpretar como uma amostra de certa admiração pela perseverança dos trabalhadores do SNRTE e de seu Comitê Executivo.

“Posteriormente vieram os comentários finais de Wennemer, que tinha que responder a todos os questionamentos. E, na parte correspondente ao México, suas respostas se centraram na irreversibilidade do fechamento, evadindo as perguntas específicas realizadas pela comissão, a respeito da ilegalidade do fechamento e da violação dos direitos dos trabalhadores, atitude que não passou despercebida pelo plenário de acionistas, que deram apenas um aplauso morno.

“Ao fim da assembléia, Manfred Wennemer, o presidente da Continental, desceu da tribuna, de seu trono, para vir até nós, e disse: “quero ratificar nossa disposição de iniciar imediatamente um diálogo e buscar uma solução imediata para o conflito, que é de nossa maior preocupação, a fim de evitar com isso que continue tendo repercussão.”

Jesús Torres agradeceu o gesto e lhe ratificou que o SNRTE estava disposto a restabelecer o diálogo no México e que esperava que finalmente se encontrasse uma solução, o que também era nossa principal preocupação. Havia-se chegado a um compromisso que refletia as preocupações da empresa com a dimensão que tinha alcançado o conflito com o giro pela Europa.”

Um ultimato derrotado

No México, depois do retorno da delegação, iniciou-se efetivamente um processo de negociação. Mas a empresa se recusou a reabrir



a fábrica e só melhorou um pouco as indenizações oferecidas aos operários. Entretanto, três semanas depois, o advogado da empresa, Jorge A. De Regil, apresentou-se às negociações, depois de realizar uma viagem a Genebra, na qual acompanhou seu amigo, o Secretário de Trabalho, à reunião da OIT. Na Alemanha este advogado reuniu-se com a direção da empresa, depois do que ocorreu um giro violento nas negociações. Apresentou ao sindicato um ultimato: ou aceitávamos sua oferta ou nos responsabilizaríamos pelas conseqüências, pois iriam retirar sua maquinaria, ainda que isso provocasse “feridos, presos e os conhecidos protestos”, ameaçou.

Em 12 de julho, a juíza III de distrito, Dr^a María Silvia Aguilar, decidiu a favor do SNRTE contra a declaração de “improcedência” da greve proferida pela JFCA. A greve era finalmente legitimada. Estava derrotada a ofensiva da empresa e, ainda que não signifique a vitória total, dá ao movimento um novo fôlego para continuar sua destemida luta contra a multinacional e o governo, reclamando insistentemente: reabertura incondicional da Euzkadi!

O passado nazista da Continental

Em 14 de julho apareceu no suplemento dominical Masiorare, do jornal mexicano La Jornada, um longo artigo de três páginas da escritora Marta Durán de Huerta, onde além de explicar as origens e o desenvolvimento do longo conflito operário-patronal, revelou uma face pouco conhecida da Continental: ela apoiou e se beneficiou do regime nazista de Adolfo Hitler, contando inclusive com seus próprios campos de concentração.

¡Huleeeeeeeeeeros!

Três ex-prisioneiros que foram obrigados a trabalhar para a fábrica alemã Continental, durante a Segunda Guerra Mundial, lutam na Justiça contra essa empresa e pedem uma indenização de 20 mil dólares cada um; eles vivem em Israel. Os quatro sobreviventes foram utilizados entre 1933 e 1945; são poloneses levados do Geto de Lodz, Polônia, para prestarem tra-

balhos forçados em um dos seis campos de concentração administrados pela região Hannover. A parte autora está sendo representada por um escritório de advocacia norte-americano: Lawyers from Cohen, Milstein, Hausfeld & Toll, com sede em Nova Jersey. Há 500 mil sobreviventes de campos de extermínio dos oito milhões que foram explorados, entre homens, mulheres e crianças. O Terceiro Reich necessitava urgentemente de mão-de-obra na indústria pesada, no trabalho nas minas, na agricultura e no aparato bélico; os alemães de pura raça seriam soldados.

No campo de concentração estavam os que não eram arianos, os que não pertenciam “ao povo alemão”: judeus, homossexuais, comunistas, prisioneiros de guerra, ciganos, membros de minorias étnicas, toda a oposição e os deficientes que pudessem trabalhar. Os Konzentration Lager (KZ) se encheram de prisioneiros de guerra capturados durante a Blitz Krieg, ou seja, a guerra-relâmpago onde o fator surpresa teve um papel muito especial. A Blitz Krieg foi possível graças à capacidade de mobilidade alemã: tanques, aviões e todo veículo motorizado que circulava sobre rodas marca Continental. Foi precisamente na indústria automotora que os nazistas começaram a utilizar o trabalho escravo. Como em toda empresa moderna, estabeleciam-se metas de produção que, se não fossem cumpridas ou se o fossem com má qualidade, pagava-se com a morte. A Continental AG teve em Hannover dois campos de concentração e seis campos de trabalho civil com 4.560 pessoas.

Hitler não apenas pensava na guerra, como queria que “O povo Alemão” tivesse mobilidade. Esteve muito atento à construção de estradas e do “Carro do Povo”, que em alemão se diz Volks Wagen num programa denominado Kraft durch Freude (força através da alegria).

A indústria automotora expandiu suas atividades para o campo bélico e a cidade de Wolfsburg além de automóveis produziu armamento, fuselagem para aviões e submarinos, minas e veículos para o temido exército alemão, a Wehrmacht, em grande medida com trabalho forçado.

Em Hannover, durante a Segunda Guerra,

as indústrias se beneficiaram do trabalho escravo de 600 mil pessoas, distribuídas em 500 campos de concentração anexos às fábricas; entre estas empresas estiveram Varta (que além de acumuladores fabricava torpedos e bateria para submarinos) Preussag, Volks Wagen. Em 1944 foram instalados dois campos de concentração para a Continental, um em Ahlem, que funcionou com prisioneiros de guerra para produzir rodas, e outro em Limmer, para a elaboração de máscaras contra gás. Neste, exploraram 4500 estrangeiros dos quais 900 eram prisioneiros de guerra. Com o campo de concentração de Limmer, a Continental aumentou em um mês (de junho a julho de 1944) sua produção de máscaras de 217 mil para 327 mil. Em novembro de 1944 já eram 1.371.000.

Outras empresas com cadáveres no guarda-roupa são: Bayer, BASF, BMW, Bosch, Degussa, Deutsche Bank, Dresdner Bank, Ford Motor Corp., Daimler Benz, Diehl Stiftung, General Motors (Opel), Heinkel, Hoeschst, Philipp Holzmann, Krupp, Hoeschst-Krupp, Man, Mannesman, Siemens, Steyr-Daimler-Puch, Volkswagen, Wurttembrerische Metallwarenfabrik, Vartra, etcétera, que produziam desde locomotivas, utilidades domésticas e até doces. Segundo os historiadores, mais de 2500 empresas utilizaram trabalho forçado; delas apenas 17 concordaram em indenizar os sobreviventes de seus campos de concentração. A Continental, a maior produtora de rodas na Alemanha se recusa a pagar.

Quando os aliados derrotaram os nazistas, havia na lista da Continental, no último dia de “trabalho”, registradas 2 mil pessoas; é uma lista incompleta, segundo observa o mesmo Satadtarchiv de Hannover. As empresas estão tão certas do mal que causaram a tantas pessoas, que fecharam suas portas para os pesquisadores de ciências sociais, pois têm medo de que essa informação sirva de argumento para os autores de ações que correm na Justiça ou dê origem a novos pedidos de indenização.

Quando os aliados bombardearam a Alemanha, apontaram não apenas para objetivos militares, mas para portos, pontes, estradas, bairros (para desmoralizar a população) e para as fábricas, onde havia prisioneiros de guerra fazendo bicos. Os trabalhadores forçados também foram usados para limpar os escombros depois dos bombardeios aliados. Estas desditosas pessoas se não fossem assassinadas, morriam pelas condições extremas de exploração, de fome, por doenças, por “acidentes de trabalho”, por envenenamento pelo contato com produtos químicos sem proteção ou nos bombardeios. Os que sobreviveram a tudo isto tiveram que esperar cinquenta anos para poder processar as empresas e estas atualmente estão atrasando os julgamentos o mais que podem para que, de maneira natural, os sobreviventes vão morrendo antes de ganhar a causa. ●



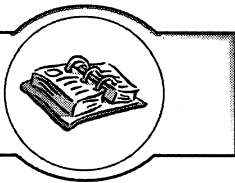
Notas

1 Língua indígena, falada no México. Foi a língua do Império Asteca.

2 Gorila: Uso coloquial em espanhol para o sentido de guarda-costas.

3 Em 1906 a greve dos mineiros de Cananea, Sonora, foi violentamente quebrada pelos rangers do Texas, traídos pela patronal também norte-americana, que não confiava no exército porfirista para tal tarefa. Apesar do massacre, essa greve, junto com a de Río Blanco, em Veracruz, no mesmo ano, são consideradas as precursoras da revolução mexicana de 1910.

Dossiê



BRASIL

JAMES PETRAS

Brasil: neoliberalismo, crise e política eleitoral 47

EUCLIDES DE AGRELA

América Latina se une contra a ALCA 52

EUCLIDES DE AGRELA

Uma alternativa revolucionária nas eleições brasileiras 54

MARIÚCHA FONTANA

Brasil: O governo Lula e os desafios da esquerda revolucionária 60



BRASIL: NEOLIBERALISMO, CRISE E POLÍTICA ELEITORAL

JAMES PETRAS

Professor de Sociologia da Binghamton University (EUA)

O Brasil é a nona economia do mundo. Em termos geográficos, é quase tão grande quanto os Estados Unidos. Tem cerca de 200 milhões de habitantes e a crise econômica mais profunda em 70 anos. Como a Coréia do Sul, o Brasil é um país industrializado, onde 75% da população vive nas cidades.

O Brasil possui a distinção vergonhosa de ter as piores desigualdades em salários e em distribuição de terras do planeta. Hoje, o desemprego e o subemprego atingem cerca de 50% da força de trabalho, enquanto a renda per capita diminuiu cinco vezes nos últimos seis anos.

Para entender a economia política desta crise, repassaremos a história recente do Brasil, depois examinaremos os últimos 8 anos de neoliberalismo no contexto da crise atual, as eleições presidenciais de 2002, a direitização do Partido dos Trabalhadores (PT) e as perspectivas do movimento dos trabalhadores da cidade e do campo.

Marco histórico

Em 1930, quando caiu de maneira espetacular a demanda por produtos agrícolas (café, borracha natural), entrou em colapso a estratégia liberal de exportação. A partir de meados dos anos 30 – sob a presidência de Vargas – implementou-se uma estratégia de industrialização estatal-nacionalista, similar à que a Coréia do Sul desenvolveu nos anos 60. Entre 1940 e 1980, o PIB brasileiro cresceu entre 6 e 9% em cada década. Protecionismo e investimento estatal direto produziram setores industriais diversificados (têxteis, aço etc.) e o crescimento de uma classe trabalhadora significativa. A classe trabalhadora urbana organizou-se em sindicatos corporativos, controlados pelo Estado, competindo com sindicatos classistas.

O governo, por um lado, aprovava a legislação trabalhista e Estado de bem-estar social e, por outro, medidas repressivas contra os sindicatos classistas. No início dos anos 60, a aliança entre os sindicatos populistas, a burguesia nacional e o Estado entrou em crise: os sindicatos exigiam mais independência e salários, os camponeses ocupavam terras e a esquerda marxista ganhava influência.

O governo militar

Os militares, respaldados por Washington, derrotam o governo eleito em 1964 e governam com mão de ferro até 1985. A nova estratégia econômica dos militares estava baseada principalmente em uma aliança entre o Estado, as

multinacionais e a alta burguesia brasileira.

Opera-se um giro na produção: do mercado interno para a exportação; a participação dos trabalhadores no produto interno bruto nacional baixou, mesmo tendo a classe trabalhadora aumentado. As empresas do Estado formavam 50% das 100 maiores empresas do Brasil. O rápido crescimento das indústrias metalúrgicas e automotivas criaram, no final dos anos 70, uma “nova classe trabalhadora”, que começou a organizar-se de forma independente do Estado e sob a influência de várias organizações marxistas e católicas de esquerda. Durante os anos 80, o modelo exportador foi desacelerado.

Os trabalhadores formaram um sindicato independente, a CUT, e um partido político classista, o Partido dos trabalhadores (PT). O PT era uma coalizão ampla de movimentos urbanos das favelas, trabalhadores rurais sem terra, pequena burguesia profissional e a CUT. Em 1989, faltou cerca de 2% dos votos para o PT ganhar as eleições presidenciais.

Em princípios dos anos 90, o modelo econômico baseado em capitais estatais e multinacionais estava em crise: a hiperinflação era de 1000%, os pagamentos da dívida cresciam e o estancamento relativo da economia conduziu a um giro e à eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994, sociólogo e ex-marxista.

Em suma, o Brasil atravessou quatro fases: 1) liberalismo até a crise de 1930; 2) estatismo nacional de 1935 a 1964; 3) estratégia exportadora de Estado-multinacionais de 1965 a 1994; 4) neoliberalismo de 1995 a 2002.

O presidente FHC e o fracasso neoliberal - 1995-2002

Durante os oito anos da presidência de FHC se reverteu 50 anos de progresso: foram privatizadas as indústrias estatais que produziam mais lucros e os bancos mais saudáveis; abriu-se os mercados brasileiros à importação de alimentos e tecnologias da informação baratas e subsidiadas, desalojando milhões de camponeses e socavando a indústria local; o governo FHC endividou-se muito com os bancos estrangeiros, hi-

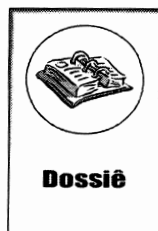
potecendo os lucros de futuras exportações e desregulamentou a economia, provocando a devastação ecológica da selva amazônica.

O FMI, o Banco Mundial e bancos privados dos Estados Unidos, Japão e União Europeia, emprestaram ao governo FHC centenas de milhões de dólares, enquanto o chamavam de reformador modelo. No entanto, a resposta dos trabalhadores, camponeses e universitários do país foi hostil.

Com o neoliberalismo, o PIB per capita do Brasil cresceu 1% ao ano; o PIB, medido em dólares, decresceu de 705 bilhões em 1995 a 508,8 bilhões em 2001. A taxa de crescimento do Brasil nos anos 90 foi a mais baixa do século XX. Durante os últimos oito anos, as políticas de livre mercado produziram uma balança comercial negativa, e com todos os pagamentos dos juros da dívida, mais as perdas dos ganhos no exterior, o saldo negativo acumulado em conta corrente foi de \$ 182 bilhões entre 1995 e 2002. A dívida externa subiu de 148 bilhões de dólares para 228,6 bilhões de dólares e se aproxima rápido dos 250 bilhões em 2002. FHC pediu emprestado muito dinheiro no exterior, pagando juros exorbitantes, e, ao mesmo tempo, reduziu radicalmente os gastos públicos. Em 1995, o regime gastava 20,3% da arrecadação de impostos em educação, em 2000 gastava 8%; em 1995 gastava 9,2% em educação superior, em 2000, 4,2%. Pelo contrário, em 1995 o governo destinava 24% de sua arrecadação ao pagamento dos juros da dívida externa, em 2000 pagou aos credores 55,1%.

A resposta da oposição de esquerda não foi unânime. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) ocupou centenas de terras improdutivas, estabelecendo mais de 150.000 famílias e está em constante mobilização. A CUT, a confederação dos sindicatos, fortemente burocratizada e dependente dos subsídios governamentais, fez críticas radicais às políticas neoliberais, mas não mobilizou a classe trabalhadora contra FHC. Preferiu adaptar-se à ofensiva do regime e receber “compensação” pela demissão de grandes contingentes de trabalhadores. Pior ainda, o PT, que começou como uma coalizão de movi-

mentos de base que combinava a ação direta com política eleitoral, transformou-se em um partido burocrático, dominado por profissionais de classe média e burocratas sindicais, que está completamente orientado às campanhas eleitorais e aos privilégios dos aparatos que governa.



2002: o colapso final, as eleições e o Não à Alca

2002 é o ano do baque financeiro do modelo neoliberal brasileiro. Pagamentos da dívida que somam 30 bilhões de dólares, 20 bilhões em fuga de capitais e taxas de juros de 18 a 20%, levaram a economia neoliberal de FHC à beira do colapso, da mesma maneira que a economia argentina.

Só um empréstimo de 30 bilhões de dólares do FMI conteve temporariamente a bancarrota do país. O real, a moeda do Brasil, desvalorizou-se mais de 40% desde janeiro de 2002. A economia está em recessão, com um prognóstico de crescimento entre 0 e 1%.

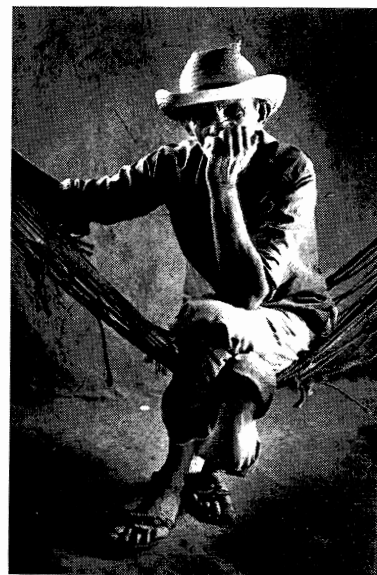
A dívida pública líquida do Brasil representa 60% do PIB. Com apenas 15 bilhões de dólares de capital estrangeiro entrando no país e saídas que atingem 50 bilhões, as poucas empresas públicas que sobraram para vender e as linhas de crédito externo para exportadores desaparecendo, está claro para todos, incluindo os economistas, que a economia neoliberal do Brasil caminha direto para o desastre.

Além dos profundos problemas estruturais, os investimentos domésticos e estrangeiros estão retirando seus capitais do Brasil, pela falta de confiança nos candidatos que lideram a corrida presidencial. José Serra, o candidato pró-governo, está em terceiro lugar com 15% de intenção de voto (em 19/2), muito atrás do candidato da Frente Trabalhista, Ciro Gomes, com 25%, e Lula da Silva, do PT, com 35%.

Na verdade, os temores eleitorais dos investidores não estão justificados, já que os dois candidatos da esquerda aceitaram os programas neoliberais. Ciro Gomes, líder da Frente Trabalhista, e supostamente um candidato de centro-esquerda, aprovou o último programa de ajuste do FMI (agosto de 2002), apoia a ALCA, promovida pelos Estados Unidos, e promete manter as empresas privatizadas e pagar a dívida externa. Ciro Gomes nomeou um discípulo do guru do livre mercado, Milton Friedman, como seu principal assessor econômico.

Lula escolheu um grande capitalista têxtil, que é inimigo dos sindicatos, como candidato a vice-presidente, formando, assim, uma aliança com o direitista Partido Liberal, aderiu ao acordo com o FMI e a ALCA e se opõe às ocupações dos sem-terra. Lula forjou uma aliança com outra instituição de direita, a Igreja Pentecostal, e tem-se reunido freqüentemente com funcionários da embaixada americana e banqueiros, para garantir-lhes a continuidade da política econômica. Está claro que não há nada de progressista no programa de Lula. Renunciou a toda reivindicação democrática e antiimperialista.

Lula, os dirigentes do PT e sua máquina eleitoral estão mais interessados em obter posições no governo e servir aos bancos,



do que em beneficiar o povo.

O temor dos investidores não é Lula, mas a massa de seus seguidores, a quem Lula pode não controlar, uma vez que assuma o governo. Eles temem que Lula não seja suficientemente repressivo para conter as reivindicações populares. Mais ainda, os investidores temem que Lula não possa sustentar o programa de austeridade do FMI devido à pressão popular. Os bancos de investimentos estrangeiros sabem que o capitalismo brasileiro está em bancarrota e esta é a preocupação objetiva. Eles sabem que só um regime de ultradireita será capaz de enfrentar as massas, baixar seu nível de vida e pagar a dívida externa. Por isso, os investidores não confiam em Lula cem por cento, mesmo quando seu programa é o de um político liberal.

A evolução do PT no Brasil é típica de muitos partidos que eram de esquerda. Começaram com democracia interna e ação direta desde as bases, logo mudaram, combinando organização eleitoral com organização popular e de base. À medida que chegam ao governo, se divorciam das lutas do povo, mesmo quando continuam proferindo seus antigos slogans de esquerda. Enquanto o partido se institucionaliza, desenvolve necessidades financeiras para suas campanhas eleitorais, usa fundos públicos e recebe doações empresariais. Na fase final, o partido opta abertamente pelos interesses dos empresários, suprime a democracia interna e faz discursos vazios às massas. Os líderes convertem-se em hóspedes respeitáveis da embaixada dos EUA, participam de diálogos com banqueiros e prometem “milhões de postos de trabalho” para os pobres e desempregados.

2002: a oposição

A maior mobilização da esquerda durante o ano de 2002 não é a campanha eleitoral, mas o plebiscito contra a ALCA. As forças mais importantes comprometidas com a campanha são o Movimento dos Sem-Terra, os bispos católicos progressistas, ativistas de sindicatos dissidentes, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e centenas de movimentos progressistas e ativistas de ONGs. Esperam conse-

guir 10 milhões de votos no plebiscito, apesar da oposição de todos os meios de comunicação de massa, todos os partidos políticos grandes e os candidatos presidenciais.

A campanha “Não à ALCA” é um esforço de alcance nacional, para organizar e educar as massas em oposição a um mercado comum com os Estados Unidos que dominará todo o comércio e os investimentos, destruindo os serviços públicos e os produtos locais, especialmente na agricultura e na indústria.

Os ex-maoístas do Partido Comunista do Brasil não se manifestaram contra o plebiscito sobre a ALCA, mas eles estão ausentes desta luta. Sua maior atividade consiste em apoiar a campanha eleitoral de Lula.

A CUT é crítica a Lula porque este travou relações com sua rival, a reacionária Força Sindical, e porque Lula tem uma aliança com o Partido Liberal, que é decididamente anti-sindicatos. Mas os dirigentes da CUT apoiam ativamente Lula como o “mal menor”, ou como um candidato “dos trabalhadores”. Muitos ativistas e militantes sindicais abstêm-se e respaldam o PSTU, um partido trotskista com um programa de esquerda radical. Os líderes do Movimento Sem-Terra têm criticado Lula duramente, como muitos ativistas católicos. Mesmo assim, alguns líderes dos Sem-Terra votarão em Lula, enquanto que muitos quadros médios se absterão, votarão no PSTU ou, mais provavelmente, continuarão com as políticas de ação direta, incluindo as ocupações de terra.

Conclusão

O Brasil é um exemplo que encerra um aparente paradoxo: enquanto a crise econômica se agrava e o modelo neoliberal se afunda, os partidos de esquerda e os sindicatos vão à direita, com a esperança de substituir a desacreditada burguesia governante como os administradores políticos dos capitalistas. É possível e até provável que algum dos candidatos de esquerda, Lula ou Ciro Gomes, ganhe as eleições. Nesse caso, terão pela frente a tarefa de administrar uma economia em profunda crise, atada a seus compromissos com o FMI, que será, então, uma

garantia de fracasso, instabilidade e crescente descontentamento social.

Os movimentos populares podem construir sobre o ímpeto da campanha contra a ALCA e estabelecer organizações de massas independentes, para ir além do plebiscito. O descrédito no PT, administrando um pacote econômico do FMI em uma economia em crise, abre a porta a grandes oportunidades para uma nova aliança de trabalhadores, camponeses, estudantes, a ala progressista da Igreja, empresários falidos e desempregados, que se comprometa com a ação direta extraparlamentar.

A crise de um regime de esquerda, administrando um modelo liberal em bancarrota, é também uma oportunidade para os militares nacionalistas se lançarem ao poder. O FMI, o Banco Mundial, os Estados Unidos, a União Européia e o Japão pressionarão ativamente Lula para que reprima o descontentamento e pague a dívida, apesar do desemprego. O período pós-eleitoral se converterá rapidamente em uma profunda polarização social e em colapso econômico. O resultado das eleições de 2002 não resolverá nenhum dos grandes problemas do Brasil. A resposta está na mobilização independente das organizações da classe para a tomada do poder de Estado. 🌐



AMÉRICA LATINA SE UNE CONTRA A ALCA

EUCLIDES DE AGRELA

Editor do jornal Opinião Socialista (PSTU, Brasil)

Nos dias 27 de outubro a 1º de novembro realizou-se em Quito o Encontro Continental de Reflexão e Intercâmbio: “Outra América é possível”. Delegações de toda América compareceram para discutir a luta contra a Alca em dezenas de conferências, painéis e oficinas.

Este encontro se realizou em oposição à reunião dos representantes dos governos do Continente, que negociavam formalmente a Alca. Neste outro evento, na mesma cidade, em hotéis de luxo e protegidos por 5.300 soldados armados até os dentes, o governo brasileiro assumiu a co-presidência das negociações da Alca junto aos EUA. O Encontro constatou o avanço da luta contra a Alca no Continente, com o plebiscito popular no Brasil e a preparação de consultas e plebiscitos em mais 13 países.

O comitê brasileiro esteve presente no Encontro de Quito e na marcha do dia 31, ao contrário da direção do PT. Estiveram importantes dirigentes do MST, das pastorais sociais da Igreja e, pelo PSTU, José Maria de Almeida, candidato a presidente nas últimas eleições. A presença de uma série de entidades de massa do Equador e de toda a América Latina marcou esse encontro como um fato importante na unificação da luta antiimperialista na região, participando dos debates e da marcha, junto com os camponeses, operários e estudantes latino-americanos. Junto ao PSTU estiveram presentes em Quito o MAS equatoriano, o PST peruano e o MST boliviano, partidos ligados à LIT-QI, conformando uma coluna que se ligou a algumas outras centenas de ativistas do Equador e foi uma das mais animadas de toda a marcha.

Muito embora houvesse uma expectativa em toda a América Latina sobre a posição que o governo recém eleito da Frente Popular encabeçado por Lula e pelo PT no Brasil fosse adotar sobre as negociações e sobre uma possível oposição que pudesse atrair um pólo de resistência continental à recolonização, a primeira atitude de Lula e da direção do PT foi no sentido oposto: eles, que já não haviam apoiado o plebiscito popular e inclusive haviam declarado que, se venessem as eleições, continuariam negociando com os Estados Unidos a adesão do Brasil à Alca foram coerentes com essa promessa. Mandaram um representante à reunião oficial dos ministros, acompanhando o embaixador de FHC e nem sequer compareceram nas manifestações de rua e do encontro anti-Alca.

Uma pedra no sapato de Bush: 10 milhões de votos contra a Alca

Pela importância do Brasil para qualquer acordo continental e pelo fato de o país ter assumido a co-presidência juntamente com os EUA a partir de novembro, a campanha brasileira tem uma importância particular e tem sido um destaque nesse processo continental. O plebiscito popular de setembro sobre a Alca galvanizou dezenas de milhares de ativistas no Brasil. Organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST), as Pastorais Sociais da Igreja Católica, O Movimento *Consulta Popular*, a Auditoria Cidadã da Dívida Externa, a Marcha Mundial de Mulheres, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, a Federa-

ção Democrática e Combativa dos Metalúrgicos da CUT e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) vêm cumprindo um papel de vanguarda nesta importante campanha contra os planos de recolonização da América Latina pelo imperialismo norte-americano.

Desde o 2º Fórum Social Mundial, onde o movimento continental contra a Alca foi lançado, realizaram-se inúmeras atividades no Brasil. Durante os meses de março, abril e maio ocorreram seminários, debates e palestras por todo o País. De junho a agosto, a campanha tomou as ruas. Foram confeccionados dois jornais de massas. O primeiro com a tiragem de 700 mil de exemplares e, o segundo, com três milhões.

Uma onda de atividades inundou o mês de agosto. Ocorreram manifestações em algumas das principais cidades do País. No dia 08, houve uma passeata no centro de São Paulo e uma grande marcha em Fortaleza. Atos contra a entrega da base de lançamentos de foguetes localizada no município de Alcântara, no Maranhão, aos Estados Unidos foram realizados em Belém, no dia 8 e em São Luís, no dia 9. No dia 13, ocorreu um ato em Brasília em defesa do ensino público e gratuito. No dia 18, milhares de ativistas realizaram uma marcha pela orla marítima do Rio de Janeiro.

Nos sindicatos, locais de trabalho, estudo e moradia constituíram-se centenas de comitês para organizar o plebiscito que ocorreu de 1 a 7 de setembro, quando se comemorou a independência nacional. Mais de 10 milhões de pessoas atenderam ao chamado da campanha e compareceram às urnas do plebiscito popular para dizer três vezes não: Não à adesão do Brasil à Alca! Não à continuidade do governo brasileiro nas negociações! Não à entrega da base de Alcântara aos Estados Unidos!

Além das atividades de debates em escolas, sindicatos, igrejas e da realização do plebiscito, a campanha contra a Alca esteve presente nas eleições, pois o PSTU utilizou o seu horário eleitoral gratuito para divulgar as atividades do movimento, convocar o plebiscito popular e depois anunciar seu resultado.

Mas a luta contra a Alca não se encerrou com o plebiscito popular. Nos dias 17 e 18, três semanas antes do primeiro turno das eleições, ocorreu a entrega dos resultados da votação no Distrito Federal. Na mesma ocasião, houve uma plenária nacional que discutiu dar continuidade à campanha, incorporando à esta a luta contra o FMI e o pagamento da dívida externa. Decidiu-se manter e ampliar os comitês formados para organizar o plebiscito popular e construir uma grande mobilização no primeiro semestre do ano que vem, onde se exigiria do presidente eleito, fosse ele quem fosse, a convocação de um plebiscito oficial ainda em 2003, para que seja o povo brasileiro a decidir sobre a adesão ou não do país à Alca. Já no dia 31, simultaneamente à reunião e às mobilizações de Quito, novos atos foram realizados em vários pontos do Brasil, o mais importante dos quais na Avenida Paulista, no centro de São Paulo, com cerca de 4 mil pessoas, onde se queimou a bandeira dos EUA e se repudiou o FMI.

Agora o novo governo de Frente Popular terá que tomar posição frente à exigência do movimento anti-Alca pela convocação de um plebiscito oficial (que teria caráter imperativo para o governo) em 2003. Este, com certeza, será um dos primeiros grandes testes do novo presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, frente às expectativas que gerou tanto dentro quanto fora do país.



UMA ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS

EUCLIDES DE AGRELA

Editor do jornal Opinião Socialista (PSTU, Brasil)

Embora a vitória eleitoral de Lula e a cobertura da mídia internacional dêem a impressão de que houve uma única candidatura de trajetória na esquerda brasileira, sem outra alternativa, um elemento fundamental das eleições de 2002 foi justamente a existência de uma candidatura da esquerda revolucionária que permitiu resgatar e manter a luta pela independência de classe e o socialismo. E isso no mesmo momento em que o PT a abandonava definitivamente para abraçar uma posição de “centro-esquerda”.

Nestas eleições seriam escolhidos, além do presidente e vice-presidente da República, os governadores dos 27 Estados e renovados 2/3 do Senado e a totalidade da Câmara dos Deputados do país e das Assembléias Legislativas estaduais.

Coube a José Maria de Almeida, operário metalúrgico e membro da direção executiva da Central Única dos Trabalhadores, a tarefa de personificar, na condição de candidato a presidente da República, esse resgate. A escolha de seu nome teve uma importância política e simbólica, pois coube a ele, quando ainda era metalúrgico no ABC, ser o proponente no Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado na cidade de Lins, em 1979, da moção pela construção do PT no Brasil.

O PSTU lançou ainda 20 candidatos a governador nos Estados e mais um no Distrito Federal; 26 candidatos ao Senado; 47 candidatos a deputado federal e 118 a deputado Estadual.

A luta pela frente dos trabalhadores

A confirmação da candidatura de Zé Maria à presidência da República e da lista do PSTU só se deu depois de uma dura batalha, de uma campanha por uma Frente dos Trabalhadores encabeçada por Lula, com um vice do Movimento dos Sem Terra (MST) e um programa de ruptura com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Essa batalha foi travada durante mais de seis meses: de setembro de 2001 a abril de 2002.

O PT não só se negou a abraçar essa proposta, como escolheu para vice de Lula o empresário José Alencar, dono de um dos maiores grupos do setor têxtil do país, a Coteminas, de Minas Gerais. Além disso, fez coligação em nível nacional e em boa parte dos Estados com o Partido Liberal (PL), um partido burguês de direita que, durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso fez parte da base de sustentação parlamentar do governo.

O programa do PT, elaborado pelo chamado Instituto Cidadania, defendeu a manutenção dos contratos estipulados pelo governo Fernando Henrique Cardoso com o mercado financeiro internacional, comprometeu-se com o pagamento das dívidas externa e interna, em respeitar as metas impostas pelo FMI e em seguir as negociações que visam à implementação da Alca.

PT à direita, parte das massas à esquerda

Mas, enquanto o PT e Lula giraram à direita, o melhor da vanguarda do movimento operário, popular e estudantil e uma parcela significativa das massas giraram à esquerda, saturadas pelas conseqüências econômicas e sociais dos planos de fome impostos pelo imperialismo e aplicados pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Uma importante expressão do que afirmamos anteriormente foi a vitória do plebiscito popular contra a Alca que moveu dezenas de milhares de ativistas dos movimentos sociais e arrecadou mais de 10 milhões de votos exigindo o fim das negociações.

Esta contradição entre o PT e o melhor da vanguarda dos movimentos sociais vem se expressando num grande questionamento ao curso deste partido e até mesmo em importantes rupturas de quadros e grupos regionais. Em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, ocorreu no dia 31 de agosto uma reunião com mais de 100 ativistas. Convocada por militantes do PSTU e vários militantes petistas, contou entre os presentes com Ricardo Freitas, ex-membro da Executiva Municipal do PT, Lázalo Bregue, suplente de vereador do PT em Florianópolis, Ana Aquini, ex-presidente do sindicato dos professores estaduais e Fernando Ponte, professor da Universidade Federal de Santa Catarina. O objetivo era discutir as bases políticas e programáticas capazes de unir os socialistas num novo partido da classe. Seu resultado foi a constituição do MIS (Movimento de Iniciativa Socialista), do qual fazem parte o PSTU, ex-militantes petistas, companheiros que continuam nas fileiras do PT e ativistas sem partido.

O questionamento do atual curso do PT é levantado inclusive por quadros históricos do movimento operário, como Waldemar Rossi, 69 anos, membro da Pastoral Operária, participante da fundação da CUT e do PT. Em entrevista ao Opinião Socialista, o jornal do PSTU, quando perguntado sobre o que opinava sobre o lançamento da candidatura de Zé Maria à presidência da República, Rossi afirmou: "(...) a atitude é coerente e corajosa. Os companheiros que lançaram uma candidatura na esquerda, além do Lula, sabem que ela não é uma alternativa em termos de peso popular nas eleições. Para mim, ela tem o mérito de ser um sinal de protesto a esse rumo imposto pela direção do PT, de apostar em construir uma alternativa e de contribuir para o desenvolvimento de uma consciência crítica".

Não apenas Waldemar Rossi, mas muitos militantes petistas e ativistas dos movimentos sociais, apesar de não votarem no PSTU, viam não só como legítima, mas como uma necessidade, a candidatura de Zé Maria à presidência da República para levantar as bandeiras da luta contra o imperialismo e os planos neoliberais, e em defesa de um programa anticapitalista, das reivindicações dos trabalhadores e da independência de classe abandonadas e rechaçadas pelo PT.

Outra expressão importante do que afirmamos anteriormente foi a decisão do Movimento dos Sem Terra (MST) em se declarar independente durante o 1º turno das eleições



Dossiê



presidenciais. Ou seja, o MST resolveu não declarar oficialmente o apoio a Lula no 1º turno.

Neste marco, seria um profundo erro político não lançar uma alternativa socialista revolucionária independente nas eleições brasileiras. Foi este conjunto de fatores que fez com que o PSTU confirmasse a candidatura de Zé Maria à presidência da República e uma lista própria de candidatos em todo o país no primeiro turno das eleições brasileiras.

Uma campanha antimperialista e de classe

O primeiro eixo do programa do PSTU foi a luta contra o imperialismo. O partido defendeu a ruptura de todos os contratos e metas impostas pelo FMI, o que inclui desde o não pagamento das dívidas externa e interna aos grandes banqueiros e especuladores até a ruptura do último acordo selado no apagar das luzes do governo Fernando Henrique Cardoso com o Fundo.

O PSTU foi, na prática, o único partido da esquerda brasileira que fez do plebiscito popular sobre a Alca uma prioridade. Os 10 milhões de votos arrecadados no plebiscito popular foram tão ou mais importantes para o Partido quanto os 400 mil votos recebidos por Zé Maria para a Presidência. O PSTU declarou, ao contrário do PT, que a campanha contra a ALCA era um ponto chave na luta contra a recolonização imposta pelo imperialismo americano, por isso se dedicou em plena campanha eleitoral a garantir seu sucesso.

Na semana de 1 a 7 de setembro, os militantes do PSTU estiveram presentes nos sindicatos, locais de trabalho, escolas, universidades, bairros e paróquias de todo o país junto com os companheiros do MST, do movimento popular e das pastorais sociais da Igreja organizando o Plebiscito. Todos os programas de TV do partido faziam referência à campanha contra a Alca. Em todos os atos contra a Alca, desde o Fórum Social Mundial até a entrega dos resultados, nos dias 17 e 18 de setembro, em Brasília, tremulavam as bandeiras do PSTU.

Denúncia do governo, dos planos neoliberais e da democracia dos ricos

A campanha do PSTU era um verdadeiro contraponto às demais campanhas eleitorais, inclusive à do PT. Enquanto os partidos burgueses e mesmo o PT faziam promessas vazias, tais como 10 milhões de empregos, ao mesmo tempo em que se comprometiam com o pagamento da dívida e o ajuste do FMI, o PSTU denunciava o governo FHC e os planos neoliberais como os grandes responsáveis pela fome e a miséria do nosso povo: 12 milhões de desempregados; um salário mínimo que não chega a U\$ 70 mensais; flexibilização da jornada de trabalho e ataques às conquistas trabalhistas; privatizações das estatais e serviços públicos e cortes dos gastos com as áreas sociais.

Ao contrário do PT e de Lula, que defenderam os “contratos” com o mercado financeiro, o novo acordo com o FMI e os pilares da “estabilidade” neoliberal fundada na miséria do nosso povo, Zé Maria repetia diariamente que não é possível gerar milhões de empregos, aumentar os salários e garantir investimentos nas áreas sociais sem romper o FMI e impedir a Alca, deixar de pagar a dívida pública aos grandes banqueiros e atacar os lucros dos capitalistas.

Também no terreno político houve um contraponto: enquanto Lula e o PT não atacavam ninguém (o que ficou marcado na imprensa pelo slogan “Lulinha paz e amor”), Zé Maria e o PSTU denunciavam, desde o primeiro turno, José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), como o representante de Fernando Henrique Cardoso e o candidato preferencial do imperialismo norte-americano, dos grandes banqueiros, empresários e latifundiários.

Outra marca da campanha do PSTU foi a denúncia da democracia dos ricos. As propostas da III Internacional sobre como intervir nos processos eleitorais foram a inspiração para a denúncia do regime controlado pelos partidos burgueses, com suas campanhas milionárias financiadas por banqueiros, empresários e latifundiários. Ao contrário dos candidatos do PT, preocupados por aparecer como gente “responsá-

vel” na TV e elogiando a conduta tanto do presidente Fernando Henrique Cardoso quanto da Justiça Eleitoral controlada pelo governo, o PSTU tratou de desmascarar o processo eleitoral antidemocrático no qual a grande imprensa privilegiava as candidaturas enquadradas no status quo, comprometidas com o FMI, a Alca e os contratos com o mercado financeiro. Essas eram tratadas pela mídia não somente como as “principais” mas, muitas vezes, como as únicas candidaturas.



O combate à opressão

Havia uma tradição do movimento operário e do próprio PT de levantar uma política e programa para os setores mais explorados e oprimidos da classe trabalhadora. Na campanha do PT de 2002, os jovens, as mulheres, os negros só serviram de peças de propaganda para atrair votos. Mas esses setores viram nas propostas do PSTU a defesa dos seus direitos e reivindicações.

A candidata a vice-presidente, a professora Dayse Oliveira – uma mulher negra – e a candidata ao Senado por Minas Gerais, Soraya Menezes – mulher, negra e lésbica – foram duas grandes figuras públicas da campanha do Partido. Em vários estados, algumas candidaturas do partido eram encabeçadas por companheiros ligados aos movimentos de negros, mulheres, gays e lésbicas.

A campanha do PSTU buscou resgatar o melhor do PT das origens

O PT que em 1982, quando disputou suas primeiras eleições como partido legal, tinha como slogans “trabalhador vota em trabalhador”, “vote 3 – número da lista do partido na época - que o resto é burguês” e denunciava as propostas de pacto social, não existe mais. O PT que denunciava o imperialismo norte-americano, sua rapina e agressões contra os países latino-americanos é coisa do passado. O PT que colocava suas campanhas eleitorais a serviço das lutas e das reivindicações dos trabalhadores também não mais existe.

Em seu lugar, surge um novo PT, cuja coligação com o Partido Liberal (PL) de José Alencar enterrou, de uma vez por todas, todo e qualquer vestígio de independência de classe em suas propostas, que passou a defender o pacto social e a aliança entre capital e trabalho para desenvolver o “mercado interno”.

Mas a campanha e as candidaturas do PSTU buscaram resgatar o que havia de melhor no PT em suas origens. Desde os slogans do Partido via-se a busca deste resgate: “Contra burguês vote 16” (16 é o número da legenda do PSTU); “Romper com a Alca, o FMI”; e “Não Pagar a Dívida Externa”.

A atividade eleitoral do PSTU foi toda ela colocada a serviço das lutas e atividades dos movimentos sociais, como as ocupações de terra do MST, no momento em que o PT as desautorizava e, em particular, da campanha contra a Alca.



Os resultados eleitorais e a construção do partido revolucionário

Era indiscutível que Lula e o PT eram a grande referência de massas nas eleições brasileiras, tanto que ganharam as eleições presidenciais. Sabíamos que a maioria absoluta dos trabalhadores, que voltava seus olhos para a esquerda, votaria em Lula e no PT. Sabíamos também das imensas dificuldades que teríamos para atingir o coeficiente eleitoral exigido pela anti-democrática legislação brasileira para eleger parlamentares.

Mas o lançamento da candidatura de Zé Maria à presidência e de uma lista própria do PSTU não se baseava num mero cálculo eleitoral, mas numa inadiável necessidade política: afirmar diante das amplas massas uma alternativa revolucionária e socialista.

Nesse marco, essas candidaturas tiveram um resultado eleitoral vitorioso que reafirmou o acerto de seu lançamento. O partido duplicou os votos de Zé Maria para Presidência da República: foram mais de 400 mil votos – o que equivale a 0,5% do eleitorado do país – contra os 200 mil de 1998, quando o partido lançou a candidatura de Zé Maria pela primeira vez. No Estado de São Paulo, por exemplo, a votação de Zé Maria foi quadruplicada. Mais ainda, obteve índices perto de 1% em várias cidades importantes: São Paulo, 0,7%; Rio de Janeiro, 0,9%; Florianópolis, 1%; São José dos Campos, 1,3%. Estes votos se deram fundamentalmente nas regiões operárias e nas periferias das grandes cidades. Mas, apesar destes significativos resultados, o Partido não conseguiu atingir o coeficiente eleitoral exigido para eleger parlamentares.

O voto no PSTU foi um voto de protesto contra a fome, a miséria e o desemprego e contra o regime que sustentou essas políticas. Porém, o voto no PSTU foi mais do que isso. Foi o voto num programa e numa política que tiveram a coragem de dizer a verdade aos trabalhadores.

Isto é o que explica porque muitos ativistas que acabaram por votar na frente popular, pressionados pelo voto útil para derrotar o candidato do governo Fernando Henrique Cardoso, di-

ziam que “o PSTU tinha razão”, mesmo que ainda votassem por Lula.

Por isso, dezenas de intelectuais e professores das universidades brasileiras assinaram um manifesto nacional de apoio à candidatura de Zé Maria. Manifesto este também subscrito pelo intelectual norte-americano James Petras que afirmou numa mensagem enviada ao partido: “Se alguém está contra a Alca, o FMI e a favor da reforma agrária deve votar por Zé Maria, lembrando que é melhor votar por um candidato que nós queiramos e que ele não seja eleito, do que ganhar com um candidato que não queiramos”. Arlette Laguiller, candidata a presidente da França por Lutte Ouvrière, numa mensagem ao PSTU, também se solidarizou com a candidatura de Zé Maria: “a candidatura de um militante operário revolucionário permite que a voz e as reivindicações dos trabalhadores brasileiros sejam escutadas”.

Ainda durante a campanha eleitoral, mil novos companheiros entraram no PSTU. Foram operários, professores, estudantes universitários e secundários, jovens das periferias das grandes cidades, militantes do movimento popular e da campanha contra a Alca que aderiram ao marxismo revolucionário e se dispuseram a militar nas fileiras do Partido. Companheiros como Alessandra Fahl, de São Paulo, que afirmou ao Opinião Socialista: “Fui militante da Articulação de Esquerda do PT. Rompi depois de uma análise do longo processo de distanciamento da classe trabalhadora por parte do PT. Resolvi, aliás, resolvemos (um coletivo de quatro companheiros) ingressar no PSTU. E por quê o PSTU? Para construir um partido capaz de reafirmar que somente a classe trabalhadora pode fazer algo por ela mesma”.

O segundo turno das eleições

No último dia 27 de outubro realizou-se o segundo turno das eleições presidenciais e para governadores de diversos estados. O 2º turno das eleições presidenciais e dos governos de oito estados da federação foi disputado pelo PT contra candidatos dos partidos burgueses e governistas. Lula disputou o 2º turno das eleições pre-

sidenciais com o candidato de Fernando Henrique Cardoso, José Serra, do PSDB. A posição do PSTU foi o chamado ao voto crítico em Lula para presidência da República e nos demais candidatos do PT que disputavam o segundo turno aos governos estaduais.

A maioria dos trabalhadores, ao ver a possibilidade de derrotar eleitoralmente o candidato do governo e do imperialismo, depositou em Lula e no PT suas esperanças de alterações radicais na situação econômica e social do país. Por isso, o PSTU somou-se à classe trabalhadora e chamou o voto em Lula.

Mas, do mesmo modo que no primeiro turno, o Partido deixou claro que o chamado a votar em Lula e no PT, contra José Serra e demais candidatos burgueses nos Estados, não significaria apoio ao programa social-liberal do PT, seus compromissos com o imperialismo e as coligações com os partidos burgueses.

No seu panfleto nacional para o 2º turno, o PSTU alertou aos trabalhadores que esse programa, compromissos e alianças impediriam as mudanças necessárias para atender as reivindicações dos trabalhadores e melhorar a vida do povo e que se o futuro governo não romper com a Alca e o FMI será ainda pior do que o de Fernando Henrique Cardoso.

O partido fez ainda um chamado aos trabalhadores a não depositarem nenhuma confiança num futuro governo de Lula e a prepararem a luta em defesa de suas necessidades e reivindicações. A preparação de um grande partido revolucionário que seja uma alternativa ao PT já começou. 🌐



O GOVERNO LULA E OS DESAFIOS DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

MARIÚCHA FONTANA

Membro da Direção Nacional do PSTU - Brasil

A vitória eleitoral de Lula é um fato inédito na história brasileira. Pela primeira vez um operário e um partido como o PT chegam à presidência do país. Isso abre uma nova etapa da luta de classes no Brasil. As massas – os trabalhadores e o povo sofrido deste país profundamente desigual – depositam nesse governo enormes esperanças e têm nele grandes ilusões.

Ilusões talvez ainda maiores tenham os movimentos sociais da América Latina, que enxergam no governo petista mais do que um aliado: um líder para enfrentar o império.

Lula, entretanto, encabeçará um governo burguês, de colaboração de classes - no qual terão assento direto pesos pesados da burguesia colonizada brasileira. Um governo que já nasce submetido ao FMI e comprometido com as negociações da ALCA.

O Brasil está mergulhado numa profunda crise: econômica, social e política. O pano de fundo e fio condutor de todos os males em que se debate o capitalismo dependente e periférico brasileiro tem nome e sobrenome: o processo avançado de recolonização imperialista que o país vem sofrendo.

Lula diz ser possível atender as demandas do povo – emprego, salário, saúde, educação e reforma agrária – e alcançar a soberania nacional sem ruptura com os colonizadores e a burguesia brasileira. Seu programa de governo não difere em quase nada do programa apresentado pelo candidato derrotado José Serra, do partido de FHC.

Daí ser recorrente em muitas análises a máxima de Lampedusa “É preciso que algo mude, para que tudo continue igual”. Também não faltam – e não sem propósito – comparações do governo Lula com o do ex-presidente argentino De La Rúa.

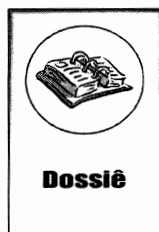
Lula chega ao governo antes que se dê um ascenso e de grandes lutas das massas. O PT foi nesses anos um fator poderoso de contenção das lutas e conseguiu desviá-las para o processo eleitoral.

Agora, no governo, seu objetivo e ambição é evitar a eclosão do ascenso e usar da confiança que as massas depositam nele para construir um “pacto social”, enquanto cumpre as metas estabelecidas no acordo com o FMI.

O Brasil, entretanto, com todas as suas especificidades, está vivendo o mesmo processo que sacode toda a América Latina: recolonização, crise, ascenso e esquerdização das massas.

Nesse processo, o desafio dos desafios é construir uma alternativa de direção revolucionária. Tarefa que não é fácil, pois nunca é demais recordar que diante de governos dessa natureza – salvo os bolcheviques dirigidos por Lenin – inúmeros grupos revolucionários sucumbiram ao oportunismo e tornaram-se co-responsáveis pelas derrotas – em vários casos históricas – que sobrevieram sobre as massas. Daí que a conduta dos revolucionários deve seguir os passos de Lenin que, nas suas famosas Teses de Abril, orientava: “Nenhum apoio ao Governo Provisório; demonstrar a falsidade de todas as suas promessas(...)

Desmascarar esse governo, que é um governo de capitalistas, em vez de “exigir” que deixe de ser imperialista, coisa inadmissível e que só faz despertar ilusões”.



Uma derrota do governo: “A esperança venceu o medo”

A eleição de Lula, antes que nada, significou uma derrota do governo. Foi um enorme rechaço aos 8 anos de governo FHC e à política econômica do FMI. Foi um não ao desemprego, às perdas salariais, ao desmantelamento dos serviços públicos, às privatizações, à entrega do país.

Uma onda de indignação e de desejo de mudança foi canalizada para o cenário eleitoral. Lula personificou essa vontade de mudança. Por isso, sua eleição está sendo sentida como uma vitória no terreno eleitoral das massas do campo e da cidade. Também setores importantes da classe média votaram em Lula querendo mudança.

Na noite da vitória, centenas de milhares de pessoas – de norte a sul do país – foram às ruas comemorar. A TV ecoava repetidamente a frase de Lula: “Hoje é o dia em que a esperança venceu o medo”, referindo-se à campanha do candidato do governo que explorou a crise e tentou mostrar que Lula seria “inexperiente” para enfrentá-la. Mas as massas já estavam fartas da “experiência” de FHC.

Dentro e fora do país, a comemoração é grande. Alguns chegam ao exagero de vê-lo como o começo do ‘governo de esquerda’ e um parâmetro internacional para uma virada, agora que a social-democracia europeia perdeu o fôlego e vários governos.

As massas enxergam em Lula um governo seu, ademais porque Lula simbolicamente é muito mais do que o PT: é um retirante nordestino, um menino pobre que se tornou operário metalúrgico e foi o líder das grandes greves que sacudiram o país no final dos anos 70 e na década de 80. Lula é quase um mito para a classe trabalhadora e todos os explorados.

Uma vitória distorcida das massas

O governo Lula, entretanto, por suas alianças e programa, será um governo burguês e de submissão ao imperialismo. A classe dominante já cuidou – antes mesmo da eleição – de surrupiar das massas sua conquista e de distorcer sua vitória.

A crise pela qual passa o país causou inúmeras fissuras na classe dominante e na coalizão partidária que elegeu e fez parte do governo FHC. Setores minoritários, mas de peso da burguesia, pularam para o barco de Lula. A começar de seu vice – José Alencar, do Partido Liberal – que é um grande empresário do setor têxtil, dono de 11 fábricas e de um patrimônio de R\$ 13 bilhões. Setores nada marginais da burguesia compuseram com Lula, como Eugênio Staub, dono da Gradiente (grupo eletro-eletrônico) e outros. Refletindo essa divisão, o apoio advindo da superestrutura política da classe dominante foi ainda maior. Do PMDB (ou ex- PMDB), o apoiaram dois ex-Presidentes do Brasil: Itamar Franco e José Sarney, além de figuras carimbadas e de peso, como o ex-governador de São Paulo Orestes Quércia. Do PFL (partido da Frente Liberal), o apoiou ACM (Antonio Carlos Magalhães), ex- ministro da ditadura, ex- gover-

nador da Bahia e ex-presidente do Senado. Do PPB (outro partido da base governista), se juntou a Lula o ex-ministro da Fazenda da ditadura e atual Deputado Federal Delfim Neto e até mesmo Paulo Maluf, ícone da ditadura e último candidato a favor do regime militar em 85, quando as Diretas Já haviam nocauteado a ditadura, declarou voto no PT no segundo turno. Até no partido do candidato de FHC (o PSDB) houve fissuras e um setor atuou de modo “neutro”. Inclusive o Presidente Fernando Henrique Cardoso atuou mais como alguém que apara e ameniza as “bordoadas” de seu candidato contra o adversário petista, do que como alguém que as estimula. As duas outras candidaturas de oposição burguesa que se apresentaram no primeiro turno – Ciro Gomes (PPS) e Antony Garotinho (PSB) – também chamaram a votar em Lula no segundo turno.

Mesmo a maioria do empresariado, dos banqueiros e do imperialismo, que preferia e votou Serra, atuou no sentido de evitar qualquer radicalização. Não apenas não esteve disposta a partir para o tudo ou nada (como fez em 1989, quando improvisou um Fernando Collor) como atuou para “costurar uma transição” e aceitar “com naturalidade” a “alternância de poder”. Claro, não sem antes amarrar bem Lula a um novo acordo com o FMI.

Em 1989, o então presidente da FIESP, Mario Amato, declarou que se Lula ganhasse as eleições 800 grandes empresários fugiriam do país. Hoje, o atual presidente da entidade, Horácio Lafer Piva, declara: “É preciso que a oposição que se forma se desarme, porque muitas das propostas são comuns. Esse é um momento de união nacional, de dar as mãos e construir.” (Folha on Line – 28/10). A FIESP, segundo ele, mantém contatos com a equipe do PT há semanas para colaborar na formação do governo de transição, apresentando idéias e debatendo nomes, no cumprimento do que chamou de “papel de pressão e propositivo”. Na mesma linha, ainda há um mês antes do segundo turno, o presidente do Banco Itaú – segundo maior banco privado brasileiro – declarou nos EUA que “os empresários brasileiros estão prepara-

dos para apoiar um governo Lula”.

Essa postura da burguesia brasileira e do próprio imperialismo perante o PT – de, na pior das hipóteses, vê-lo como adversário, mas não como inimigo – se deve a duas questões.

A primeira, ao fato de que o PT se institucionalizou, se transformou num partido inteiramente da ordem e defende um programa capitalista e de rendição ao imperialismo. Assim o define o economista, deputado e ex-ministro da ditadura Delfim Neto, justificando seu apoio a Lula: “*A sociedade brasileira vive um momento histórico. Até recentemente, o Partido dos Trabalhadores tinha fortes restrições ao mercado, exatamente como o Partido Social Democrático alemão até o manifesto de Bad Godesberg (1959) e o Partido Trabalhista inglês até a reunião de Westminster Hall (1995), quando retiraram de seus programas todos os resquícios de marxismo que os infectavam. No seu último programa (que chamamos Carta de Ribeirão Preto), o PT percorreu o mesmo caminho. E na Carta ao Povo Brasileiro, de junho deste ano, o senhor Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou os mecanismos de mercado para a administração econômica. Até então, o PT não fazia parte dos partidos que aceitavam integralmente a organização política nacional construída na Constituição de 1988. (...) A eleição de 2002 dá a oportunidade para que se consagre definitivamente a incorporação do Partido dos Trabalhadores ao corpo político nacional*”. (revista Carta Capital – 23/10/2002)

A segunda questão, talvez tão importante como a primeira, tem a ver com a profundidade da crise e a necessidade que vê a burguesia de tentar evitar a eclosão de um processo sustentado de lutas e possibilidade de abertura de uma crise revolucionária. O ex-presidente José Sarney (possível presidente do Congresso Nacional num governo Lula) expressa com lucidez essa característica preventiva da burguesia brasileira quando vislumbra a possibilidade de eclosão de grandes lutas e ruptura no regime político: “*Acho que o Lula prestou um grande serviço ao País nesta sucessão, porque com esta crise social, com este desemprego, a violência urbana, com o terror que a gente está vendo aí, com a situação que a agitação nacional, se não fosse ele o homem que é, que catalisou as esperanças do povo, assegurou uma sucessão tranqüila,*

a campanha presidencial teria sido um momento de quase explosão social do país.” (jornal O Estado de São Paulo – 27/10/2002)

Na mesma tecla bate a “carta do editor” – uma espécie de editorial – da revista semanal do principal conglomerado de comunicação do país “*Eleito, o candidato do PT recebeu a missão de colocar de pé um país que atravessa uma das crises mais dramáticas de sua história. A economia internacional vive uma etapa difícilíssima. Não seria uma missão fácil para nenhum dos adversários. Com os milhões de votos recebidos domingo, pode ser menos difícil para Lula*” (revista Época – 28/10/2002).



FMI dá as cartas e a ALCA se acelera

Porém, o fato mais importante para a aceitação de Lula por parte da burguesia e do imperialismo, e que distorce completamente a vitória que hoje sentem as massas, porque é a garantia de que seu desejo de mudança será fraudado, foi o acordo com o FMI feito pelo governo, com o aval e participação de Lula.

Em junho – em meio a um ataque especulativo – Lula fez um pronunciamento, no qual leu uma “Carta ao povo Brasileiro”, na verdade uma carta aos banqueiros para obter um salvo-conduto perante o mercado financeiro, onde se comprometia a cumprir todos os contratos, manter a Lei de Responsabilidade Fiscal, o superávit primário nas contas públicas e a política de metas de inflação. Enfim os pilares centrais da política econômica de FHC e do imperialismo.

Em agosto, Lula foi mais longe, aceitou o “convite” de FHC para “conhecer” os termos do novo acordo com o FMI e para avalizá-lo. Aí se comprometeu definitivamente com a continuidade piorada da política econômica aplicada no Brasil nestes últimos 8 anos. As metas do FMI exigem mais “ajuste fiscal”, mais cortes orçamentários para pagar a dívida, impõem a manutenção e aprofundamento de um cenário recessivo, maior desnacionalização da economia e garantia de aumento do controle do imperialismo sobre o Estado e as instituições.

No campo institucional, a primeira medida será dar “autonomia” ao Banco Central e “escolher” um Presidente do Banco Central de acordo com o que quer o “mercado”.

O governo Lula ainda assumirá a co-presidência das negociações da ALCA junto com os Estados Unidos. E quem espera que Lula - liderando a América Latina - impeça a ALCA, vai ter que tirar o cavalo da chuva. Os setores fundamentais da burguesia brasileira vão à ALCA. Mesmo os tais setores “produtivos” (ou seja, os setores que investem e lucram com a produção direta, como os industriais) de quem Lula dizia ser aliado preferencial em relação aos banqueiros (coisa que já se esfumou) quer a ALCA no atacado, com ressalvas no varejo. Com a palavra novamente o Presidente da Fiesp: “A ALCA é inexorável” (Folha on Line 28/10/2002). O mesmo diz o próprio vice de Lula “(...) às vezes as pessoas se posicionam contra a ALCA sem saber o que ela significa. Livre comércio significa o



fim das fronteiras econômicas, para ser exato. Significa que os países estarão vivendo numa economia rigorosamente aberta. Isso é bom para o Brasil? Eu penso que sim.” (jornal Folha de São Paulo 26/10/2002)

A vitória eleitoral das massas, portanto, é uma vitória completamente distorcida. O governo Lula será um governo de colaboração de classes, ou de Frente Popular, como ficou conhecido historicamente. Será, portanto, um governo burguês, que – sob a batuta do FMI - vai gerir o Estado Burguês em processo de colonização e o capitalismo brasileiro, num momento de crise deste.

Um governo de Frente Popular...

No Brasil, um governo dessa natureza é um fato inédito. Porém, governos de colaboração de classes, ou de unidade entre partidos operários e setores da burguesia, nos quais partidos operários colaboracionistas ocupam um lugar preponderante, existiram inúmeras vezes na história em diversos países.

O marxismo revolucionário dedicou centenas de páginas à análise de tais governos e à formulação de uma estratégia e tática revolucionária perante os mesmos. E não é nada secundário revisitar essas análises para proceder a uma avaliação marxista do governo Lula e sobretudo, elaborar uma política revolucionária frente ao mesmo, porque salvo raras exceções o movimento revolucionário foi pressionado e acabou por naufragar no oportunismo perante governos assim. Inclusive, o Partido Bolchevique – antes da chegada de Lenin à Rússia em abril de 1917 – capitulou em toda a linha ao Governo Provisório, composto por Mencheviques, Socialistas Revolucionários em aliança com a burguesia liberal. Sem a guinada estratégica que Lenin e suas Teses de Abril deram no partido, não teria ocorrido a revolução socialista de outubro de 1917.

Nahuel Moreno – dirigente trotskista argentino e fundador da Liga Internacional dos Trabalhadores – , quando da ascensão do governo Mitterrand na França, sistematizava em sete pontos o pensamento de Trotsky sobre o assunto:

“*O governo frente-populista sempre coincide com uma etapa superior da luta de classes.

*É um tipo diferente de governo burguês.

*Tem um claro conteúdo contra-revolucionário

*Apoiado nas organizações operárias conciliadoras, pode adotar distintas formas e, dentro de certos limites, responder a diferentes circunstâncias da luta de classes.

*Não tem, por si mesmo, nenhuma incompatibilidade com o regime capitalista-imperialista.

*Seu propósito é desmoralizar e desmobilizar os trabalhadores, conduzindo-os a maiores sofrimentos ou a derrotas históricas.

*É um produto objetivo da crise de direção revolucionária do movimento operário, mas oferece aos revolucionários a maior, talvez a única, oportunidade para superá-la.” (Nahuel Moreno – sob o pseudônimo de Miguel Capa – “O governo Mitterrand, suas perspectivas e nossa política” – 1981 – Revista Desafio nº 4 jul 1993)

Os governos de Frente Popular – como o de Lula – são governos burgueses porque se propõem a gerir o capitalismo (sempre em épocas de crise) e o Estado burguês. Ao mesmo tempo, são governos burgueses anormais porque o normal é que a classe dominante governe seu estado, ou que seja um representante direto seu a gerir seus negócios. Essa anormalidade, um governo frente-populista ou operário capitalista, por sua vez, estabelece também uma relação completamente diferente com a consciência tanto das massas trabalhadoras, como dos capitalistas. Os trabalhadores tendem a ver esse governo como o “seu” governo e a classe dominante tende a vê-los como inimigo, adversário ou com desconfianças.

De outra parte, existiram governos de Frente Popular que chegaram ao poder num tremendo ascenso de massas e conviveram com um poder popular, ou duplo poder. Foi o caso do governo de Kerensky na Rússia de 17, onde existiam os soviets, ou de Allende no Chile, que apesar de ter chegado ao governo pela via eleitoral, conviveu posteriormente com os cordões industriais. Outros, como o de Mitterrand na França, chegaram ao governo previamente à exis-

tência de grandes mobilizações e conseguiram evitar a generalização das lutas, derrotando-as uma a uma.

...mas uma Frente Popular bem diferente.

O governo Lula é um governo de Frente Popular, de colaboração de classes – e portanto burguês anormal, tanto no sentido de que a maioria da burguesia, se fosse possível, preferiria e teria mais confiança num governo diretamente seu, mas principalmente porque as massas depositam neste governo muitas ilusões e expectativas. Vêem Lula – especialmente neste primeiro momento – como o seu governo.

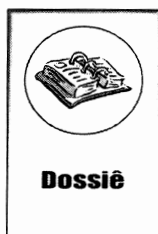
Mas, ao mesmo tempo, o governo Lula será uma Frente Popular bem diferente das diversas Frentes Populares que historicamente conhecemos.

Primeiro, diferente da maioria das Frentes Populares, não haverá um setor insignificante da burguesia, ou a “sombra da burguesia”, como dizia Trotsky sobre a Espanha de 36, no governo do PT. Haverá setores importantes, pesos pesados da classe dominante no governo. A “transição” até a posse de Lula, por sua vez, terá características de unidade nacional. E, inclusive, o início do futuro governo poderá ter traços de unidade nacional. De início terá apoio no atacado – nas medidas e votações do Congresso – possivelmente de todos os partidos burgueses e de praticamente todas as Federações empresariais. A burguesia não o vê como inimigo, no máximo um setor o vê como adversário e com desconfiança, sendo que um amplo setor o apóia diretamente e integrará o governo.

A composição do governo – que ainda não foi anunciada -, sobretudo na área econômica (Ministério da Fazenda e Banco Central), independente dos nomes, está sendo negociada com o “mercado”, leia-se com toda a burguesia e com o imperialismo. Sendo que a primeira medida a ser votada – em comum acordo entre o governo de FHC e o PT – ainda este ano é a que dará autonomia ao Banco Central.

Segundo, a presença do movimento operário no governo, por sua vez, se dará praticamente pela presença do PT, ou seja, não haverá dirigentes sindicais dirigindo as grandes empresas públicas que restam e nem mesmo chefiando ministérios.

Terceiro, sendo uma Frente Popular de um país semi-colonial em processo de recolonização, o governo Lula não se assemelha em nada aos governos de colaboração de classes que existiram nas semi-colônias. Não guarda qualquer semelhança com Allende, por exemplo, que expropriou as minas de cobre e se enfrentou com as multinacionais imperialistas. Pelo contrário, o governo Lula não terá qualquer característica antiimperialista. Ele aceita e defende o pagamento da dívida externa e o acordo com o FMI, inclusive com a disposição de aumentar o ajuste fiscal, se necessário. Aceita dar autonomia ao Banco Central, o que significa deixar o controle monetário – câmbio, juros, etc – nas mãos de alguém de confiança do imperia-



lismo. Defende a continuidade das negociações da ALCA, afirmando ser possível uma negociação “soberana”, na verdade enfatizando nas negociações o mesmo que FHC tem enfatizado e que a burguesia dependente brasileira quer, bem como as multinacionais instaladas no país: alguma abertura no mercado dos EUA para a agricultura brasileira. Em troca de espaço para vender suco de laranja e alguns produtos mais, topam entregar o restante que quer os EUA.

Se ficarmos na comparação com o Chile, podemos dizer que Lula não tem nada a ver com Allende, mas sim com Lagos.

O próprio imperialismo, especialmente o dos EUA, que obviamente preferia Serra, não o trata hoje como inimigo, procura ser cuidadoso e pressioná-lo para ser mais e mais neoliberal. A política determinante do governo Bush não é de incluí-lo no “eixo do mal”, mas de pressionar por mais e maiores concessões. E Lula trata de dar sinais que não quer ser comparado com Chavez e Castro, como declarou ao jornal Washington Post. O próprio FHC e Arminio Fraga – atual Presidente do Banco Central e ex-funcionário de George Soros – têm atuado como avalistas internacionais de Lula.

Albert Fishlow, diretor do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Columbia, de Nova York, ex-professor de FHC, em entrevista a um jornal brasileiro dá o tom do que deverão ser as relações do imperialismo com o governo: “Mas eu acho que mesmo com vitória do Lula, a situação deve melhorar dentro dos próximos quatro a seis meses, por uma razão simples: vai haver uma possibilidade de comprovar se o Brasil está seguindo efetivamente o acordo feito com o FMI.” [...] Mas um eventual governo Lula poderá comprovar ao FMI e ao mercado financeiro que seguirá a estratégia macroeconômica atual.”

O sr. acha que ele seguirá realmente essa política?

“Ele foi um dos primeiros a ratificar o acordo. Ele foi à reunião com FHC e já tinha preparado um documento no qual disse que o PT estava comprometido a seguir a linha do acordo.” [...] na prática a vitória do Lula significará

uma mudança limitada. Será realmente a substituição do PFL pelo PT na aliança governista dentro do Congresso.”

O sr. acha que a relação Brasil-EUA num eventual governo Lula tende a ser mais conflituosa?

“Não, não vejo isso. Dentro da secretaria do Tesouro, da Casa Branca, do Departamento de Estado, todos nos EUA estão dizendo a mesma coisa, que a democracia está funcionando e que, como sempre, é necessário reconhecer e aceitar as decisões nacionais.” (Folha de São Paulo, 5/10/02)

Já os principais jornais estadunidenses se referem assim à vitória de Lula: “Lula terá de controlar (a expectativa) dos que esperam milagres(...) Lula pareceu estar preparando os 175 milhões de brasileiros para isso (no pronunciamento do dia seguinte da eleição). Acenou ao FMI e a outras instituições e pediu paciência aos que votaram nele. (New York Times – 29/10/2002) “O tom tranquilizador de Lula marcou o começo de um esforço para transformar uma campanha populista num plano coerente para governar a Nação” (Washington Post – 29/10/2002).

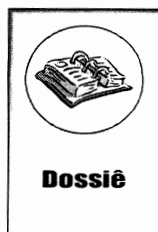
O imperialismo europeu – sem deixar de lado as exigências – é ainda muito mais amistoso em relação a Lula. Tony Blair e Jacques Chirac apressaram-se a convidar Lula para visitá-los. “O governo britânico aguarda com expectativa poder trabalhar com a nova administração para ampliar a atual cooperação e laços com o Brasil”, diz o governo britânico em nota oficial. E de Paris, Jacques Chirac enviou “as mais calorosas felicitações”. (jornal O Estado de São Paulo – 30/10/2002).

Gurus do imperialismo, como Fred Bergsten – diretor do Institute for International Economics de Washington – comparam Lula a Tony Blair, Mitterrand e Felipe González.

Sem dúvida, o PT de hoje se parece em muitos sentidos com a social democracia europeia. A diferença é que o Brasil não é a Europa imperialista, mas uma semicolônia rumando de volta ao status de colônia

É necessário aprofundar mais aquilo que determina tudo o que vemos de atípico neste governo em relação a outros governos dessa natureza que existiram na história. A nossa hi-

pótese é que essas diferenças sejam produto de dois fatos ou processos internacionais determinantes e um nacional: a) é uma Frente Popular pós-queda do muro de Berlim; b) é uma Frente Popular que ascende sob um processo de recolonização imperialista tão profundo e avançado que mudou a estrutura produtiva e o perfil da burguesia no país (e em toda a América Latina) e não deixou espaço para a existência de qualquer corrente nacionalista burguesa de alguma importância, por mais tímida e covarde que seja; c) o PT se institucionalizou e estima-se que tenha 150 mil de seus 300 mil filiados no aparato de estado – seja em prefeituras, governos ou no legislativo das três esferas – municipal, estadual e federal. E o detalhe é que esse Estado está sendo colonizado. O regime – as instituições com as quais o Estado governa – vem se convertendo numa “democracia colonial”. E, o PT, onde governa, convive com os agentes dos colonizadores, respeita e aplica, no atacado, os mandamentos imperialistas: paga a dívida pública; faz ajuste fiscal; privatiza empresas públicas, etc.



As semelhanças com De La Rúa

Não são poucos – na esquerda latino-americana - aqueles que vêm a probabilidade de que Lula, no tocante à relação com o imperialismo, se pareça a Hugo Chavez, ou seja, de que acabe de um modo ou de outro polarizando e desafiando os EUA. No nosso modo de ver o mais provável é de que Lula se assemelhe ao ex-presidente De La Rúa e não a Chavez.

Evidentemente, as analogias do governo Lula com esses dois governos são limitadas, pois nem Chavez e nem o ex-governo De La Rúa são Frentes Populares, embora tivessem elementos frente populistas, ou de colaboração de classes.

Porém, são semelhantes no que toca ao fato de terem sido eleitos por apresentarem-se como oposição ao neoliberalismo. Chavez, porém, chegou ao governo como sub produto do Caracazo, em meio a um grande ascenso, com um regime democrático burguês em ruínas. Não foi um governo preventivo. De La Rúa – ao contrário –, como Lula, ascendeu antes da crise revolucionária para buscar manter a institucionalidade e tentar manter o modelo com algumas reformas.

Chavez de início foi muito útil à burguesia e ao imperialismo. Não tomou nenhuma medida antimperialista, embora tenha abusado da retórica neste terreno, como também falou muito contra a corrupção e em favor dos pobres. Cavalgou o movimento de massas e controlou-o, enquanto reconstruía uma institucionalidade burguesa. Quando sobreveio o desgaste e mais fissuras interburguesas – tentou tímidas medidas antiimperialistas para manter o apoio da maioria das massas. O fato é que o imperialismo ficou irrita-



do com as alianças de Chavez com países árabes em defesa do preço do petróleo via OPEP e sua negativa a aderir à guerra contra o Afeganistão e Iraque e passou a querer um governo que seja de sua inteira confiança na Venezuela, o que Chavez não é.

Lula, como De La Rúa, chegou ao governo simbolizando a mudança para uma população desgastada pelo modelo neoliberal de dois mandatos de FHC (assim como sucedeu com Menem na Argentina), mas antes de um ascenso sustentado e de uma crise revolucionária. Seu governo, assim como o da Aliança UCR-Frepaso tentou na Argentina, planeja dar continuidade em essência à política de FHC, esperando – depois de fazer o ajuste doloroso que o FMI exige – ter alguma margem de manobra para poder reformar um pouco o modelo e oferecer à burguesia crescimento econômico e algumas políticas sociais compensatórias às massas. Assume para tentar resolver a crise atual sob a ótica da burguesia e do imperialismo, ou seja, para jogar todo o peso desta nas costas dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, usar seu prestígio junto às massas para evitar uma crise revolucionária, convencendo-as a aceitar o “remédio amargo” agora, em troca da promessa de dias melhores depois.

Paz e amor com o mercado é guerra contra os trabalhadores

Prometendo dias melhores para todos, para gregos e troianos, banqueiros e trabalhadores, dizendo querer um governo de união nacional, Lula não atacou seus adversários na campanha e dizia ser um “Lulinha paz e amor”.

É nessa toada, que tem se comprometido com tudo o que o “mercado” quer. Para que suas primeiras medidas não soem como um estelionato eleitoral para as massas, Lula está lançando uma campanha contra a fome, que consiste em dar bônus de alimentação para 9 milhões de brasileiros – dos 52 milhões de miseráveis - no primeiro ano de governo e declarando que até o final de seu governo todo brasileiro vai conseguir ter ao menos 3 refeições ao dia. Projeto esse que consumirá R\$ 5 bilhões

do orçamento.

Sendo que o pagamento da dívida pública já consome mais de 60% do orçamento e que dos 40% restantes, o governo Lula se compromete em garantir o superávit primário exigido pelo FMI: uma economia de mais R\$ 52 bilhões para destinar também ao pagamento da dívida; já se vê que o programa contra a fome é menos que uma migalha, perto das medidas duras que virão contra a classe trabalhadora.

Tirando o “projeto contra a fome” desde logo apoiado entusiasticamente por toda a burguesia, as demais medidas anunciadas são as “reformas estruturais” do FMI que FHC não conseguiu concluir: autonomia do Banco Central; ataque à aposentadoria; flexibilização da legislação trabalhista, isenções fiscais para a burguesia e manutenção e aumento de impostos para a classe média e parte da classe trabalhadora e arrocho salarial sobre o funcionalismo público.

Uma dinâmica de crise: nova etapa da luta de classes

A situação mundial e latino – americana tendem a colocar o governo Lula numa situação difícil em pouco tempo. Pois Lula – por suas alianças e programa – terá que seguir uma política tão “pró-mercado” quanto FHC, numa situação de esgotamento do modelo e de crise mundial.

A crise da economia americana e da economia brasileira – que anda no fio da navalha de uma moratória forçada – não dão margem de manobra para uma saída intermediária.

Não apenas não existe espaço para concessões ao movimento de massas, como será preciso redobrar os ataques ao nível de vida do povo.

A tendência, portanto, é que esse governo se desgaste mais rapidamente do que espera. A situação de rebeliões e revoluções no continente, por outro lado, e o crescimento da consciência antimperialista – também no Brasil – aliada à tremenda crise social já hoje existente apontam para o ressurgimento das lutas no país.

De início, como já dissemos a burguesia não vai atacar o governo de forma acirrada e vai buscar dar-lhe condições de governabilidade para levar adiante as reformas. O movimento de

massas também inicialmente dará um tempo ao governo, pelas expectativas e ilusões que deposita nele e também porque a direção majoritária da CUT estará contra as lutas.

Porém, nem a burguesia seguirá indefinidamente em “lua de mel” com o governo e nem o movimento de massas seguirá indefinidamente perdendo conquistas e recebendo ataques sem reagir.

O governo – apoiando-se na confiança que tem das massas – vai fazer de tudo para ganhar o movimento para o “pacto social” e desmobilizar as massas. Vai buscar construir palmo a palmo a colaboração de classes de cima abaixo. Desde um “Conselho consultivo” – denominado- “Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social”, no qual terão assento a Federação dos Bancos, da Indústria, dos Transportes, intelectuais e “personalidades” burguesas e também a CUT e demais centrais sindicais, até tentar envolver todo e cada sindicato em pactos com seus patrões. (vai se apoiar na experiência de acordos rebaixados feitos pelos principais sindicatos da CUT dirigidos por sua corrente na década de 90, através das Câmaras Setoriais)

Se Lula conseguir deter o ascenso, impor todo o ajuste sobre o povo e na base da superexploração e entrega do país evitar a débâcle financeira , a burguesia poderá lhe dar mais tempo.

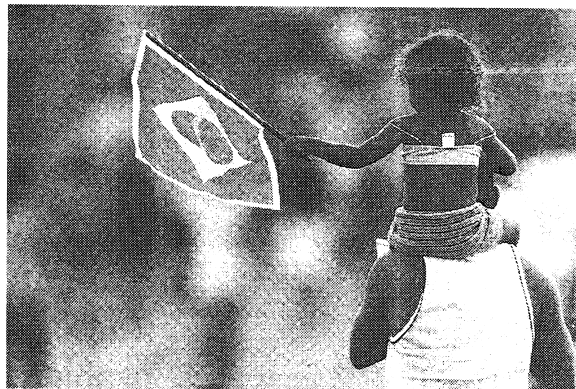
O mais provável, entretanto, é o acirramento da luta de classes. A divisão interburguesa para ver quem disputa ou ganha o status de sócio menor mais bem localizado para ficar com nacos maiores do botim imperialista sobre o Estado vai se acentuar. De outra parte, independente dos ritmos, é pouco provável que a classe trabalhadora não reaja diante dos ataques que vai sofrer.



A ESQUERDA BRASILEIRA E O GOVERNO LULA

O desafio da esquerda brasileira na nova etapa é forjar um partido revolucionário de massas alternativo ao PT, que se coloque como oposição de esquerda ao governo Lula. Para isso, é necessário nesse período preparatório, antes ainda de um grande ascenso, ter uma estratégia, um programa e uma política revolucionária clara. Tarefa que não é simples; os desafios são imensos e exigem uma direção à altura dos acontecimentos, o que colocará todos à prova.

Não se trata de ser sectário, de não levar em conta as ilusões das massas e sua consciência ou de não adaptar as táticas a elas. Porém, a história demonstra que o maior perigo que ronda os revolucionários em etapas de governos



de colaboração de classes é o do oportunismo.

Em seu texto sobre a frente popular na França, Nahuel Moreno sistematizava assim a política leninista perante tais governos:

“(...) torna-se imprescindível desmascará-lo diariamente (...) Para que as massas, com falsas ilusões, possam entender nossa proposta, a política revolucionária deve possuir dois aspectos: a explicação, pela **negativa**, do caráter traidor e contra-revolucionário do governo, que deve ser sistemática, (...) e a colocação, pela **positiva**, de que governo propomos em seu lugar, ainda que a princípio não digamos diretamente “Abaixo o atual governo”. (...) A princípio os bolcheviques não chamaram à derrubada do Governo Provisório(...) Mas, desde o primeiro dia Lenin proclamou (...) **“nenhuma confiança em Kerensky”** e passou a desenvolver campanha contra ele, **denunciando sem piedade cada uma e todas as suas medidas.** (...) Seu único limite foi o de não chamar a derrubada imediata do governo, enquanto as massas não compartilhassem dessa colocação, e acomodar, cuidadosamente, a alternativa de poder – ou seja, a colocação **positiva** de que tipo de governo queremos - às circunstâncias que se transformavam.”

Na esquerda brasileira é urgente debater sobre a estratégia e a política dos socialistas sob esse novo governo. Essa discussão, com certeza, é polêmica, porém, extremamente necessária.

Lula com a FIESP e o FMI é ou pode ser um governo “progressista”?

Antes de chegar ao governo central, o PT já era um obstáculo para uma ruptura das massas com a recolonização imperialista, a exploração e a institucionalidade burguesa. Hoje, no governo central, sofreu uma mudança qualitativa: passou a ser o agente direto da aplicação do projeto burguês e imperialista no país.

Na esquerda, entretanto, existem, grosso modo, dois tipos de ilusão nesse governo, que levam a uma política completamente equivocada, na nossa opinião.

Há aqueles que crêem que participando do

bloco governista e propondo medidas a Lula este poderá – mesmo que não rompa com o imperialismo e o capital – fazer algumas reformas, avançar em alguns graus de soberania, ser um “governo de esquerda” ou “progressista”.

Há outros companheiros que sabem ser necessária uma ruptura, mas acreditam ser possível – com mobilização – empurrar o governo para a esquerda e a ruptura. Para estes, o governo Lula seria um governo híbrido, sem natureza de classe, um governo que estaria em disputa. De um lado estaria o FMI e o grosso da burguesia, de outro, o movimento, e Lula estaria no meio, podendo ser puxado para o lado do movimento.

Mas, em primeiro lugar, não é possível alcançar soberania por dentro do processo de recolonização, com uma “parceria conflitiva” com o FMI ou na co-presidência da ALCA com Bush. E também não é possível trazer o governo Lula para a esquerda e empurrá-lo para a ruptura, porque Lula fez uma opção de classe, de governar com a burguesia nos marcos do FMI e da ALCA. Este governo é uma totalidade: é um governo burguês.

Conselhos ou exigências?

Lenin orientava que diante de governos assim, a política revolucionária deveria ter dois aspectos: um pela negativa, que consistia em explicar pacientemente às massas que esse governo era seu inimigo e ser oposição irreconciliável a ele desde o primeiro dia. O segundo aspecto, pela positiva, deveria apontar o governo que os revolucionários defendiam, adaptando às diversas circunstâncias e consciência das massas uma fórmula de governo, que na Rússia passou por diferentes palavras de ordem de acordo com tais circunstâncias: Nenhuma confiança no governo provisório! Fora os ministros burgueses do governo! Todo poder aos Soviets!

Num primeiro momento, as principais correntes da esquerda, quase todas militando no interior do PT, estão muito distantes da proposta de Lenin para governos deste tipo. As primeiras manifestações das correntes de esquerda internas ao PT, entretanto, dão “conselhos” a Lula.



Embora essas correntes componham um leque heterogêneo, podemos elencar uma série delas, como a Democracia Socialista – organização do Secretariado Unificado – que tem diferenças menores com a corrente majoritária do PT e não vê qualquer problema em participar diretamente de um governo dessa natureza, visto que já esteve na gestão da Fazenda e no centro do governo do Estado do Rio Grande do Sul, que aplicou a mesma política e programa que Lula se propõe a aplicar no governo central. Inclusive teve um quadro de sua corrente, Arno Augustin, na equipe de transição do governo Lula (os encarregados pela direção do PT de encaminhar a transição do governo FHC para o governo da frente popular). É possível também que outras correntes do que é conhecido como esquerda petista entrem no governo.

Há outros setores que discordam da DS, porém até o momento não se propõem nem a romper com o PT e nem a desafiar o governo. Ao contrário, as primeiras declarações não apenas alentam ilusões, mas são de “conselheiros” de Lula. É o caso da entrevista da deputada Luciana Genro, da corrente Movimento de Esquerda Socialista, e que expressa o pensamento de boa parte de toda essa ala da esquerda do PT, do qual reproduzimos alguns trechos:

“(…) Acho que continuar seguindo as políticas do FMI não é o caminho para que possamos atender as demandas históricas dos trabalhadores (...)Acho que o Lula tinha de denunciar esse acordo. O que significa isso? Amanhã romper e dizer que não quer mais conversa? Não. Significa construir esse ambiente no país, mostrar a inviabilidade de melhorar a vida das pessoas e de se submeter ao FMI. O Lula tem que sentar à mesa de negociação respaldado por uma população que tem consciência de que o FMI é nosso inimigo(…)” (jornal Folha de S. Paulo – 4/11/2002).

Para Luciana, está bem Lula estar em negociações com o FMI. O problema para ela é que uma vez aí, Lula “tem dois caminhos” e ela sugere que Lula opte pelo caminho de denunciar o FMI, para negociar respaldado pela população consciente de que o FMI é inimigo. Como se o problema fosse de que as massas tivessem enormes ilusões no FMI e Lula teria sido obrigado a ir ao FMI para levar as massas a ter consciência de que o Fundo é seu inimigo. Mas o problema é justamente o oposto, as massas têm ilusões em Lula, que por sua vez já optou por um caminho: governar com a burguesia, nos marcos do acordo com o FMI. As massas não têm qualquer simpatia pelo FMI, têm simpatia e confiança **em Lula**, que usando seu imenso prestígio, lhes está empurrando pela goela o acordo com o FMI.

E Luciana, porque não se propõe a combater as falsas ilusões das massas nesse governo, acaba por não defender sequer a ruptura do acordo com o FMI.

Depois, Luciana diz que burgueses como Sarney não deveriam compor um “governo que se propõe a fazer mudanças profundas e reais”. Ou seja, é como se Lula fora um ingênuo que precisasse ser aconselhado, pois ele não veria que não se deve tentar ser um árbitro entre a burguesia e o proletariado. Então, para ela a esquerda teria a grande tarefa de mostrar a ele o “bom caminho” para as tais mudanças profundas... Nem uma palavra de crítica a Lula ou contra sua política de governar com a burguesia, e nem uma política clara de exigência de que esse governo rompa com a burguesia e com o FMI, porque do contrário atacará os trabalhadores, como já está fazendo, aliás, quando aceita, antes mes-

mo da posse, aprovar – com reformas – o Orçamento de FHC e do FMI.

Oposição ou apoio crítico?

De outro lado, temos as organizações e correntes que tiveram e têm papel destacado na Campanha Contra a ALCA: companheiros do MST, das Pastorais Sociais, do Consulta Popular... Companheiros que estiveram à frente das lutas no campo e defendem a ruptura com o imperialismo, com os quais todos os setores combativos formam hoje um pólo importantíssimo para a mobilização e para o combate contra o imperialismo.

Mas, aqui também há polêmicas sobre a natureza do governo Lula e as estratégias e táticas da esquerda perante ele. Discussões essas que devem ser feitas de forma clara entre todos – com o objetivo de esclarecer os acordos e diferenças.

É importante identificar em primeiro lugar, um grande acordo: não é possível reformar a ALCA e nem fazer uma “boa negociação” com o FMI. É preciso derrotar a ALCA e o FMI. Segundo grande acordo: o cumprimento dessas tarefas passa pela mobilização de massas, como na campanha anti-ALCA.

Mas existem diferenças e é justamente em relação à compreensão sobre o caráter e a posição frente ao governo de frente popular:

Setores desses movimentos acreditam que – com mobilização – é possível empurrar o governo Lula para a esquerda, para o confronto com o imperialismo. Segundo, dessa avaliação aponta-se para uma política de apoio crítico ao governo.

Essa avaliação e política, na nossa opinião, são equivocadas porque – mesmo que se mantenha uma independência para realizar ações e conflitos - ao manter-se no apoio crítico terminará por fazer parte do mesmo bloco do governo perante as massas, aparecerá como sua ala à esquerda, crítica, porém jamais se constituindo como uma alternativa de esquerda, independente: uma oposição de esquerda.

Quem ficar numa posição assim, de apoio

crítico, ou de ala esquerda do campo do governo, diante das inevitáveis críticas à esquerda e confrontos que vão surgir com esse campo, acabará obrigado a fazer o papel de defensor do governo, reproduzindo assim a pressão do governo contra posições mais à esquerda.

Porque, historicamente, essas posições ficaram conhecidas como as da Frente Popular de Combate. Os blocos de Frente Popular de Combate terminaram no meio de um enfrentamento entre as massas e os governos burgueses de colaboração de classes, desgastando-se dos dois lados e, pior, não construindo uma alternativa de esquerda e revolucionária perante estes. E aí está o grande problema, pois estes governos acabaram na maioria das vezes – sempre quando não existiu uma alternativa revolucionária de peso – levando à derrota do movimento.

O primeiro comunicado do MST sobre o novo governo saiu com o título “Ao povo brasileiro e ao presidente Lula”, e seus trechos mais importantes se referem à relação do movimento com o novo governo:

“2- O povo brasileiro disse não a este modelo econômico e agrícola e elegeu o presidente Lula. É uma vitória do povo. É uma derrota das elites e de seu projeto.

3- O MST combateu esse projeto e por isso fomos perseguidos e injuriados... Agora nos sentimos orgulhosos e vitoriosos com a campanha do companheiro Lula.

5- Temos certeza que é possível derrotar o latifúndio, pela organização do povo e pela vontade política do novo governo. Para nós, o inimigo é o latifúndio e o governo Lula vai desempenhar um papel fundamental para democratizar a propriedade da terra no Brasil.

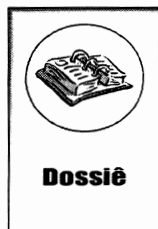
8- manteremos a necessária autonomia em relação ao estado, mas contribuiremos em tudo o que for possível com o novo governo, para que haja a tão sonhada reforma agrária.

10- Conclamamos a todos os trabalhadores e trabalhadoras, à sociedade brasileira em geral, a que se organizem, se mobilizem, e nos ajudem a fazer a reforma agrária. Um Brasil mais justo e igualitário é possível. A hora é esta!”.

A visão que permeia o manifesto é que se

apóia o governo para que ele possa cumprir sua suposta política de reforma agrária. A idéia é manter a autonomia do movimento, mas centrar na pressão sobre o novo governo desde uma posição de apoio e se elogia até mesmo o “papel fundamental na reforma agrária” que este governo poderá cumprir. Nenhuma palavra sobre as composições que a direção do PT está buscando com a burguesia (inclusive a oligarquia fundiária) e nem sobre a manutenção dos acordos com o FMI e sobre a política de seguir negociando a ALCA (afinal o MST tem sido uma peça fundamental do movimento anti-ALCA).

Aposta-se na pressão do movimento para pressionar o governo de frente popular para que encaminhe as reivindicações setoriais e não se levanta nada que possa aparecer como oposto à política do governo eleito.




Construir um novo partido revolucionário

Trotsky disse, sobre a derrota da Revolução de 36 na França sob o governo de frente popular:

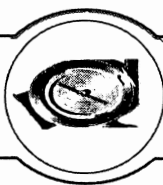
“Os operários foram incapazes de reconhecer o inimigo porque ele se disfarçava de amigo”¹. Esse problema da clareza sobre a natureza do governo de frente popular pode ser o grande obstáculo para o avanço da revolução brasileira e por isso mesmo é o grande desafio para as forças que se reivindicam da esquerda revolucionária no Brasil. Na verdade, se a esquerda petista quiser se manter socialista, deve enfrentar já a política de colaboração de classes da direção do PT e avançar no caminho da ruptura com esse partido. O PSTU fez um chamado às correntes da esquerda petista: sejam oposição a esse governo de conciliação, capitalista e imperialista, entrem na via da ruptura com o PT e discutamos um programa e um novo partido revolucionário, em alternativa ao PT.


E especialmente os companheiros que estão na campanha contra a ALCA podem ter uma grande responsabilidade: abrir um debate com todas as forças da esquerda revolucionária sobre o programa para construir um poderoso partido revolucionário em alternativa ao PT.

Por um lado, a firmeza e fortalecimento de um pólo revolucionário desde já, afastando o sectarismo e o oportunismo, enfrentando as pressões e seguindo os conselhos de Lenin. Por outro, a unidade de ação na luta e, ao mesmo tempo, a discussão, o debate programático e político entre todos os setores combativos. Esses dois passos são decisivos em períodos como o que vai se abrir com chegada da frente popular ao governo, como alertavam os grandes dirigentes marxistas revolucionários. 


¹ Trotsky – citado por Daniel Guérin – Front Populaire, revolution manquée – Paris; Maspero, 1976.

Pontos de Vista



 TOM LEWIS

O império contra-ataca 75

 CRISTIANO MONTEIRO

Teoria do imperialismo e desnacionalização:
o caso da economia brasileira 91

 JAIME VILELA

Coca: narcotráfico e recolonização 101



O IMPÉRIO CONTRA-ATAÇA

TOM LEWIS

Membro da direção da ISO (EUA)

O livro *Império*, de Michael Hardt e Antonio Negri, tem atraído comentários que vão desde “uma significativa contribuição ao Marxismo” até “não é surpreendente?”. Houve uma corrida às livrarias da Wall Street e criou-se uma agitação similar nas universidades e nos sites de esquerda da Internet. Com Negri ainda injustamente preso na Itália devido a uma alegação de cumplicidade em atos terroristas durante os anos 70, Hardt tem freqüentemente aceitado convites para aparecer em programas de rádio e TV, para ir a palestras no circuito acadêmico e a eventos maiores do movimento anti-globalização.

Hardt e Negri afirmam que o livro *Império* é um trabalho de filosofia. Como tal, tem o objetivo de extrair do cotidiano e de eventos particulares uma idéia mais ampla dos processos sociais gerados pela ordem mundial contemporânea: o mercado global, os circuitos globais de produção e a nova estrutura de superioridade política. No entanto, e infelizmente, o mapa do espaço global que está no livro *Império* distorce profundamente a forma do mundo atual.

Há momentos de lucidez no livro. Como diz o autor, a globalização de fato senta as bases para uma sociedade planetária pautada na justiça econômica e na igualdade social, da mesma forma que o capitalismo, a despeito de seu barbarismo essencial, criou as bases materiais para o socialismo. Além disso, mudanças na organização da produção e na composição da classe trabalhadora ao longo do século passado estabeleceram algumas novas condições e abriram algumas novas oportunidades para as lutas contra a exploração e a opressão. Muito ainda pode ser dito a favor da visão de Hardt e Negri de que os governantes de nossa atual sociedade têm em mãos meios ainda mais sofisticados para disciplinar e controlar as massas trabalhadoras.

O tema geral do livro, no entanto, deixa de tocar na clara necessidade de teoria que existe no movimento antiglobalização e outras lutas progressivas. O livro joga munição fora na luta contra o imperialismo e a guerra, e nega a capacidade das lutas locais se generalizarem ao longo das regiões e das nações. Reduz a importância da classe trabalhadora na luta por um mundo melhor e rejeita a idéia da construção de partidos revolucionários, tanto em escala nacional quanto internacional.

Vistas de conjunto, estas considerações tornam o livro *Império* inútil como guia para a resistência política e a ação militante de hoje.

O que está contido neste título?

Os autores vêem o livro *Império* claramente como uma contribuição ao marxismo. Ao mesmo tempo, acreditam que os fundamentos conceituais e

metodológicos do marxismo são inadequados para se compreender a realidade social dos últimos 150 anos, especialmente desde a Segunda Guerra Mundial. Um aforismo de William Morris, o escritor britânico e socialista do século 19, serve como epígrafe de *Império* e demonstra a compreensão própria que Hardt e Negri têm do marxismo clássico: “Os homens lutam e perdem a batalha, e aquilo pelo qual eles lutaram acontece, apesar de sua derrota. Surge então algo que eles não imaginaram que surgiria e assim outros homens têm de lutar por aquilo que eles queriam, mas sob outro nome”. (página v).

Em outras palavras, o marxismo clássico e o movimento socialista revolucionário têm sempre defendido a meta de uma economia internacional e de uma sociedade baseada na solidariedade e na satisfação das necessidades humanas. A globalização econômica e política vêm efetivamente ocorrendo nas últimas décadas, mas tem se desenvolvido sob a bandeira do capitalismo e de sua selvagem busca de lucro. Corporações internacionais, o FMI, a OTAN e a ONU, têm sido vitoriosas no papel de principais instituições políticas e econômicas de um “internacionalismo” (pervertido) dos dias de hoje.

Neste contexto sem precedentes, Hardt and Negri consideram que a luta por justiça social e econômica também deve adotar uma nova forma. E isto significa, de acordo com eles, criar novos conceitos para dar conta da nova realidade, redefinindo o objeto de luta política das massas e “descentralizando” os agentes históricos da transformação socialista. Colocado de maneira simples, Hardt and Negri contestam a noção de imperialismo e a substituem por império, propondo lutar por uma “cidadania global” em vez de lutar pelo poder do Estado, e afirmam também que a dispersão da “multidão” prevalece sobre a idéia de centralidade da classe trabalhadora.

Direito Imperial

O livro *Império* apresenta os eventos mundiais da seguinte perspectiva: se as aventuras militares desenvolvidas pelas grandes potências que

rem ganhar apoio das massas, devem aparecer como “intervenções humanitárias”, anunciando uma emergente soberania global, como oposta à soberania nacional. Interesses nacionais não serviriam mais como justificativa para a guerra. A necessidade de invocar uma autoridade que esteja além do Estado-nação é sintomática da transição de uma época de “imperialismo”, como classicamente entendido, para a nova era do “império”.

Em contraste com o imperialismo, o império não estabelece um centro de poder territorial e não se apoia em limites ou barreiras fixas. É um aparato de dominação descentralizado e desterritorializado que progressivamente incorpora todo o domínio global dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O império gerencia identidades híbridas, hierarquias flexíveis e trocas diversas, por meio de suas redes de comando em ajuste permanente. As diferentes cores nacionais do mapa imperialista foram mescladas e rotuladas no arco-íris do império global (xii-xiii).

Deste ponto de vista, “império” é de início e, principalmente, uma expressão jurídica da economia globalizada. A nova forma de lei “supranacional” reflete a complexa interdependência do comércio transnacional e dos fluxos de capital internacional. Mas simultaneamente introduz uma dinâmica ético-política no coração do seu conceito de dominação. A legitimação política agora só pode ser alcançada através de um apelo a uma dispersa rede de poder; não pode ser decretada por um único Estado ou mesmo por um punhado de nações imperialistas.

O principal efeito da nova soberania global seria que “os Estados Unidos não podem, e na verdade nenhum Estado-nação pode hoje, ser o centro de um projeto imperialista.” O imperialismo acabou. Nenhuma nação será líder do mundo, da forma como os Estados europeus modernos o foram.”(xiii-xiv). Hardt e Negri relegam ao passado o fenômeno da disputa e da guerra imperialista, argumentando que a forma atual da dominação capitalista consiste no “direito imperial”.

A história das guerras imperialistas, interimperialistas e antiimperialistas está ultrapassada. E o fim dessa história levou ao reino da paz.

Ou, na verdade adentramos a era de pequenos conflitos internos. Toda guerra imperial é uma guerra civil, uma ação policial – de Los Angeles a Granada, de Mogadíscio a Sarajevo. (189)

É importante notar que aquilo que costumava ser, em muitos aspectos, conflito ou competição entre diversas potências imperialistas, tem sido substituído pela idéia de uma única potência que determina esses conflitos e os estrutura em uma forma unitária; os trata sob uma mesma noção de direito que é decididamente pós-colonial e pós-imperialista. Este é realmente o ponto de partida para o nosso estudo sobre o Império.⁽⁹⁾

Entre os antecedentes do novo “direito imperial” está a democracia jeffersoniana e, na verdade, as várias elaborações da Constituição americana. Sem fechar os olhos para algumas das injustiças cometidas pelo Estado americano, Hardt e Negri sustentam que “este projeto imperial, um projeto global de uma rede de potências, define a quarta fase ou regime da história constitucional americana” (180). Um projeto no qual o poder global estivesse difundido em redes locais seria bem vindo, em função de que tal estrutura só precisaria ser pirateada (utilizada ilegalmente) e colocada a serviço das massas. Neste aspecto, Hardt e Negri consideram que a globalização capitalista delinea uma tendência democratizante.

Movimentos no espaço

Mas quem seria capaz de ativar o potencial democrático presente na globalização capitalista?

Hardt e Negri se apóiam numa visão particular do potencial humano, para explicar tanto a opressão quanto a possível emancipação das massas. A visão deles conjuga as idéias de três pensadores pós-modernistas: Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari com as idéias pós-modernas de Negri a respeito do “trabalhador social”, numa tentativa de explicar tanto as condições favoráveis quanto as restrições que afetam a liberação humana hoje.

De Foucault, Hardt e Negri emprestam a noção de “biopoder”. Na sua forma negativa, biopoder registra uma mudança histórica nos mecanismos de controle social. Enquanto a espada do monarca compelia os servos a trabalhar nos campos, e o terror próprio do conquistador forçou o povo indígena a abraçar o catolicismo, hoje os meios de comunicação de massas e a nossa participação nas instituições sociais de massa (escolas, igrejas, shopping centers) nos transformam em objetos da ordem capitalista.

A violência física realizada pelo aparato repressivo do Estado capitalista (as forças policiais e militares) permanece obviamente como uma retaguarda indispensável. E hoje as ideologias dominantes asseguram a subordinação da massa ao poder estatal, sendo que isto acontece principalmente pela internalização dos vários mecanismos de controle. Tal internalização pode freqüentemente parecer que resulta da “livre escolha” do indivíduo. Parecendo “ainda mais democrática”, e “distribuída entre as mentes e corpos dos cida-



dãos”, o biopoder é assim “uma forma de regular a vida social a partir do seu interior, acompanhando-o, interpretando-o, absorvendo-o e realizando sua rearticulação.” (23-24).

Por extensão, se corpos e mentes podem ser *locus* de opressão, podem também se tornar veículos de liberação. Foucault chama a atenção para esta possibilidade, mas a desenvolve somente em relação à emancipação individual.

Hardt e Negri, então, se voltam para o trabalho de Deleuze e Guattari para obter um conceito similar a biopoder, mas que se aplique ao corpo social coletivo. A palavra-chave aqui é “desterritorialização”, com a qual eles querem explicar o fluxo de capitais e de populações através dos limites e fronteiras de todos os tipos, em particular aqueles do Estado-nação.

Por exemplo, uma das grandes injustiças do mundo contemporâneo continua sendo a substancialmente livre mobilidade do capital – que significa o mais alto grau de “desterritorialização” do capital – comparada às severas restrições à movimentação dos trabalhadores. Mais ainda, um dos principais serviços prestados pelo Estado-nação ao capitalismo global é a capacidade de fornecer e regulamentar populações de trabalhadores. Desta forma, a “territorialidade” funciona como um importante componente do capitalismo global. O império depende tanto da negação do direito dos trabalhadores de migrar livremente (por exemplo, a restrição do direito de cidadania para disciplinar imigrantes precarizados), quanto da destruição de barreiras comerciais e tarifárias, e de qualquer outra coisa que impeça a abertura crescente das economias nacionais ao mercado mundial.

Em concordância com Deleuze e Guattari, Hardt e Negri concluem, a partir dessa discussão sobre desterritorialização, que os “movimentos espaciais” ou travessias de fronteiras pelas populações imigrantes subvertem substancialmente o império.

O poder desterritorializante da multidão é a força produtiva que sustenta o império e ao mesmo tempo é a força que exige e faz necessária sua destruição. Uma nova geografia é estabelecida pela multidão da mesma forma que

o fluxo produtivo de pessoas define novos rios e portos.... Através da circulação, a multidão se reapropria dos espaços e se constitui como sujeito ativo.... Podemos ver que os novos espaços são descritos por topologias novas, por rizomas subterrâneos e incontrolláveis— por mitologias geográficas que marcam os novos caminhos do destino...é desta forma que a multidão ganha o poder de afirmar sua autonomia, viajando e se expressando por meio de um aparato extenso de reapropriação transversal, territorial. (61, 397, 398)

A multidão

O que está sendo reivindicado aqui? O capital requer e permite uma certa mobilidade controlada de indivíduos (palestinos trabalhando nos campos de petróleo e nos serviços do Kuwait, latinos trabalhando nas fazendas e nos serviços dos EUA) para assegurar a produção e desta forma gerar lucros. Assim, o resultado é que a imigração (legal e ilegal) leva ao estabelecimento de espaços reapropriados e reterritorializados que efetivamente contradizem a tendência desterritorializante do império. Tais reterritorializações de espaços – exigidas pelo império – são vistas por Hardt e Negri, como “rizomáticas” na sua essência. Aqui, o obscuro termo “rizoma” de Deleuze e Guattari é utilizado por Hardt e Negri para expressar um “modelo democrático...uma estrutura em rede, não hierárquica e descentralizada” (299).

Na visão de Hardt e Negri, o agente histórico - da desterritorialização – assim como de um movimento positivo de imigração livre em direção à desterritorialização – é a “multidão”.

O termo “multidão” se refere ao povo socialmente oprimido. Hardt e Negri esclarecem que “multidão” não se limita aos trabalhadores engajados na produção industrial. Ao invés disso, rejeitam diretamente a noção de que somente os trabalhadores de colarinho azul compõem a classe trabalhadora contemporânea: “Este é um *novo proletariado* e não uma *nova classe trabalhadora industrial*... O trabalho – material ou imaterial, intelectual ou braçal – produz e reproduz a vida

social, e neste processo é explorado pelo capital. Este imenso cenário de produção bio-política, finalmente nos permite reconhecer a generalidade plena do conceito de proletariado”. (402)

Na verdade, a maior parte das pessoas que integram a categoria denominada de colarinho branco, pertence à classe trabalhadora atual - independente se eles são produtores diretos de bens, e totalmente explorados em função do lucro (trabalhadores da área alimentar, criadores de programas de computadores), ou se eles são produtores indiretos cujo trabalho contribui para a reprodução das condições de exploração capitalista (bancários, professores, funcionários da área administrativa). Mesmo trabalhadores “improdutivos” – “improdutivos” no sentido de serem trabalhadores que não produzem diretamente nem indiretamente, bens que possam ser vendidos (zeladores, trabalhadores da saúde) – fazem parte da classe trabalhadora atualmente. “Trabalhadores improdutivos”, trabalham para o seu sustento tanto quanto outros trabalhadores. E eles têm pouco ou nenhum controle sobre as condições em que trabalham e sobre os objetivos a que o seu trabalho se destina.

Entretanto, Hardt e Negri vão além, atualizando a composição da classe trabalhadora contemporânea. Eles na verdade ampliam a esfera da luta de classes e incluem todo o domínio social. A partir do resgate de velhos textos de Negri que contém a noção de “trabalhador social”, Hardt e Negri expandem a noção de proletariado e incluem virtualmente todos, e estendem a noção de luta de classes incluindo aí todas as dimensões da vida cotidiana. Fazendo isto, Hardt e Negri eliminam as diferenças entre as várias formas e conteúdos das lutas : “a luta de classes tem o potencial para eclodir em todos os campos da vida” (403). Cada ato de resistência ou de oposição – desde a ocupação de fábricas e manifestações de massa até fanzines via internet e boicotes organizados contra a rede Wal-Mart ou State Farm - torna-se igualmente efetivo e goza da mesma prioridade, enquanto arma na luta contra o Império.

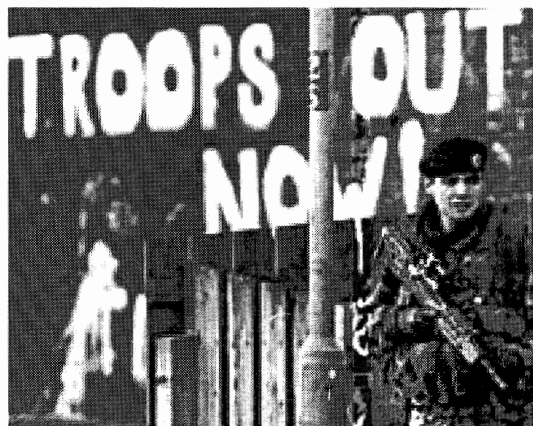
Com base nisto, Hardt e Negri finalmente sugerem um conjunto de reivindicações a serem tomadas como metas, e que também expressariam a unidade da multidão. A multidão deveria exigir o direito de “cidadania global” (a mobilidade sem restrições) e o direito a um “salário social” (uma vida saudável e poder de tomada de decisão sobre as condições de trabalho). A multidão deveria exercer um direito concomitante de “reapropriação,” que iria requerer o **telos* ou a “finalidade” de exigir uma linguagem, uma mídia, uma tecnologia, um conhecimento e relações sociais voltadas para a causa da liberdade e não da subjugação. Hardt e Negri mantêm a idéia de que a multidão de fato pode alcançar tal objetivo se adotar uma forma específica de organização que é a “posse.”

O *telos* da multidão deve ser viver e organizar seu espaço político contra o Império, por ora dentro dos limites das condições ontológicas e da “maturidade dos tempos” que o império apresenta...

O nome que queremos utilizar para nos refe-



*N.T. - telos: do grego, significa finalidade, futuro.



rir à multidão na sua autonomia política e na sua atividade produtiva é o termo- posse- do latim – Posse se refere ao poder da multidão e seu telos, um poder incorporado enquanto conhecimento e enquanto ser, sempre aberto ao possível. (407-408).

Outro nome para o imperialismo

Não surpreende que o calcanhar de Aquiles do *Império* seja a afirmativa a respeito do fim do “imperialismo”. Se o imperialismo ainda oferece a melhor estrutura para que se entenda os acontecimentos mundiais da atualidade, então os argumentos sobre a importância e o valor explicativo do Império, assim como sobre a estratégia política que deriva deste, fracassam miseravelmente.

Hardt e Negri antecipam a natural objeção ao seu conceito de império: “Outros teóricos relutam em reconhecer uma mudança maior das relações de poder global porque eles entendem que os Estados-nação capitalistas continuam a exercer a dominação imperialista sobre as outras nações e regiões do globo” (9). Mesmo reconhecendo “importantes e reais linhas de continuidade” a este respeito, eles insistem em que a dominação capitalista foi substituída por uma única estrutura - O Império- que supõe e neutraliza a dinâmica da rivalidade imperialista. Como vimos, esta visão os leva a proclamar que as guerras imperialistas e as lutas por libertação nacional a que elas deram origem, de fato teriam desaparecido.

Mas as argumentações de Hardt e Negri na verdade vão mais longe. De acordo com eles, o império inaugurou uma era de paz substancial. Fazendo um paralelo com a Roma antiga, Hardt e Negri enfatizam uma das virtudes do Império, da forma como eles o concebem:

No império há paz, no império há garantia de justiça para todos os povos. A concepção de império é apresentada como um concerto global sob a direção de um único regente, um poder unitário que mantém a paz social e produz suas verdades éticas. E para conseguir alcançar estes fins, ao poder único é dada a força necessária para que, quando necessário, faça “guerras

justas”, nas fronteiras contra os bárbaros e internamente contra os rebeldes.(10)

Agora, este quadro pode descrever com precisão a ideologia que os Estados Unidos vomita sobre o globo para ao mesmo tempo mascarar e justificar seus próprios desígnios imperialistas. O quadro não se sustenta, entretanto, enquanto descrição da realidade da guerra atual no planeta. O secretário de defesa Donald H. Rumsfeld se aproxima melhor da descrição dessa realidade quando traça os contornos da atual “guerra ao terrorismo”.

Esta guerra não terá o simples propósito de derrotar um conjunto de potências inimigas. Ao invés disto, envolverá coalizões de países que serão fluidas e que poderão evoluir e se modificar. Países terão diferentes papéis e contribuirão de diferentes formas. Alguns irão fornecer apoio diplomático, outros, devido às circunstâncias, poderão nos ajudar secreta e privadamente. Nesta guerra, a missão irá definir a coalizão – não o inverso (*New York Times*, 27 de setembro 2001: A25)

A questão óbvia, é claro, é “quem define a missão?”. Quando Hardt e Negri escrevem sobre “um comando único”, eles querem dizer o império; têm em mente algo como a coalizão da ONU que tão “justamente” bombardeou o Iraque e o jogou de volta à pré- modernidade, ou a coalizão que tão “eticamente” devastou o Afeganistão sob a falsa doutrina de “nações fracassadas”. Quando Rumsfeld escreve, entretanto, é claro e cristalino que o governo americano define a missão, organiza a coalizão, enfraquece e mata aqueles a quem declara inimigos, e pega a parte do leão dos lucrativos contratos de reconstrução daquilo que destruiu.

O ponto conceitual aqui é de que na verdade há um “centro” nas relações de poder atualmente estabelecidas. A idéia de que o império não tem um centro é falsa. No atual período, o imperialismo norte-americano está no centro do poder mundial, tanto econômico quanto militar. O que não significa que os Estados Unidos consigam controlar todo e qualquer evento no mundo. Mas significa que enquanto os parceiros da coalizão dos países membros da ONU

pensam sobre o assunto, os Estados Unidos (junto com seu bobo da corte europeu, a Grã Bretanha) mantêm por sua exclusiva decisão as sanções econômicas ao Iraque – sanções que assassinaram centenas de milhares mais Iraquianos do que o número que eventualmente pereceu durante a guerra do Golfo.

Hardt e Negri ingenuamente acreditam que “a política americana não atua em favor do interesse imperialista mas no interesse do império. Neste sentido a Guerra do Golfo na verdade, como George Bush sustentou, anunciou o início de uma nova ordem mundial”. (180). Mas se os Estados Unidos consultam a Arabia Saudita antes de invadir o Iraque, ou antes de tomar uma iniciativa maior no conflito entre Israel e Palestina, não é porque apresente qualquer fidelidade moral a uma nova unidade das nações do mundo, baseada na paz imperial. É simplesmente para se ajustar à realidade das reservas de petróleo e de petrodólares. Os Estados Unidos não se importariam em conseguir o consentimento da Arabia Saudita a respeito de qualquer coisa se não precisassem da monarquia Saudita para manter a liderança sobre o nacionalismo Árabe, ou do solo Saudita como plataforma de operações militares na região.

Tampouco é uma preocupação ética com a paz e a unidade, o que predomina na mente das autoridades americanas quando eles usam o FMI e o Banco Mundial para forçar a globalização e o neoliberalismo, goela a baixo das economias em desenvolvimento no mundo. Todo movimento social na América Latina sabe, a partir de sua própria experiência, que os Estados Unidos deixa o FMI e o Banco Mundial na linha de frente. A miséria que os Estados Unidos concedeu à Argentina nos últimos 18 meses é um crime vergonhoso – não um nobre exercício de consenso global. Mesmo os banqueiros espanhóis e franceses que além do mais, estão sustentando o choque das perdas de capital e de mercados internacionais resultantes da quebra Argentina, estão plenamente conscientes de que eles foram marginalizados pelos Estados Unidos em uma espionosa rodada de disputa interimperialista.

Finalmente, a visão dos autores de que a guerra imperialista acabou é digna de nota. A idéia de que a luta pela libertação nacional na Palestina deveria ser caracterizada como uma “guerra civil” ou “ação policial” é um evidente absurdo. Também seria um absurdo a idéia de que o Plano Colômbia é para combater o terrorismo e as drogas no interesse da saúde e da paz mundial - em oposição à idéia de que é um plano de combate a um movimento de insurreição e de que é uma corrida dos Estados Unidos para obter o controle sobre os recursos naturais da América Latina.

Absurdo equivalente é a idéia de que os EUA estavam procurando promover a paz mundial e a democracia global quando secretamente ajudaram a armar, e depois publicamente apoiaram o golpe militar que quase tirou o presidente populista da Venezuela, Hugo Chavez. Não poderia ter sido o petróleo e as críticas da Venezuela ao imperialismo americano – ao invés de uma preocupação com a lei “supranacional”, a paz mundial, e com um acordo mundial – que motivou a política externa americana? Todo governo latino-americano cuja maioria dificilmente pode ser descrita como anti-americana, denunciou o papel dos Estados Unidos no golpe.



As nações hoje

Ao mesmo tempo que Hardt e Negri proclamam que o império não tem um centro, afirmam que tem um “centro virtual”, e, com isso, querem dizer que o império tem um conjunto de poderes e de possibilidades que existem simultaneamente em todo lugar e em lugar nenhum (em nenhum lugar central ou em particular). Esta visão evidencia duas posições chaves, mas equivocadas de Hardt e Negri sobre a luta das massas hoje.

Em um dos momentos mais surpreendentes do livro *Império*, Hardt e Negri de fato apagam o Estado-nação do cenário da luta de classes.

A potência imperial não pode mais resolver o conflito entre as forças sociais com um esquema de mediação que substitua os termos do conflito. Os conflitos sociais que constituem a política se confrontam diretamente, sem mediações de qualquer tipo. Esta é a principal novidade da situação imperial. O império cria um potencial para a revolução maior do que os modernos regimes das potências já o fizeram, pois nos apresenta ao lado da máquina de comando, uma alternativa: o conjunto de todos os explorados e subjugados, a multidão que se opõe diretamente ao Império, sem mediações. (393)

Pode-se concordar que a globalização cria um potencial real para a revolução. Mas a imagem que Hardt e Negri oferecem aqui é de que as massas já estão unidas e costuradas ponto por ponto – contra uma frouxa rede de globalização capitalista. Esta imagem distorce a realidade por duas razões no mínimo. Primeiro, o Estado-nação faz claramente a mediação entre a luta das massas e as estruturas do capitalismo global. Segundo, uma desigualdade própria, tanto do desenvolvimento espacial (geográfico) quanto do temporal (histórico), também serve como fator de mediação dentro da globalização capitalista e dentro da oposição que as massas fazem a este processo.

Outra importância do Estado-nação como mediador entre o capital transnacional e a oposição das massas pode ser verificada com facilidade. Governos nacionais têm um papel central na introdução e na promoção de regimes neoliberais

dentro de suas fronteiras. O Estado-nação, além disto, permanece como a principal força utilizada para disciplinar os trabalhadores e reprimir a oposição à nova ordem econômica. Eventualmente, os governos nacionais servem para expressar, e desse modo desviar (temporariamente), a ansiedade com a globalização e a resistência a esta. O reformismo, da mesma forma que o imperialismo, ainda vive – e quem melhor o expressa é o Estado-nação. De la Rúa na Argentina, Toledo no Peru e possivelmente Lula no Brasil – todos foram e terão sido eleitos para manter em pé a ofensiva neoliberal. Cada um deles acaba procurando administrar ou negociar os termos da pilhagem capitalista no seu país.

Numa outra escala, a negação de Hardt e Negri sobre a contínua importância do Estado-nação não deixa uma via para que se considere a competição econômica entre as nações como uma característica inerente à globalização corporativa. Prova disso são as atuais guerras do aço, da carne e da banana, para nomear somente algumas. E embora imaginar um cenário no qual os atuais conflitos nos negócios entre os EUA e a União Européia possa chegar a beligerâncias militares, exija um esforço extra (ainda que esta possibilidade nunca deva ser totalmente excluída), exige pouco esforço imaginativo conjecturar o que seria uma futura guerra interimperialista entre os EUA e China ou entre os EUA e Rússia.

Finalmente, como já foi dito, Estado-nação tem um papel crucial na mediação do fluxo migratório dos trabalhadores globais. A metáfora de Hardt e Negri de redes “rizomáticas” de imigrantes permanece, de fato, uma ficção utópica. As comunidades de imigrantes frequentemente sofrem o racismo na forma de um nacionalismo reacionário, nos países para os quais eles viajam, enquanto que os antagonismos de classes, prevalentes na sociedade dominante, eventualmente se reproduzem nas comunidades de imigrantes. E, em um momento de contradição estrutural, as “reterritorializações” arrancadas pelos trabalhadores migrantes das garras do império, se tornam âncoras geográficas para eles. Os indivíduos presentes em frações da “multi-

ção” não servem mais como agentes de uma “desterritorialização” libertadora. Podem inclusive se tornar parcialmente ou totalmente integrados no nacionalismo dominante (por exemplo, a ajuda opressiva dada às minorias de imigrantes na “guerra contra o terror”).

O preço conceitual exigido por ignorar a importância do Estado-nação dentro do campo da moderna luta de classes é desviar energia, da luta que se faz necessária contra o imperialismo e, definitivamente, sugerir que a luta dos explorados e oprimidos do mundo pode de alguma maneira pular a tomada do poder do estado nacional no caminho do socialismo internacional.

É verdade, obviamente, que o socialismo não pode sobreviver em um único país – em outras palavras – em escala nacional unicamente. Mas tomar o poder em tantas nações quanto possíveis e da forma mais coordenada possível, continua sendo a única forma de derrotar o capitalismo, dada a atual configuração internacional das forças de classes. Na falta de vitórias em escala nacional, cada uma delas próxima o suficiente no tempo para cair conjuntamente dentro de uma “janela de oportunidades”, não há como resolver na prática a incomensurabilidade das lutas locais contra um inimigo global.

O horizonte da luta

Hardt e Negri, contudo, falam com precisão sobre a capacidade das lutas locais se moverem diretamente do local para o global em um movimento que coloca um verdadeiro desafio ao império. Este é o segundo erro que eles cometem considerando a configuração da luta das massas hoje.

Eles baseiam seu ponto de vista naquilo que vêem como o desaparecimento do ciclo de lutas internacionais que, no passado, podia comunicar e traduzir de forma bem sucedida “os desejos em comum dos trabalhadores” (54). Aparentam três grandes períodos na história das revoluções quando este tipo de generalização horizontal da luta foi possível: As revoluções européias de 1848, a revolução bolchevique e suas ondas ao longo da Europa entre 1917 e 1923, e a onda de lutas que começou com a “revolução chinesa” em 1949 e que prosseguiu com as lutas de libertação na África e na América Latina até as explosões dos anos 60 ao redor do mundo”(51).

As lutas mais significativas dos últimos 10 a 15 anos, no entanto, não produziram tais generalizações “horizontais”. Hardt and Negri citam a Praça Tiananmen, a primeira Intifada Palestina, a rebelião de Rodney King, o levante dos Zapatistas, as greves do setor público na França, e as greves de massa na Coréia do Sul, como exemplos de lutas que “não poderiam sob nenhum aspecto serem conectadas na forma de uma cadeia de revoltas globalmente em expansão” e que falharam em inspirar “um ciclo de lutas, porque os desejos e as necessidades que elas expressavam não podiam ser traduzidas em seus diferentes contextos” (54). Em vez disso, revolucionários (potenciais) de outras partes



do mundo não ouviram falar dos acontecimentos em Pequim, Nablus, Los Angeles, Chiapas, Paris, ou Seul para assim reconhece-las imediatamente como suas próprias lutas. Mais ainda, estas lutas não somente fracassam em se comunicar a outros contextos, como também lhes falta até mesmo uma comunicação local e por isso freqüentemente tem uma duração breve onde elas nascem, acabando rapidamente. Isso é certamente um dos paradoxos políticos mais centrais e urgentes de nosso tempo: em nossa tão celebrada era da comunicação, as lutas se tornaram quase que incomunicáveis.

Este paradoxo da incomunicabilidade torna extremamente difícil apreender e expressar a nova força trazida pelas lutas que têm surgido. Nós deveríamos ser capazes de reconhecer que aquilo que as lutas perderam em extensão, duração e comunicabilidade, elas ganharam em intensidade. Nós deveríamos ser capazes de reconhecer que, embora todas essas lutas tenham sido focadas em suas próprias circunstâncias locais e imediatas, de alguma maneira, colocaram problemas de relevância supranacional, problemas que são adequados à nova forma da regulação capitalista imperial. (54–55).

É absolutamente verdadeiro que tais lutas incorporaram um protesto geral e uma reivindicação em relação ao capitalismo global. As explicações dos autores sobre o porque elas falharam em produzir lutas generalizadas é falsa, entretanto, pois ela depende de uma quase-metafísica condição de “incomunicabilidade”. Apesar de não termos espaço para aprofundar nessa questão aqui, uma explicação satisfatória da falta de generalização deveria estar baseada em uma análise do desenvolvimento desigual da globalização capitalista, do papel específico desempenhado em cada caso pelos Estados-nação particulares e pelo imperialismo dos EUA, a posição oficial adotadas pelas organizações dos trabalhadores (sindicatos, partidos operários) tanto dentro dos países como internacionalmente, o caráter de classe e os erros estratégicos das direções das diferentes lutas.

Mas o debate imediatamente em questão, leva em conta as conclusões de Hardt e Negri

sobre “incomunicabilidade” das lutas do mundo atual. A intuição deles é de que “talvez precisamente porque todas estas lutas estão incomunicáveis e assim impedidas de viajarem horizontalmente na forma de um ciclo, elas estejam forçadas a lançarem-se verticalmente e tocarem imediatamente o nível global”.(55) Assim a primeira conclusão deles hoje, é de que por lançarem-se “imediatamente ao nível global”, estão aptas a atacar “a constituição imperial na sua generalidade”.(56) A partir desta conclusão eles derivam uma segunda : “Todas as lutas destroem uma distinção tradicional entre lutas econômicas e políticas. As lutas são de uma só vez, econômicas, políticas e culturais – e conseqüentemente são lutas biopolíticas, lutas acima das formas de vida”.(56)

É claro que enquanto a maioria das lutas mencionadas por Hardt e Negri têm demandas políticas envolvidas, ainda acontece uma miríade de lutas nas quais as reivindicações políticas e econômicas estão separadas. Persiste, portanto, um desafio significativo para os ativistas, especialmente os revolucionários: generalizar lutas econômicas para lutas políticas (de reivindicações salariais a reivindicações de abertura de fronteiras, por exemplo), ou lutas políticas em lutas econômicas (como no caso dos direitos sobre o aborto e da ação afirmativa). Naquele caso, como em alguns outros pontos do livro *Império*, Hardt e Negri tiram os pés do chão.

Com base na visão de que as lutas atualmente não podem “viajar horizontalmente”, e que as lutas separadamente, diretamente imediatamente, sem mediações atacam o centro virtual do império, Hardt e Negri procuram tornar aquilo que eles identificam como a principal fraqueza das lutas contemporâneas – a alegada incapacidade de se “comunicarem” ou de “se generalizarem internacionalmente” – na sua principal força.

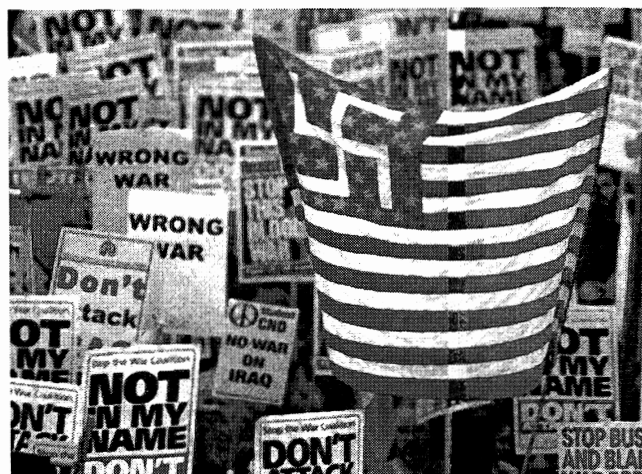
Talvez a incomunicabilidade das lutas, a falta de túneis de comunicação bem estruturados, é de fato um ponto forte, ao invés de uma fraqueza – uma força porque todos os movimentos são, eles próprios subversivos e não esperam qualquer tipo de ajuda externa para garan-

tirem sua efetividade. Talvez, quanto mais o capital estende suas redes de produção e de controle global, mais pode ser um ponto de revolta, singular e poderoso. Por simplesmente focar em suas próprias potencialidades, concentrar suas energias em um tenso e compacto espiral, é que esta serpentina de lutas ataca diretamente as mais altas articulações da ordem imperial. O *Império* apresenta um mundo superficial, o centro virtual de onde pode ser imediatamente alcançado a partir de qualquer ponto sobre a superfície. Se esses pontos pudessem constituir algo como um novo ciclo de lutas, seria um ciclo definido não pela extensão das lutas mas antes pela sua situação particular e pela intensidade que caracteriza cada uma delas. Sintetizando, esta nova fase é definida pelo fato de que as novas lutas não se ligam horizontalmente, mas cada uma se lança verticalmente, diretamente ao centro virtual do império. (58)

Novamente, há uma certa percepção da realidade nas posições de Hardt e Negri sobre a “verticalidade” das lutas. O sucesso da greve dos trabalhadores automotrizas em 1995, contra a General Motors de Dayton, por exemplo, cresceu a partir do fato de que a planta era a única produtora de determinadas peças no hemisfério ocidental. Assim, o impacto da greve foi ampliado e de forma bem sucedida fechou algumas operações da GM ao longo da América do Norte e da América do Sul. De maneira similar, a vitória dos Palestinos na Intifada Al-Aqsa, ou a revolta dos trabalhadores árabes ao longo do Oriente Médio em resposta à invasão do Iraque pelos EUA – Estas lutas tem tal peso político e econômico que poderiam de fato balançar a própria fundação do imperialismo contemporâneo.

Tomadas isoladamente, entretanto, mesmo lutas de tal intensidade demonstrariam ser insuficientes para acabar com o capitalismo global de uma única vez e para sempre. O conceito de verticalidade de Hardt e Negri implica em um evento “final” – fixado no tempo e no espaço – que eles próprios, talvez inadvertidamente, reconhecem como inadequado para dar conta da tarefa de, não simplesmente resistir, mas eventualmente *destruir* o Império. Hardt e Negri tentam superar a inadequação conceitual reformulando a “horizontalidade” ou a “extensão comunicativa”, das lutas em termos de verticalidade, ou de “intensidade” da “situação particular” das lutas (veja as duas últimas sentenças da citação precedente). O esforço fracassa, entretanto, precisamente porque a noção de horizontalidade faz uma volta clandestina quando Hardt e Negri acham necessário afirmar que a percebem como um novo tipo de “ciclo”.

Um ciclo, dentro do contexto do livro *Império* significa a acumulação e repetição de lutas no interior de um cenário limitado temporalmente e diferenciado espacialmente. Um novo ciclo é desejável para Hardt e Negri, porque eles entendem que o Império não cairá de um só assalto. Se as condições para o ciclo estiverem ausentes, mesmo Hardt



and Negri acham difícil imaginar algo mais que um acosso ao Império. Desfechar um golpe de morte, entretanto, requer a mesma horizontalidade que eles repudiam conscientemente, mas para a qual sua discussão inevitavelmente aponta. O golpe de misericórdia iria de fato depender da totalidade das lutas individuais – não somente da intensidade, mas também de sua extensão ao longo da assim chamada “superfície” do império.

Além de sua fraqueza teórica, a rejeição de Hardt e Negri quanto à capacidade de as lutas se espalharem horizontalmente é ironicamente desmentida pela experiência de uma das mais importantes lutas contemporâneas: o movimento antiglobalização. Seguramente, o movimento antiglobalização e por justiça global pode ser visto como tendo “viajado horizontalmente” de sua primeira vitória “intensa” em Seattle, até Praga e Melbourne, e até Gênova e Barcelona. O fato de que a política das ONGs e das organizações liberais que dirigem o movimento tenham causado uma pausa em Washington, logo depois do 11 de Setembro, não impede o reconhecimento da extensão do movimento e de sua força generalizante.

De fato, um ciclo começou a se estabelecer neste front e deve se renovar. A manifestação de massa em Barcelona, por exemplo, ocorreu depois do 11 de setembro. E uma marcha de protesto contra a reunião do Fórum Econômico Mundial em Nova York - uma marcha organizada para mostrar solidariedade ao Fórum Social Mundial em Porto Alegre, Brasil - demonstrou ser encorajadora. Um protesto contra o FMI e contra o Banco Mundial em Washington D.C. programado para setembro é uma oportunidade para reanimar o movimento antiglobalização nos Estados Unidos

Em nenhum lugar do mundo a capacidade das lutas se expandirem é mais evidente do que na América Latina hoje. A revolta contra a globalização neoliberal que envolve uma grande parte da América do Sul teve seu início na eclosão de vários movimentos sociais ao longo dos anos 90. A queda do presidente do Equador Jamil Mahuad em janeiro de 2000 como consequência de seus planos de dolarizar a economia - um

evento rapidamente seguido pela vitória em Cochabamba, Bolívia, na luta contra a venda dos recursos hídricos a uma corporação transnacional - mostrou subseqüentemente que governos nacionais, a globalização capitalista, e o imperialismo americano podiam ser confrontados e, no mínimo por um período, serem derrotados.

Hoje, a recessão mundial sentou as bases para uma extensa luta de resistência na América Latina contra as privatizações, o pagamento da dívida externa, e contra as classes dominantes nacionais que se enriqueceram ajudando e apoiando a pilhagem imperialista nessa região. O evento central, obviamente, é a revolta e o processo revolucionário que envolve a Argentina, mas os uruguaios também se confrontaram com um colapso econômico e recentemente adotaram o cacerolaço como tática contra seus próprios governantes e as instituições imperialistas, entre elas o FMI.

Além disso, em junho, a segunda vitória contra a globalização aconteceu na América Latina quando manifestações de massa impediram a privatização da central elétrica em Arequipa, Peru. E a crise econômica que deve esquentar no Brasil no final deste ano ou no início do próximo ano já está estocando fogos de protesto contra a Área de Livre Comércio das Américas. Na verdade, a onda de manifestações contra a Alca está planejada para este outono não só no Brasil, mas em toda a América do Sul.

As lutas hoje claramente detêm o poder de se estender ao longo das regiões e mesmo em todo o globo. A questão não é se a generalização das lutas irá acontecer. A verdadeira questão é de como generalizá-las mais rapidamente e mais efetivamente e na mesma velocidade com que elas inevitavelmente ocorrerão.

Partidos revolucionários

As atividades da multidão - isto é, das massas exploradas e oprimidas, são tidas como espontâneas na sua maior parte no livro *Império*. Das imigrações e “reterritorializações” até subversões secretas e atos de clara revolta, a multidão expressa seu “desejo por trabalho” através

de um processo amplamente inconsciente. Para Hardt e Negri, esta espontaneidade é suficiente. Certamente o acaso permitirá que, pelo menos uma vez na história, os trabalhadores do mundo se levantem simultaneamente, ainda que em uma hora não combinada, e destruam o inimigo, mesmo que não haja acordo sobre a caracterização deste inimigo e sobre quem será colocado em seu lugar!

Além de suas preferências políticas, Hardt e Negri são forçados a aceitar no livro *Império* a espontaneidade como o modo primário de ação das massas, exatamente porque eles rejeitam as mediações. Para Hardt e Negri, não há mediação entre um movimento local e o império global; existe uma relação direta. Tampouco há mediações entre uma luta e outra, mesmo dentro de um contexto nacional e um internacional; as lutas são incomunicáveis em todos os níveis.

Em um determinado ponto do livro, Hardt e Negri tocam de passagem na questão de quais obstáculos estão no caminho da comunicação no interior das lutas e entre elas, o que significa, em outras palavras, aquilo que eles entendem ser os principais obstáculos à expansão e à propagação horizontal das lutas (56-58). Eles dão duas respostas plausíveis, ainda que pouco desenvolvidas. Primeira: “um obstáculo, é a falta de reconhecimento de um inimigo comum contra o qual as lutas devem ser direcionadas... Esclarecer a natureza comum do inimigo é uma tarefa política essencial” (56-57). Segunda: “não há uma linguagem comum às lutas, que possa ‘traduzir’ a linguagem particular de cada uma delas para uma linguagem universal...da mesma forma como fizeram as linguagens do imperialismo e do proletariado internacional em períodos anteriores” (57).

Hardt e Negri, entretanto, fecham rapidamente sua investigação, dizendo de maneira abrupta que “nossa intuição nos diz que esta linha de análise falha em apreender o real potencial apresentado pelas novas lutas” (57). Como nós já sabemos, este novo potencial refere-se à capacidade que as lutas atuais tem de passarem verticalmente do local para o global sem mediações de qualquer tipo, especialmente a mediação dos Estados-nação. O que se torna claro nesta conjectura é que a teoria de Hardt e Negri, sobre a natureza necessariamente vertical das lutas contemporâneas justifica o total abandono de qualquer tentativa de propagar as lutas através das nações e de um ponto a outro no tempo. Tendo identificado os obstáculos à horizontalidade, Hardt e Negri simplesmente os ignoram. Conseqüentemente, se as lutas são essencialmente incomunicáveis e se são capazes de tocar o império diretamente, por que se incomodar em tentar descobrir ou criar qualquer tipo de grau de extensão horizontal?

Ainda que o livro represente obviamente uma tentativa de identificar um inimigo comum (o império), e ainda que o tema do livro evidentemente procure elaborar uma linguagem comum (um conjunto de conceitos) que possam facilitar a compreensão das diferentes lutas, nos diversos contextos, Hardt e Negri paradoxalmente se retraem diante das implicações da horizontalidade e dos efeitos unificadores potencialmente presentes em tais esforços:



“Talvez seja necessário um novo tipo de comunicação que funcione com base não só nas semelhanças mas também nas diferenças: uma comunicação de singularidades” (57). Em outras palavras: na realidade não se deveria tentar identificar um inimigo comum ou estabelecer um acordo sobre uma mesma análise e um mesmo programa. A homenagem pós-moderna à “diferença” e à “singularidade” aqui presentes, revelam que Hardt e Negri de fato recuam deste intento porque isto os levaria a contradizer a própria ênfase dada à espontaneidade do processo das massas. Na verdade, isso traria de forma imperativa a questão do partido revolucionário.

Para o marxismo clássico, por exemplo, são os partidos revolucionários que assumem conscientemente a educação e a agitação necessárias para deixar claro o inimigo comum dos trabalhadores, no espectro das lutas individuais. Ao fazê-lo, tais partidos ajudam a desenvolver uma linguagem e um cenário comum de discussão que capacita as diferentes lutas a se “comunicar”. O principal papel dos partidos socialistas revolucionários é precisamente ajudar a unificar a classe operária em torno de uma oposição organizada ao capitalismo – conectando os sinais, como eles dizem.

Cumprir esse papel implica, acima de tudo, desenvolver uma compreensão dos conceitos marxistas e do método de análise de classe, assim como construir uma visão do socialismo pelo qual se está lutando. Em particular, o papel de generalizar as lutas individuais – estendendo-as para englobar outras – é crucial. Tal generalização depende de que se consiga inspirar a autoconfiança nos trabalhadores e a confiança mútua baseada no conhecimento de que ao derrotar seu inimigo comum, os trabalhadores possam simultaneamente eliminar a base material das várias formas de exploração e opressão contra as quais essas lutas individuais são organizadas.

Nesse sentido, construir um partido revolucionário representa uma tentativa de resolver a contradição entre os combates que são locais, uma classe dominante que é nacional, e um inimigo global. Um partido revolucionário primeiramente e mais que tudo trabalha para estabele-

cer conexões dentro das lutas e entre as lutas locais e regionais de maneira a ajudar a forjar uma massa crítica capaz de arrancar o poder de estado das mãos da classe dominante nacional. Por isso, um partido revolucionário realiza uma mediação necessária entre as lutas individuais e o Estado-nação, à medida que seu trabalho torna possível uma equivalência entre os combatentes (o poder operário organizado versus o poder organizado dos patrões e de seu estado).

A mesma tarefa de construir uma força de oposição em escala suficiente de organização, confronta os revolucionários internacionalmente. Para que se possa derrotar o capitalismo global, agrupamentos internacionais de partidos revolucionários precisam se colocar a tarefa de ajudar a organizar e unificar a classe trabalhadora internacional (inclusive os trabalhadores rurais e os desempregados). Isto significa que os partidos revolucionários devem ser capazes de comunicar suas experiências nacionais, de debater idéias e perspectivas, e de trabalhar juntos para construir experiências coletivas que contribuam para o reconhecimento do inimigo comum e para o desenvolvimento de um contexto compartilhado de discussão.

O ativismo hoje

Não há dúvida que tudo isso soa como algo de uma galáxia de muito, muito tempo atrás e distante, muito distante para Hardt e Negri. Não somente as lutas anteriores, mas também as poderosas formas organizativas do passado, teriam se transformado em pouco mais que peças de museu aos seus olhos. “Estamos tomados pela impressão irritante de que estas lutas já se tornaram velhas, datadas e anacrônicas... As linguagens do antiimperialismo e do internacionalismo proletário pertencem a uma era anterior” (56, 57). Por isso, não é de se surpreender quando, na seção final intitulada “O Militante”, Hardt e Negri contrapõem uma caricatura grotesca de um velho bolchevique da III Internacional – a Internacional de Lenin – a um retrato incrivelmente precioso de São Francisco de Assis, que tratam de elevar a um mo-

delo para o militante de hoje.

Pobre e velho Lenin, aparece emblemática-mente no final de *Império* como um ditador controlando de forma autoritária as ações de um agente triste e ascético da Terceira Internacional cuja alma estava profundamente permeada pela razão soviética de Estado, da mesma forma que desejo do papa estava imbricado nos corações dos cavaleiros da Sociedade de Jesus. Não estamos pensando em nada parecido e em ninguém que atue na base do dever e da disciplina e que finja que suas ações sejam deduzidas de um plano ideal” (411–12). Deixando de lado a imensa ignorância que Hardt e Negri demonstram em relação à Terceira Internacional durante a vida de Lenin, esta passagem efetivamente ofende a todos os militantes que lutaram e lutam hoje pelos grandes ideais do socialismo.

Em contraposição à sua visão (distorcida) do leninismo, Hardt e Negri utilizam a figura idealizada de São Francisco para “iluminar a vida futura da militância comunista” (413).

Pense na obra de São Francisco. Para denunciar a pobreza da multidão, ele adotou aquela condição simples e descobriu o poder ontológico de uma nova sociedade. A militância comunista faz o mesmo, identificando na condição comum da multidão, sua enorme riqueza. Francisco, em oposição ao capitalismo nascente recusou-se a toda disciplina instrumental, e em oposição à mortificação da carne, (na pobreza e na ordem constituída) ele propôs uma vida harmoniosa, incluindo todos os seres e a natureza, os animais, a irmã lua, o irmão sol, os pássaros do campo, os humanos pobres e explorados, juntos contra a vontade de poder e a corrupção. Uma vez mais na pos-modernidade, nós nos encontramos na mesma situação de Francisco, postulando contra a miséria do poder, a alegria do ser. (413)

Ninguém deveria invejar São Francisco em seu deleite nos campos de feno, com os taciturnos animais (taciturnos no sentido de mudos; “animais incomunicáveis”, pode se dizer). Mas a política implícita nesta passagem é tão bem utilizada quanto a política que eles almejam proclamar. Política de estilo de vida,



estabelecendo exemplos morais, imaginando utopias: estas são políticas individualistas dos radicais da classe média que vivem suficientemente confortáveis para se abster da luta coletiva e que se contentam em moralizar e iluminar o caminho que os outros deveriam seguir.

Depois de 504 páginas do livro *Império*, cada uma delas lida com respeito e disciplina e, devo acrescentar, quando eu poderia estar passeando nos campos de trigo – Hardt e Negri não têm nada a acrescentar aos ativistas de hoje, mais do que pode a maior parte das formas mortas de política. Qual a necessidade de alertar os ativistas para não serem severos e tristes, se quase todos que eu conheço nos movimentos sociais são criaturas alegres que fazem John Belushi parecer um taciturno provador de chá.¹

Tomando mais seriamente a questão: qual a necessidade de pressionar os ativistas a identificar “na condição comum da multidão, a sua enorme riqueza”? A sugestão faz sentido se você entende que militância política é aquilo que São Francisco evidentemente fez: descalçar os pés e engajar-se em projetos. Prefiro pensar que foi um equívoco e que aquilo que Hardt e Negri tinham em mente quando escreveram era que os ativistas deveriam identificar “na condição comum da multidão a sua enorme *força*”. As experiências coletivas e a consciência de classe dos trabalhadores são uma imensa fonte de *poder*. Infelizmente, a “enorme riqueza” ainda pertence aos “bad boys” – a pequena minoria de patrões capitalistas e de políticos que governam a sociedade e o mundo.

A questão, é claro, é arrancar dos capitalistas a “enorme riqueza” que nós como trabalhadores produzimos e dividi-la eqüitativamente entre nós no mundo todo. Minha aposta é que, para alcançar esse objetivo, Lenin será uma ajuda maior do que São Francisco. Na verdade, “as linguagens do internacionalismo proletário e anti-imperialista”, juntamente com as organizações socialistas revolucionárias, são tão importantes hoje quanto sempre o foram. 🍎

¹Nota da tradutora: John Belushi é um ator cômico americano.

IMPERIALISMO E DESNACIONALIZAÇÃO: O CASO DA ECONOMIA BRASILEIRA

CRISTIANO MONTEIRO DA SILVA

Mestre em Economia Política pela PUC-São Paulo

A partir da década de 1990 constata-se um crescimento no volume de fluxo de investimento direto estrangeiro (IDE) em diversas economias no mundo. Neste contexto, estudos apontam que as empresas multinacionais sediadas nos países com economia capitalista mais desenvolvida concentram o grosso dos investimentos, atuando em grande medida como exportadores líquidos de IDE.

No Brasil observa-se um crescimento considerável da participação do capital estrangeiro em diversos setores da economia. Desse processo, convém destacar o novo perfil do IDE. O investimento direto estrangeiro, que em outros momentos do desenvolvimento industrial brasileiro possibilitou a inauguração de setores da economia, atualmente destina-se à aquisição de capacidade produtiva instalada, um forte processo de desnacionalização.

Essa realidade tem sido tema de pesquisa. No anseio de analisar teoricamente esse processo, o trabalho que segue recorre à literatura clássica marxista para verificar sua capacidade de explicação.

Segundo os pressupostos da teoria do imperialismo, elaborados pelo pensamento marxista, o desenvolvimento do capitalismo fomenta a formação de grandes empresas com capacidade de realizar investimentos externos, sendo esse movimento inerente ao modo de produção capitalista. Neste sentido, o objetivo deste texto é apontar as contribuições que a teoria do imperialismo oferece à explicação do processo de desnacionalização da economia brasileira

A teoria do imperialismo

Ao final do século XIX, o capitalismo vivia grandes transformações de sua base produtiva, financeira e comercial. O surgimento de grandes empresas, com elevado grau de produtividade, e a formação de grandes bancos, com destacado peso no sistema financeiro da época, caracterizavam o surgimento de uma nova fase do sistema capitalista. Ao mesmo tempo surgia um grande debate teórico sobre o significado dessas transformações. Os precursores deste debate foram Lenin, Rosa Luxemburgo, Hilferding, Kautsky, Bukarin, Hobson

entre outros. Esses autores elaboraram estudos acerca do problema, preocupados em responder cientificamente às transformações sofridas pelo capitalismo mundial naquela época.

O trabalho de Hobson (1983) foi a primeira contribuição ao debate acima referido. Para compreender a formação dos monopólios, o autor analisou amplamente o desenvolvimento industrial de sua época, e pôde constatar a concentração da produção em poucas empresas que controlavam os distintos ramos industriais. Tratava-se de grandes empresas com elevada capacidade produtiva e financeira que, por essa razão, ditavam as regras de acumulação mundial. Para Hobson, esse era um movimento inusitado na história do capitalismo mundial, uma nova fase do sistema. O autor classificou esse período como a fase imperialista do sistema capitalista.

Todavia, embora Hobson tenha dado a contribuição inicial ao tema, foi o trabalho do líder revolucionário V.I.Lenin (1986) que ganhou maior notoriedade na época, sendo até hoje muito discutido nos meios acadêmicos. Segundo a interpretação de Lenin, a fase imperialista do capitalismo é marcada sobretudo pela concentração da produção e formação de monopólios. “O imperialismo é a fase monopolista do capitalismo” (Lenin, 1986, p.641).

Observa-se que Lenin também apresenta a fase imperialista como a fase monopolista do capitalismo, porém, convém destacar o diferente tratamento dado pelo autor a essa questão. Para Lenin, as grandes empresas não surgiram como um fenômeno puro e simples. São resultados do desenvolvimento do sistema capitalista, que possui como tendência à concentração e centralização do capital. Em seu trabalho “*O Imperialismo Fase Superior do Capitalismo*”¹, Lênin procura demonstrar que nos primórdios do sistema capitalista predominava a livre-concorrência, mas o desenvolvimento das contradições de seu modo de produção fez consolidar a sua fase monopolista, ou seja, imperialista.

Para chegar a essa conclusão, Lenin teve a preocupação em realizar um resgate histórico do sistema capitalista, que permitiu o autor descrever o seu desenvolvimento em três fases:

“Assim, o resumo da história dos monopólios é a seguinte: 1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro. 3) Ascenso de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo”. (Lenin, 1986, p.591).

O surgimento da fase imperialista trouxe mudanças na acumulação de capital. As grandes empresas passaram a concentrar seus investimentos também no setor externo, crescendo de forma considerável o volume da exportação de capitais. Essa nova realidade, apontada pela teoria do imperialismo, promoveu uma nova dinâmica ao capitalismo mundial. “O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital”. (Lenin, 1986, p.621).

A exportação de capitais acelerou o desenvolvimento do capitalismo mundial. A realização de investimento em novos territórios consolidou a expansão do capitalismo para esses locais, acelerando a produção de riqueza e desenvolvendo outros mercados consumidores.

Contudo, a correta definição sobre o que motiva grandes empresas investirem em regiões externas foi tema de debate entre os precursores da teoria do imperialismo. A seguir, procuramos ilustrar de forma sucinta, os posicionamentos que julgamos mais pertinentes para a conclusão deste trabalho.

Hobson e o problema do subconsumo

Esta visão apresenta o problema de realização da produção como a razão principal das exportações de capitais. O foco está na contra-

dição entre a produção e o consumo.

Observando o processo produtivo das grandes empresas de sua época, Hobson constatou que a elevação da composição orgânica no processo produtivo dessas empresas proporcionou um aumento significativo no nível de produção, causando muitas dificuldades para a realização. A produção aumenta no decorrer do tempo sem que a mesma possa ser realizada, ou seja, encontra uma demanda compatível.

Segundo Hobson, essa é uma característica das grandes corporações que possuem um processo produtivo intensivo em capital. Neste sentido, enquanto o processo produtivo era rudimentar, com baixa produtividade, era possível prever e estabelecer o nível de produção adequado à demanda existente. Com a elevação da composição técnica, as grandes empresas produzem sem que sua produção consiga ser absorvida. Daí a idéia de que o capitalismo convive com o problema crônico de realização da mais-valia. Segundo Hobson (1983, p.211) “A origem essencial de depressão nos negócios é o subconsumo. Se, simultaneamente, certo volume de capital e certo volume de mão-de-obra se mantêm ociosos em todos os ramos de negócios, ou na generalidade deles, a única razão possível para que permaneçam sem emprego está na inexistência, na ocasião, de demanda dos bens que eles, cooperando, são capazes de produzir”.

O autor está defendendo a idéia de insuficiência de demanda. Essa visão ficou conhecida como a teoria do subconsumo. De acordo com a visão subconsumista, grandes empresas buscam mercados externos para realizar a produção. Segundo este ponto de vista, esse é o elemento motivador da exportação de capitais.

Lenin foi um severo crítico da visão subconsumista. Para o autor, esse ponto de vista incorreu de grandes erros por resumir a razão da exportação de capital ao problema de realização, uma visão que afasta da análise o caráter exploratório do capitalismo. Ao admitir que a exportação de capital ocorre apenas em busca de mercado consumidor, pressupõe-se que o capital vai promover apenas benefícios para a região não capitalista. Elimina da análise o caráter excludente, de exploração do sistema capitalista. Lenin discordou dessa visão e apresentou a taxa de lucro como a razão para as exportações de capitais. Logo, segundo seu ponto de vista, o capital promoverá, em busca desse lucro extraordinário, um aumento da exploração da classe trabalhadora local.

Lenin e a lei da tendência declinante da taxa de lucro

A explicação de Lenin se prende aos elementos do modo de produção capitalista. A produção se move unicamente pelo lucro, portanto, a exportação de capitais ocorre em busca tão somente de uma maior taxa de lucro que as regiões menos desenvolvidas podem oferecer.

A busca pelo aumento da taxa de lucro é o que motiva grandes empresas investirem em regiões menos desenvolvidas. Lenin, entretanto, discordou da idéia de que a acumulação de capital só é possível caso ocorra investimentos em regiões externas, menos desenvolvidas, não capitalistas. Mesmo em regiões mais desenvolvidas, o capitalismo constrói novas formas de exploração, e o mercado vai sendo criado e ampliado de acordo com o volume de investimentos realizados para este fim. Na medida em que o capitalismo se desenvolve ampliando a



produção e a força de trabalho assalariada, aumenta a demanda por novos meios de produção, por bens de consumo dos trabalhadores e dos capitalistas.

Com o desenvolvimento do capitalismo, cresce também a mecanização da produção, provocando o aumento da participação relativa do capital constante no processo produtivo. O departamento produtor de meios de produção passa a puxar inclusive o crescimento da produção dos bens de consumo. Nas palavras de Lenin (1988, p.23):

“Segundo a lei geral da produção capitalista, o capital constante cresce mais rapidamente que o capital variável. Por isso, o capital constante existente nos artigos de consumo deve crescer mais rapidamente que o capital variável e a mais-valia existente nesses artigos, e o capital constante existente nos meios de produção deve crescer mais rapidamente ainda, ultrapassando o crescimento tanto do capital variável (+ mais-valia) existente nos meios de produção como do capital constante existente nos artigos de consumo. A seção de produção social que fabrica meios de produção deve, portanto, crescer mais rapidamente do que aquela que fabrica artigos de consumo. Desse modo, a extensão do mercado interno para o capitalismo é, até certo ponto, independente do crescimento do consumo individual, destinando mais ao consumo produtivo”.

Ocorre que a produção cresce sem a devida preocupação com a existência ou não da demanda compatível. De fato, essa situação expressa uma contradição, entretanto, na opinião de Lenin, o capitalismo se desenvolve sob as contradições inerentes ao seu modo de produção.

“Trata-se de uma verdadeira “produção pela produção”, uma ampliação da produção sem uma ampliação correspondente do consumo. Mas, esta não é uma contradição teórica: é uma contradição da vida real; é precisamente uma contradição que corresponde a própria natureza do capitalismo e as outras contradições desse sistema de economia social. É precisamente essa ampliação da produção sem a respectiva ampliação do consumo que corresponde a missão histórica do capitalismo e a sua estrutura social

específica: a primeira consiste em desenvolver as forças produtivas da sociedade e a segunda exclui a massa da população do usufruto das conquistas técnicas” (Lenin, 1988, p.25).

A contradição desse processo é que a crescente mecanização da produção nas economias capitalistas mais desenvolvidas provoca redução na taxa de lucro nestas regiões. Marx, em seu trabalho “O Capital”, apresenta a *Lei da Tendência Declinante da Taxa de Lucro*², onde procura demonstrar que o desenvolvimento do capitalismo promove a elevação da composição orgânica do capital, provocando queda na taxa de lucro.

Por essa razão, grandes empresas sediadas nas economias mais desenvolvidas realizam investimentos para outras regiões, em busca da elevação da taxa de lucro. Lenin, tendo como premissa o trabalho de Marx, procura demonstrar que as grandes empresas exportam capitais para regiões menos desenvolvidas visando recuperar a taxa de lucro, pois, “nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas”. (Lenin, 1986, p.301).

Nestas regiões, a mão-de-obra barata e desregulamentada permite o aumento da taxa de mais-valia. Conforme Marx (1988, p.168), “o grau de exploração do trabalho, a apropriação de mais-trabalho e de mais-valia, é elevado a saber por meio de prolongamento da jornada de trabalho e intensificação do Trabalho”. Segundo a visão de Marx, o aumento na exploração sobre os trabalhadores permite a recuperação na taxa de lucro.

É possível observar que visão de Lenin enfatiza o caráter de exclusão do sistema capitalista. Como observado no exemplo acima, para recuperar a taxa de lucro, o capital promove aumento da exploração de trabalhadores, que se manifesta na forma de baixos salários, aumento de jornada de trabalho, enfim, péssimas condições de vida para a classe trabalhadora.

Capital estrangeiro e desnacionalização

Nesta segunda parte do trabalho, busca-se analisar a dinâmica do fluxo de investimento direto estrangeiro no mundo. Com o propósito de compreender a realidade brasileira, pretende-se verificar em que medida o aumento de IDE para a economia brasileira tem resultado num processo de desnacionalização

De acordo com estudos da SOBEET(2000), o volume de fluxos de IDE vem crescendo no mundo. A partir da década de 1990, observa-se uma curva ascendente do investimento direto estrangeiro, propiciado pelas estratégias das empresas multinacionais que querem ampliar seu campo de ação além dos países em que se originam. Atualmente, “existem cerca de 63 mil empresas multinacionais no mundo com 700 mil filiais”(SOBEET,2000,p.16).

O fluxo do investimento direto estrangeiro no mundo evidencia o poder exercido pelas grandes empresas oriundas de países com economia capitalista mais desenvolvida. Constata-se que as grandes corporações, com sede nos países centrais, são as maiores exportadoras líquidas de capitais, ou seja, comandam o volume de investimento estrangeiro para outras regiões.

O ranking para o período 1992-1997 oferece uma visão mais precisa da situação acima referida. Conforme elaboração da SOBEET(1998), observa-se que em termos de países, os grandes investidores no exterior continuam sendo Estados Unidos, Alemanha e Japão. Esses dados podem ser observados na tabela 1.

Os países desenvolvidos concentram o grosso dos investimentos realizados pelo mundo. Em contrapartida, os países menos desenvolvidos se apresentam como importadores líquidos de investimento estrangeiro, situam-se na condição de dependentes dos investimentos externos para promover planos de desenvolvimento. Esses países atuam apenas como receptores de investimento direto, face o baixo nível de desenvolvimento dessas economias. Em termos de região, a América Latina aparece como a que mais absorveu investimento direto de empresas multinacionais. Os fluxos de IDE para a região quadruplicaram desde 1992 (SOBEET, 2000).

Tabela 1 - Principais Países/Regiões exportadores líquidos de capital de investimento direto	
Fluxos Acumulados 1992-1997	U\$\$ Milhões
União Européia	263.453,00
Alemanha	137.934,00
Estados Unidos	135.024,00
Japão	135.024,00
Hong Kong/Cingapura/Taiwan	101.099,00
Reino Unido	89.443,00
Holanda	55.026,00
Países Europeus Fora da União Européia	45.443,00
Suíça	44.516,00
França	24.685,00
Itália	22.440,00
Canadá	7.726,00
Fonte: WIR 1998- World investment Report - UNCTAD Elaboração: SOBEET	



Tabela 2 - Principais Países/Regiões importadores líquidos de capital de investimento direto

Fluxos Acumulados 1992-1997	U\$\$ Milhões
China	177.393,00
América Latina	172.255,00
Europa Central e Oriental	59.002,00
Ásia Emergente sem China, Hong Kong, Cingapura e Taiwan	43.693,00
Bélgica	23.238,00
África (incluindo África do Sul)	23.027,00
Espanha	21.415,00
Austrália	17.771,00
Suécia	11.077,00
Nova Zelândia	6.752,00
Israel	5.360,00
Egito	4.111,00
Fonte: WIR 1998- World investment Report - UNCTAD Elaboração: SOBEET	

Como observado, as regiões menos desenvolvidas atuam como receptoras de capitais externos. Aqui convém recuperar a discussão sobre os elementos que motivam a exportação de capitais para essas regiões. Vale lembrar a visão de Lenin, de que as exportações ocorrem sobretudo em busca de uma maior taxa de lucro oferecida em regiões menos desenvolvidas, porque são regiões com possibilidade de expansão e fornecedoras de insumos mais baratos.

Um estudo elaborado pela SOBEET(1999) que analisa a rentabilidade de subsidiárias americanas, parece legitimar esse ponto de vista. No biênio de 1995-1996, o estudo aponta os países

menos desenvolvidos como ofertantes de maiores taxas de lucro para essas subsidiárias. Demonstra, portanto, o potencial de rentabilidade sobre os ativos totais que as subsidiárias destas multinacionais adquirem nesses países, o que em certa medida explica o crescimento do fluxo de IDE para estas regiões. Em contrapartida, percebe-se que a Europa, Austrália, Canadá, e principalmente o Japão têm uma rentabilidade em torno de 3,90%, ou seja, inferior a média mundial (SOBEET,1999).

Dentre os países apresentados na tabela 3, o Brasil se destaca em primeiro lugar, como o país de maior rentabilidade média das subsidiárias americanas no mundo, com uma rentabilidade acima de 8%, ou seja, praticamente o dobro da rentabilidade média mundial destas empresas.

O caso da economia brasileira

Durante o desenvolvimento industrial brasileiro, o capital estrangeiro teve participação na formação de vários setores da economia, particularmente os setores de ponta, mais intenso em capital. Contudo, a partir da década de 1990, dado o nível de desenvolvimento da economia brasileira, o capital estrangeiro não contribuiu para formação de novos setores, mas, em grande medida, para aquisição de capacidade produtiva instalada.

Produto desse novo perfil do IDE, observa-se um salto no processo de desnacionalização da economia brasileira. De uma maneira desigual, pode-se dizer que vários setores da economia brasileira sofreram mudanças estruturais. Vários setores, cujo controle da produção estava sob o capital nacional, seja o privado ou estatal, passaram para o domínio do capital estrangeiro. “A desnacionalização da economia brasileira vai do controle dos setores de produção de painéis à extração de titânio, da produção de aço a bancos, da navegação de cabotagem à telecomunicações, de supermercados à aviação, de chocolates à satélites, do transporte a eletricidade. Praticamente nenhuma setor produtivo tem escapado ao avanço das empresas estrangeiras sobre a economia brasileira”. (Gonçalves,1999,p.76).



Tabela 3 - Rentabilidade média das subsidiárias das empresas multinacionais (não-financeiras) dos EUA no mundo (Controle Majoritário) média do biênio 1995-1996 (U\$\$ bilhões e %)

Ranking	País	Ativos Totais	Lucro Líquido	Rentabilidade sobre Ativos
1 - lugar	Brasil	47.575,50	4.005,50	8,42%
2 - lugar	Chile	12.096,00	862,00	7,13%
3 - lugar	Ásia sem Japão/China/Austrália	186.468,00	12.589,00	6,75%
4 - lugar	China	8.671,50	546,50	6,30%
5 - lugar	América Latina/Brasil/Chile/México/Argentina	165.969,50	10.131,00	6,10%
6 - lugar	México	30.689,00	1.862,50	6,07%
7 - lugar	Argentina	16.029,00	806,00	5,03%
8 - lugar	Europa	1.528.050,00	60.900,50	3,99%
9 - lugar	Austrália	68.244,50	2.720,00	3,99%
10 - lugar	Canadá	232.155,00	8.956,00	3,86%
11 - lugar	Japão	179.343,50	4.305,00	2,40%
Mundo		2.529.087,00	111.717,50	4,42%

Fonte: Survey of Current Business- Departamento de Comércio EUA, setembro 1998 pgs. 68 e 69
Elaboração: SOBEET

Como se procura mostrar na tabela 4, aproximadamente 75% do investimento direto tem se destinado ao setor de serviços. Ocorre uma predominância dos ingressos nos setores financeiro e de telecomunicações, que representaram 47% do total. Logo, pode-se afirmar que houve um avanço da participação do capital estrangeiro em setores antes ocupados por empresas de capital nacional, seja estatal ou privada.

Os dados apresentados apontam o crescimento da participação das empresas estrangeiras na economia brasileira. Não se trata de um fato recente do nosso desenvolvimento, porém, é indiscutível que esse processo adquire novas dimensões particularmente a partir da década de 1990. A dependência da economia brasileira não se limita a dimensão

Tabela 4 - Perfil setorial do investimento direto estrangeiro no Brasil 1995- 2000 (%)

Discriminação	% Estoque 1995	1996	1997	1998	1999	2000
Total	100	100	100	100	100	100
Agricultura, Pecuária e Extrativa mineral	1,6	1,4	3,0	0,6	1,6	3,0
Indústria	55,0	22,7	13,3	11,9	41,4	23,8
Alimentos	7,1	2,4	2,1	0,6	5,5	3,9
Automotivo	6,7	3,7	1,5	4,6	12,2	7,2
Minerais metálicos	7,4	1,2	0,0	0,7	0,9	1,4
Química	11,2	2,9	2,4	1,5	9,5	5,2
Demais indústrias	22,6	12,5	7,3	4,5	13,3	6,1
Serviços	43,4	75,9	83,7	87,5	57,1	73,2
comércio	6,7	8,2	6,2	9,4	10,4	7,3
Intermediação financeira	3,6	5,4	10,8	27,5	7,6	12,6
Telecomunicações	0,5	9,0	5,4	11,0	15,1	33,8
Serviços prestados a empresas	26,9	26,3	35,0	26,7	11,7	3,5
Utilidade pública-energia elétrica	0,0	2,2	23,2	9,5	7,3	8,4
Demais serviços	5,7	6,8	3,1	3,4	5,0	7,6

Fonte: FIRCE - BACEN; DEPEC DIBAP- BACEN - Elaboração: SOBEET

tecnológica, comercial e financeira. A desnacionalização surge como mais uma vulnerabilidade externa da economia brasileira, pois até mesmo o processo produtivo do país passa a ser dominado por empresas estrangeiras, comandadas pelas suas matrizes, sediadas em países centrais.

Os mecanismos da desnacionalização

Neste tópico, pretende-se analisar as privatizações, fusões e aquisições, que ocorreram a partir da década de 1990. Antes, é preciso esclarecer que não será feito um estudo amplo a respeito dos mecanismos acima referido. O objetivo principal é verificar o grau de participação do IDE neste processo, analisando em que medida as empresas estrangeiras utilizaram esses mecanismos para expandir os seus investimentos e participar da economia brasileira.

Fusões e aquisições

Os dados demonstram que o processo de fusões e aquisições é em grande medida resultado de uma dinâmica internacional. Observa-se que países desenvolvidos concentram o volume de investimentos em aquisições e fusões. No ano de 1998, do montante dos fluxos para fusões e compra de ativos, uma grande parcela (88%) se destinou aos países desenvolvidos, mantendo-se na faixa de participação registrada ao longo desta década: entre 80% e 95% (SOBEET, 1999). Ou seja, a concentração da atividade econômica tem se intensificado relativamente nos países líderes do capitalismo mundial. Verifica-se um forte processo de concentração e centralização do capital nesses países.

Contudo, no contexto mundial, os países desenvolvidos ocupam papel de liderança na realização de investimentos em fusões e aquisições em regiões externas, consolidando sua supremacia na posição compradora.

Em contrapartida, os países menos desenvolvidos atuam em grande medida como vendedores de ativos. Na América do Sul, o volume de fluxos de investimentos que chega na região é bem mais importante e significativo do

que o volume que as empresas sul-americanas enviam para o exterior para a realização de fusões e aquisições (SOBEET, 2000). Em outras palavras, as empresas estrangeiras são as grandes compradoras de ativos da região.

Uma parte relevante do IDE está associada ao crescente processo de fusões e aquisições que vem ocorrendo mundialmente. Essa dinâmica internacional condiciona também o perfil dos investimentos diretos para a economia brasileira. Face ao perfil do investimento direto estrangeiro, constata-se uma elevada participação de empresas de capital estrangeiro em fusões e aquisições no Brasil. As empresas multinacionais tem se utilizado desses mecanismos para expandir o controle sobre vários setores da economia brasileira.

A partir da década de 1990, em grande medida, o investimento estrangeiro realizado no Brasil não mais contribuiu para a construção de novas plantas produtivas. “Os anos 90 têm como característica distintiva o fato de que, ao contrário de décadas anteriores, as fusões e aquisições constituem o principal objetivo do IDE, em vez de destinando à instalação de filiais e/ou construção de novas plantas”. (Bonelli, 2000, p.65).

A participação expressiva das fusões e aquisições no fluxo de investimentos diretos mostram que a internacionalização da economia brasileira foi acompanhada neste período de intensa desnacionalização. Grandes empresas de capital nacional foram vendidas para empresas estrangeiras. Algumas dessas empresas são apresentadas no quadro 1.

Constata-se que durante o período mencionado, as empresas estrangeiras se utilizaram das fusões, aquisições e privatizações para ampliar a participação na economia brasileira. Muitas empresas estatais também foram vendidas para empresas de capital estrangeiro, processo que será analisado no próximo tópico.

Privatizações

Quanto ao processo de privatizações, também verifica-se uma forte participação do capital estrangeiro na compra de empresas estatais de vários setores da economia brasileira. Essa



Quadro 1 - Exemplos de grandes empresas brasileiras compradas por grupos estrangeiros:1994-98				
Empresa	Comprador	Pais	Setor	Ano
Petroquímica União	Union Carbide	EUA	Petroquímico	1994
Celbrás	Rhodia	França	Têxtil	1994
Adria	Quaker Oats	EUA	Alimentos	1994
Continental 2001	Bosch/siemens	Alemanha	Eletrodoméstico	1994
Bamerindus	HSBC	Reino Unido	Financeiro	1994
Laticínios Avaré	Nabisco	EUA	Laticínios	1995
Petroquímica Bahla	Dow Chemical	EUA	Petroquímico	1995
Lacta	Philip Morris	EUA	Alimentos	1995
Tintas Coral	ICI	Reino Unido	Quim. e petroq.	1996
Refrigeração Paraná	Eletrolux	Suécia	Eletrodomésticos	1996
Metal Leve	Mahie/Cofap	Alemanha	Autopeças	1996
Kenko do Brasil	Kimberly - Clark	EUA	Higiene	1996
Cia Eletrônica Celma	General Eletric	EUA	Aviação	1996
Paulista Seguros	Liberty Mutual	EUA	Seguros	1996
Bompreço	Royal Ahold	Holanda	Supermercado	1996
Dako	General Eletric	EUA	Eletrodomésticos	1996
Lab. Carlo Erba	Searle	EUA	Quim. e farm.	1997
Banco Geral do Comércio	Santander	Espanha	Bancos	1997
Arno	Seb	França	Eletrodomésticos	1997
Cia. Real de distribuição	Sanae	Portugal	Supermercado	1997
Veja Eng. Amb.	Sita	França	Serv.públicos	1997
Kibon	Unilever	Reino Unido	Alimentos	1997
Cofap	Magneti Marelli	Itália	Autopeças	1997
Gevisa SA Locomotivas	General Eletric	EUA	outros	1997
Agroceres	Monsanto Brasil	EUA	Alimentos	1997
Freios Varga	Grupo Lucas	Reino Unido	Autopeças	1997
Eldorado	Carrefour	França	Supermercado	1997
Phytoervas	Bristol-Myers Squibb	EUA	Perf. e cosmética	1998
Carlos de Brito (peixe)	Bombri-Cirio	Itália	Alimentos	1998
Real	ABN Amro	Holanda	Financeiro	1998
Postos Hudson	Texaco	EUA	Com. Combust.	1998
Garantia	Crédit Suisse	Suíça	Financeiro	1998
CST/Acesita	Usinor	França	Siderurgia	1998
Excel	Bilbao Vizcaya	Espanha	Financeiro	1998
Lojas Renner		EUA		1998

Fonte: Carta Capital, 8 de julho de 1998, p.33 e imprensa.
Elaboração: Gonaçalves, Reinaldo. (1999).

constatação demonstra o novo caráter do investimento estrangeiro, que não contribuiu para a construção de novas fábricas, mas em grande medida, para aquisição de empresas instaladas no país.

A tabela 5 apresenta dados que comprovam a elevada participação do capital estrangeiro. Embora o capital nacional tenha sido majoritário na compra, é indiscutível o significativo aumento da participação de empresas de capital estrangeiro na aquisição de estatais brasileiras.

No caso das empresas estatais, o processo de privatizações de empresas federais e estaduais, assim como as concessões foram os meios mais importantes usados pelo capital estrangeiro para entrar no setor de serviços. Grande parte do processo de privatização brasileiro está relacionada a venda de empresas de

Tabela 5 - Participação do capital estrangeiro nas privatizações brasileiras 1991-2000 (%)

Discriminação	%
Capital Nacional	52
Capital Estrangeiro	48
EUA	17
Espanha	15
Portugal	6
Itália	2
Chile	1
Outros países	7
Fonte: BNDES Elaboração: SOBEET	

energia elétrica e telecomunicações. “Até 1995, a indústria concentra 55% de todo o estoque de IDE no Brasil. Nos anos seguintes, é notória a preponderância dos serviços, com grande participação dos setores de eletricidade, gás e água, correio e telecomunica-

ções, intermediação financeira e comércio atacadista e varejista nos fluxos de IDE”. (Laplane & Sarti, 1999, p.71). A venda de empresas de serviços públicos para empresas estrangeiras no processo de privatização é também um dos fatores que explicam as mudanças na composição setorial dos fluxos de IDE, devidamente analisado por este trabalho.

Portanto, pode-se afirmar que empresas estrangeiras utilizaram o processo de privatizações para ampliar sua participação em setores da economia antes ocupados pelo capital nacional. Em outras palavras, um forte processo de desnacionalização.

Conclusão

A dinâmica da economia mundial, apresentada por este trabalho, parece confirmar os pressupostos marxistas, devidamente discutidos na teoria do imperialismo. O pensamento marxista aponta que o desenvolvimento do capitalismo fomenta a centralização e concentração do capital em escala mundial, sendo esse movimento inerente ao seu modo de produção.

Como observado no trabalho, é crescente a participação de grandes empresas estrangeiras em diversas economias no mundo. As empresas

multinacionais sediadas principalmente em países com maior nível de desenvolvimento econômico, comandam o volume de investimento estrangeiro para outras regiões.

O Brasil, na condição de economia semicolonial, recebe historicamente grande volume de capital estrangeiro. Quando se analisa o desenvolvimento brasileiro, percebe-se uma participação progressiva de empresas estrangeiras em diferentes setores da economia.

Contudo, a partir da década de 1990, dado o nível de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o investimento direto estrangeiro não possui como característica a construção de novas plantas produtivas e inauguração de novos setores da economia. A maior parte do investimento estrangeiro se destinou à aquisição de capacidade produtiva instalada, um forte processo de desnacionalização. O capital estrangeiro amplia sua participação em setores antes dominados pelo capital nacional, promovendo um forte processo de concentração e centralização do capital. Verifica-se um aumento significativo no número de privatizações, aquisições e fusões na economia brasileira.

Várias empresas nacionais, de diferentes setores produtivos, foram vendidas para grandes empresas multinacionais. Ocorre um crescimento da participação das empresas estrangeiras na economia brasileira, processo que vem associado a concentração da produção. Estudos apontam que das 500 maiores empresas multinacionais, 405 já estão instaladas no Brasil.

Por fim, o trabalho procurou resgatar a capacidade de explicação do pensamento marxista frente as transformações estruturais no sistema capitalista. Conclui-se afirmando que os preceitos de grandes pensadores como Marx, Engels, Lenin, Rosa Luxemburgo, dentre outros, embora construídos a dezenas de anos atrás, continuam vigentes e indispensáveis como referencial teórico daqueles que verdadeiramente querem transformar a sociedade. 🌐

Notas

1 Ver LENIN, V.I. O imperialismo fase superior do capitalismo, p.657

2 Ver MARX, K. o Capital, v.4 p.327

COCA: NARCOTRÁFICO E RECOLONIZAÇÃO

JAIME VILELA

Economista da Universidade Mayor San Andrés (La Paz, Bolívia)

A «guerra contra as drogas» declarada pelos organismos internacionais, cuja principal preocupação explícita é a «defesa da saúde pública», não passa de um argumento superficial e completamente falso.

A proibição da comercialização das drogas, longe de deter o comércio de drogas, é uma necessidade do capitalismo em crise. É o mecanismo para reverter, contrabalançar a queda tendencial da taxa média de lucro, causa fundamental da crise crônica da economia capitalista mundial.

Em outras palavras, a ilegalização não evita a circulação das drogas, mas transforma seu comércio em TRÁFICO. A violência e corrupção que acompanham este negócio rendem lucros extraordinários aos capitalistas encarregados de realizá-los. A “guerra contra as drogas” está sendo utilizada para desatar uma ofensiva recolonizadora sobre países da periferia. É usada para evitar as críticas às violentas políticas contra camponeses produtores de coca, e as modificações da estrutura jurídica dos Estados nacionais, mediante as quais se restringem muitos direitos civis. Com o alibi de “lutar contra o narcoterrorismo» conformam-se regimes ditatoriais, com fachada democrática.

Crise crônica do sistema capitalista e seus ciclos

O sistema capitalista tem uma lei: é sua sede de lucros que o estimula para acumular e desenvolver sua produção. O desenvolvimento do sistema não tem um comportamento estável, constante. Já desde seus primórdios, durante os séculos XVIII e XIX, mostrava um crescimento variável. O crescimento do capitalismo em escala mundial tem comportamento cíclico a cada 50 ou 60 anos, com períodos de crise e de auge.

No final do século XIX e início do XX, o sistema capitalista envelheceu. Entrou em crise crônica, a chamada fase imperialista. Nesse novo período, a livre concorrência foi substituída pelos monopólios, o capitalismo entrou em sua fase de decomposição, sua fase parasitária. As forças produtivas pararam de crescer. Nessa nova situação, as fases depressivas se tornaram mais prolongadas e profundas, e pelo contrário, as de recuperação foram menos extensas e de pouco alcance.

A causa fundamental da crise do capitalismo é a tendência de queda da taxa média de lucro. A origem dessa tendência está no incremento da composição orgânica do capital: é o incessante incremento do trabalho “morto” plasmado em meios de produção, em relação ao trabalho vivo, plasmado na força de

trabalho. É a tecnificação crescente à qual o capitalista individual está obrigado a ter acesso para se manter no mercado. O capitalista não luta somente contra o trabalhador, mas também contra os próprios capitalistas. Para poder enfrentar a concorrência, os capitalistas precisam baixar custos e aumentar a produtividade. Mas, junto com esse movimento ocorre outro, ou seja, o capitalista desloca mão de obra, e a substitui por maquinaria. A força de trabalho viva é a única fonte de mais-valia. Ao diminuir sua contratação, a princípio ela cai em termos relativos com respeito ao capital investido e no final de maneira absoluta.

As novas inversões tendem a aumentar os lucros e a estimular a produção, mas as novas inversões têm referência nas taxas de lucro esperadas, e se estas diminuem, também desestimulam os investidores, provocando a crise global.

Nesta época, a era da «globalização», estes traços do imperialismo se acentuaram, as crises se transformaram em fortes convulsões. O coração do sistema capitalista está enfermo, e para superar a crise requer doses cada vez maiores de lucros, não importando de onde venham, nem o custo que representem. Estabeleceu-se de maneira empírica a vigência dessa lei, evidenciada, há 160 anos por Karl Marx. Mas Marx também descobriu que existiam forças que se contrapõem a essa tendência; inclusive, quando todas elas atuam de forma conjunta podem reverter essa tendência natural por um período mais ou menos longo.

Os mecanismos para contrabalançar a queda da taxa média de lucro são:

- 1) Aumento da taxa de mais-valia (maior exploração da classe operária)
- 2) Aumento da circulação da rotação do capital (o capital circula mais rapidamente)
- 3) Depreciação ou destruição do capital fixo. Principal componente do capital constante. (Depreciação dos equipamentos e maquinário das indústrias)
- 4) Transferência de capitais a países atrasados ou a setores onde a composição orgânica do capital é menor.
- 5) Aumento da massa geral de mais-valia

mediante o comércio parasitário. Este mecanismo foi amplamente utilizado nos inícios do capitalismo, na fase de capitalismo comercial do século XV ao XVIII. Mediante o comércio desigual, se transferia mais-valia de povos de menor desenvolvimento para comerciantes de povos de maior desenvolvimento. É o ato de pirataria, de roubo. A América espanhola sofreu esse tipo de agressão por parte do capitalismo mercantil no período colonial.

O capitalismo imperialista exerce uma contra-revolução econômica permanente. Mas, às vezes, por razões estritamente históricas, os fatores antes mencionados atuam juntos e de maneira sincronizada, imprimindo uma derrota à classe operária e inaugurando uma fase de auge, até a chegada da próxima crise. Essa é a origem dos ciclos capitalistas de longo prazo. (ibid.Shaikh)

Origem das políticas proibitivas às drogas

A proibição do comércio de uma mercadoria, enquanto é uma necessidade, não a elimina do mercado, a encarece. Estimula o monopólio de seu comércio, e os preços se elevam, deixando aos capitalistas comerciais vultosas taxas de lucro.

Ou seja, a proibição faz parte das medidas que incrementam os lucros capitalistas, são parte das medidas que o capital tem para tentar contrabalançar a queda da taxa de lucro.

A produção de coca é uma atividade que se realiza em condições quase artesanais. A produção da cocaína se desenvolve em países capitalistas atrasados, como Bolívia, Colômbia e Peru. Cria-se um vínculo entre os organismos do Estado encarregados de velar pela “proibição” e o capitalista comercial que desenvolve a atividade de produção, obtendo o monopólio desse comércio e os lucros exorbitantes. É uma forma que se ajusta às características 4 e 5 descritas no item anterior. Nos estreitos marcos da ilegalidade, permite realizar negócios «parasitários» como fez o capital mercantil no século XV. Os consumidores, especialmente dos países industrializados, pertencentes às classes médias altas, quinze

milhões deles nos EUA, têm de pagar um preço acima de seu valor ou dos custos de produção.

Do ponto de vista de que a proibição é uma necessidade do capitalismo em suas fases mais críticas, é como se o sistema capitalista necessitasse narcotizar-se para evitar as convulsões que sacodem o organismo econômico e social.

No Quadro I pode-se observar o início de crises amplas e generalizadas em 1875; sua finalização em 1892 permitiu o surgimento do imperialismo, que teve um auge prolongado antes que viesse outra crise generalizada em 1913. Esta última teve suas expressões mais evidentes na queda das bolsas de valores em 1929, a recessão e paralisia generalizada. E teve as duas guerras mundiais como cenário permanente, assim como o fim do boom da II Guerra Mundial em 1968.

Mas o fundamental é que justamente nos momentos da fase de crise do ciclo nesta época imperialista, entra em funcionamento o mecanismo de ilegalização do comércio das drogas: a) Entre 1914 a 1939, quando o crescimento do comércio mundial caiu a 0.4%, ou a produção industrial norte-americana estava em 2%, que desembocou na depressão dos anos 20. Os EUA ilegalizaram o comércio do álcool. A Lei Nacional de Proibição do álcool, mais conhecida como «Lei seca», entrou em vigência em 1920, e teve uma duração de treze



Quadro I							
Ondas longas de desenvolvimento capitalista e proibição das drogas (1826 a 1999)							
Taxas de crescimento em porcentagem							
Anos	1826-- 1847	1848-- 1873	1894-- 1893	1894-- 1913	1914-- 1939	1940-- 1967	1968- ?
Signo (crise/auge)	Crise	auge	crise	auge	crise	auge	crise
Número de anos	21	25	19	19	25	27	
Taxa crescimento anual do comércio Mundial	2.7	5.5	2.2	3.7	0.4	4.8	
Taxa de crescimento anual da Produção Industrial Inglesa	3.2	4.6	1.2	2.2	2	3	2.0 (*)
Taxa de crescimento anual da Produção Industrial alemã		4.5	2.5	4.3	2.2	3.9	
Taxa de crescimento anual da Produção Industrial EUA		5.4	4.9	5.9	2	5.2	1.9 (*)
Índice de Produção Industrial per capita (tend.exponencial)		2.2	1.4	1.7	-0.5		
Produção Mundial de energia (tendências exponenciais)		6.6	4.1	4.8	0.6	2.8	
Taxa média de crescimento mundial anual cumulativo			4	2.5	1.9	4.9	3.0 (**)
Políticas proibitivas	Proibição inglesa ao ópio China entre 1842-1856				Proibição do álcool nos EUA entre 192-1933		Proibição da cocaína e outros L.A. desde 1962 (EUA)
Fonte: <i>Elaboração própria (Mandel, 1986)</i>							
(*) Só até 1975 (**) Dados referentes a 1955-1960							

anos, até que a emenda 18 da Constituição Americana foi novamente abolida; b) No final da década de 60, quando o crescimento da economia chegava a menos de 3%, novamente as correntes proibicionistas desataram uma furiosa ofensiva. A Convenção de Viena sobre «substâncias controladas e estupefacientes» começou a entrar em ação.

São significativas, apesar de menos sintomáticas, as duas guerras travadas pela Inglaterra contra o ópio em 1842 e 1856, ou as tímidas tentativas de fabricação de drogas no final do século XIX na Alemanha.

Até hoje não se fez uma análise marxista do tráfico e comércio de drogas, em especial o papel que cumpre esse comércio ilegal no processo de acumulação capitalista. Pior: não existem trabalhos sobre sua influência no ciclo a longo prazo da acumulação de capital.

Comércio versus tráfico

O comércio é a circulação de mercadorias sem restrições legais. Este tem uma aparição no momento, no grau e quando as forças produtivas permitem a divisão social do trabalho. Pelo contrário, o tráfico é um comércio ilegal. Isso quer dizer que as disposições de ilegalização são estabelecidas pelo Estado, o mesmo que é controlado pela burguesia em qualquer Estado capitalista, e hoje, pela burguesia transnacional. O importante é que, apesar das restrições legais, a circulação dessas mercadorias continua ocorrendo.

No caso da circulação das drogas, por exemplo do álcool hoje, não se pode considerar «tráfico», porque as transações são legais; é, portanto, um comércio de álcool. Mas durante 1919 a 1933, nos EUA, esse comércio se converteu em «tráfico de álcool», justamente por causa das emendas constitucionais aprovadas em 1919, que proibiam sua comercialização.

As causas da ilegalização do comércio de drogas

O relevante é que o problema do tráfico, ou seja, sua ilegalização para produção e comercialização, não tem a ver com o valor de

uso das mesmas, com suas influências sobre a saúde humana, no caso das drogas com suas propriedades psicotrópicas. Faz parte dessa nova relação social estabelecida na época imperialista, particularmente em momentos da fase depressiva do ciclo capitalista mencionado acima. Responde à necessidade da burguesia imperialista para, mediante ilegalização desse produto, poder obter enormes lucros.

Por exemplo, no próprio modo de produção capitalista existiram longas etapas nas quais a produção e comercialização de drogas foram legais. Mas em outros momentos, como o atual, de crise crônica, as drogas são ilegalizadas. Também se comprovou a produção e comercialização de drogas em formações sociais pré-capitalistas, o que demonstra que não é o valor de uso da mercadoria droga o que se penaliza, mas as novas relações sociais que criam a necessidade de fazê-lo.

Para ter uma idéia das atuais circunstâncias da taxa média de lucro industrial de países como os EUA, Reino Unido, França, Japão e outros, apresentamos o quadro II. As taxas de lucro entre 1955 e 1981 não ultrapassam 35% no caso do Japão, e 22% nos EUA. Mas caíram a níveis de 6% no caso do Reino Unido, ou de 7% no caso da Suécia, ambos no último período.

Mas essas taxas, comparadas com as taxas de lucro que se pratica no setor do narcotráfico, mostram um contraste evidente. As máximas observadas no Japão na década de 60, ou da França e Reino Unido, que chegavam a 20%, 9%, e 11% respectivamente, contrastam com taxas de lucro de 367% e 1391% , que é a taxa de lucro do capitalista comercializador ilegal de droga dentro do mercado nacional colombiano e norte-americano respectivamente. Ver o quadro II.

O capitalista norte-americano obtém taxas de lucro de até 1391%. Valores que são extraordinariamente superiores aos obtidos no setor industrial que, como se vê no Quadro II, no caso norte-americano apenas chegou na década de 80 a 17%.

O capital, ávido por lucros, trata de ir sempre a setores com mais rentabilidade; essa é a lei. Mas diante da impossibilidade de fazê-lo no



Quadro II			
Taxa média de lucro industrial das potências capitalistas 1955-1985			
Em porcentagem			
Ano	1955 1960	1960 1970	1968 1981
A.- EUA	20	22	17
B.- Reino Unido	9	9	6
C.- França	11	13	12
D.- Japão		35	25
E.- Alemanha	19	17	13
F.- Suécia		9	7

Fonte: *Elaboração própria (Ib. Shaikh)*

circuito das drogas, devido as restrições estatais, cria-se uma RENDA ABSOLUTA, em benefício dos capitalistas traficantes de drogas: $g(n)-g(m)=$ renda absoluta. Enormes massas de mais-valia provenientes do consumidor das classes médias altas, de países industrializados, deixam nos bolsos de capitalistas dedicados a esse negócio lucros multimilionários. A proibição não reduz em nada a demanda pelo produto.

“É problemático definir como renda o cultivo, transformação e exportação de drogas

ilícitas, porque se trata de atividades “reprodutíveis”, ao contrário do “ouro negro”, por exemplo, e atividades privadas ilegais sobre as quais o Estado, por definição, não pode arrecadar impostos. O único paralelo que pode ser feito com a renda é que os ingressos que provêm dessa atividade ilícita não dependem do trabalho, mas de uma proibição. Como para a renda mineira, o enriquecimento não é fruto da capacidade de explorar de forma eficaz a força de trabalho, mas da possibilidade de inscrever-se no circuito da renda.” (P. Salama 1999)

Da mesma forma que as violentas políticas repressivas dos últimos trinta anos não acabaram com a demanda do produto, os 15 ou 20 milhões de consumidores norte-americanos continuam absorvendo mais de duas toneladas de cocaína por dia. A oferta de cocaína dos países andinos é quase a totalidade da demanda mundial. Os operativos de interdição ao tráfico de drogas são mínimos frente ao volume anual produzido, que evidentemente tem um comprador seguro. (Ver Quadro IV)

Produção mundial de cocaína na última década

Sem dúvida, a produção de cocaína na América Latina representa a oferta mundial dessa mercadoria. Apesar da profunda repressão, a produção se mantém estável.

Durante a última década, os esforços dos organismos imperialistas estiveram concentrados na erradicação dos cultivos de folha de coca. Por exemplo, na Bolívia em 1989 aprovou-se uma nova lei, a de lei 1008, que representa uma virada completa na estrutura jurídica do país. Presume-se culpabilidade do acusado de estar involucrado no narcotráfico, em substituição ao princípio de inocência da Constituição Política do Estado Boliviano. Com a subida do governo de Banzer se dá um novo passo. Por ordem da Embaixada Americana é aprovado o chamado “Plano dignidade”. É uma estratégia de luta por conseguir a “coca zero” até 2002, o que está muito longe de ser alcançado. Mas os resultados em violência, o número de vítimas entre os produtores da folha de coca foram surpreendentes. Dezenas de cocaleiros foram assassinados em enfrenta-

mentos com a polícia e o exército. As agressivas políticas instruídas pelo governo norte-americano tiveram seu efeito, conseguiram diminuir significativamente a produção da folha de coca. Em 1999, a redução foi de 57%.

A redução da produção da folha de coca na Bolívia entre 1995 e 1999 foi de 90 mil toneladas métricas para 23 mil toneladas métricas, o que incide, evidentemente, na produção potencial da cocaína. É importante assinalar que a Bolívia produz uma parte de coca para o consumo doméstico, em forma de folha de coca, e não é utilizada como matéria prima para fabricar cocaína.

A produção do Peru sofreu uma queda significativa entre 1992 e 1999. De uma produção que chegou a 240 mil toneladas métricas de coca em 1992, caiu para 72 mil toneladas métricas em 1999.

Mas contraditoriamente, e de maneira inversamente proporcional, as reduções ocorridas na Bolívia e no Peru foram supridas com volumes cada vez maiores de produção de coca na Colômbia. Entre 1988 e 1999, subiu de 33 mil toneladas métricas para 195 mil.

O resultado dessas tendências à queda e aumento da produção de coca fez com que durante o período 1989 a 1999, a produção de folha de coca sofresse pouca variação. Em 1988 se produzia, em toda a região, 311 mil toneladas métricas de coca; houve um aumento absoluto até chegar a 365 mil em 1995 e ficou em 290 mil em 1999. Uma redução, em onze anos, de menos de 7%. Um fracasso frente ao monumental investimento financeiro, político e militar realizado pelo governo norte-americano e europeu em sua "guerra contra as drogas" (2001: Alan Vasquez).

A produção de cocaína, a interdição e o consumo

A DEA (órgão norte-americano de controle da droga) apresentou os dados da cocaína potencial que se poderia fabricar com o volume de matéria prima, a coca. Isso está refletido no quadro III. Tem-se uma proporção de

370 partes de coca por uma parte de cloridrato de cocaína, mercadoria que se vende misturada o pura nas ruas dos EUA, Europa e do mundo inteiro.

Essa produção potencial, entre as 684 toneladas métricas de 1989, subiu para 916 tm em 1992 e caiu para 765 tm em 1999. Ou seja, a produção potencial entre 1989 e 1999 teve uma variação percentual de menos del 6 %.

Mas esse cálculo serve para ter uma idéia aproximada da demanda dessa mercadoria, levando em conta que a produção potencial da cocaína tem uma estagnação na produção doméstica. O caso mais significativo é a Bolívia, que no melhor dos casos chega a 15% da produção nacional de folha de coca.

Uma parte pouco significativa é destruída na interdição efetuada por organismos de segurança, antes de ser distribuída e consumida. Mas esse volume, apesar dos dados serem escassos, não supera os 9% (2001 - R.Vargas: Citado pelo Departamento de Estado)

Não é arbitrário tomar toda a produção de cocaína potencial como a demanda efetiva do cloridrato de cocaína. Uma mercadoria que se vende entre 164 \$US, 169 \$US e 246 \$US a grama de cocaína (Ibd Hernández, ib R. Vargas), aos cerca de 15 milhões de consumidores assíduos na América do Norte, e vários milhões distribuídos por todo o mundo. As variações de preços e o comportamento do mercado são difíceis de estudar pelo escasso número de fontes confiáveis de informação.

Quadro III			
VBP (Valor Bruto da Produção), utilidades e taxa de lucro pelo comércio ilícito de HCL (Cloridrato de cocaína) no comércio mundial - 1988			
Em milhões de dólares por tonelada métrica			
	Preços	Serviços	Taxa de lucro
VPB do HCL na Colômbia	3		
VBP nos EUA (no atacado)	15		
UT. P. capitalista mexicano		11	367%
Nos EUA (no varejo)	164		
UT. P. capitalista dos EUA		153	1391%
<i>Fonte: Elaboração própria (Revista Fortune- citado por Hernández 1987)</i>			

Impacto do negócio das drogas na economia mundial

Muito se especula a respeito. A falta de dados é um impedimento real para estabelecer, com certa segurança, qual é o verdadeiro impacto. Está claro que em termos da taxa de lucro, o impacto é altamente significativo (ver Quadro III). Mas em termos de valor bruto da produção, qual é o verdadeiro impacto na economia mundial? As cifras do Quadro V nos dão uma idéia.

“Assumindo preços constantes, ou seja, os estabelecidos pela revista Fortune de junho de 1988, em relação aos preços da cocaína em cada etapa de sua comercialização, os valores são 3 milhões de dólares por tonelada métrica na Colômbia, 15 milhões de dólares a tonelada métrica em Miami, com preços no atacado, e 164 milhões de dólares a tonelada métrica a preços de consumo doméstico. Se estes preços forem multiplicados pela produção da região andina, que corresponde a quase a totalidade da produção mundial, poderemos obter o Valor Bruto da Produção de cocaína no âmbito mundial. De forma aproximada, em dólares correntes, durante toda a série de 1989 a 1999, o montante do valor obtido oscila entre 112 e 154 bilhões de dólares anuais, dado que pode ser superior se os preços, como é provável, subiram diante da redução da oferta”. (ibid R. Vargas).

Mas para saber quanto desse valor bruto da produção afeta o PIB norte-americano devemos subtrair do valor bruto da produção o consumo intermedi-



Quadro IV												
Região Andina: cultivos de folha de coca-produção de cocaína												
N	País Produtor Extensão	Ano										
		1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Peru												
I	HCL cocaína (tm)	400	525	581	600	582	421	399	328	294	239	175
	Incr/decrécimo (%)		31%	11%	3%	-3%	-28%	-5%	-18%	-10%	-19%	-27%
	Produc.coca (milhões tm)	200	210	242	240	224	162	160	131	118	96	72
	Incr/decrécimo (%)		5%	15%	-1%	-7%	-28%	-1%	-18%	-10%	-19%	-25%
Bolívia												
II	HCL cocaína (tm)	220	220	220	225	240	255	240	215	200	150	70
	Incr/decrécimo (%)		0%	0%	2%	7%	6%	-6	-10%	-7%	-25%	-53%
	Produc.coca (milhões tm)	78	77	78	80	84	90	85	75	70	53	23
	Incr/decrécimo (%)		-1%	1%	3%	5%	7%	-6%	-12%	-7%	-24%	-57%
Colômbia												
III	HCL cocaína (tm)	64	92	88	91	119	201	230	300	350	435	520
	Incr/decrécimo (%)		44%	-4%	3%	31%	69%	14%	30%	17%	24%	20%
	Produc.coca (milhões tm)	33	45	45	45	45	67	81	109	129	166	195
	Incr/decrécimo (%)		36%	0%	0%	0%	49%	21%	35%	18%	29%	17%
Total da região Andina												
	HCL cocaína (tm)	684	837	889	916	941	877	869	843	844	824	765
	Incr/decrécimo (%)		22%	6%	3%	3%	-7%	-1%	-3%	0%	-2%	-7%
	Produc.coca (milhões tm)	311	332	365	365	353	319	326	315	317	315	290
	Incr/decrécimo (%)		7%	10%	0%	-3%	-10%	2%	-3%	1%	-1%	-8%

Fonte: Elaboração própria 2000 (Informe Parlamento Boliviano)

ário. No caso que nos compete, estamos assumindo o consumo intermediário no valor que paga o capitalista norte-americano, o comerciante colombiano, no atacado. Por exemplo, se tomamos os dados da revista Fortune de 1988, o valor bruto da produção de cada tonelada distribuída nos EUA é 164 dólares, e o valor que se paga ao comerciante colombiano em Miami é 15 milhões de dólares, então o valor agregado de cada tonelada será de 164 milhões dólares - 15 milhões \$US = 149 milhões de \$US. Este último é o que corresponde ao valor agregado. O montante que impacta sobre o PIB da economia, cujo componente fundamental são os serviços. Elas provêm de uma supervalorização da cocaína, que tem que ser paga pelo consumidor dos países industrializados.

Ou seja, neste mesmo período o valor agregado na economia mundial, proveniente do narcotráfico, seria entre 102 bilhões de dólares registrados em 1989, até 140 bilhões de dólares, que teria sido o recorde em 1994. No entanto, esses valores não deixam de ser hipotéti-

cos; bastante aproximados, mas hipotéticos, pois os dados exatos da demanda, dos preços ao consumidor, são dados que não se obtêm dia a dia.

Muitos trabalhos afirmam que na década estudada o consumo de cocaína, somente nos EUA, foi entre 555 tm e 276 tm (ibidem R. Vargas). Esse dado coincide perfeitamente com as cifras de produção de cocaína estimadas na Região Andina. O consumo de cocaína nos EUA oscilou entre 1 e 1,5 tm por dia, o que significa um aparato de distribuição muito organizado e com respaldo de organismos de segurança do Estado.

Se comparamos esse valor agregado com o PIB dos EUA em 1989 foi da ordem de 5.509.400.000.000 \$US, ou seja, 5,5 trilhões de dólares (2002: Bureau of Economic Analysis). Nesse mesmo ano, o valor agregado do comércio ilícito da cocaína foi de 102.000.000.000 \$US, ou seja, 0,1 trilhões de dólares. Isso significa que a cocaína afetou pelo menos 1,8% no PIB dos EUA. Dada a crise do capitalismo mundial, e em particular a mais importante economia capitalista do mundo, esse volume é significativo para tratar de reverter a crise, e em particular a tendência à queda da taxa média de lucros.

Quadro V											
VBP (Valor Bruto da Produção) e VA (Valor Agregado) de HCL (Cloridrato de cocaína) Em bilhões de dólares americanos											
Das zonas produtoras ao consumidor nos EUA											
Em bilhões de dólares correntes - série de 1989 a 1999											
(Suposto: preço HCL cocaína para toda a série constante = 1988) (*)											
Produção/VPP-País											
Preço/Produto/Valor	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
HCL cocaína (tm)	684	837	889	916	941	877	869	843	844	824	765
Incr/Decréscimo (%)		22%	6%	3%	3%	-7%	-1%	-3%	0%	-2%	-7%
VBP HCL cocaína na Colômbia (3 mi \$US/tm)	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
VBP em Miami (no atacado) (15 mi \$US/tm) (Custo de produção = varejo	10	13	13	14	14	13	13	13	13	12	11
VBP nos EUA varejo (164 mi \$US/tm)	112	137	146	150	154	144	143	138	138	135	125
VA da cocaína mundial	102	124	133	136	140	131	130	125	125	123	114

Fonte: Elaboração própria em base a informe da Comissão de Luta Contra o Narcotráfico da Câmara de Deputados da Bolívia - 2000



Esta estreita correlação tem a ver com essa necessidade do capital para reverter a queda da taxa de lucros, responsável pela crise do capitalismo. A proibição de comercialização das drogas não freia nem a produção nem o consumo; pelo contrário, o crescimento é mantido, o que gera é o incremento dos preços para o consumidor de forma extravagante.

Isto se dá enquanto o consumo nos países industrializados, particularmente nos EUA, continua aumentado e deixando enormes massas de mais-valia em mãos da lampen burguesia transnacional, encarregada da distribuição de cocaína no mercado norte-americano.

Reiteramos que existe uma dupla moral do capitalismo imperialista. Por um lado desata políticas proibitivas, e por outro, seu próprio sistema necessita dessa proibição como única forma de obter enormes massas de mais-valia. O capital, em fases depressivas, necessita do lucro como a vida necessita do oxigênio.

«O capital foge dos tumultos e das rixas, e é tímido por natureza. Isto é verdade, mas não toda a verdade. O capital tem horror à ausência de lucros ou ao lucro muito pequeno, como a natureza tem horror ao vazio. Conforme aumenta o lucro, o capital fica mais valente. Assegurem a ele 10% e ele irá onde quer que seja; assegurem 20% e ele ficará animado; com 50% ficará positivamente temerário; com 100% é capaz de saltar por cima de todas as leis humanas; com 300% não há crime que o impeça, mesmo que o leve ao patíbulo. Se o tumulto e as rixas supõem lucros, ali estará o capital, incitando-as. Prova: o contrabando e o tráfico de escravos» (P.J. Duning, citado por Carlos Marx em El Capital).

Na Bolívia, a guerra contra as drogas mudou a legislação e aumentou a repressão contra o movimento de massas

Desde que teve início a chamada «guerra contra as drogas» a repressão não parou. São milhares de camponeses, que estão no extremo inferior da cadeia do narcotráfico, que sofrem as consequências dessa repressão. Mas isto não se res-

Quadro VI											
Bolívia: Produção - Valor bruto da produção de folha de coca 1989-1999											
Detalhe	Ano										
Produção/preço/VBP	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Produção coca (milhares tm)	78	77	78	80	84	90	85	75	70	53	23
Incr/Decréscimo (%)		-1%	1%	3%	5%	7%	-6%	-12%	-7%	-24%	-57%
Preço da coca (tm) (em dólares correntes)	1254	506	1012	902	1254	1122	1430	1188	1562	1518	3102
Incr/Decréscimo (%)		-60%	100%	-11%	39%	-11%	27%	-17%	31%	-3%	104%
Valor bruto prod. coca (em milhões de dólares)	98	39	79	72	105	101	122	89	109	80	71
Incr/Decréscimo (%)		-60%	103%	-9%	46%	-4%	20%	-27%	23%	-26%	-11%

Fonte: Elaboração própria - Comissão Parlamento Nacional

tringe aos produtores diretos. Em países produtores de coca, como a Bolívia, ocorreu uma mudança progressiva na legislação, com medidas que mudam completamente o direito burguês inspirado na Revolução Francesa do século XIX. Em 1988, deu um salto, com a aprovação da Lei 1008, de inspiração ditatorial: violando o conceito constitucional de que todo cidadão é inocente até que se prove o contrário». O artigo 11 da lei estabelece que todo cidadão é culpado até que se prove sua inocência. Pode-se fazer detenções por mais de 24 horas, sem direito a comunicação com advogados ou familiares.

A resistência dos produtores de folha de coca na Bolívia

Na Bolívia defechou-se um ataque muito forte contra o movimento mineiro em 1985. Mas essa tentativa de destruir a resistência das massas chocou-se com as lutas camponesas. Em 2000 ocorreram importantes lutas que acabaram expulsando as transnacionais que pretendiam privatizar a água. Mas no movimento cocaleiro, a história está tingida de sangue.

Os produtores da folha de coca têm uma coluna vertebral em Cochabamba. Estas 30 mil famílias estão filiadas a seis federações, umas pertencem à Confederação Sindical Unica de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB) e outras à Confederação de Colonizadores da Bolívia (CCB). Ambas filiadas à Central Operária Boliviana (COB).

As primeiras escaramuças foram com o governo de Banzer, em uma combinação de luta pela terra e em defesa da folha de coca. Mas essas lutas, a partir de 2000, foram em franco crescimento. Em setembro desse mesmo ano foi realizado um grande bloqueio de estradas. O centro da mobilização, que paralisou o país por várias semanas, foram os produtores de folha de coca do Trópico de Cochabamba. O governo Banzer esteve a ponto de cair. Novamente, com a presença de setores do movimento operário, teve início a luta em abril de 2001. Uma marcha chegou até a cidade de La Paz, e deixou o governo novamente suspenso no ar. Os setores operários responderam com fortes lutas. Mas a

crise de direção política das massas camponesas impediu que se tomasse o poder.

Os camponeses cocaleiros bolivianos, que contribuíram de forma decisiva para debilitar os governos neoliberais que destruíram o país, estiveram a ponto de conformar um instrumento político, concorrendo nas eleições nacionais e de governadores. Têm um controle absoluto do Trópico de Cochabamba, e influem em grandes setores do movimento camponês. Recentemente, o líder cocaleiro Evo Morales chegou ao segundo turno nas eleições presidenciais.

Preços da folha de coca na Bolívia impedem a erradicação

Na Bolívia se produz a folha de coca desde épocas pré-coloniais. A demanda por esse produto estimula uma poderosa migração urbano-rural e rural-rural a zonas semi-tropicais de Cochabamba e as cercanias de La Paz. Soma-se a isso o tremendo desemprego que vivem os trabalhadores bolivianos. Em 1985 foram demitidos 32 mil mineiros, 18 mil operários, 2 mil bancários e milhares de servidores públicos. Cerca de 100 mil famílias vivem diretamente da produção, transporte e comercialização da folha de coca.

As políticas do “desenvolvimento alternativo” fracassaram. O imperialismo não deixa o país se desenvolver, e põe como cortina de fumaça os planos de substituição dos cultivos de coca por outros. Não existe um cultivo que tenha a rentabilidade da folha de coca. E apesar do tremendo risco que representa a produção da folha de coca, milhares de camponeses continuam produzindo, estimulados pelo preço e escapando do desemprego aberto, que no país superou os 12%.

Pelo menos quanto aos preços da matéria prima, a coca, na Bolívia, o quadro V confirma a hipótese de que entre 1995 e 1999 a produção caiu de 90 mil para 23 mil toneladas métricas anuais. Por exemplo, o dado mais significativo foi a queda em 1999, quando caiu 57%. No entanto, nesse mesmo período, o incremento de preços foi de 104%, fazendo com que a redução em termos de valor bruto da produção seja de apenas 11%.

A legalização das drogas

Amplios setores da burguesia imperialista e da burguesia dos países produtores estão a favor de manter a proibição, penalizar cada vez mais duro a produção, e distribuição, impor a sangue e fogo aos camponeses a substituição de cultivos e aproveitar, de passagem, a existência do tráfico de drogas para que os exércitos nacionais, a DEA, a CIA, o FBI e o exército americano reprimam os movimentos guerrilheiros, camponeses e as lutas urbanas contra os «governos democráticos».

Mas também existem, dentro de suas fileiras, setores que consideram a repressão um meio ineficaz para erradicar o problema e se pronunciam pela legalização ou uma tolerância tácita. É o que defende, por exemplo, Milton Friedman, pai do liberalismo contemporâneo.

Mas à luz do exame da crise crônica da economia capitalista, esta proibição sempre se impôs, porque nisso jogam a vida. Muitos setores capitalistas estimularam a proibição porque ela estimula seus lucros. Os preconceitos sobre a vida dos produtores de coca, a violência contra os povos, a recolonização desatada pelos EUA estão apoiados nessa proibição.

A crise capitalista está empurrando para uma maior recolonização, violência, corrupção perda de soberania nacional de países capitalistas atrasados onde ela se dá. Não podemos cair na armadilha dos aparatos de propaganda do imperialismo, de que estamos diante do desafio de «cuidar da saúde pública dos jovens». O que eles cuidam, com a proibição, é sua própria saúde, ou melhor, querem evitar o enfarte que os ameaça permanentemente, às custas do sacrifício de milhões de seres humanos no planeta.

As causas da drogadição têm raízes profundas nas formas descompostas que adquiriu o sistema capitalista. A legalização não implica estar de acordo com o consumo de drogas, sejam elas legais ou ilegais. Foi o canal utilizado pelo capitalismo para submeter a povos inteiros em seu afã de conquista colonizadora. O álcool e a Bíblia foram habilmente utilizados na conquista espanhola e portuguesa de nosso continente e atualmente as intenções recolonizadoras do império encontraram a justificativa ideal para intervir militarmente em países produtores das matérias primas, no caso de América do Sul, Colômbia, Peru e Bolívia. O esforço para acabar com esse negócio não está em consonância com os êxitos na luta nos países consumidores. É o que demonstram a luta contra o terrorismo, a reunião de militares das Américas, a atuação da DEA e do FBI, as intervenções cada vez mais abertas nas polícias do continente e os pedidos de extradição. 🌐



OS TRABALHADORES DO ESTADO E A TEORIA MARXISTA DAS CLASSES SOCIAIS

OLMEDO BELUCHE

Sociólogo e dirigente do PST(UIT-QI) do Panamá

Há décadas instalou-se no seio do marxismo um debate sobre o que devemos entender por classe operária. Os céticos, ante as possibilidades revolucionárias do proletariado, limitam o alcance numérico desta aos trabalhadores da indústria e consideram o restante dos assalariados parte das “camadas médias”. Quem pensa assim sugere que, dado o número reduzido dos operários em relação ao conjunto da população, fica difícil uma revolução social encabeçada por eles.

A partir dos anos noventa, alguns têm decretado a “morte do sujeito social” da revolução socialista, argumentando que o neoliberalismo implicou a destruição de muitas conquistas sociais dos trabalhadores e o avanço da “nova economia” limitou ainda mais, tanto qualitativa como quantitativamente, esta classe.

Opinamos o contrário. O capitalismo mundial continua o processo de proletarianização crescente da sociedade, analisado por Karl Marx, e, que como ele mesmo afirmou, os limites da classe revolucionária de hoje não se encontram entre os produtores diretos de mercadorias. Claro, não se trata de uma classe homogênea; ela tem sua estratificação, seus setores, como todas as classes.

O conceito de trabalho assalariado

Antes de estabelecer uma distinção entre os diferentes setores dos trabalhadores assalariados, o correto metodologicamente é assinalar que a contradição fundamental do modo de produção capitalista é capital versus trabalho assalariado.

“São duas características que distinguem desde o primeiro momento o modo capitalista de produção. Primeiro: este regime cria seus produtos com o caráter de mercadorias. Nele, ser mercadoria constitui um caráter predominante e determinante de seus produtos. Implica, em primeiro lugar, o fato de que nele o próprio operário só aparece como um vendedor de mercadorias e, portanto, como operário assalariado livre com caráter geral. A segunda característica, assinalada por Marx, é a produção de mais-valia como finalidade direta e móvel determinante da produção”¹

De acordo com o Capítulo VI (inédito) de O Capital, “quem possui a capacidade de trabalho enfrenta-se com o capitalista como vendedor

dessa capacidade. Como vendedor direto de trabalho vivo, não de uma mercadoria, é um trabalhador assalariado. Esta é a primeira premissa”.²

A característica essencial do regime capitalista de produção é que os produtores diretos não possuem os meios de produção e são obrigados a vender sua força de trabalho para poder sobreviver. Daí que o trabalho assalariado é uma premissa do capitalismo, inclusive antes de distinguir entre o tipo de trabalho que produz mais-valia e que não produz.

“Pode ocorrer que esteja presente a primeira condição sem que esteja a segunda. Um trabalhador pode ser assalariado, horista etc. Ocorre isto toda vez que falta o segundo elemento. Todo trabalhador produtivo é um assalariado, mas nem todo assalariado é um trabalhador produtivo”.³

Marx, mais adiante, agrega: “Já vimos que é tendência constante e lei de desenvolvimento do modo capitalista de produção estabelecer um divórcio cada vez mais profundo entre os meios de produção dispersos em grupos cada vez maiores, isto é, a conversão do trabalho em trabalho assalariado e os meios de produção em capital”.⁴

Marx tampouco distingue entre operários produtivos e improdutivos quando define esta classe: “Os proprietários da força de trabalho, os proprietários do capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de ingresso são o salário, o lucro e a renda do solo, isto é, os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produção”.⁵

Na nota de pé da página do Manifesto Comunista, escrita por F. Engels para a edição inglesa de 1888, lemos: “Por burguesia compreende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado. Por proletários, aqueles privados dos meios de produção próprios, que se vêem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir”.⁶

Para Marx, portanto, os proprietários que só têm como propriedade sua força de traba-

lho, que se vêem obrigados a vendê-la a troco de um salário, constituem uma classe social denominada proletariado.

Os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo

Marx é suficientemente claro quando define o conceito de trabalho produtivo em Teorias sobre a Mais-valia: “O trabalho produtivo, em seu significado para a produção capitalista, é trabalho assalariado que, trocado pela parte variável do capital (a parte do capital que se destina a salários), reproduz não só esta porção do capital (ou o valor de sua própria força de trabalho), mas que, ademais, produz mais-valia para o capitalista. Só desta maneira a mercadoria ou o dinheiro se converte em capital. Por conseguinte, só é produtiva a força de trabalho que cria um valor maior que o seu próprio”.⁷

Entendemos que o problema colocado é o seguinte: pode estabelecer-se uma diferenciação de classe entre assalariados produtivos e não-produtivos no regime capitalista de produção? Em que contexto se fala de trabalho produtivo e improdutivo?

Antes de responder, é pertinente tomar em conta que a definição anterior é específica para o modo de produção capitalista, e que há em Marx uma definição mais geral de trabalho produtivo, válida para qualquer modo de produção. No Tomo I de O Capital ele começa por descrever os processos de trabalho e os elementos que os compõem (o objeto do trabalho, os meios de trabalho e o trabalho mesmo), tudo isso “sem fixar-se na sua formação social concreta”.

O importante é que todo trabalho é produtivo com relação aos meios de produção, porque o trabalho é o verdadeiro criador de novos valores de uso com sua ação modificadora sobre a natureza. Tem sido a ação da força de trabalho, o trabalho mesmo, que tem cumprido o papel determinante em contraposição ao papel passivo dos meios de produção.

É comum um tipo de erro no qual o conceito de trabalho produtivo identifica-se com o caráter material do produto. Acredita-se que so-

mente se o produto do trabalho é um objeto corpóreo tenha sido realizado por um trabalho produtivo; ao contrário, se é imaterial, é um trabalho improdutivo. Esta concepção fetichista tem três variantes assinaladas por Marx:

“1. A concepção fetichista, peculiar ao modo de produção capitalista e derivada da essência do mesmo, segundo a qual as determinações formais econômicas tais como mercadoria, trabalho produtivo etc., constituem uma qualidade inerente em e para si aos depositários materiais destas determinações formais ou categorias.

2. Que se considera em quanto tal o processo laboral, só é produtivo o trabalho que desemboca em um produto (produto material, já que aqui se trata unicamente da riqueza material).

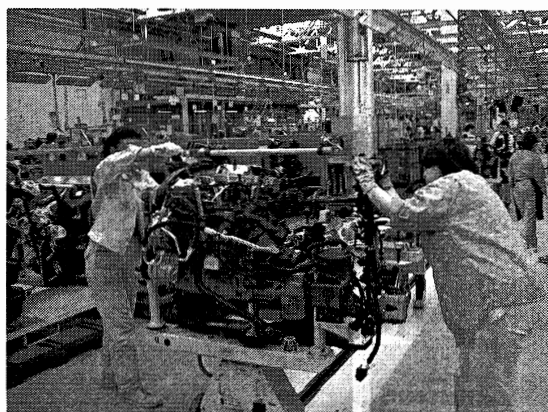
3. Que no processo real da produção – considerando seus verdadeiros elementos – com relação à formação da riqueza, existe uma grande diferença entre o trabalho que se manifesta em artigos reprodutivos e o que o faz em meros artigos de luxo”.⁸

Estas concepções fetichistas cometem o erro de colocar como elemento qualitativo e determinante o produto do trabalho, quando o que está buscando Marx, com a definição de trabalho produtivo no capitalismo, é assinalar a especificidade que o trabalho produtivo adquire neste modo de produção, a saber: a extração de mais-valia. A extração de mais-valia define um tipo específico de relação social na qual uma classe possuidora dos meios de produção explora outra, despossuída dos mesmos.

Marx sustenta que uma das mais importantes contribuições de A. Smith foi a de definir o trabalho produtivo como o que se troca diretamente por capital: “Isto também estabelece de modo absoluto o que é o trabalho improdutivo. É o que não se troca por capital, mas diretamente por renda, isto é, por salários ou lucro. Portanto, estas definições não derivam das características materiais do trabalho (nem da natureza de seu produto, nem do caráter especial do trabalho concreto), mas da forma social definida, as relações sociais de produtor em que se realiza o trabalho”.⁹

Depois explica que um palhaço ou um ator são produtivos se trabalham para um capitalista “a quem devolvem mais trabalho do que recebem dele em forma de salários”; em contrapartida, o alfaiate que vai à casa do capitalista para remendar uma calça e simplesmente produz um valor de uso, seu trabalho é consumido como renda: “o trabalho produtivo e improdutivo se concebem do ponto de vista do possuidor do dinheiro, do ponto de vista do capitalista”.¹⁰

No caso do trabalho comprado contra renda é improdutivo para o comprador do dito “serviço”, pois desde seu ponto de vista, esse serviço só lhe interessa como um valor de uso; no entanto, para quem vende esse serviço representa, além do valor de uso, uma mercadoria. “Para o produtor desses serviços, os serviços prestados são mercadorias. Tem um valor de uso definido (imaginário ou real), e um valor de tro-



ca definido. Mas para o comprador, esses serviços não são mais que valores de uso”.¹¹

Marx estende essa caracterização também ao conjunto dos trabalhadores que, trabalhando no mesmo processo produtivo, suas funções não têm a ver diretamente com a elaboração da matéria prima (como os vigilantes, engenheiros etc.), já que a mercadoria é um produto comum a todos eles, ainda que tenham cumprido papéis diferentes no processo produtivo. Marx considera esses assalariados não só como parte da mesma classe operária, mas como trabalhadores produtivos. “Para ser produtivo ... basta ser um órgão do trabalho coletivo”.¹²

O proletariado comercial e o trabalho produtivo

Para Marx, o operário comercial é um operário assalariado como outro qualquer. Em primeiro lugar, porque seu trabalho é comprado pelo capital variável do comerciante e não pelo dinheiro gasto como renda, o que quer dizer que não se compra simplesmente para o serviço privado de quem o adquire, mas com fins de valorização do capital desembolsado. Em segundo lugar, porque o valor de sua força de trabalho e, portanto, seu salário, está determinado, da mesma forma que nos demais operários assalariados, pelo custo da produção de sua força de trabalho específica e não pelo produto de seu trabalho.

“No entanto, entre ele e os operários empregados diretamente pelo capital industrial tem de mediar a mesma diferença entre o capital industrial e o comercial e a que existe, portanto, entre o capitalista industrial e o comerciante. O comerciante, como agente da circulação, não produz mais-valia (...), razão pela qual tampouco os operários mercantis dedicados por ele às mesmas funções, podem criar diretamente mais-valia para ele”.¹³

Marx não trata os trabalhadores do comércio como uma classe à parte dos operários industriais; muito pelo contrário, denomina-os “operários mercantis”, reiterando que formam parte da mesma classe social que os vinculados

à fase produtiva. Diz ainda que entre uns e outros existe “a mesma diferença” que entre o capitalista industrial e um comerciante; ambos pertencem à mesma classe, mesmo cumprindo um papel diverso no processo produtivo.

Outra nota importante sobre os empregados do comércio, que foi assinalada por Osvaldo Garmendia, é que “estes trabalhadores realizam mais-trabalho para o capitalista, ainda que este trabalho não se materialize em mais-valia”. Garmendia une esta conclusão particular com a característica geral do modo capitalista de produção, que já assinalamos: a exploração do trabalho assalariado. “Esta apropriação de mais-trabalho, diz, pode dar-se pela apropriação de mais-valia pelo operário produtivo ou pode haver mais trabalho entregue gratuitamente pelo operário ao capitalista, que não se objetiva em mais-valia, mas permite ao capitalismo realizá-la e, assim, reduzir os gastos falsos (*faux-frais*), como dizia Marx”.¹⁴

Marx conclui: “O operário comercial não produz diretamente mais-valia. Mas o preço de seu trabalho é determinado pelo valor de sua força de trabalho, isto é, por seu custo de produção, enquanto que o exercício dessa força de trabalho, como uma tensão que é dela, um desdobramento e desgaste da força de trabalho mesma, não se acha limitada, nem muito menos, como se acha limitado nenhum operário assalariado, pelo valor de sua força de trabalho. Por isso, seu salário não guarda uma relação necessária com a massa de lucros que ajuda o capitalista a realizar. O que custa ao capitalista e o que resta dela são duas magnitudes distintas. Este operário assalariado não rende ao capitalista criando diretamente mais-valia, mas ajudando-o a reduzir os gastos de realização da mais-valia, realizando o trabalho não-redistribuído, necessário para isto”.¹⁵

Agora veremos o problema teórico colocado por C. Colliot-Thelene. Segundo as definições anteriores: como classificamos os assalariados dos bancos e do comércio? Produtivos? Para sê-lo, segundo a definição marxista, deveriam criar mais-valia. Mas os empregados bancários e comerciários não produzem mais-valia;

simplesmente ajudam o capital comercial e financeiro a realizar a mais-valia, que foi criada no momento anterior à reprodução do capital, ou seja, na produção de mercadorias.

Improdutivos? Tampouco, pois segundo vimos, o trabalho improdutivo é o que se troca por dinheiro – renda. E, no entanto, os trabalhadores do comércio e dos bancos são pagos pela parte variável destes capitais. Já vimos que em O Capital, falando das características dos empregados do comércio, se diz que “seu trabalho é comprado pelo capital variável do comerciante e não pelo dinheiro gasto como renda”.¹⁶

O problema consiste em que nos textos de Marx, o trabalho produtivo se insere no estudo do momento da produção capitalista, e este conceito é transportado para o lugar onde ainda não se aborda as “funções assumidas pelos diferentes capitais”.

As passagens em que Marx se refere ao trabalho produtivo e improdutivo, além do Tomo I de O Capital, estão em Teorias sobre a Mais-valia. De acordo com o plano original de 1863, os problemas referentes a “Teorias sobre mais-valia” e “Teorias sobre o trabalho produtivo e improdutivo” apareceriam como os pontos 8 e 9, respectivamente, de O Capital. Mas estes pontos teóricos “sobre a mais-valia” ficaram relegados a um projeto de livro IV em que se abordaria a crítica das principais teorias econômicas em sua maneira de analisar este problema.

Tanto as partes do Tomo I de O Capital, como Teorias sobre a Mais-valia, o capítulo inédito, tratam o problema do trabalho produtivo e improdutivo da órbita do capital produtivo. Marx não aborda aqui o problema do capital -mercadoria (circulação), autonomamente, como um capital particular, mas como uma fase da reprodução do capital, necessária, e “solidária” com a fase de produção de capital.

Segundo Colliot-Thelene: “Trata-se, para Marx, de avaliar qual a fração da totalidade do trabalho social, isto é, do trabalho empregado pelo capital do conjunto da sociedade, contribui à extensão do processo de acumulação global: dito de outra forma, qual fração é consumida de forma improdutiva, isto é, dedicada às operações necessárias da reprodução do capital social, mas que reduzem o tempo dedicado à produção da riqueza efetiva: os valores de uso, suportes do valor e, portanto, da mais-valia”.¹⁷

Marx diz: “Aqui estamos tratando só do capital produtivo, isto é, capital empregado no processo de produção direto. Mais tarde passaremos ao capital no processo de circulação. E só depois disto, ao considerar a forma especial que adota o capital como capital comercial, pode se responder à pergunta da medida em que os trabalhadores empregados pelo ele são produtivos e improdutivos”.¹⁸

Nada autoriza, pois, a interpretar que os assalariados, vinculados na fase de “circulação” do capital (neste caso, bancários e comerciários), pertençam a uma classe social distinta dos vinculados à fase de produção (operários industriais, digamos). Ambos os setores de assalariados pertencem a uma mesma classe, tal como o capitalista dedicado ao comércio, aos bancos ou à indústria, pertence à sua.

“Na produção de mercadorias, a circulação é tão necessária como a própria produção, e os agentes da circulação necessários, por conseguinte, como os da produção. O processo de reprodução engloba ambas as funções do capital”.¹⁹

No entanto, é necessário assinalar que outros autores da mesma corrente de opinião de Catherine Colliot-Thelene, preferem classificar os empregados do comércio, bancários e do Estado diretamente como improdutivos, sobre a base do



critério de que não produzem mais-valia. Mas estes autores, como Ernest Mandel e Ian Gough, coincidem com Colliot-Thelene em que esta diferença não basta para considerar a ambos setores de assalariados como classes distintas.

Os setores sociais intermediários e as formas de trabalho no processo de proletarização

O estudo da realidade concreta demonstra que o modo de produção “especificamente” capitalista nunca se apresenta em sua forma pura; nós o encontramos combinado com restos de formas de produção anteriores e com formas “transitórias” (formalmente assimiladas), que o capital subordina e hegemoniza por intermédio das leis que reinam graças à generalização da produção mercantil e a divisão do trabalho.

Formas precedentes de trabalho no processo de assimilação crescente

Sob o regime capitalista de produção subsistem certas partes da produção de mercadorias onde a relação capital-trabalho assalariado não existe. Trabalhos (ou formas de trabalho) que não são nem sequer assimiladas formalmente no capital e, ainda que são formas que jogam um papel secundário no marco da hegemonia das relações capitalistas, “seguem executando de uma maneira própria de modos de produção precedentes”.²⁰

O melhor exemplo destas formas de trabalho é a pequena produção camponesa, artesanal e os chamados feirantes urbanos. Estes são submetidos ao controle e exploração do capital, sob a forma de empréstimos ou quando o capital comercial faz pedidos a uma série de produtores diretos, reúne seus produtos e os vende”. Em ambos os casos, os lucros que o capital extrai desta relação chamam-se juros ou lucro comercial; não são mais que outras formas de mais-valia.

Em que pese a exploração a que são submetidos estes produtores diretos pelo capital, não

se estabelece relação capital-trabalho assalariado; não se trata de uma relação capitalista, nem formal nem realmente assimilada. A relação que estes produtores estabelecem com o capital se inscreve no intercâmbio do produto de seu trabalho por dinheiro, e não de sua força de trabalho, já que ainda são donos de seus meios de produção e determinam suas próprias condições de trabalho.

Segundo Marx, sofrem uma assimilação “ideal” pelo modo de produção capitalista, pois “... seus próprios meios de produção se colocam em sua imaginação como capital. Em sua condição de capitalista de si mesmo, se auto-emprega como assalariado”.²¹

O problema destas formas precedentes é a de precisar como são subordinadas pelo capital.

Há duas vertentes: “para alguns autores – Guillermo Foladori – o camponês subordina-se indiretamente ao capital”, pois “... não se deu o processo de proletarização que é prévio a toda assimilação formal”. Para outros, como Roger Bartra, “... o trabalho camponês pode ser subordinado formalmente ao capital na medida em que ... o camponês não controle seu processo de produção e que, além disso, não é dono da venda de seus produtos”.²²

As formas transitórias de trabalho

Denominamos formas transitórias de trabalho às que parecem estar a meio caminho entre os modos de produção precedentes e o regime propriamente capitalista. São tipos de trabalho que “desde o ponto de vista da forma apenas se incluem no capital pertencem às formas transitórias”.²³ Têm a particularidade de estarem muito vinculados a um conhecimento ou habilidade de quem o realiza. Aqui todavia o fruto (produto) do trabalho não está de todo alienado daquele que o realizou; ainda é trabalho concreto para quem o produz. Ainda não se manifesta nele a inclusão real pelo capital, no sentido de que “... não só conceitual, mas efetivamente ... seu trabalho se apresenta ao operário não só como algo alheio, mas hostil, antagônico, e como algo objetivado e personificado no capital”.²⁴



Isto lhe permite oscilar entre um pequeno burguês, intercambiando seu produto por dinheiro e continuar sendo dono das condições de seu trabalho ou passar a ser um assalariado. Pertencem a estas formas intermediárias as profissões “liberais” (advogados, médicos, etc.), o trabalho artesanal e artístico e os trabalhos que representam a prestação de alguns serviços. Estas “formas transitórias” podem estar à margem de uma relação estritamente capitalista ou realmente incluídas no capital. Servem a Marx para clarificar seu conceito de trabalho produtivo quando assinala que trabalhos de “idêntico conteúdo” podem ser produtivos ou improdutivos, tudo depende de que se “valorizam o capital”, se criam mais-valia.

“Milton, que escreveu *O Paraíso Perdido*, era um trabalhador improdutivo. Pelo contrário, o escritor que escreve como se fosse uma fábrica para seu livreiro, é um trabalhador produtivo. Milton produziu o *Paradise Lost* tal qual um bicho-da-seda produz seda, como uma manifestação de sua natureza. Mais adiante vendeu o produto por 5 libras e desta maneira se converteu em comerciante. Mas o literato proletário de Leipzig, que produz livros por encomenda de seu livreiro, está perto de ser um trabalhador produtivo, porque sua produção está incluída no capital e não se faz senão para valorizá-lo”.²⁵

Da mesma forma, o mestre “que ensina outro” não é produtivo, mas se é contratado “para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que comercializa conhecimento, é um trabalhador produtivo”. Tudo depende em que relação está. Mais adiante, precisa duas variantes destas formas transitórias, as quais vincula à “produção não-material”, ainda que reconheça que produzem mercadorias com vistas ao intercâmbio.

1. Trabalho que produz mercadorias que existem “separadamente do produto” (livros, quadros etc) “todos os produtos artísticos que existem separadamente da atividade artística de seu criador”, sempre e quando não contratem “oficiais” (ajudantes), costumam trabalhar para um capital comercial. Portanto, devem ser considerados como “uma relação que constitui tão-somente uma forma de transição até o modo de produção só formalmente capitalista”.

2. Aqueles casos em que o “produto não é separável do ato da produção. Também aqui o modo capitalista de produção só tem lugar de maneira limitada, e não pode tê-lo, conforme a natureza da coisa, senão em algumas esferas (“Preciso de um médico e não de seu preposto”).²⁶

Ao final da citação anterior, e na página 85 do Capítulo VI, quando fala destas formas transitórias, Marx passa a desprezá-las porque “constituem magnitudes insignificantes se as compararmos com a massa da produção capitalista”. O problema é que no século XX deu-se um desenvolvimento enorme deste tipo de trabalho que emprega já não só milhões de assalariados, mas que constituem uma importante porcentagem da produção capitalista global.

Tem-se experimentado no conjunto do sistema capitalista mundial, desde os tempos de Marx até hoje, uma proletarização ou maior assimilação destas formas transitórias. Como disse Garmendia: “Acreditamos que não há dúvidas de que estes trabalhadores produtivos hoje estão mais e mais assimilados ao capital, não só formalmente, mas também realmente. As relações capitalistas tem-se estendido ao ponto de ditar as condições de trabalho de milhões de professores, enfermeiros e trabalhadores da saúde e também dos médicos, ainda que estes

pertençam a formas transitórias enquanto assalariados sob relação capitalista, assimilados “apenas formalmente” ao capital”.²⁷

O pessoal intermediário das empresas:

Podemos comprovar que Marx considera membros de uma mesma classe tanto os assalariados empregados diretamente na produção, como os vinculados à esfera da circulação do capital, e que uma série de trabalhos (artísticos, profissionais liberais etc.) estão em um processo crescente de assimilação pelo capital, em uma dinâmica de proletarização dos que o executam. Mas disto não se pode inferir que todo assalariado, pelo mero fato de sê-lo, é um membro da classe operária.

Há uma gama de empregados, cujas funções no interior de qualquer empresa têm um caráter aparentemente contraditório, exercendo um trabalho produtivo que os aproxima da classe operária, ao mesmo tempo representam o capital no interior do processo produtivo, pois lhes cabe executar diretamente as medidas de exploração (controle, planificação etc.) contra os trabalhadores em nome do capital. Nela podemos incluir os capatazes, supervisores, chefes, gerentes etc.

“Estes setores cumprem uma função em parte produtiva, enquanto suas funções derivam das necessidades do próprio processo de produção, em toda sociedade será necessário coordenar o processo produtivo. Mas além disso, cumprem uma função de vigilância e controle, de exploração da classe operária e, na medida em que a exercem, se opõem à classe operária.”²⁸

Para Garmendia, neste caso justifica-se a qualificação de “moderna classe média”, pois o trabalho destes setores não se encontra de todo assimilado pelo capital, e um grande setor deste pessoal intermediário não só é pago pelo valor de sua força de trabalho, mas também pode receber parte da mais-valia produzida pelos operários. Neste sentido, justifica-se o termo classe média. moderna, porque “são produto do capitalismo, diferentemente da antiga pequena bur-

guesia que tende a ser varrida pelo desenvolvimento capitalista”.²⁹

Dois setores se destacam entre o pessoal intermediário: por um lado, os gerentes, que, sendo os de mais alta hierarquia na empresa, representam diretamente o capital, pois seus interesses coincidem plenamente com ele; por outro, o setor inferior dos capatazes e supervisores, que, ao realizar, em parte, uma função produtiva de mais-valia, os leva a oscilar entre os interesses do capital, com os que em geral se choça, e os do restante dos trabalhadores.

O servidores públicos e a estrutura social

Chegamos ao objetivo central de nossa investigação: os servidores públicos estatais. Obviamente em Marx não acharemos resposta direta e categórica à nossa pergunta central (qual é o caráter de classe dos servidores públicos?) pois se assim fosse, não haveria uma polêmica que tem consumido não poucas páginas. Utilizemos, para começar, o método dedutivo, comparando as características definidas por Marx para a classe operária em geral e ver se os empregados públicos enquadram-se nelas.

1. Sua relação com os meios e instrumentos de trabalho: os servidores públicos, como o restante dos assalariados, e para sê-lo, se encontram despossuídos de seus meios e instrumentos de trabalho. Não são donos dos meios nem do produto dos mesmos.

2. Estão obrigados a vender sua força de trabalho: como o restante da classe operária, ao não serem donos dos meios de produção, a relação em que se encontram no mercado é a de vendedores de sua força de trabalho. Recordemos que, se fossem donos dos meios de produção e do produto de seu trabalho, a relação em que os encontraríamos no mercado seria a de vendedores de um produto, o que indicaria, então, pertencerem à pequena burguesia. Mas os servidores públicos possuem unicamente, como qualquer operário, a capacidade de trabalhar (força de trabalho), e a oferecem em troca de um salário. Tão óbvia é esta relação que os trabalhadores estatais

passam ao setor privado e os trabalhadores privados passam ao setor público sem que mudem suas formas gerais de trabalho.

3. Não determinam as condições e ritmos de seu trabalho: esta característica se infere das anteriores, pois ao não serem dono dos meios de produção, e fazê-lo “para outro” (Estado), também suas condições de trabalho e os ritmos do mesmo são impostos como algo “alheio” a esses empregados públicos. Eles, como os trabalhadores de escritório da indústria privada, viveram no século XX um processo acelerado de divisão técnica do trabalho, o que aumentou a intensidade do mesmo, marcando um nível de assimilação (indireta) às condições de produção imposta pelo capital.

4. Em que relação os servidores públicos se encontram com o capital? Eles se enquadram perfeitamente na seguinte citação de Marx (tomo III), que já vimos, referida aos empregados do setor comercial: “O operário comercial não produz diretamente mais-valia. Mas o preço de seu trabalho determina-se pelo valor de sua força de trabalho, isto é, por seu custo de produção, enquanto que o exercício desta força de trabalho, como uma tensão que é dela, como uma liberação e um desgaste da força de trabalho mesma, não se acha limitada, nem muito menos, como não se acha limitada em nenhum operário assalariado, pelo valor de sua força de trabalho”.³⁰

Ao empregado comercial, como ao público, o salário é pago de acordo com o preço de sua força de trabalho, determinado pelo custo de sua produção. E isto não impede que trabalhe muito mais do que o tempo necessário (que é pago como valor da força de trabalho) produzindo um sobreproduto.

Entrega mais do que recebe, o que é o mesmo, se paga pelo produto de seu trabalho. Este sobre-trabalho não se materializa em mais-valia, porque seu produto não está destinado ao mercado, não é mercadoria (exceção feita às indústrias estatais), mas é um serviço prestado pelo Estado para garantir as condições gerais do funcionamento da sociedade capitalista.

O docente assalariado pelo Estado, ao trabalhar por mais tempo do que o requerido para pagar o custo de sua força de trabalho, não está produzindo uma mercadoria que possa ser “capitalizada” neste mercado. Mas seu trabalho não deixa de ser essencial para o capitalismo, pois ele consiste em criar futuros assalariados com uma capacitação mínima para desempenhar distintos trabalhos. Quanto mais assalariados capacite em menos tempo, na mesma proporção barateia o custo desta futura força de trabalho. Então, a posteriori, reside o “lucro” que o capital extrai do docente público.

Para o caso das empresas estatais cujos produtos vão ao mercado, ocorre uma situação contraditória. O sobre-produto de seu trabalho se converte em mercadoria e, portanto, em mais valor a ser trocado.

O beneficiário imediato deste sobre-trabalho não é diretamente o capital privado, mas as finanças da empresa e do Estado. Mas há que assinalar que as empresas estatais desenvolvem-se em área necessárias para o funcio-



namento social, mas de baixa rentabilidade ou alto risco. Por isso, o capital privado descarta intervir de forma direta em sua exploração, preferindo que o Estado os brinde com os benefícios obtidos pelo capital de forma indireta, pois obtendo-se a baixo custo, os incorpora a seu processo produtivo e os transfere ao produto final que sai de suas empresas, Ou seja, aumentam os lucros capitalistas reduzindo o custo de financiamento.

No Tomo II dos Grundrisse, falando do papel do Estado na relação das condições gerais da produção, Marx assinala: “Pode fazer trabalho ou investimentos que sejam necessários, sem serem produtivos no sentido do capital, isto é, sem que o sobre-trabalho contido neles se realize como mais-valor por meio da circulação, do intercâmbio”.³¹

Imediatamente, dá o exemplo do caso do operário estatal que constrói uma estrada, na qual deixou modelado seu sobre-trabalho, mas que não se pode vender. Este, sem dúvida, é o caso da maioria dos servidores públicos que trabalham na administração do Estado e nos serviços prestados por este, os quais, sendo pagos pelo custo de sua força de trabalho, deixam um sobre-trabalho não retribuído, mas que não se pode concretizar em mais-valia, já que não se troca no mercado.

Em outras palavras, os empregados públicos não são pagos com o capital variável, mas com o rendimento (impostos). “Por conseguinte, todas as condições gerais, coletivas da produção – enquanto não possa ocorrer sua criação pelo capital enquanto tal, sob suas condições – se cobrem com uma parte do rendimento nacional, do erário público, e os operários não se apresentam como trabalhadores produtivos, ainda que aumentem a força produtiva do capital”.³²

O empregado público ou estatal, “mesmo sendo um assalariado livre como outro qualquer, do ponto de vista econômico está, no entanto, em outra relação, se não de capital, enquanto capital”.³³ Ao não produzir mais-valia, ainda que seu trabalho seja necessário para o funcionamento do sistema, o servidor público não é produti-

vo “no sentido do capital”, ele se acha “em outra relação” com o capital, ajuda a produzir as condições gerais da produção, aumentando a força produtiva do capital. 🌐

Notas

1 Marx, Carlos. El Capital, Tomo III, Edit. Pueblo y Educación, la Habana, Cuba, 1983. Pág. 883.

2 Marx, Carlos. El Capital, Libro I, Capítulo VI (Inédito). Edit. Siglo XXI, México, 1984 p. 80.

3 Ibidem, p.80.

4 Marx, Carlos. El Capital, Tomo III, op.cit.p. 888.

5 Loc. Cit. P. 888.

6 Marx, Carlos y Federico Engels. Manifiesto del Partido Comunista. Ediciones en Lenguas Extranjera, Pekín, 1975, Pág. 32.

7 Marx, Carlos. Teorías sobre la plusvalía. Tomo I, II y III, Edit. Cartago, Buenos Aires.

8 Marx, Carlos. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857 – 1858. Tomos I, II y III, Edit. Siglo XXI, México, 1982.

9 Marx, Carlos. Teorías ..., ob.cit. p. 133.

10 Ibid, p. 134.

11 Loc. Cit.

12 Marx, Carlos. El Capital, libro I, capítulo II.

13 Marx, Carlos. El Capital, Tomo III, op.cit.p. 121.

14 Garmendia, Osvaldo. “La definición marxista de clase obrera”. Revista Correo Internacional N°24, octubre, 1986.

15 Marx, Carlos. El Capital, Tomo III, op.cit.p. 121 – 122.

16 Ibid, p. 314.

17 Colliot – Thelene, Catherine. Contribución de un análisis de las clases sociales. Uso y abuso de la noción de trabajo productivo. Revista Crítica de la Economía Política, Tomo 4, Edit., Fontamara, Barcelona, España, 1977. Pág. 95.

18 Marx, Carlos. Teorías sobre la plusvalía, ob.cit. p. 349.

19 Loc.cit.

20 Marx, Carlos, Capítulo VI, (Inédito), ob.cit.p.82.

21 Loc.cit.

22 Gandásegui, h.,Marco A. “Campesino: productor paupérrimo o reserva de trabajo”. Areas N° 52, Panamá, 1981.

23 Marx, Carlos, Capítulo VI (Inédito), ob.cit.p.82.

24 Ibidem, p. 60

25 Ibid., p. 89

26 Loc. Cit.

27 Garmendia, Op. Cit., p. 43

28 Ibid., p. 43

29 Ibid., p.45

30 Marx, Carlos. El Capital, Tomo III, op.cit.p. 121.

31 Marx, Carlos. Grundrisse... op.cit.p. 20.

32 Ibid., p. 24.

33 Loc. Cit.

A CONCEPÇÃO DE MARX SOBRE A FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA

VLADISLAV INOZEMTZEV
Cientista e economista russo (Moscou)

Ao abordar o problema do desenvolvimento da economia mercantil no marco da formação social e econômica é preciso analisar detalhadamente uma série de conceitos iniciais. Para isso, é necessário compreender, antes de tudo, a concepção de Marx sobre as formações sociais, que constitui a base metodológica central da investigação, e liberá-la das interpretações e estratificações do período soviético. Isto permitirá não só forjar uma noção mais ou menos adequada sobre as etapas do progresso da civilização humana, como elaborar uma terminologia no domínio da tipificação da produção mercantil que responda às questões colocadas, oferecer tanto uma definição geral deste tipo de economia, como de suas formas históricas separadamente.

Cabe assinalar que tanto o primeiro quanto o segundo grupo de problemas não foram suficientemente esclarecidos no período soviético. As obras de uma série de autores que tentaram restabelecer o enfoque próprio de Marx da teoria das formações sociais terminaram pouco conhecidas por um amplo círculo de leitores porque na sociologia soviética dominavam as doutrinas que apresentavam o progresso histórico como mudanças sucessivas de cinco formações “sócio-econômicas”. Os investigadores prestavam especial atenção a determinados modos de produção e sublinhavam objetivamente o carácter discricional, transitório, do desenvolvimento social. Oposto a este ponto de vista, o assim chamado método das civilizações, cuja maioria de adeptos renunciava aos princípios básicos da periodização sócio-econômica proposta pelos fundadores do marxismo, tampouco podia ser chamado instrumento de criação de uma teoria histórica adequada. Quanto aos últimos anos, no nosso pensamento sociológico, estes se distinguiram não tanto pela crítica dialética mas pela negativa global do marxismo e a aspiração de jogá-lo no esquecimento.

O mais importante hoje em dia é restituir à teoria marxista das formações sociais sua qualidade inicial e aproveitar todos os aspectos de dada concepção para compreender os problemas da tipificação da produção mercantil, revelar seus limites históricos, condições de desenvolvimento e progresso. Somente a restauração das bases terminológicas e metodológicas da teoria marxista das formações sociais em geral e da formação socio-econômica em particular pode constituir um digno fundamento para a investigação empreendida.

À diferença da interpretação teórica do processo de mudanças das formações sociais, a definição da economia mercantil como fenômeno econômico específico, ainda que tenha suma importância, não se reduz exclusivamente a restituir determinada doutrina teórica. O enfoque que oferecemos do problema encerra a tentativa de renunciar ao exame da produção mercantil, imperante na teoria marxista, em primeiro lugar, como um todo único, logicamente oposto à economia natural. A análise da produção mercantil no aspecto histórico, de fato, jamais chegou a empreender-se. A investigação de Marx sobre as formas do valor também constitui um exemplo de análise puramente teórica, efetuada para maior convicção dos argumentos a favor da teoria do valor criada pelos fundadores do marxismo. Entretanto, o defeito do enfoque histórico ao analisar o desenvolvimento da produção mercantil hoje em dia é bastante evidente.

Desta forma, a reconstrução teórica da teoria de Marx das formações sociais e a formulação dos enfoques metodológicos da história do desenvolvimento da produção mercantil, sua periodização, são as duas tarefas principais a que está dedicada a primeira parte da presente obra.

Teoria de Marx das formações sociais: bases metodológicas

Os fundadores do marxismo, ao criar sua própria teoria do progresso histórico, em grande parte se basearam nas obras e idéias de seus antecessores, muitos dos quais expuseram princípios bastante adequados de periodização da história humana. Das obras dos melhores representantes do positivismo – A. Smith, D. Hume, A. Ferguson, J. A. C. de Condorcet – Marx e Engels extraíram a idéia do determinismo econômico. O caráter dialético da filosofia hegeliana, ressaltada pelos fundadores do marxismo, juntando-se à qualidade transitória do progresso, sublinhada por muitos autores medievais e investigadores da Idade Moderna, levou à compreensão do seu caráter triádico, assinalado na concepção de Marx a respeito das formações sociais.

Por fim, as diferentes épocas de desenvolvimento dos sistemas econômicos, já destacadas antes por Marx em sua correspondente elaboração, tiveram reflexo em sua teoria dos modos de produção. Assim, os fundadores do marxismo, aproveitando as obras de seus antecessores, tomaram deles importantíssimos postulados de sua concepção, concernentes tanto à esfera da filosofia, como a esfera da teoria econômica. A tradição da herança filosófica une a doutrina de Marx e Engels com os grandes avanços dos pensadores das épocas precedentes.

Ao mesmo tempo, a concepção de Marx é original, em grau considerável. A dificuldade da sua compreensão reside em que Marx não expõe esta concepção em certa obra determinada ou em um ciclo de obras, e que todas suas observações se encontram dispersas por muitos escritos.

Ao analisar os trabalhos dos fundadores do marxismo, podemos destacar mais de uma dezena de conceitos com os quais designavam as etapas de progresso social. Sua maioria, compreendidos como “formação de produção social”, “tipo de sociedade econômico-histórico”, “época econômica de sistema social”, “período sócio-econômico”, “fases históricas da sociedade” e alguns outros que não têm importância substancial e não são básicos para a compreensão da terminologia de Marx. O conceito fundamental é o conceito “formação social” (“Gesellschaftsformation”). Termo que em doze de vinte e oito casos, é empregado por Marx e Engels como o adjetivo “econômica” (“Ökonomische Gesellschaftsformation”)¹.

Marx vinculava com o termo “Gesellschaftsformation” os princípios metodológicos da análise histórica. Este conceito no idioma alemão, no qual foi escrita a maioria das obras dos fundadores do marxismo, representa em si um substantivo composto e constitui deste modo uma unidade estrutural indivisível.

O conceito “formação social” foi introduzido por Marx em 1851 na obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Ao examinar os acontecimentos do período da Grande Revolução Francesa, assinalou que a passagem dos ideólogos da

burguesia de posições revolucionárias a contra-revolucionárias ocorreu quando a nova ordem passou a ser dominante, quando se constituiu a nova formação social². Aqui o conceito “formação social” se aplicou precisamente para designar o estágio de desenvolvimento social, ainda que, a nosso modo de ver, pode supor-se que em dito contexto seu emprego foi em grande parte, casual. O termo se perdeu entre outros parecidos que designavam diferentes estágios de desenvolvimento social, enquanto que o conceito “formação social-econômica”, que pode considerar-se noção complementar, apareceu muito mais tarde, em 1858.

Marx introduziu o termo “*Ökonomische Gesellschaftsformation*” em seu amplamente conhecido Prefácio à Crítica da Economia Política, limitando as esferas de aplicação deste conceito. No texto russo do Prefácio, o término “formação social” aparece três vezes. Um dos fragmentos, onde este conceito se menciona duas vezes, traduzido, aparece assim: “Nenhuma formação social (itálico meu –V.I.) desaparece antes de que se desenvolvam todas as forças produtivas, para as quais se oferece suficiente campo, e as novas relações de produção, mais elevadas, jamais aparecem antes de que amadureçam as condições materiais de sua existência no seio da velha sociedade”. O emprego do conceito “formação social” praticamente não se diferencia do aplicado em 1851 e não entra uma determinação cronológica rigorosa.

No entanto, no fragmento que vem depois, Marx supostamente utiliza duas vezes (!)o termo que nos interessa.

“A grosso modo –lemos na tradução– podemos designar os modos de produção asiático, antigo, feudal e moderno burguês como etapas progressistas de formação social-econômica... com a formação social burguesa (itálico meu –V.I.) conclui a pre-história da sociedade humana”³. Comparemos com o original: In grossen Umrissen können asiatische, antike, feudale und moderne bürgerliche. Produktionsweisen als progressive Epochen der ökonomischen Gesellschaftsformation (itálico meu – V.I.) bezeichnet werden... mit dieser Gesellschaftsformation schliesst daher die Vorgeschichte der menschlichen Gesellschaft ab.”⁴

A tradução não é exata. O autor dá entender claramente que existe uma época histórica, que constitui não uma simples “formação social” (“*Gesellschaftsformation*”), mas justamente uma “formação social-econômica”. Como se deduz a todas luzes do texto original, Marx supõe que com esta (mit dieser), quer dizer, a formação social-econômica, conclui a pré-história da sociedade humana. Por sua vez, os tradutores soviéticos, por considerações ideológicas, aplicaram artificialmente a palavra “dieser” ao conceito “modo de produção capitalista” e propuseram o termo “formação social burguesa”, de fato jamais utilizado nas obras dos fundadores do marxismo⁵.

De modo que aqui se encontram concentradas as tergiversações de sentido mais significativas que já tiveram as traduções das obras Marx.

Entretanto, como indicam as investigações de outros textos de Marx, ao empregar o termo “formação social”



preferia não dar uma definição precisa ao próprio termo nem às condições históricas que este designava. Podemos supor com fundamento que o termo “formação social” era utilizado para assinalar épocas históricas tão globais que em uma análise econômica direta praticamente não podia ser aplicado.

O conceito “formação social” é empregado amiúde por Marx ao analisar tais ou quais aspectos concretos de funcionamento da sociedade burguesa. Pode-se encontrá-lo em *O Capital* e nas *Teorias da Mais-valia*, sobretudo durante a polêmica com os oponentes. Por exemplo, no primeiro tomo de *O Capital*, onde ao examinar as características principais da consciência burguesa, critica a compreensão das leis do modo de produção capitalista como eternas e imutáveis. Marx escreve: “As fórmulas que levam a marca da pertinência a uma formação social na qual o processo de produção rege o homem em lugar de ser o homem quem rege o processo de produção parecem à consciência burguesa algo que se subentende”⁶. Aqui Marx, como em alguns outros casos, prefere um giro complexo ao conceito “formação capitalista”, não desejando atribuir à definição um caráter mais rigoroso.

No rascunho de *O Capital*, Marx deixa aos investigadores da sua obra o seguinte postulado: “...o trabalho é explorado pelo capital todavia antes de que este último se desenvolva em sua forma de capital produtivo e o próprio trabalho adquira forma de trabalho assalariado. Semelhante gênero de formas transitórias existem nas formações sociais precedentes ao modo de produção capitalista”⁷.

No terceiro tomo de *O Capital*, ao focar o problema do lucro capitalista, Marx critica a posição de um dos economistas políticos pela utilização errônea do termo “convencional” aplicado a fenômenos econômicos transitórios. Ele —escreve Marx— “...explica isso considerando o lucro apenas um fenômeno convencional (o que para ele significa pertencente a determinada formação social que subsiste e desaparece com ela)”⁸. E aqui Marx, se considerasse possível o emprego do termo “formação social burguesa” o havia feito, principalmente porque examinava

uma das características mais específicas do sistema de relações de produção do capitalismo.

Em *Teorias da Mais-valia*, Marx utilizou o conceito “formação social” só uma vez, ao analisar a interação das relações econômicas e políticas. Na polêmica com H. Storch, escreve: “Enquanto Storch examina a própria produção material não historicamente, senão que a examina como produção de bens materiais em geral e não como forma determinada, específica, em desenvolvimento histórico, dessa produção, priva-se a si mesmo da única base que permite compreender tanto as partes integrantes ideológicas da classe dominante, como a livre produção espiritual de dita formação social”⁹.

Marx usa o termo “formação”, ainda assim no contexto da investigação de certas leis da produção capitalista. Assim, na carta a Engels de 2 de abril de 1858, ele adverte para a necessidade de utilizar em tais casos uma série de premissas limitadoras: “Do enunciado da lei conforme a qual a quantidade de dinheiro em circulação está determinada pelos preços, não se infere que aqui se dão as premissas existentes em todas as formações sociais.”¹⁰.

Catorze anos depois, Engels assinala de passagem, a estreita relação existente entre quaisquer leis econômicas de determinada formação social. Na obra *Contribuição ao Problema da Moradia* constata: “...as leis econômicas que regulam a taxa de juros são tão independentes das leis que determinam a norma de mais-valia quanto isto é possível em geral para as leis de uma mesma formação social”¹¹.

Já assinalamos que o termo “formação social burguesa” era alheio a Marx, que ao examinar o período de desenvolvimento histórico da sociedade burguesa preferia utilizar outros conceitos para defini-lo. Exemplo clássico disso é a tese contida nas “*Teorias da mais-valia*”. Referindo-se às leis da sociedade capitalista, Marx ao concluir assinala: “...tal é a tendência de desenvolvimento na formação social onde predomina o modo de produção capitalista (itálico meu —V.I.)”¹².

Esse fragmento deixa absolutamente claro que o termo “formação social” no aspecto cronoló-

gico é mais amplo que o conceito “modo de produção”. Todavia veremos com mais detalhes a correlação entre os conceitos “formação social” e “modo de produção”, ainda que já agora podemos formular a seguinte afirmação bastante categórica: Marx, ao falar de formação social dava a este conceito tal sentido que não permite aplicá-lo adequadamente somente na investigação do modo de produção capitalista, pois não esgota toda a riqueza deste fenômeno.

A conclusão que extraímos se vê confirmada por todas as teses sem exceção encontradas nos trabalhos de Marx, porém, o mais valioso para a compreensão da teoria das formações sociais, encontramos em seus apontamentos da resposta a carta de V. Zasulich correspondente ao ano 1881. Se antes o termo “formação social” era utilizado somente com o adjetivo “econômica”, no texto dos apontamentos de várias páginas tropeçamos de imediato com três casos distintos.

Marx indica que “a comuna agrícola representa um novíssimo tipo de formação social arcaica (aqui e mais adiante, itálico meu –V.I.) e, por isso, precisamente no movimento histórico da Europa Ocidental, antiga e moderna, o período da comuna agrícola é um período de transição da propriedade comum à privada, da formação primária à formação secundária”¹³. Idêntica conclusão repete mais abaixo: “Como última fase da formação social primária, a comuna agrícola é ao mesmo tempo uma fase de transição à formação secundária, ou seja, transição da sociedade baseada na propriedade comum, à sociedade baseada na propriedade privada. A formação secundária, se entende, abarca uma série de sociedades baseadas na escravidão e na servidão”¹⁴.

Comentemos as teses citadas. É bem evidente que como “formação social arcaica” Marx entende uma sociedade onde não haja exploração. Semelhante definição compreende também a comuna, inclusive na forma forma que existia nas sociedades asiáticas. Porém, a sociedade asiática e a comuna agrícola não só são as últimas fases da formação social primária, são também os primeiros elementos da formação secundária, podemos afirmar que o começo do período de transição da formação primária à secundária foi a exploração do indivíduo, porém, não por outro indivíduo, senão pela comunidade sincrética, da qual o homem todavia não se separou definitivamente. Esta transição terminou plenamente quando cristalizou a exploração do homem pelo homem, quando a comuna foi destruída, se difundiu a produção orientada à troca, surgiu a circulação de mercadorias, apareceram as leis do valor e outras leis econômicas¹⁵. Deste modo temos pleno fundamento para considerar formação econômica o período que substituiu a época de dominação das formas individuais de dependência.

A identidade dos conceitos formações sociais “primária” e “arcaica” foi assinalada diretamente por Marx. Nesses mesmos apontamentos escreve: “A formação arcaica ou primária do globo terrestre consta de toda uma série de diferentes períodos superpostos. Exatamente igual a formação social arcaica nos oferece uma série de distintas etapas



que diferenciam consigo as épocas em sucessivo relevo”¹⁶. Se nos guiamos pela analogia citada e a interpretamos na magnitude em que foi dada, podemos afirmar que ambos termos se utilizam para designar o período da história precedente a formação das classes.

A idêntica conclusão chegaram muitos investigadores conhecidos que trabalhavam no campo da teoria marxista. B.F. Pórshnev, por exemplo, assinalava que: “a formação primária ou arcaica é a sociedade primitiva; a formação secundária é a sociedade baseada na exploração; o comunismo, neste sentido, vem a ser a formação terciária”¹⁷. Semelhante postulado, em todos seus aspectos, nos parece justo. O próprio Marx coloca uma série de teses das quais se infere que a compreensão do comunismo na qualidade de formação social terciária responde bem a sua concepção. O aperfeiçoamento das forças produtivas da sociedade burguesa engendra, a seu juízo, a possibilidade de “substituir a propriedade capitalista, pela forma superior de propriedade de tipo arcaico, quer dizer, pela propriedade comunista”¹⁸.

A análise das definições citadas permite deduzir, pelo visto, a mais importante conclusão: Marx considera a formação primária precisamente social, porém, não econômica. Esta tese contradiz o ponto de vista dos cientistas soviéticos ortodoxos com sua noção da sociedade primitiva como “formação sócio-econômica” específica. Entretanto, as obras de Engels e seus continuadores permitem tirar a conclusão de que até o grau médio do selvagismo, as relações propriamente econômicas não desempenhavam um papel notório.

Justamente por isso, a formação social arcaica pode ser caracterizada apenas como social, com predomínio das relações comunistas primitivas de sistema tribal. Não por casualidade, Marx, à diferença de certos “marxistas”, não a considera formação econômica. Porém, se aceitamos que a formação primária não pode chamar-se econômica, cabe reconhecer, da mesma forma, que a sociedade comunista, como formação terciária, tampouco pode considerar-se econômica. Esta suposição se baseia nas decla-

rações de Marx, que jamais qualificou o comunismo de formação econômica.

Assim, ao analisar os casos principais de emprego do termo “Gesellschaftsformation” (“formation de la société”) podemos inferir que o termo dado foi utilizado em dois sentidos. Primeiro, no sentido bastante amplo, designando qualquer fase significativa de evolução social em geral, e neste aspecto pode encarar-se como fase de desenvolvimento social, independentemente de qual período concreto seu é objeto de investigação. Segundo, acompanhado de adjetivo (“arcaica”, “primária”, “secundária” etc.), designando períodos de evolução social qualitativamente determinados. Por isso, conforme o espírito e a letra das obras de Marx, a mais correta seria a interpretação do termo “formação social” como coletivo, que reflete o grau de desenvolvimento da sociedade, distinguida segundo a existência ou ausência de classes antagonicas, exploração e propriedade privada.

Concretizemos esta observação apoiando-nos na carta de Engels a C. Schmidt de 5 de agosto de 1890, onde este demonstra que “toda a história há que estudá-la novamente, se necessita investigar detalhadamente as condições de existência das diversas formações sociais, antes de começar a deduzir das mesmas as correspondentes idéias políticas, do Direito privado, estéticas, filosóficas, religiosas e outras pelo estilo”¹⁹. Enquanto aqui se trata de problemas políticos e do Direito privado, existe pleno fundamento para supor que Engels tinha em conta a sociedade de classes, onde se distinguem as formações sociais. Marx assinalou, igualmente, outro aspecto do problema: “Toda uma série de sistemas econômicos –escreve– ocupa uma situação intermédia entre o mundo contemporâneo, onde o valor de troca rege sobre a produção em toda sua amplitude e profundidade, e aquelas formações sociais cuja base constitui a propriedade comunal”²⁰. Aqui as formações sociais se distinguem já dentro da época arcaica.

Cabe assinalar que as teses indicadas por Engels e Marx não alteram a essência do nosso enfoque. Junto com a separação de três grandes formações sociais, os fundadores do mar-

xismo reconhecem a possibilidade de aplicar o termo “formações sociais” como coletivo, para designar diferentes períodos históricos dentro de uma das “grandes” formações. De tal maneira, eles utilizam este termo em número singular para sublinhar as diferenças cardais de dita formação com respeito a outras formas de sistema social, e no plural, para constatar que a própria formação social como um todo íntegro, oposto a outras formações sociais, não é indivisível e se compõe de toda uma série de formas sociais.

Entretanto, com mais frequência o termo “formação social” se utiliza em seu significado tradicional, estreito, aplicado para definir as etapas de evolução social em sua relação com a estrutura de classes da sociedade. A divisão em três formações sociais é idêntica, ademais, à divisão em sociedades primitiva, de classes e sem classes. Marx escreve, por exemplo: “No que ela (revolução econômica capitalista –V.I.) desenvolve, forças produtivas laborais opostas ao operário, nas condições de produção e comunicação se criam as condições reais do novo modo de produção que retiram a forma contraditória do modo de produção capitalista, se cria, assim, a base material do processo da vida organizado de nova maneira, e com isso, a nova formação social”²¹. Aqui Marx entende cabalmente por nova formação social a sociedade comunista como tal, sem dividi-la assim em períodos ou fases separadas.

A idéia definitiva sobre o caráter do emprego e o significado do termo “Gesellschaftsformation” se pode obter somente analisando os casos em que os fundadores do marxismo aplicam a derivada mais difundida do conceito dado, que agora nos interessa em particular, quer dizer, o termo “*Ökonomische Gesellschaftsformation*”.

Marx considera uma característica fundamental, inerente a todos os períodos incluídos no conceito “formação social econômica”, o caráter econômico de atividade vital da sociedade, ou seja, tal modo de interação entre os membros da sociedade que se determina não pelos fatores religiosos, morais ou políticos, senão, antes de tudo, pelos fatores econômicos, pelas relações sociais das pessoas no processo de produção, distribuição, troca e consumo. Marx utiliza o termo somente com respeito ao período que se caracteriza pelo predomínio das relações baseadas na propriedade privada, na troca individual e a exploração que surge como resultado disso.

Marx e Engels, como no caso do conceito “formação social” (e isto volta a demonstrar o sistematizado da metodologia de Marx), empregam o termo “formação social econômica” para designar tanto um período histórico separado, que se caracteriza pelas particularidades acima citadas, como para descrever uma série de estágios históricos, cada um dos quais possuindo as mesmas características fundamentais. Assim, por exemplo, ao rechaçar as considerações de que as fases de evolução social são estágios entre os quais não existem períodos de transição e formas de transição das relações sociais, Marx escreve: “... igualmente às mudanças sucessivas de diferentes formações geológicas, ao constituir-se diferentes formações sociais econômicas não se deve crer que subitamente aparecem períodos claramente distintos um do outro”²².

Vejamos todos os casos principais de emprego do conceito



“Ökonomische Gesellschaftsformation” a fim de compreender melhor seu significado para a metodologia de Marx na investigação histórica.

De alguns fragmentos de Marx é bastante difícil entender se sob o termo “formação social econômica” levava em conta a época econômica ou se referia a determinado modo de produção. Assim, no terceiro tomo de “O Capital”, Marx assinala: “Tanto o capital como o trabalho assalariado e a propriedade da terra são formas sociais historicamente determinadas, uma do trabalho, outra da terra monopolizada, e ademais, ambas são formas correspondentes ao capital e pertencentes a mesma formação social econômica”²³. Ao nosso modo de ver, a tese indicada cabe interpretá-la da seguinte maneira: nas condições da produção capitalista, o trabalho assalariado e a renda acompanham o capital; aqueles se desenvolvem junto deste e não existem em sua ausência. Da forma que escreve Marx, o trabalho assalariado e a renda desaparecem com a desaparecimento do capital. Tudo isto, no entanto, não dá suficientes fundamentos para afirmar que em dito fragmento examina somente o modo de produção capitalista. Aquela parte da formação social econômica que se caracteriza pela coexistência de capital e renda havendo trabalho assalariado, em Marx é muito mais significativa que o modo de produção capitalista. Este fragmento é o único da versão russa das Obras de Marx e Engels onde o termo “Ökonomische Gesellschaftsformation” foi traduzido exatamente conforme o original, no plural: “formações sociais econômicas”. Em todos os outros casos, quando Marx emprega o plural para esse termo, é traduzido no singular: “formação sócio-econômica”.

Podemos compreender melhor a correlação entre os conceitos “formação social econômica” e “modo de produção” se nos dirigimos ao borrador manuscrito de O Capital. Quando Marx analisa o capital produtivo e o designa com o termo “relações capitalistas”, escreve: “... as relações capitalistas se desenvolvem em tal grau de evolução da formação social econômica quando ela mesma já é resultado de toda uma série de etapas precedentes de evolução”²⁴.

Semelhante postulado em parte repete, ainda que de outra maneira, a tese de que diferentes modos de produção, baseados na exploração, constituem épocas progressistas da formação social econômica, sob a qual, pelo visto, se entende algo mais que o modo de produção capitalista. A citação alegada pode interpretar-se da seguinte maneira: a exploração baseada no emprego do trabalho assalariado resulta possível somente quando, de um lado, se desenvolve ela mesma, e de outro, as relações mercantis penetram tão fundo em todos os elementos da organização social que também a força de trabalho se converte em mercadoria. Então, como já dissemos, o desenvolvimento das relações de troca, que em resumo conduziu ao estabelecimento do sistema de exploração da força de trabalho como mercadoria, constitui a base da formação social secundária. Desta maneira, afirmamos ainda mais a opinião de que na terminologia marxista os conceitos formações sociais secundária e econômica são equivalentes.

Se partimos dos princípios de interpretação da teoria de Marx, por nós adotados, podemos também encontrar fragmentos que encontrarão explicação, com grande dificuldade. Nós já mencionados os rascunhos de O Capital. Marx, sob outro ponto de vista, analisando o processo de evolução das relações capitalistas, escreve: “O desenvolvimento do capital não começa com a criação do mundo, não começa ab ovo. (N.T. expressão latina muito utilizada por Marx que significa a partir do início mais tenro, do início do universo.) Como algo imperante sobre o mundo e incidente sobre toda formação econômica da sociedade, este desenvolvimento, na realidade, aparece pela primeira vez nos séculos XVI e XVII”²⁵. Às vezes, esta tese se entende como interpretação da “formação econômica da sociedade” na qualidade de conjunto de relações econômicas existentes na sociedade. Porém, tal compreensão não pode ser aceita. O termo “formação econômica da sociedade”, neste caso, tem semelhante aspecto somente na tradução, enquanto que no original se emprega o conceito “Ökonomische Gesellschaftsformation” em seu significado tradicional. Aqui

se tem em conta que o desenvolvimento do capital, potencialmente engendrado junto com a produção mercantil, durante longo tempo não afetou as bases do sistema econômico. Somente quando a produção mercantil conduziu à aparição dos embriões da nova forma de exploração, baseada na compra da força de trabalho produtiva, o capital se converteu em fonte principal de desenvolvimento da formação social econômica.

Examinamos, praticamente, todos os casos do emprego do termo “Ökonomische Gesellschaftsformation”, quando se traduziu ao idioma russo como “formação social econômica”. Porém, se podem citar numerosos exemplos de aplicação de dito conceito, refletido na tradução como “formação sócio-econômica”.

Sete destes casos figuram no texto de O Capital, correspondendo seis ao primeiro tomo. Marx, por exemplo, escreve: “A mesma importância que a estrutura dos restos ósseos têm para o estudo da organização das espécies animais desaparecidas, os restos dos instrumentos de trabalho têm para o estudo das formações sócio-econômicas (cabe ler: sociais econômicas – V. I.) desaparecidas”²⁶. Sem lugar a dúvidas, esta tese permite supor que Marx podia ter em conta as novas etapas de desenvolvimento da civilização que não se definiram pelas características da formação econômica. Em tal caso, o conceito aludido resultava praticamente idêntico ao termo “formação social”. Ainda que semelhante possibilidade não está excluída, Marx, como supomos, no caso dado empregou o conceito “econômica” em sentido amplo, acentuando a atenção do leitor em que se trata precisamente de atividade produtiva dos indivíduos.

A seguinte interpretação que encontramos em O Capital do termo “Ökonomische Gesellschaftsformation” nos parece mais interessante. Ao analisar a substância da mais-valia, o autor sublinha: “Tão importante para conhecer o valor em geral é examiná-lo como tempo petrificado de trabalho, simplesmente como trabalho materializado, tão importante para conhecer a mais-valia é examiná-la simplesmente como tempo adicional petrificado, simplesmente como trabalho adicional materializado. Somente aquela forma onde este trabalho adicional é extraído do produtor direto, do operário, diferencia as formações econômicas da sociedade (no original: Ökonomische Gesellschaftsformation – V.I.), digamos, a sociedade baseada na escravidão da sociedade de trabalho assalariado”²⁷.

Neste caso, o termo que estudamos é utilizado no segundo dos sentidos possíveis. Empregando-o no plural, Marx mostra que se inclina a fazê-lo extensivo igualmente a diferentes sistemas da produção social, cronologicamente localizados entre os períodos de desagregação da sociedade primitiva e a revolução comunista. No entanto, o fato de que Marx centre sua atenção no indício da exploração testemunha a justeza da linha fundamental das nossas hipóteses: somente quando descreve as sociedades baseadas na exploração, Marx complementa o termo “formação social” com



o adjetivo “econômica.”²⁸

Além da tese indicada, onde a periodização do desenvolvimento das sociedades exploradoras pressupõe a utilização do conceito “formação social econômica”, existem outras três teses próximas pelo sentido e o caráter de como se aplica nelas o termo que examinamos.

A primeira diz: “...além disso, está claro que se em alguma formação sócio-econômica (leia-se: formação social econômica –V.I.) tem importância primordial não o valor de troca mas o valor de uso do produto, então o trabalho adicional se vê limitado por um círculo mais ou menos estreito de necessidades. Mas do caráter da própria produção ainda não se infere a necessidade ilimitada de trabalho adicional”²⁹. O termo “formações sociais econômicas” neste caso se aplica como conceito que designa períodos, ainda que mais estreitos no aspecto cronológico que a formação social secundária, de qualquer maneira no marco desta última.

A igual conclusão nos levam outros dois postulados de Marx enunciados quando analisa as diferentes formas de capital. “A Idade Média – assinala Marx – nos legou depois duas formas diferentes de capital que alcançam a maturidade nas mais diversas formações sócio-econômicas (cabe ler: sociais econômicas –V.I.) e até chegar a era da produção capitalista se consideram capital como tal: capital usurário e comercial”³⁰. É bem evidente que aqui se trata de três modos de produção dentro da formação social econômica: antigo, quando imperava o capital usurário; feudal, quando dominava o capital comercial; e capitalista, quando se configurou o capital produtivo. O conceito “formações sociais econômicas” se emprega aqui para indicar o pertencimento dos três modos de produção a uma mesma comunidade: a formação social secundária. De modo análogo pode interpretar-se também a citação do terceiro tomo de O Capital: “... o capital que rende juro... pertence às formas antediluvianas de capital que precedem muito tempo antes o modo de produção capitalista e se observam nas mais diversas formações sócio-econômicas (cabe ler: sociais econômicas –V.I.)”³¹.

Ao mesmo tempo, o texto do primeiro tomo de O Capital contém outros dois postulados, tão gerais que deles não se pode tirar uma clara conclusão sobre os limites de emprego do termo “formação social econômica”. Porém, não refutam a hipótese que temos adotado, por enquanto são como se fossem “neutras” com respeito a ela. “Enquanto que a divisão do trabalho em toda a sociedade –escreve Marx–, independentemente de se está ou não mediatizada pela troca mercantil, é inerente as mais diversas formações sócio-econômicas (cabe ler: sociais econômicas –V.I.), a divisão do trabalho manufaturado é uma criação absolutamente específica do modo de produção capitalista”³². E logo: “nas mais diversas formações sócio-econômicas (cabe ler: sociais econômicas –V.I.) têm lugar não só a reprodução simples senão também a reprodução em magnitudes ampliadas, ainda que esta última não se efetua em igual escala”³³.

Ao generalizar a hipótese que temos colocado devemos ressaltar dois de seus princípios básicos. Primeiro: conforme a interpretação evidente dos fundadores do marxismo, o sistema comunista não corresponde a uma formação social econômica; e segundo: o modo de produção capitalista não constitui de forma alguma a última fase da formação social econômica.

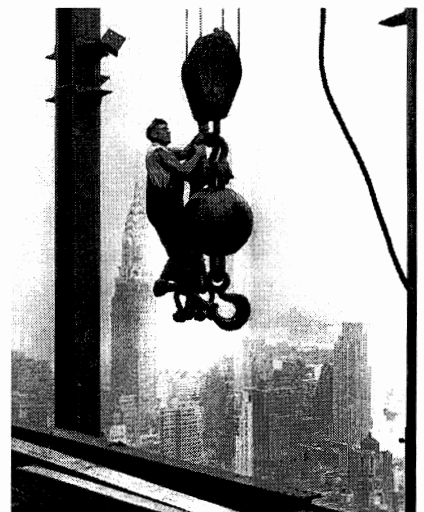
Esta conclusão pode ser confirmada por uma tese de excepcional importância de O Capital, que obriga a refletir sobre o limite histórico autêntico da formação social econômica.

A confirmação de nosso entender do problema pode encontrar-se no fragmento bem conhecido pelos investigadores da obra de Marx pertencente ao terceiro tomo de O Capital. O autor escreve: “...a verdadeira riqueza da sociedade e a possibilidade de ampliar continuamente sua reprodução não depende da duração do trabalho adicional, senão de sua produtividade e do maior ou menor grau de condições de produção em que se realiza. O reino da liberdade começa verdadeiramente ali onde termina o trabalho ditado pelas necessidades e a coação dos fins externos. Ou seja, pela própria natureza das coisas, se encontra do outro lado da esfera da produção material própria-

mente dita. Assim, como o homem primitivo para satisfazer suas necessidades, para manter e reproduzir sua vida devia lutar contra a natureza, assim deve lutar o homem civilizado, deve fazê-lo em todas as formas sociais e em todos os modos possíveis de produção. Com o desenvolvimento do homem se amplia este reino da necessidade natural porque se ampliam suas necessidades; porém, ao mesmo tempo se ampliam também as forças produtivas que servem para satisfazê-las. A liberdade em tal esfera só pode consistir em que o homem coletivo, os produtores associados, regulem racionalmente esse intercâmbio de matérias com a natureza, o ponham sob seu controle comum, em lugar de que este os domine como força cega; o realizem com o menor gasto possível de forças, nas condições mais dignas de sua natureza humana e adequá-las a ela. Porém, mantém-se no reino da necessidade. Por outro lado, começa o desenvolvimento das forças humanas que constitui um objetivo em si, o autêntico reino da liberdade, que só pode florescer tendo como base esse reino da necessidade.”³⁴.

É evidente que ao falar de produção social tão desenvolvida, onde as relações mercantis não dominam o homem como força cega, onde existe um intercâmbio organizado, sistemático, de matérias entre o homem e o meio externo, onde a produção se efetua em condições adequadas à natureza humana, Marx não tinha nem podia ter em conta o modo de produção capitalista. Não por casualidade, os continuadores da teoria marxista chamaram posteriormente o quadro que desenhou Marx nesse fragmento de sociedade de tipo socialista em sua fase mais desenvolvida. Prestemos atenção a que Marx todavia não qualifica de reino da liberdade a semelhante organização da sociedade, e sim, apenas, de grau superior e último do reino da necessidade. Dita forma de sociedade, sem ser formação social comunista, representa a fase final da formação econômica, sua etapa decrescente, na qual se resolvem e superam as contradições surgidas durante a constituição desta formação social. Nesta etapa, a propriedade já se converte em social, não existe exploração direta do homem pelo homem, foi superada a anarquia da produção que minava o regime capitalista. Precisamente a tal sociedade, a fase final da formação social econômica, corresponde a afirmação de Marx com respeito a propriedade comum como condição fundamental do processo de produção.

Os dois últimos postulados têm enorme significado metodológico, pois permitem determinar com maior exatidão o marco cronológico da formação social econômica como época que começa com a desintegração do regime primitivo sob o impacto do intercâmbio mercantil e a divisão do trabalho e que se caracteriza pela exploração, a divisão da sociedade em classes e as relações mercantis-monetárias. As sociedades que se sucediam no marco da formação social econômica, se baseavam nos vínculos de carácter econômico, seu desenvolvimento estava condicionado pela evolução da base econômica, enquanto que o progresso social nesse período estava determinado fundamentalmente pela divisão do trabalho e a expansão seguinte das relações mercantis-monetárias. A sociedade subordinada as leis econômicas e desenvol-



vida junto com o desenvolvimento das relações mercantis, evoluía no caminho determinado, sobretudo, pelas leis econômicas. Esta circunstância foi a que permitiu a Marx declarar: “Vejo o desenvolvimento da formação social econômica como um processo histórico natural”³⁵.

Desta maneira, a teoria das formações sociais, colocada por Marx nos alicerces do sistema de periodização do progresso social, representa em si uma concepção científica acabada, baseada na investigação profunda das regularidades intrínsecas do desenvolvimento social e emana do reconhecimento da existência da tríade dialéctica como forma de progresso de qualquer integridade.

A análise da teoria da formação social econômica criada pelos fundadores do marxismo será inevitavelmente incompleto sem um exame detalhado do outro aspecto da questão sobre as transições de uma formação a outra. Já assinalamos acima que Marx denominava modos de produção, os períodos históricos localizados dentro da formação social econômica: asiático, antigo, feudal e burguês. Porém, não os considerava formações sociais. Se aceitamos semelhante divisão do desenvolvimento social em três formações sociais, destacando no centro delas mesmas os modos de produção (pois Marx colocava a questão precisamente assim quando escrevia que “as relações de produção capitalistas se desenvolvem em tal grau de desenvolvimento da formação social econômica que ela mesma já é resultado de toda uma série de etapas precedentes de desenvolvimento”³⁶, no grau “onde predomina o modo de produção capitalista”³⁷), então devemos reconhecer que a transição de um modo de produção a outro dentro da formação social econômica não é de ordem somente com respeito a sucessão das próprias formações sociais. Deve ser encontrada uma diferença substancial, tanto de sentido como terminológica, entre as transições revolucionárias de um modo de produção a outro, surgido dentro da formação social econômica, e as revoluções que marcam seus limites históricos.

A investigação do conceito das transformações revolucionárias, que explicam a legitimida-

de da divisão da história em três partes, deve ser vista como digressão final na teoria histórica marxista. ❁

NOTAS

1 Nas traduções russas de Marx, o termo “formação social econômica” se interpreta de duas maneiras. Os editores das “Obras Completas” de Marx e Engels não se preocuparam pelo fato de que de doze casos de emprego do conceito “*Ökonomische Gesellschaftsformation*” em seis foram traduzidos como “formación social econômica” e em outros tantos casos como “socio-econômica”. Mais ainda, é claramente notória a preferência que os tradutores outorgam ao término “formação sócio-econômica”, encontrada em situações onde pode ser interpretado como “formação social econômica”. Este último conceito é aplicado somente ali onde a utilização do termo “formação sócio-econômica” se vê substancialmente dificultada.

2 Ver: K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição, em russo, t. 8, pág. 120.

3 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição, em russo, t. 13, págs. 7, 8.

4 Marx-Engels, Werke, Bd. 13, S. 9.

5 Este problema foi abordado com maior detalhe em nossos trabalhos do ano 1991. Ver: V.L. Inozemtsev, “¿Capitalismo, socialismo o sociedad postindustrial?“, *Comunista*, 1991, N 4; V.L. Inozemtsev, “Formación social económica: límites del concepto y significado de la teoría“, *POLIS, Investigaciones políticas*, 1991, N 4.

6 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 23, pág. 91.

7 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 48, pág. 29.

8 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 25, 1a parte, pág. 19.

9 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 26, 1a parte, pág. 280.

10 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 29, pág. 258.

11 K. Marx, F. Engels, «Obras», 2a edição em russo, t. 18, pág. 222.

12 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 26, 1a parte, pág. 419.

13 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 19, pág. 404.

14 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 19, pág. 419, no original: “comme dernière phase de la formation primitive de la société, la commune agricole est en meme temps une phase de transition a la formation secondaire, donc transition de la société, fondée sur la propriété commune, a la société, fondée sur la propriété privée. La formation secondaire, bien entendu, embrasse la serie des sociétés reposant sur l’esclavage et le servage (Marx-Engels Gesamtausgabe. Abt. 1. Bd. 25. S. 238)

15 Ver com mais detalhe: V.L. Inozemtsev, N.V. Joruzhenko, “Caráter do progresso social durante a tran-

sição da formação social primária a secundária”, Materiales da XXVII Conferência científica estudantil da URSS, Filosofia e comunismo científico, Novosibirsk, 1989, págs. 53-59.

16 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 19, pág. 413.

17 B.F. Pórshnev, “Periodização do progresso histórico-mundial segundo Hegel y Marx”, Ciências filosóficas, edição em russo, 1969, N 2, pág. 60.

18 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 19, pág. 413. No original: “... en remplaçant la ...propriété capitaliste par une forme supérieure du type archaïque de la propriété, c.a.d. la propriété communiste” (Marx-Engels Gesamtausgabe. Abt. 1 Bd. 25. S. 232).

19 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 37, pág. 371.

20 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 49, pág. 119.

21 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 49, pág. 19.

22 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 47, pág. 460.

23 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 25, 2a parte, pág. 382.

24 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 48, pág. 281.

25 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 48, pág. 115.

26 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 23, pág. 191.

27 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 23, págs 228-229.

28 Cabe assinalar que a interpretação de dado fragmento conduziu posteriormente à simplificação e revisão da teoria das formações sociais, já que a própria citação de Marx adquiriu ampla popularidade ao ser reformulada por Engels, verdade que com bastante pouco acerto. No resumo que faz do primeiro tomo de “O Capital” figura a frase: “a mais-valia é só trabalho adicional petrificado, e as diversas *formações sociais* (itálico meu - V.I.) se diferenciam apenas pela forma de extração do trabalho adicional (K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 16, págs. 274).

29 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 23, pág. 247.

30 K. Marx, F. Engels, «Obras», 2a edição e russo, t. 23, pág. 759.

31 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 25, 2ª parte, pág. 142.

32 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 23, pág. 372.

33 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 23, pág. 611.

34 K. Marx, F. Engels, «Obras», 2a edição em russo, t. 25, 2a parte, págs. 386-387.


35 K. Marx, F. Engels, “Obras”, 2a edição em russo, t. 23, pág. 16; no original: “mein Standpunkt...aufasst...die Entwicklung der ökonomischen Gesellschaftsformation als einen naturgeschichtlichen Prozess” (Marx-Engels Gesamtausgabe. Abt. 2. Bd. 5 S. 14)

36 K. Marx, F. Engels, «Obras», 2a edição em russo, t. 47, pág. 281.

37 K. Marx, F. Engels, «Obras», 2a edição em russo, t. 26, 1a parte, pág. 419.





 PHIL GASPER

O Biólogo Dialético Stephen Jay Gould (1941-2002) **137**



O BIÓLOGO DIALÉTICO STEPHEN JAY GOULD (1941-2002)



PHIL GASPER

Professor de Filosofia (EUA)

A morte prematura de Stephen Jay Gould em maio deste ano nos privou de um dos maiores “popularizadores”* da ciência no mundo. A coluna mensal de Gould, *This view of life* foi publicada em 300 números sucessivos da revista *Natural History*, de janeiro de 1974 a janeiro de 2001. Citavam exemplos que iam da arquitetura de igrejas ao beisebol (a outra paixão de Gould, além da biologia) para explicar as complexidades do mundo natural. A habilidade de Gould em transmitir idéias científicas complexas sem simplificá-las demais, sua imensa erudição e seu estilo literário brilhante conquistaram um grande número de leitores. Nove coleções de suas teses e vários outros livros populares de Gould se tornaram best-sellers. *I Have Landed*, publicado semanas antes da morte de Gould de câncer aos 60 anos, provavelmente o será também. Nos anos noventa, Gould era um nome muito conhecido, familiar. Em 1997 ele apareceu como convidado, em forma de desenho, em *Os Simpsons* e no ano passado a Biblioteca do Congresso o nomeou uma das 83 “lendas vivas” dos Estados Unidos.

Gould era uma raridade - um cientista praticante, no topo da carreira, capaz de se comunicar com um público variado. Ele foi professor de Harvard de 1967 até sua morte, um expert mundialmente conhecido na evolução dos caracóis das Bahamas e um dos teóricos da evolução mais influentes de sua geração. Com o colega paleontólogo Niles Eldredge, Gould propôs a teoria do “equilíbrio pontuado”, afirmando que o desenvolvimento evolutivo não é gradual, como supôs Charles Darwin, mas se dá em explosões concentradas, seguidas por longos períodos de *stasis* (1). Contra os reducionistas, como o biólogo de Oxford Richard Dawkins, defensor da tese de que tudo o que é importante acontece ao nível do gene, Gould argumentou que a seleção natural pode trabalhar em grupos e espécies, como também em genes e organismos individuais. Gould e seu colega de Harvard Richard Lewontin rejeitaram a idéia “ultra-darwiniana” de que a seleção natural é o único mecanismo importante na evolução. Opinam que muitas características de organismos são o resultado de forças estruturais e não de vantagens da adaptação (2). Em *The Structure of Evolutionary Theory* (3), um volume de quase 1500 páginas, publicado em março deste ano e a culminação do trabalho de toda sua vida, Gould defendeu com ênfase o pluralismo evolutivo.

Todos os principais jornais publicaram o obituário de Gould enaltecendo suas realizações científicas. Mas a maioria deles não mencionou outro aspecto importante da vida de Gould – seu radicalismo político. Gould era “vermelho”

***. Seus avós maternos eram imigrantes judeus que trabalharam em lojas de roupas em Manhattan nos primeiros anos do século passado, a apenas algumas quadras de onde ocorreu o terrível incêndio do Shirtwaist Triangle que matou 146 trabalhadores em 1911. “Eu cresci numa família de imigrantes judeus que trabalhavam no setor de vestuário”, escreveu Gould, “e este holocausto (no sentido literal do sacrifício pelo fogo)...orientou seus pontos de vista e definiu seu futuro” (4). Os pais de Gould eram da esquerda nova-iorquina e provavelmente eram do Partido Comunista ou tinham simpatia por ele nos anos 30, e disse uma vez que aprendeu o marxismo “literalmente no colo do papai” (5)*

Os ensaios de Gould com frequência revelavam seu interesse por Marx e o marxismo (6), embora também deixasse claro que sua posição política era “muito diferente” da posição de seu pai. Embora não tenha elaborado, Gould estava sugerindo com este comentário sua própria rejeição ao stalinismo (7). Independente do que ele realmente quis dizer, Gould permaneceu politicamente ativo e à esquerda durante toda sua vida. Quando estudante universitário, em visita à Universidade de Leeds, na Inglaterra, no começo dos anos 60, por exemplo, ele organizou manifestações semanais do lado de fora de um salão de dança, perto de Bradford, que se recusava a admitir negros. As manifestações seguiram até que essa medida racista foi revogada, deixando uma impressão duradoura nos estudantes simpatizantes de Gould (8).

De volta aos Estados Unidos, ele foi um pioneiro na oposição à Guerra do Vietnã. Completou seu PhD na Universidade de Columbia, em 1967, mas para evitar seu recrutamento, precisou permanecer como estudante. Muitos anos depois, disse em uma entrevista na rádio que, “naquele momento, eles estavam recrutando os mais velhos primeiro e, portanto, eu teria sido recrutado imediatamente. Eu já tinha emprego em Harvard e isso significa, em síntese, que eu teria de continuar estudando até os 26 anos. Mas eu já havia terminado tudo, então acabei fazendo um curso de latim; vejam, eu aprendi latim para não ir ao Vietnã” (9).

Ao contrário de muitos outros, Gould não abandonou seu radicalismo político depois de tornar-se acadêmico. Quando os estudantes de Harvard fecharam o campus em 1969 para protestar contra o envolvimento da universidade na guerra, Gould - ainda monitor - os apoiou. “Por um motivo ou outro, lembra o escritor Michael Ryan, estudante universitário em Harvard naquele tempo, “ele estava ao lado dos estudantes que se opuseram à Guerra do Vietnã, enquanto o corpo docente estava interessado em outras coisas” (10).

Com frequência, Gould era visto em piquetes e manifestações. Quando os moradores negros de uma zona operária do leste de Cambridge se rebelaram contra a brutalidade policial em 1971, Gould participou de uma marcha dos “Estudantes por uma Sociedade Democrática” para apoiar essa luta (11). Mais ou menos ao mesmo tempo, ele entrou para “Ciência para o Povo”, a mais importante organização de ciência radical que emergiu do movimento anti-guerra (12).

A atividade política de Gould continuou nos anos 80 e 90. Ele foi conselheiro do jornal acadêmico *Rethinking Marxism* e do Forum Brecht realizado em Manhattan. Posteriormente, foi patrocinador da Escola Marxista de Nova York - dedicada a usar as “valiosas contribuições de Marx para estudar as condições atuais e as possibilidades de transcender o capitalismo e construir uma sociedade emancipada” (13) - onde Gould algumas vezes discursou. Ele também discursava na Conferência de Estudiosos Socialistas e no Forum pelo Futuro da Esquerda para comemorar o 150º aniversário do Manifesto Comunista, em 1998 (14). Naquele mesmo ano, entrou para o conselho consultivo do recentemente formado Comitê pela Libertação de Lori Berenson, um ativista político americano preso no Peru. Assim, não é de se surpreender que a *Encyclopedia of the American Left* destaque Gould como um dos “poucos cientistas que emergiram como aliados públicos da esquerda” e “talvez o exemplo mais formidável de uma presença encorajadora nos eventos da esquerda e por causas da esquerda” (15).



A atuação política era um aspecto importante na vida de Gould, e, além disso, teve uma influência importante no seu trabalho científico. Isto explica sua decisão de dedicar uma parte considerável do seu tempo para combater o racismo científico, o determinismo biológico e outras tentativas de abusar da biologia para justificar a desigualdade social e o *status quo*. O argumento de que as sociedades hierárquicas existentes são o resultado inevitável de fatos biológicos originou-se no século XIX, reaparecendo com novo disfarce sempre que é necessário sustentar a idéia de que a mudança social progressiva é impossível (16). Assim, não é nenhuma surpresa que o determinismo biológico emergiu nos Estados Unidos como uma resposta aos movimentos sociais dos anos sessenta. Em 1969, Arthur Jensen, professor de Educação em Stanford, argumentou que as diferenças de QI entre brancos e negros são geneticamente baseadas e inalteráveis (17). Dois anos depois, o psicólogo de Harvard Richard Herrnstein afirmou que o status sócio-econômico é uma função direta da inteligência herdada e que a “tendência ao desemprego” entraria logo nas famílias como a “tendência a ter dentes ruins” (18). Então, em 1975, para a felicidade da mídia, o proeminente colega de Gould em Harvard Edward Wilson publicou seu livro *Sociobiology* (19), no qual argumentava que características como a agressão e a xenofobia são geneticamente baseadas. Em um artigo publicado na mesma época na *New York Times Magazine*, Wilson afirmou que “o preconceito genético é intenso o bastante para causar uma divisão significativa do trabalho até mesmo nas mais livres e igualitárias sociedades futuras. Assim, até com uma educação idêntica e acesso igual a todas as profissões, é provável que os homens representem um papel desproporcional na vida política, negócios e ciência”. Se tentarmos criar uma sociedade mais igualitária, colocaremos algumas liberdades pessoais em jogo”, afirma Wilson (20).

Logo, a sociobiologia provocava furor. A revista *Time* lançou um artigo de capa intitulado “Por que você faz o que você faz”. De acordo com o artigo, “a teoria pode explicar lealdade a igreja, corporação e nação” (21). A revista *Business Week* lançou um artigo intitulado “Uma defesa genética do livre comércio”. Afirmou que “interesse pessoal é a força motriz na economia porque está inscrito nos genes de cada indivíduo. Sociobiologia significa que indivíduos não podem ser moldados para se ajustar em sociedades socialistas sem uma tremenda perda de eficiência. Bioeconomistas dizem que programas de governo que forcem os indivíduos a serem menos competitivos e egoístas do que eles são geneticamente programados estão fadados ao fracasso” (22). Até a *Playboy* entrou no assunto: “Os homens precisam trair suas companheiras? Uma nova ciência diz que sim” (23).

Gould e outros membros da Ciência para o Povo responderam rejeitando estas idéias como simplesmente a mais recente versão de um determinismo biológico cientificamente falido. “A razão para a sobrevivência destas decorrentes teorias de deterministas”, escreveram em uma carta à *New York Review of Books*,



é que elas tendem a dar, constantemente, uma justificativa genética para o *status quo* e a existência de privilégios de certos grupos de acordo com classe, raça ou sexo” (24). Gould mostrou que não havia nenhuma evidência científica para quaisquer destas afirmações e que mudanças na sociedade humana ocorrem muito rapidamente para serem explicadas em termos biológicos.

Em oposição ao determinismo, Gould enfatizou a enorme flexibilidade do comportamento humano:

“A característica central de nossa singularidade biológica também provê a principal razão para duvidar que nossos comportamentos são codificados diretamente por de genes específicos. Esta característica é, com certeza, nosso grande cérebro... [M]arkedly aumentou o tamanho do cérebro na evolução humana... somou conexões neurais suficientes para converter um inflexível e bastante rígido dispositivo programado em um órgão de labile, dotou-o de lógica suficiente e memória para substituir o aprendizado não-programado por especificação direta como a base do comportamento social. Flexibilidade pode ser a mais importante característica da consciência humana....

Violência, sexismo e crueldades em geral são biológicas desde que representem um subconjunto de um possível leque de comportamentos. Mas paz, igualdade e generosidade são tão biológicas quanto - e nós podemos ver sua influência aumentar se pudermos criar estruturas sociais que permitam seu a florescimento (25).

Gould continuou a crítica ao determinismo biológico no seu premiado livro de 1981, *The Mismeasure of Man* (26), um dos melhores argumentos contra o racismo científico e a idéia de que a inteligência é geneticamente fixa. Quinze anos mais tarde, depois que Herrnstein e Charles Murray tentaram reavivar estas idéias em *The Bell Curve* (27), para dar apoio pseudo-científico aos cortes em gastos sociais e o fim das políticas afirmativas, Gould retomou seus argumentos. Lançou uma edição revisada e ampliada de seu livro, com material novo mostrando como Herrnstein e Murray omitiram fatos e usaram erroneamente métodos estatísticos para chegar

às suas conclusões racistas (28).

Expondo as raízes sociais das idéias científicas, Gould seguiu os passos de um de seus heróis intelectuais, o colaborador íntimo de Karl Marx, Friedrich Engels. Gould louvou o panfleto de Engels de 1876, *O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem* (*The Part Played by Labor in the Transition from Ape to Man*). Nele, Engels rejeitou corretamente a afirmação de que “nossa evolução foi impulsionada por um cérebro em crescimento” (o crescimento do cérebro só começou depois que a postura vertical deixou as mãos livres para o trabalho manual) e ofereceu uma “análise perspectiva do papel político da ciência e dos preconceitos sociais que afetam todos os pensamentos” (29). Em sociedades de classes, Engels argumentou, o trabalho físico tem baixo status enquanto a mente é vista como dominante e nobre. Este preconceito profundamente arraigado explica porque, apesar da falta de evidência, a maioria dos biólogos, até a década de 20, erroneamente assumiram a idéia de que o desenvolvimento cerebral deve ter vindo primeiro. Mas colocando a ciência em seu contexto social, Gould (como Engels) foi cuidadoso ao rejeitar as afirmações dos relativistas, que abandonaram a idéia de verdade objetiva completamente. “Eu compartilho da crença de meus colegas”, escreveu. “Eu creio que uma realidade efetiva existe e que a ciência, apesar de se apresentar freqüentemente de uma maneira obtusa e irregular, pode aprender com isso” (30).

Gould também compartilhou do entusiasmo de Engels por entender o mundo natural dialeticamente, em outras palavras, vê-lo como processos interativos complexos e dinâmicos. “O pensamento dialético deveria ser levado mais a sério pelos estudiosos ocidentais, não ser descartado porque algumas nações do segundo mundo [a ex-URSS] construíram uma versão rascunho como uma doutrina política oficial”, escreveu Gould. “Os problemas daí advindos são, de outra forma, as perguntas cruciais do reducionismo versus o holismo, agora tão discutidos pela biologia (onde as contas reducionistas alcançaram seus limites e o pro-

gresso futuro exige novas aproximações para processar dados existentes, não só para uma acumulação de mais informação).”

Quando apresentadas como diretrizes para uma filosofia de mudança, não tão cheia de preceitos dogmáticos que retificam através de ordem, as três leis clássicas da dialética [formuladas por Engels] envolvem uma visão holística que vê a mudança como interação entre componentes de sistemas completos e vê os componentes por si mesmos... ambos como produto desta e introdução ao sistema. Assim, a lei de “opostos interpenetrantes” relembra a inextricável interdependência dos componentes: a “transformação de quantidade em qualidade” defende uma visão de mudança baseada no sistema que transmite aperfeiçoamento para as alterações do estado; e a “negação da negação” descreve a direção dada a história porque sistemas complexos não podem reverter exatamente para estados pré-existentes (31).

Gould admitiu abertamente que ficou atraído pela idéia de equilíbrio pontual por causa de seu conhecimento das teorias dialéticas de Hegel e Marx. “As leis da dialética são explicitamente pontuais. Elas falam, por exemplo, da ‘transformação de quantidade em qualidade.’ Isso sugere que mudanças acontecem em grandes saltos seguidos de uma acumulação lenta de tensões que um sistema resiste até que chegue a seu limite. Esquentando a água ela eventualmente ferve. Oprima os trabalhadores cada vez mais e traga à tona a revolução” (32).

Mas, enquanto seu passado político o abriu para uma idéia que ele poderia não ter considerado, Gould enfatizou que aceitava a teoria por causa da evidência, não porque combinava com qualquer pré-concepção política. Ele e Eldredge foram os primeiros a propor a idéia de explicar o fato de que há pequena evidência direta no registro fóssil para a transformação gradual de uma espécie em outra (33). A maioria das espécies parece permanecer a mesma por milhões de anos, então, abruptamente desaparecem para serem substituídas por novas. Se a mudança evolutiva acontece em explosões relativamente pequenas comparadas ao tempo de vida comum de uma espécie (milhares de anos comparados a milhões), isto é exatamente o que nós esperaríamos, já que as chances de formas intermediárias preservadas como fósseis seriam bem pequenas. O equilíbrio pontual permanece como uma idéia controversa, mas a evidência para ele parece estar se formando. De acordo com David Jablonski, biólogo da Universidade de Chicago, há agora “um impressionante arranjo de exemplos no registro fóssil, de caracóis a cavalos” que parecem comprovar isto. “De todas as contribuições de Gould, em minha mente nada é mais importante que o estabelecimento da “stasis” como um fenômeno real”, diz o paleontólogo Carlton Brett. “Esta noção de “stasis” é algo que as pessoas realmente não pensaram em priorizar em 1972” (34).

Os críticos de Gould às vezes reivindicaram que os debates biológicos que ele provocou deram estímulo aos religiosos que se opõem à evolução. No início dos anos 80, por exemplo, criacionistas tinham discordado sobre o equilíbrio pontual para reivindicar que a evolução por si tinha sido cientificamente desacreditada, e para exigir tempo igual em aulas de biologia no segundo grau pela idéia de que a vida é resultado de design sobrenatural. Mas Gould também era um dos mais proeminentes críticos públicos da assim chamada “ciência da criação”. Ele mostrou que a evolução é um fato bem estabelecido - e que “[f]atos não vão embora



Cultura

enquanto os cientistas debatem teorias rivais para explicá-las” (35). Qualquer que seja o mecanismo exato de mudança evolutiva, a evidência de que todas as espécies que agora existem têm antepassados em comum e assim pertencem juntas a uma única árvore da vida é absolutamente dominante (36). O que os biólogos debatem não é se mas como a evolução aconteceu.

Em 1981, depois que o Arkansas aprovou uma legislação exigindo tempo igual para o criacionismo em escolas, Gould foi uma das principais testemunhas em um julgamento federal altamente divulgado que finalmente acabou por declarar a lei inconstitucional por violar a separação da Igreja do Estado. Em seu testemunho, Gould destacou a evidência fóssil da evolução (37). Por outro lado, porém, Gould também deixou claro que o criacionismo não era simplesmente um erro intelectual, mas uma ideologia com raízes sociais profundas. “O crescimento do criacionismo, disse, é política, pura e simples; representa um assunto (e sem dúvida a preocupação principal) do direito evangélico ressurgente” (38). O criacionismo é, de fato, “um mero cavalo de batalha ou um assunto subsidiário em um programa político para banir o aborto, abolir as conquistas políticas e sociais das mulheres pela redução do conceito vital de família a um paternalismo antiquado, e reinstaurar todo o chauvinismo e desconfiança de aprendizagem que prepara uma nação para a demagogia” (39).

O anti-reducionismo de Gould e seu pluralismo sobre o mecanismo da evolução eram também claramente influenciados por sua afinidade pela dialética. “Venho tentando descrever uma alternativa hierárquica à tradição darwiniana, que reduz todo o fenômeno de ampla escala evolucionária a resultados extrapolados da seleção natural, ao trabalhando no nível de organismos individuais dentro de populações”, explicou Gould. “Modelos hierárquicos de contraste reconhecem os genes, organismos e espécies como entidades legítimas em uma sucessão de níveis com princípios explicativos únicos que emergem a cada patamar mais elevado” (40). Ou seja, Gould argumentava que a quantidade poderia se transformar em qualidade e atrair novos princípios

explicativos. Materialistas acreditam que os seres humanos são nada mais que sistemas físicos complexos, mas não se deve pensar que podemos explicar o comportamento humano usando apenas as leis da física. O mesmo erro reducionista é o erro fundamental da sociobiologia (e sua mais recente sucessora, a psicologia evolutiva), que assume erroneamente que já que os humanos são criaturas biológicas, a biologia sozinha pode explicar nosso comportamento. “Como é tranquilo fugir da responsabilidade por uma guerra e pela violência depositando-a em nossos antepassados carnívoros”, diz Gould. “Como é conveniente culpar o pobre e o faminto por suas próprias condições, para não ter de culpar nosso sistema econômico ou nosso governo por seu terrível fracasso em assegurar uma vida decente para todas as pessoas” (41).

Em uma entrevista logo antes de morrer, Gould expressou o desejo de escrever mais dois grandes livros, “se tiver tempo suficiente” (42). Um seria chamado “Direção da Vida” e traria padrões no desenvolvimento evolutivo. Gould era um crítico freqüente de um erro de concepção comum de que a evolução é um processo progressivo, com organismos mais complexos com o resultado inevitável. Ele gostava de mostrar que em matéria de capacidade de adaptação, a bactéria e o besouro têm um melhor desempenho que os humanos, e provavelmente irão sobreviver a nós. Não obstante, há padrões na evolução, e Gould quis questionar como nós deveríamos caracterizá-los e medi-los. O segundo livro era para ser uma história da paleontologia dos séculos XVI ao XVIII. Gould, que lia latim, francês e alemão, teria sido a pessoa ideal para trabalhar em tal projeto.

Infelizmente, nunca veremos esses livros. Mas Gould nos deixou um legado maravilhoso de centenas de artigos e mais de vinte livros. Suas contribuições para biologia evolutiva se manterão vivas. E seu compromisso com a visão de que ciência pode ser uma ferramenta para a libertação e não para a opressão, deveria inspirar todo aquele que quer não somente entender o mundo, mas mudá-lo para o melhor. ☉

NOTAS

* NdoT : “popularizers” são pessoas que traduzem o conhecimento da ciência em linguagem comum, através de vários meios. No caso, o eminente paleontólogo Gould, que escrevia livros brilhantes extremamente acessíveis ao público.

** NdoT: a expressão utilizada foi “a red diaper baby”, para dar a noção que ele foi comunista desde cedo.



1 Stephen Jay Gould e Niles Eldredge, “Punctuated equilibria: An alternative to Phyletic gradualism,” in Thomas J. M. Schopf, ed. *Models in Paleobiology* (San Francisco: Freeman, 1972). De acordo com Kevin Padian, um professor de paleontologia na Universidade UC Berkeley, esse artigo é “talvez o mais influente e mais freqüentemente citado na paleontologia nesse século.” Veja também “The episodic nature of evolutionary change” in *The Panda’s Thumb: More Reflections in Natural History* (New York: Norton, 1980), “Ten thousand acts of kindness” in *Eight Little Piggies: Reflections in Natural History* (New York: Norton, 1993), e “Cordelia’s dilemma” e “Lucy on the earth in stasis” in *Dinosaur in a Haystack: Reflections in Natural History* (New York: Harmony Books, 1995).

2 Stephen Jay Gould e Richard C. Lewontin, “The spandrels of San Marco and the Panglossian Paradigm: A critique of the adaptationist programme,” *Proceedimentos da Sociedade Real*, Londres B205 (1979), pp. 581–98.

3 Stephen Jay Gould, *The Structure of Evolutionary Theory* (Cambridge, MA: Harvard University Press). Uma parte deste está online em: www.hup.harvard.edu/catalog/GOUSTR.html.

4 “A tale of two work sites,” in *The Lying Stones of Marrakech: Penultimate Reflections in Natural History* (New York: Three Rivers Press, 2000), p. 253. Esse ensaio descreve o incêndio em detalhes e explica como a ideologia do “darwinismo social”, que distorce a teoria da evolução para justificar a igualdade social, ajudou a manter os regulamentos de segurança fracos, contribuindo com o desastre. Quando Gould tornou-se professor na Universidade de Nova York em 1996, descobriu que seu escritório estava localizado no prédio onde o incêndio começou. A tese-título da última coleção de Gould *I Have Landed: The End of a Beginning in Natural History* (New York: Harmony Books, 2002) é um ensaio biográfico sobre seus pais.

5 Stephen Jay Gould e Niles Eldredge, “Punctuated equilibria: The tempo and mode of evolution reconsidered,” *Paleobiology* 3 (1977), p. 146.

6 Ver “Darwin’s delay” in *Ever Since Darwin: Reflections in Natural History* (New York: Norton, 1977), “Darwin’s middle road” in *The Panda’s Thumb*, “Nurturing nature” in *An Urchin in the Storm: Essays about Books and Ideas* (New York: Norton, 1987), “The Horn of Triton” in *Bully for Brontosaurus* (New York: Norton, 1991), e “The Darwinian gentleman at Marx’s funeral: Resolving evolution’s oddest coupling” in *I Have Landed*.

7 Ver *I Have Landed*, pp. 127–8.

8 Carta a Alan Andrews, *The Guardian* (UK), 25 de maio de 2002.

9 “Roots writ large,” in Lewis Wolpert e Alison Richards, eds. *A Passion for Science* (New York: Oxford University Press, 1988), p. 142. Transcrição editada da entrevista que foi ao ar pela Rádio 3.

10 “A personal remembrance: Stephen Jay Gould,” online em www.tompaine.com/feature.cfm/ID/5678. Ryan continua: “Gould foi um dos professores que me ensinou a ser cético, a questionar. Conhecer alguém que desafia a autoridade – na ciência, na cultura, na política e no governo – é o melhor presente que um estudante pode receber”.

11 Quem me contou essa história foi o filósofo de Cornell e estudioso de Marx Richard W. Miller, então um estudante de Harvard que foi apresentado a Gould durante a manifestação. De acordo com Miller, “as atividades de Gould eram mais à esquerda que o respeitável movimento anti-guerra.”

12 Para mais informações sobre o movimento radical da ciência ver Rita Arditti et al., eds. *Science and Liberation* (Boston: South End Press, 1980), and Jon Beckwith, “The radical science movement in the United States,” *Monthly Review*, July–August 1986.

13 Em www.brechtforum.org/htm/about.html.

14 Os outros palestrantes eram Maria Helena Moreira Alves, Barbara Fields, Richard Levins, Daniel Singer, Cornel West and Ellen Meiksins Wood. Ver a transcrição online em www.sdonline.org/hl/hl_25_1.htm.

15 Paul Buhle, “Science,” in Mari Jo Buhle et al., eds. *Encyclopedia of the American Left* (New York: Oxford University Press, 1998), p. 723.

16 Ver Allan Chase, *The Legacy of Malthus: The Social Costs of Scientific Racism* (New York: Knopf, 1977). Por um breve resumo da história veja Phil Gasper, "Good breeding," *Socialist Review* 178, October 1994 online em <http://website.lineone.net/~socrev3text/pubs/sr178/gasper.htm>.

17 "How much can we boost IQ and scholastic achievement?" *Harvard Educational Review* 39, pp. 1-123. Jensen's começa reivindicando que "A educação compensatória está desgastada, aparentemente faliu."

Ver "Racist arguments and IQ" in *Ever Since Darwin*, a resposta elegante de Gould.

18 "IQ," *Atlantic Monthly*, September 1971, pp. 43-64.

19 Edward Wilson, *Sociobiology* (Cambridge, MA: Harvard University Press).

20 *The New York Times Magazine*, 12 de outubro de 1975.

21 *Time*- 1 de agosto de 1977. O artigo também responde a uma afirmação do biólogo Robert Trivers que diz que o feminismo iria decair pois as feministas não iriam ter filhos e, por isso, não iriam repassar seus genes feministas!

22 *Business Week*, 10 de abril de 1978.

23 *Playboy*, agosto de 1978. O artigo diz que "Os homens são... levados por seus genes a reproduzir. Eles tendem a ser mais promíscuos pois essa era a forma que no passado reproduzia melhor a prole. Se você for pego "galinhando", não diga que foi o diabo que o atçou. Diga que está em seu DNA..." Em um artigo de 1981, *Playboy* foi ainda mais longe, dizendo que o estupro era "geneticamente embasado.. uma estratégia geneticamente disponível a machos de baixo-domínio, que aumenta suas chances de reproduzir fazendo mais fêmeas estarem disponíveis a eles do que eles adquiririam caso contrário."

24 Reprinted in Arthur L. Caplan, ed. *The Sociobiology Debate* (New York: Harper & Row, 1978), p. 260.

25 "Biological potentiality vs. biological determinism," in *Ever Since Darwin*, p. 257.

26 Stephen Jay Gould, *The Mismeasure of Man* (New York: Norton, 1981).

27 Charles Murray and Richard Herrnstein, *The Bell Curve* (New York: The Free Press, 1994).

28 Stephen Jay Gould, *The Mismeasure of Man, Revised and Expanded* (New York: Norton, 1996).

29 "Posture maketh the man," in *Ever Since Darwin*, pp. 207-13. Also see "Genes on the brain," in *An Urchin in the Storm*, pp. 111-12.

30 *The Mismeasure of Man*, p. 22 (Revised and Expanded edition, p. 54).

31 "Nurturing nature," pp. 153-54.

32 "The episodic nature of evolutionary change," pp. 184-185.

33 Porém, há inúmeros exemplos de formas transitivas entre grupos maiores, como archaeopteryx, o primeiro pássaro que tem marcantes características répteis.

34 "Theory still rocks scientists' equilibrium," *San Francisco Chronicle*, May 27, 2002.

35 "Evolution as fact and theory," in *Hen's Teeth and Horse's Toes: Further Reflections in Natural History* (New York: Norton, 1983), p. 254.

36 Veja o capítulo 2 de Robert T. Pennock, *Power of Babel: The Evidence against the New Creationism* (Cambridge, MA: MIT Press, 1999).

37 Para uma descrição do julgamento e do texto da decisão do Juiz, ver Michael Ruse, ed. *Is It Science? The Philosophical Question in the Creation/Evolution Controversy* (Buffalo, NY: Prometheus Books, 1988).

38 "Evolution as fact and theory," p. 253.

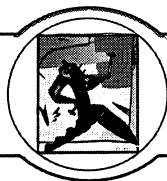
39 "A visit to Dayton," in *Hen's Teeth and Horse's Toes*, p. 275.

40 "Utopia, limited" in *An Urchin in the Storm*, pp. 217-18.

41 "The non-science of human nature" in *Ever Since Darwin*, p. 239.

42 Quoted in the *New York Times*, June 2, 2002.

Cultura



LIVROS

O Trotskismo Operário e Internacionalista na Argentina
Ernesto González (coordenador) 146



O TROTSKISMO OPERÁRIO E INTERNACIONALISTA NA ARGENTINA

ERNESTO GONZÁLEZ (COORDENADOR)
Dirigente histórico da corrente trotskista na Argentina

Neste momento em que a Argentina está convulsionada por uma revolução sem descanso e cada vez mais decisiva para o conjunto da América Latina, os grupos de esquerda buscam uma alternativa para a construção de um Partido Revolucionário que seja capaz de conduzir essa classe operária, finalmente, à tomada do poder e à construção do socialismo, única saída para uma longa história de lutas e de opressão, exploração, sangue, suor e lágrimas.

Berço de um das mais fortes correntes trotskistas do continente latino-americano, a Argentina pode trazer ensinamentos importantes para toda a vanguarda que no Equador, Bolívia, Brasil, Colômbia, Peru, Paraguai e Venezuela travam uma luta sem trégua contra a repressão imperialista e seus planos de recolonizar nossos países. —

Por isso, nada melhor do que dar a conhecer a todos os lutadores internacionalistas este texto, que foi feito a título de apresentação do primeiro volume de uma obra histórica. Trata-se de *El Trotskismo Obrero e Internacionalista en la Argentina*, quatro tomos que reúnem a história do trotskismo na Argentina escritos por Marcos Britos, Hernán Camarero, Germán Gómez e Diego Guidi, sob a supervisão de Ernesto González e publicados pela Editorial Antídoto em Buenos Aires, 1995.

Essa é uma história que Ernesto González pode contar porque conhece bem. Dirigente histórico da corrente trotskista na Argentina, mili-

tante há mais de 50 anos, foi companheiro de Nahuel Moreno na construção da corrente trotskista na Argentina e da tendência internacional que veio a dar origem à LIT (Liga Internacional dos Trabalhadores). Sempre cumprindo um papel dirigente em todos momentos dessa longa, rica e atribulada trajetória, Ernesto González mostra, com esta obra, as lições e a importância de uma luta tenaz pela construção do partido da revolução socialista.

“O pensamento revolucionário não tem nada em comum com a adoração de ídolos. Os programas e os prognósticos põem-se a prova e corrigem-se à luz da experiência, que é o critério supremo da razão humana.” Leon Trotsky, noventa anos do Manifesto Comunista

Esta obra tenta historiar a trajetória da corrente trotskista que Nahuel Moreno e um punhado de militantes iniciaram, há mais de cinquenta anos, na Argentina. Surgida entre 1943 e 1944 como grupo Operário Marxista – na atualidade continua – após diversas denominações – com o nome de Movimento ao Socialismo, seção que adere à Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-CI)¹.

Nosso objetivo não tem sido o de atuar como observadores “não comprometidos” des-

tes cinqüenta anos de trajetória. Pelo contrário, os autores desta obra nos identificamos com a corrente política que estamos historiando. Daí que permanentemente dizemos “nós”, “nosso partido”, ao referir-nos a suas posições e ações. Isto não deve levar a confusão: não se trata de uma “história oficial”, nem de uma apologia. Como marxistas, consideramos que a ciência da história não está sujeita a votação de organismo algum, mas à investigação crítica e sua comprovação científica.

Acreditamos que hoje é mais necessário que nunca o estudo de nossa tradição partidária. Em toda a esquerda estão colocados o debate e a reformulação de programas e orientações. A queda dos regimes estalinistas, os processos de restauração capitalista nos estados dominados pela burocracia, o fim da “ordem mundial” estabelecida no pós-guerra levam – necessariamente – a estas elaborações. A isso se soma que a burguesia em todo o mundo impulsiona uma propaganda anunciando a “morte do socialismo” e, inclusive, o fim da luta de classes. Enfrentar esta verdadeira campanha de confusão e desmoralização lançada sobre as massas e as vanguardas, requer do ativismo a maior seriedade, ter muito claro de onde viemos para ajudar a compreender onde estamos. Para não perder a bússola, é imprescindível analisar nossas origens e aprender dos acertos e erros do passado: como se construiu o partido nos diferentes períodos, avançando ou retrocedendo nas diversas situações que se apresentaram.

Por outra parte, esta investigação não só está dirigida aos militantes do partido e da Internacional. Acreditamos que esta experiência partidária pode ser útil também a todos os operários e estudantes de vanguarda que buscam um ponto de referência histórico frente às mudanças mundiais às quais nos referimos.

Quando nos propusemos investigar a tradição partidária não o fizemos para buscar uma justificação moral no passado. Longe disso, a intenção foi conhecer de onde partimos, como foram as experiências vividas, que lições nos deixaram em cada momento da luta dos trabalhadores; objetivos estes que nos permitem uma maior compreensão do presente.

Há mais de um século e meio que o proletariado começou a dar suas primeiras batalhas, a organizar-se, a elaborar programas, a submetê-los à crítica implacável da prática. Há mais de um século que Marx e Engels formularam as bases científicas do socialismo, não “extraíndo-as de suas cabeças”, mas a partir destas experiências da classe operária. Há mais de sete décadas que se procurou concretizar estes princípios com o leninismo na Revolução Russa, e passaram mais de meio século que Trotsky e seus seguidores continuaram levantando as bandeiras do marxismo frente à degeneração estalinista.

Toda essa experiência se traduz em princípios, métodos e critérios comprovados no único “laboratório” válido para a formulação de teorias políticas: a luta de classes. É essa tradição do pensamento e da ação revolucionária que nós reivindicamos. Uma tradição que, como dizia Trotsky, “*não tem nada em comum com a adoração de ídolos*”, e sim com trabalhadores de carne e osso que aprendem atuando na realidade, e que a partir de seus acertos e erros reformulam suas reivindicações e orientações para voltar, melhor preparados, a seguir transformando essa realidade. Opinamos que é imprescindível conhecer essa tradição para poder atuar hoje.

Um dos riscos habituais é, nos momentos críticos, renunciar ao passado,



Cultura

¹(N.T) Em 1998, o MAS deixou as fileiras da LIT.

condená-lo em bloco como inservível. O outro, simétrico, é o de idolatrá-lo como se houvesse sido uma “idade do ouro”, livre de erros. Se há algo a ser mostrado nesta obra, é que a construção de um partido revolucionário não foi nunca, nem pode ser, um processo linear. E não pode ser, porque a luta de classe também não é.

Este processo, de certa maneira, refletiu-se nas mudanças de denominação que teve nossa corrente. Grupo Operário Marxista entre 1943 e 1948, Partido Operário Revolucionário, desde este último ano até 1956 e – publicamente – Federação Bonarense do Partido Socialista (Revolução Nacional) entre 1954 e 1955; Movimento de Agrupações Operárias nos anos 1956 e 1957. Também foi conhecida sua presença, de 1957 a 1965, com o nome de seu jornal: *Palavra Operária*; como Partido Revolucionário dos Trabalhadores entre 1972 e 1982; e Movimento ao Socialismo, deste este último ano até esta data. Cada uma dessas mudanças respondeu a diferentes situações da luta de classes e a orientação tática que se consideraram mais adequadas para esse momento. Existe, deste modo, uma linha de continuidade expressa por seus quadros e pela perspectiva de construir um partido revolucionário e internacionalista.

No mesmo sentido, quando se referia à trajetória de nossa corrente, Nahuel Moreno dizia que “*a história do partido é a história de nossos erros*”. Os grandes acertos que efetivamente teve o partido vieram, em quase todos os casos, de haver reelaborado ou precisado uma orientação a partir de analisar os erros que se cometia.

Um exemplo disso foi que, durante seus primeiros anos de existência, nossa corrente teve uma interpretação equivocada, sectária, do peronismo. Víamos basicamente um só aspecto: que representava a velha estrutura do país, ligada à produção de grãos e sua dependência do imperialismo inglês. O peronismo de 1945, como direção burguesa, efetivamente a representava. Mas não compreendemos que, por essa mesma razão, este oferecia uma relativa resistência à penetração do imperialismo americano nesta época, e que esse elemento era determinante. Só a partir da ligação efetiva à

Quarta Internacional, ao adquirir uma visão internacionalista na prática, nos permitiu começar a corrigir o erro, basear a análise de nosso país na situação mundial e assim reorientar a política. Este processo de reelaboração para compreender o peronismo de conjunto, iniciado em 1948, não se completou senão em 1954.

É importante tomar em conta este exemplo. É, talvez, o erro mais grave que cometeu o partido em sua história. Se não houvésemos descoberto e corrigido, poderíamos haver renegado o conjunto de nossas caracterizações e caído no oportunismo de Posadas e Jorge A. Ramos, que idealizaram o peronismo como “revolucionário”. Ou poderíamos haver caído no ceticismo e na desmoralização, dissolvendo o partido. O método que se seguiu foi estudar seriamente a realidade, fazer uma profunda autocrítica das nossas posições, e, conseqüentemente, reorientar nossa política.

Não foi, nem será, o único erro. Sobre cada um dos fenômenos da luta de classes, no país e no mundo, se produziram equívocos e correções, acertos e reorientações, que se analisam ao longo desta obra. Ao historiá-los tratamos que manter a maior fidelidade, não só aos documentos partidários (públicos ou internos), mas especialmente ao marco histórico em que estes foram redigidos. Nenhum deles surgiu sem discussão, crítica e elaboração coletiva. Todos estavam diretamente vinculados a processos em curso e sobre os que se estava, ou se tentava, atuar. Se esta obra conseguir, sequer, mostrar como geralmente um partido revolucionário elabora e reelabora suas posições, não desde um “laboratório”, mas em meio de sua participação na luta, este trabalho estará bem justificado.

Para compreender essa dinâmica real da elaboração política, é imprescindível ter presente para cada período ou situação as condições reais, incluídos o grau de informação, a liberdade de ação e as possibilidades materiais, nas quais se movia a militância em cada um deles. É muito freqüente, desgraçadamente, que quem estuda as posições de qualquer agrupamento no passado se esqueça das condições reais em que estas se colocaram. Esses autores citam somente

– e muitas vezes fragmentando-os de forma intencional – documentos e artigos, para “demonstrar” os erros garrafais cometidos. Esse “método”, que pode servir muito bem para polemizadores de café que buscam “ganhar a discussão” em vez de indagar a realidade, é a forma garantida de não conhecer nunca as causas reais desses equívocos, com o que se impede combater os erros atuais e os que possam surgir no futuro. Pelo contrário, localizar os acertos e erros em seu marco histórico, indagar as situações em que se produziram, permite que a história possa dar conta dessa “grande mestra” que é a experiência.

Em muitos casos, ao longo destes cinquenta anos, as linhas e orientações de militância que permitiram dar grandes avanços ao partido surgiram, direta ou indiretamente, da experiência dos companheiros mais estreitamente ligados à base do movimento operário. Exemplos disso foram a adequação da linha das “oposições sindicais” na década de 1950; a primeira ocupação de fábrica com refêns no começo da década de 1960; ou as “peinadas (pente fino?)” na zona Norte da Grande Buenos Aires, isto é, a passada nas fábricas buscando contatar os ativistas, no transcurso desses anos. Estes são alguns exemplos significativos do caráter coletivo da elaboração política no partido, a partir da iniciativa do conjunto dos companheiros.

Isto nos leva a outro princípio da construção partidária: o centralismo democrático. É o único método que pode fomentar a iniciativa dos companheiros, necessária para essa elaboração coletiva, e que permite ao partido, uma vez tomada a decisão, “golpear como um só homem”; a única forma na qual entre os militantes as relações baseiam-se na mais completa confiança. Significa impulsionar a maior democracia para a discussão das decisões a tomar, e o respeito às resoluções dos organismos adotadas em base a esse funcionamento democrático.

Nossa corrente tem sido defensora deste método, no partido argentino e na Internacional. Nosso respeito às decisões dos organismos ficou demonstrada, por exemplo, quando em 1951 o Terceiro Congresso da Quarta Internacional impôs o nosso ingresso e dissolução no grupo liderado por Posadas. O partido acatou estas resoluções, apesar de estar contra, e fez tudo o que estava a seu alcance para que se cumprisse. Mas o centralismo só é possível se é baseado na democracia. E por isso levamos a batalha contra os métodos burocráticos do pablismo e do mandelismo na Quarta Internacional; e também dentro do próprio partido, como por exemplo em todo o processo que concluiu com a fratura do PRT entre 1967 e 1968.

O GOM, fundado por meia dúzia de jovens em 1943, propôs-se a um objetivo primordial: a construção do partido revolucionário na classe operária, a partir dela e participando de suas lutas cotidianas, rompendo com a boemia intelectual que caracterizava aos grupos que se auto-intitulavam trotskistas.

A partir de então, e até a atualidade, nossa corrente não se afastou deste princípio de construção parti-



dária. Desde o processo de reorganização sindical de meados da década de 1940, passando pela resistência às ditaduras da “Libertadora”, até as lutas contra a flexibilização e as privatizações de Alfonsín e Menem.

Do mesmo modo, fomos partícipes dos processos em que surgiram as novas camadas de ativistas dessas batalhas da classe operária. Desde a década de 1950 intervimos na primeiras listas sindicais de oposição à velha burocracia sindical peronista em têxteis e metalúrgicos. Também participamos na criação das 62 Organizações, o classismo dos anos 60 e 70, na formação das primeiras coordenadoras interfabris entre 1957 e 1976, e os processos de oposição à burocracia em quase todos os sindicatos nestes últimos anos. Boa parte da militância partidária surgiu desse ativismo; ou, de outros setores sociais, integrou-se a esse ativismo ao ingressar nas fábricas, oficinas e escritórios. Quando afirmamos que nossa corrente é uma organização operária, dizemos tanto por seu programa, como pelo fato de que ao longo de toda sua trajetória se construiu no seio da classe operária e de suas lutas.

Nelas, trabalhando por construir uma direção revolucionária dos trabalhadores, tivemos como um de nossos eixos fundamentais a democracia operária. Ao longo desta obra fica explicado o enfrentamento permanente contra a burocracia e o burocratismo nos sindicatos e organismos operários. Uma batalha que levamos, tanto a nível sindical como político, contra a direção peronista e contra as diferentes variantes “opositoras” mas igualmente burocráticas que foram surgindo.

A partir deste caráter operário de nossa organização, na década de 50 iniciamos nosso trabalho sobre o meio estudantil. Nele sempre buscamos construir uma tendência revolucionária que, superando seu tradicional gorilismo e antiobreirismo, se vinculasse à classe operária, compreendendo que suas lutas estão indissolúvelmente ligadas com a dos trabalhadores. A unidade operário-estudantil, que foi uma das bandeiras dos anos 60 e 70, teve suas primeiras expressões concretas a partir de 1957, quando

nossa tendência estudantil se incorporou às recentemente fundadas 62 Organizações.

No entanto, nossa corrente não só se caracterizou por seu discurso e ação operária, mas também por sua prática internacionalista e sua intervenção na construção da Quarta Internacional.

O partido sempre considerou que sua participação nas lutas no país está indissolúvelmente ligada com a luta mundial do proletariado. Não se limitou a sustentar um internacionalismo teórico, mas considerou que sua própria construção como partido só podia realizar-se como seção nacional de um partido mundial centralizado, a Quarta Internacional. Vinculou-se com esta organicamente a partir de seu Segundo Congresso Mundial, em 1948. Desde então, permanentemente deu uma dupla batalha. Por um lado, sustentou a necessidade de orientar-se a partir dos princípios do marxismo revolucionário para compreender os novos processos que foram transformando a situação mundial ao longo de cinquenta anos: o surgimento e o desaparecimento dos estados operários do Leste Europeu, as revoluções chinesa, boliviana e cubana, entre outras. Estes processos levaram a definições e tomadas de posições que obrigaram a enfrentar a quem, impactados por estes processos, como Michel Pablo e Ernest Mandel, por exemplo, foram cedendo a quem os dirigiam (estalinismo, castrismo, sandinismo), caindo no revisionismo e oportunismo. E também enfrentamos aqueles que, como Pierre Lambert ou Gerry Healy no começo da década de 1960, se negavam a compreender os novos fenômenos, encerrando-se em um sectarismo suicida.

Simultaneamente demos a batalha para que a Quarta Internacional atuasse como um partido, com um funcionamento centralista democrático. Enfrentamos os métodos burocráticos de Pablo e de Mandel; e por outro lado, a quem pretendia que a Internacional funcionasse só como “um comitê de enlace” entre os diferentes partidos nacionais, como fazia o SWP norte-americano.

Estas batalhas não se limitaram ao terreno teórico e à discussão política. O papel jogado pelos trotskistas orientados por Pablo e Posadas

na Revolução Boliviana a partir de 1952, a intervenção da corrente orientada por Moreno na revolução agrária do Peru, entre 1959 e 1963, a participação na Revolução Nicaraguense de 1979 com a criação da Brigada Simón Bolívar, que combateu Somoza, e a formação do Secretariado Latino-Americano do Trotskismo Ortodoxo (SLATO), no anos 50, e a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT-CI), a partir de 1982, são alguns exemplos de que esse empenho pela elaboração de um programa e uma metodologia adequadas para a Internacional teve expressão concreta na participação na luta de classes internacional e na construção do partido mundial.

Por isso, nesta obra, fazemos constantes referências, mesmo que de forma sintética, aos grandes processos internacionais. E, ainda que não pretendemos escrever a história da Internacional em seu conjunto, a construção do partido mundial é um ponto central e permanente em cada um dos períodos estudados da construção partidária no país.

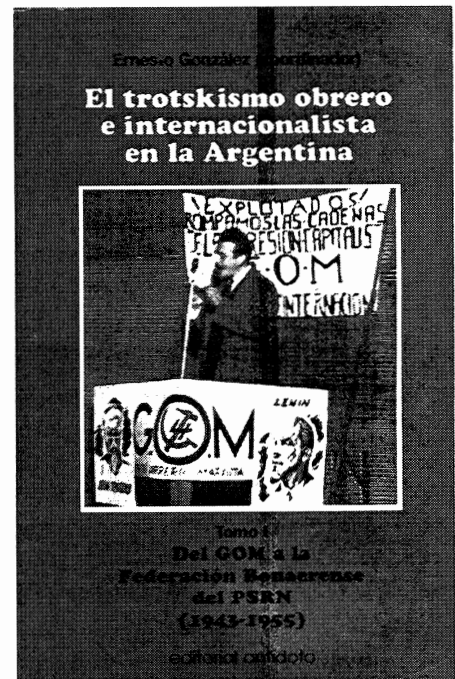
O projeto de escrever a história de nossa corrente não é recente, e tampouco pretendemos “partir do zero” ao encará-la. Nossos antecedentes são os cursos ditados por Moreno e outros companheiros, desde a década de 1960, e alguns trabalhos dedicados a temas da história do movimento operário que abordavam parcialmente aspectos da trajetória de nossa organização.

No entanto, estes trabalhos não estavam sistematizados. Quando em 1974 faleceu Rita Galub, uma das fundadoras do partido e companheira de Nahuel Moreno, o PST advertiu o atraso com que vínhamos encarando a valorização de nossa tradição e o escasso conhecimento que tínhamos dela para transmiti-la às novas camadas de militantes que entravam em suas fileiras. Decidiu-se então encarar o projeto de escrever a história partidária. Para isso entrevistou-se companheiros da velha guarda, realizou-se uma periodização e um esquema geral de trabalho. Como parte deste projeto publicou-se uma série de artigos que nosso companheiro Aníbal Tesoro escreveu para *Avanzada Socialista*, o jornal do PST.

Mas o trabalho, árduo e lento, não teve continuidade. A ação da Triple A e do governo Isabelita, que assassinaram dezenas de militantes do PST, impediram objetivamente seguir a tarefa, impondo condições de clandestinidade e segurança estritas nas quais era impensável a investigação em arquivos e percorrer o partido entrevistando companheiros.

A queda da ditadura, o regime democrático burguês e nossa legalidade, desde 1983, permitiam retomar o projeto. Mas o partido repetiu velhos erros, a tarefa de concretizar um estudo sistematizado da história da organização dormiu à sombra do impetuoso crescimento do MAS.

Ainda que sempre tenha sido uma tarefa necessária, hoje é ainda maior, por várias razões. Em primeiro lugar, pelo já exposto, a necessidade de conhecer com se tem construído um partido revolucionário. Em segundo lugar, pela morte em 1987 do principal dirigente e construtor de



Capa do primeiro volume da obra

nossa corrente, Nahuel Moreno, que concentrava quase meio século dessa experiência, e era o dirigente mais representativo desta tradição. Só com um estudo, apaixonado mas verídico, de nosso passado, poderemos tentar fazer menos profundo o vazio político provocado por sua morte. Em terceiro lugar, mas nem por isso menos importante, pelos novos desafios que coloca a situação mundial aberta com a queda dos regimes estalinistas desde 1989. Não será possível nenhuma reelaboração de nossa teoria e programa se não somos capazes de compreender de que ponto partimos e com que capital teórico-político contamos historicamente, e qual foi o processo no qual essa teoria, programa e organização foram se construindo.

Por todas estas razões surge hoje este trabalho. É um produto coletivo de mais de dois anos de esforço, e que demandará ainda mais até sua conclusão. Recolhemos, como legado, todos as tentativas anteriores e os frutos que estas renderam: testemunhos, recompilações, análises, observações. A partir daí, de nossa parte, realizamos uma profunda investigação no arquivo partidário, analisando centenas de documentos, publicações, panfletos, livros. Consultamos obras sobre a história do movimento operário em nosso país e no mundo, assim como diários e outras publicações. Realizamos dezenas de entrevistas, tanto com militantes e ex-militantes de nossa corrente, como com ativistas e dirigentes que nunca pertenceram a ela, mas que apontaram precisões sobre fatos pontuais das lutas dos trabalhadores ou da história do trotskismo. Nesta tarefa tivemos a colaboração tanto de companheiros que percorreram bibliotecas a nosso pedido, como daqueles que vieram a dedicar parte de seu tempo (que os militantes não têm) para responder a entrevistas e consultas.

Com relação a estes últimos, queremos assinalar que contamos com os testemunhos pessoais de companheiros que vieram e atuaram nos acontecimentos que se relatam. Fizemos isto por dois motivos. Pensamos que as entrevistas contribuem com elementos para a compreensão dos fatos e situações que a história fundada exclusivamente em documentos e escritos não nos dei-

xa perceber. Os estudos sobre organizações políticas baseadas unicamente em citações de jornais e documentos, omitem os protagonistas: os militantes. Em nosso caso, em particular, acreditamos que estes relatos de primeira mão mostram vivamente o que significou, quotidianamente, a luta de classes, em que condições reais o partido orientou-se ante tal ou qual fato. Mas, além disso, opinamos que é uma contribuição para melhorar a compreensão, com ativistas de carne e osso, falando por si mesmos, o que significa a militância, e como se constrói um partido revolucionário todos os dias. Essas experiências pessoais, que nos podem ensinar mais de uma lição sobre como elaborar uma linha, dar a batalha pelos princípios ou corrigir erros, são parte fundamental da experiência e tradição partidárias.

Por outro lado, cada capítulo, seção e dado foram discutidos e avaliados em uma elaboração coletiva, que levou mais tempo, mas que nos permitiu corrigir erros. Sabemos que não todos. Pode-se discutir as afirmações e conclusões deste trabalho, mas não seu esforço por cenir-se ao rigor histórico e à busca franca da verdade, a sondagem de toda a documentação e os testemunhos possíveis, sem exercer sobre eles nenhuma manipulação intencional.

Neste sentido, opinamos que esta obra pode ser proveitosa para quem queira compreender a história da classe operária argentina nas últimas cinco décadas, já que nossa corrente foi e é parte dessa história. Mais ainda, a análise é feita desde um enfoque pouco contemplado, que é o do ativismo operário. Deste modo, também, acreditamos romper com as pautas gerais da historiografia tradicional sobre nossa classe, que centra-se na ação dos dirigentes sindicais, confundindo – de forma intencional – o movimento operário com a burocracia sindical. Sem pretender encerrar o tema com esta investigação, acreditamos que é uma contribuição para o futuro.

Por outro lado, este trabalho está estruturado, situando cada período da vida partidária dentro do marco histórico nacional e internacional correspondente, centrando-se nos aspectos fundamentais destes processos.

Ainda que a história de nosso corrente começa em 1943, é inevitável iniciar, mesmo que de maneira sintética, a partir do surgimento do trotskismo como tendência diferenciada. Os fundadores do GOM não surgiram do nada. Portanto, começamos com o que se poderia considerar sua “pré-história”: o desenvolvimento da Oposição de Esquerda Internacional e a fundação da Quarta Internacional, e as atividades dos primeiros grupos trotskistas na Argentina.

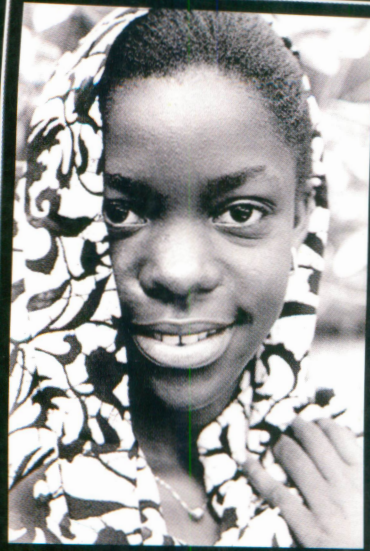
Tratamos de ser concisos ao expor a história do partido. No entanto, somos conscientes de que se trata de uma obra extensa. É inevitável que assim seja, já que não buscamos fazer uma resenha, mas mostrar a trajetória partidária em todos os seus avanços e retrocessos, em seus acertos e erros. Preferimos estendermo-nos para mostrar a dinâmica real destes processos, muitas vezes contraditória, com alternativas que se sucedem, a correr o perigo de que um excesso de síntese leve a crer em um movimento linear, sem contradições.

Finalmente, reiteramos que esta não é uma “história oficial”, nem buscamos fazer aqui um balanço de nossa trajetória, nem dar respostas às exigências imediatas da luta atual. Nossa intenção é apresentar sua trajetória a fim de que o partido se reconheça nela. Identificando-se com sua tradição e como o partido conseguiu, mais de uma vez, emergir de cada crise que o ameaçou. Sendo fiel a ela, também permitirá reencontrar forças para seguir desenvolvendo-se.

Se esta obra conseguir mostrar como o partido enfrentou situações mais adversas que as atuais, superando o ceticismo e o desânimo que dominavam a vanguarda, na dura tarefa de construir o partido revolucionário, nossos objetivos estarão mais que cumpridos.

Os autores
Dezembro de 1994





Marxismo Vivo

